Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Discursos e imagens da violência

Fernanda Cristina Marquetti

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para obtenção
do título de Doutor em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Materno-Infantil.
Orientador: Rubens Camargo Ferreira Adorno.

São Paulo
2004

Discursos e imagens da violência

Fernanda Cristina Marquetti

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Materno-Infantil.
Orientador: Rubens Camargo Ferreira Adorno.

São Paulo
2004

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:
REFLEXÕES PARA UM TEMPO DE VIOLÊNCIA.....01

I) A PULSÃO DE MORTE E SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA: O ETERNO MAL-ESTAR DA CIVILIZAÇÃO.....34

II) O “INSIMBOLIZÁVEL” E A VIOLÊNCIA: A DOMESTICAÇÃO DA VIOLÊNCIA PELOS DISCURSOS.....52

III) A IMAGEM E A VIOLÊNCIA.....65

IV) HIPÓTESE E OBJETIVOS.....104

V) O MÉTODO.....107

VI) O RETRATO DA VILA ALBERTINA.....119

VII) O PERCURSO: O OLHO DE DENTRO QUE SE RECUSA A OLHAR.....154

VIII) AS FOTOGAFIAS DA VIOLÊNCIA.....204

IX) AS IMAGENS DA MÍDIA E A VIOLÊNCIA.....222

X) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....261

XI) ANEXOS.....272

XII) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....302

XIII) BIBLIOGRAFIA.....306

RESUMO

Esta tese aborda a questão das mortes violentas na cidade de São Paulo, privilegiando o estudo dos homicídios e as elaborações psíquicas e culturais que ocorrem em torno deste fenômeno. O principal objetivo do trabalho é estudar os diversos dispositivos colocados em cena para aplacar os efeitos das mortes violentas e apaziguar a angústia decorrente destas.

Na primeira parte deste trabalho há uma elaboração teórica baseada nos princípios da psicanálise e outros autores afins que tenta desvendar questões envolvidas com a temática da morte, do mal-estar, da angústia, do olhar, dos discursos e da imagem que permeiam a questão das mortes violentas

Na segunda parte deste trabalho há duas vertentes fundamentais para abordar o tema das mortes violentas e seus efeitos psíquicos e culturais: uma abordagem de um bairro “violento” da cidade de São Paulo (Vila Albertina) e uma análise de um discurso da mídia televisiva sobre as mortes violentas (o programa Linha Direta).

Na abordagem da Vila Albertina há uma breve discussão epidemiológica sobre os dados de homicídio desta região escolhida para o trabalho de campo e uma tentativa de aproximação dos discursos sobre a violência da população local através de imagens fotográficas. As imagens obtidas foram inusitadas e assim este material inesperado que o campo revelou para a pesquisa foi analisado.

Na Vila Albertina a autora também produziu um percurso fotográfico dos lugares da região que estavam simbolicamente relacionados às mortes violentas e analisou este percurso no viés teórico abordado. Este material não estava previsto inicialmente e foi

incorporado ao trabalho devido à veemência destas imagens. As fotografias produzidas estão incluídas no trabalho.

Na outra vertente de análise das mortes violentas e seus recursos apaziguadores há o percurso em duas histórias do programa Linha Direta da TV Globo, sendo que este programa foi um dos primeiros do gênero e trata exclusivamente da questão da violência. Nesta análise do programa o eixo central é a observação dos recursos discursivos e imagéticos utilizados no sentido de “imaginarizar” a questão da morte violenta. Também, se destacou nesta parte do trabalho o papel central da mídia como produtora de sentido na sociedade contemporânea.

SUMMARY

This thesis approaches the violent death issue in São Paulo city, emphasizing the study of homicides and the psychic and cultural elaboration related to this phenomenon. The main objective of this paper is to study the various tools for placating the violent death effects and pacifying the consequent anguish.

In the first part, there is a theoretical elaboration, based on the principles of psychoanalysis and other authors that adopt the same theoretical model, which tries to tackle questions about death, discomfort, anguish, vision, discourse and images that permeate violent deaths issues.

In the second part, the violent death theme and its psychic and cultural effects have been approached from two different angles: an approach to a “violent” neighborhood in São Paulo (Vila Albertina) and a discourse analysis used in the TV media about violent deaths (the Linha Direta program).

Concerning Vila Albertina, there is a brief epidemiological discussion on the homicide data collected in the region where the field trip took place and also a comparison of the discourse on the violence against the local population through photographic images. The images were unusual and, therefore, this unexpected material was analyzed.

In Vila Albertina, the author has also worked on a photographic study of the places that were symbolically related to the violent deaths and has analyzed the study according to the proposed theory. This material was not thought of initially, and due to the powerful images, it was incorporated into the paper. The photographs have been included in the study.

In relation to the analysis of violent deaths and their pacifying tools, there is a trajectory in two episodes of the Linha Direta program, from Globo TV, which was one of the first programs of this kind that deals exclusively with violence issues. In this analysis of the program, the fundamental point is the observation of the discourse and image resources used to create the illusion that we can mask the reality of violent deaths.

Moreover, the main role of the media in conveying sense in the contemporary society has been emphasized.

“Todo mundo tem uma história de crime para contar, embora raramente o faça, por opção, pudor ou (auto) desconhecimento. Todo mundo já matou alguém, em ato, palavra ou ação, mesmo que não o saiba. Neste sentido, o crime, organizado ou desorganizado (e não o bom senso, como queria Descartes no parágrafo inicial de O Discurso do Método), é a coisa mais bem distribuída entre os homens. E aqui faz sentido o velho truísmo de que “somos todos assassinos” – ou ainda citando Descartes, desta vez sem contradizê-lo: “As maiores almas são capazes dos maiores vícios, assim como das maiores virtudes”. Somos todos assassinos: os indivíduos e as sociedades, os perdedores e os vencedores, o João-Ninguém e os donos de terra, do poder e do sistema, os criminosos propriamente ditos e os governos ou estados próprios ou impropriamente estabelecidos. Há o crime individual e o crime institucional. O Estado, parte efetiva desta eterna luta que vem de Caim e Abel, é, aliás, apenas (apenas?) o sobrevivente, como escreveu Elias Canetti. Daí porque a new left americana dos anos 60 defendia a tese polêmica de que todo preso, fosse qual fosse seu crime, era um preso político. Mas para acalmar nossas próprias consciências, digamos que o criminoso é sempre o outro. E o fato de nos interessarmos por seus atos - os crimes - é apenas um modo de lidarmos com nossas próprias pulsões (o das Trieb de Freud). Mais ou menos como acontecia em relação às tragédias gregas: é pura catarse... Sempre tendo em mente, claro, que há diferença entre o crime propriamente (que gera culpa e castigo) e o que Otto Maria Carpeaux chamou de “crime literário” (que gera prazer de ler e maior conhecimento do ser humano). ..E nos lembramos que já na Renascença, por exemplo, uma máxima de ninguém menos do que Leonardo da Vinci rezava: “Nós fazemos a nossa vida da morte dos outros”. O momento em que choramos nossos mortos é o momento em que percebemos nossa própria finitude. Acompanhamos o enterro e depois voltamos para casa. Depois do luto, a vida. E já que elevamos a coisa a um nível filosófico, evitando assim o lado sombrio deste assunto, a eterna e subjacente suspeita de que se trata (que estranha compulsão é esta, leitores de histórias de crimes e policiais?) de alguma coisa do reino da morbidez ou do escatológico, emendemos com Alexander Kojève, em Introdução a Leitura de Hegel: “O homem é o único ser no mundo que sabe que deve morrer, ou seja, ele é a consciência de sua morte: a existência verdadeiramente humana é uma consciência existente da morte ou uma morte consciente de si. Como a perfeição do homem é a plenitude da consciência-em-si, e como o homem é essencialmente finito em seu próprio ser, é na aceitação consciente da finitude que culmina a existência humana.”

Flávio Moreira da Costa

INTRODUÇÃO: REFLEXÕES PARA UM TEMPO DE VIOLÊNCIA.

Nosso tema do doutorado se refere a violência na cidade de São Paulo nos dias de hoje e na pesquisa teórica encontramos um texto de Sigmund Freud que aborda justamente a questão das mortes por motivos “não naturais”, ou seja, na sua época as inúmeras mortes violentas que ocorreram devido à guerra. Apesar da aparente distância de época e de objeto encontramos várias relações entre este texto e nosso tema de pesquisa.

No texto “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (Freud, 1974. vol. XIV) o autor discute como o homem comum sofreu dois tipos de impacto psíquico durante a guerra: um deles referente à desilusão provocada pelas questões sociais deflagradas pelo evento e o outro devido à mudança de postura do homem diante da morte.

Nestes dois pontos podemos observar alguns paralelos com a situação cotidiana nas grandes cidades, mais especificamente com a cidade de São Paulo, mesmo esta não estando sob um estado de guerra declarada. Quanto ao primeiro ponto, à desilusão provocada pela guerra, notamos que o autor mostra como a desorganização social, a falta de ética, a decepção com a postura humana desnortearam o homem comum. Naquela época Freud se referia ao racismo contra o povo judeu, a disputa selvagem entre as nações civilizadas, ao tratamento dispensado aos povos considerados estrangeiros, etc. Porém, nos dias atuais podemos encontrar situações similares quanto à discriminação entre diferentes grupos sociais da mesma cidade, o racismo referente aos migrantes, negros, população pobre ou miserável e, também, como a sociedade dita civilizada reage perante tais conflitos.

Os índices de mortalidade por homicídio na cidade de São Paulo já foram comparados, muitas vezes, aos de uma guerra civil; conseqüentemente o cotidiano vivido nesta localidade é alterado drasticamente e as relações pessoais são modificadas perante o “outro”. Assim sendo, podemos tomar a cidade de São Paulo como um lugar de conflito social intenso e como uma de suas conseqüências inúmeras mortes violentas.

Os sujeitos que vivem nesta cidade sofrem alterações nas suas rotinas de vida que podem mudar sua relação com o mundo, sua expectativa em relação ao humano, e sua relação com eles próprios como sujeitos, isto é, alterações psíquicas referentes à sua constituição do eu. As colocações do autor são tão pertinentes que podemos “esquecer” que ele se refere à Europa de um século atrás e deslocar seu discurso para a atualidade na cidade de São Paulo:

“A observação demonstrou, por certo, que enraizados nestes Estados civilizados, havia remanescentes de certos outros povos, universalmente impopulares e que, portanto, apenas de maneira relutante, e assim mesmo não integralmente, haviam sido admitidos à participação no trabalho comum da civilização, trabalho para o qual se tinham revelado bastante adequados. Poder-se-ia supor, porém, que as próprias grandes nações adquiriram tanta compreensão do que possuíam em comum, e tanta tolerância quanto as suas divergências, que “estrangeiro” e “inimigo” já não podiam fundir-se, tal como na Antiguidade Clássica, num conceito único. Confiando nessa unidade entre os povos civilizados, inúmeros homens e mulheres trocaram sua terra natal por uma estrangeira, e fizeram com que sua experiência dependesse das intercomunicações entre nações amigas”. (Freud, 1974. vol. XIV pg 312 e 313).

Situação similar ocorre na cidade de São Paulo, a diferença é que a hostilidade se restringe às diferenças culturais internas, às diferenças sócio-econômicas, e que o racismo se dá entre povos de estados diferentes e não de países diferentes. Todos sendo submetidos a uma convivência comum, tratam-se como estrangeiros e inimigos. Este estado de coisas, apesar de muito conhecido por todos, causa uma constante situação de desconforto, onde não nos sentimos em território estável, onde vivemos numa expectativa de perigo quanto ao “outro” e que gera uma instabilidade nas relações sociais e pessoais do nosso cotidiano. Este “pano de fundo” onde se inserem as mortes violentas pode se mostrar muito significativo para compreendermos melhor esta questão. Observando esta situação podemos inferir como o estado psíquico dos sujeitos desta metrópole pode estar próximo ao dos sujeitos na guerra. Ainda, sobre as relações interpessoais nos tempos de guerra, o autor fala sobre a participação do Estado, que deveria ser o mediador ou apaziguador durante o confronto. Novamente lembramos das semelhanças com a nossa situação atual, ou seja, o Estado e suas instituições que deveriam proteger o sujeito da possível violência, atenuar conflitos, ou limitar as ações violentas estão longe desta postura na nossa realidade atual. A postura do Estado pode ser caracterizada como de indiferença, hostilidade e até agressividade em relação aos sujeitos. Aliás, muito semelhante àquela já vivida nas relações sociais cotidianas.

“Os povos são mais ou menos representados pelos Estados que formam, e esses Estados, pelos governos que os dirigem. Nessa guerra, o cidadão individual pode, com horror, convencer-se do que ocasionalmente lhe cruzaria o pensamento em tempos de paz – que o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la, tal como o sal e o fumo. Um estado beligerante permite-se todos os

malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo”. (Freud, 1974 vol. XIV pg. 315 e 316).

Talvez, essa situação descrita para a guerra, esteja mais presente hoje do que em qualquer momento. A crueldade e a agressividade dos órgãos que representam o Estado se mostram explicitamente, e nos fazem refletir sobre a essência humana. Freud aborda a desilusão do homem perante o mundo e seus semelhantes durante a guerra em que vivia.

Entretanto, ele inverte este raciocínio sobre esta desilusão. Ele a coloca num espelho e questiona o inverso: não o que levou a tanta desilusão, e sim, o sentido das ilusões. A teoria freudiana leva a marca de determinista e pessimista, baseada nos princípios sobre a essência humana que Freud assegurou através de suas observações clínicas e culturais. Porém, observamos que tais colocações que anteriormente pareciam um exagero ou um negativismo em relação à humanidade mostram-se cada vez mais contemporâneas.

Neste texto vemos como Freud trata a questão das ilusões, ou seja, a necessidade característica do humano de embalar a realidade intolerável com fantasias repletas de imaginário, que iludem a realidade e a torna mais suportável. Agora, trazemos a citação do autor que evidencia estas afirmações:

“A pesquisa psicológica –ou, falando mais rigorosamente, psicanalítica – revela, ao contrário, que a essência mais profunda da natureza humana consiste em impulsos instintuais de natureza elementar, semelhantes em todos os homens e que visam à satisfação de certas necessidades primevas. Em si mesmos, esses impulsos não são nem bons nem maus. Classificamos, esses impulsos, bem como suas expressões, dessa maneira, segundo sua relação com as necessidades e as exigências da comunidade humana. Deve-se admitir

que todos os impulsos que a sociedade condena como maus (tomemos como representativos os egoísticos e cruéis) são de natureza primitiva.

Esses impulsos primitivos passam por um longo processo de desenvolvimento antes que se lhes permita tornarem-se ativos no adulto. São inibidos, dirigidos no sentido de outras finalidades e outros campos, mesclam-se, alteram seus objetos e reverterem, até certo ponto, a seu possuídos. Formações de reação contra certos instintos assumem a forma enganadora de uma mudança em seu conteúdo, como se o egoísmo se tivesse transmutado em altruísmo ou a crueldade em piedade.” (Freud, 1974. vol. XIV pg 317 e 318).
Continuando:

“Nossa mortificação e nossa penosa desilusão em virtude do comportamento incivilizado de nossos concidadãos do mundo durante a presente guerra foram injustificados. Basearam -se numa ilusão a que havíamos cedido. Na realidade, nossos concidadãos não decaíram tanto quanto temíamos porque nunca subiram tanto quanto acreditávamos. O fato de a coletividade de indivíduos da humanidade, os povos e Estados, terem mutuamente ab-rogado de suas restrições morais, naturalmente estimulou esses cidadãos individuais a se afastarem momentaneamente da constante pressão da civilização e concederem uma satisfação temporária aos instintos que vinham mantendo sob pressão”. (Freud, 1974. vol. XIV pg.331 e 322).

Vemos nesta citação Freud alertando que a desilusão com a humanidade, uma das grandes decepções na sua época, na verdade, tem um outro sentido. Ou seja, uma das ilusões criadas pelo homem foi justamente a sua imagem, como um ser bom e civilizado.

O autor analisa a questão da desilusão no homem de um outro ângulo. Ele encontra uma ilusão desmedida do próprio homem a seu respeito, talvez para tolerar a realidade de sua própria condição. Assim sendo, no momento em que o homem horroriza-se com os atos da humanidade (naquela época ou atualmente), está apenas se defrontando com a realidade exposta da essência humana. A violência, de outras épocas de guerra e a violência cotidiana de hoje, seriam apenas nosso íntimo revelado.

Nos aproximando da nossa época, esta tese coloca um estudo que tem como objetivo abordar a violência contemporânea e as suas mortes violentas. Aqui apresentamos uma breve síntese deste percurso.

Na parte teórica deste trabalho adotamos como referência principal à teoria psicanalítica, e nos apoiamos nesta para refletir sobre o tema da violência na sociedade contemporânea. Assim, esclarecemos ao leitor que nos próximos capítulos vamos selecionar e compilar as referências da teoria psicanalítica que nos deram base para a reflexão sobre a violência contemporânea. Ou seja, pesquisamos nos textos de autores clássicos, como Sigmund Freud e Jacques Lacan, os elementos teóricos que estavam relacionados às questões estudadas no trabalho. Outros autores que fazem interface com esta postura teórica, ou que estudam a questão da violência, também foram incorporados neste trabalho.

Sabemos que o conceito de violência na sociedade contemporânea é polissêmico, e assim este tema pode ser abordado por vários ângulos diferentes e enfocando diversas formas de violência. Mesmo reconhecendo estas diversas manifestações da violência, como a violência contra a infância; a violência doméstica; a violência contra grupos específicos de raça, gênero, classe; a violência psicológica; a violência institucional, etc; optamos por um recorte específico e único da violência.

Nossa tese está pautada mais especificamente ao que denominaremos “*mortes violentas*”, ou seja, as mortes decorrentes por homicídios do grupo de causas externas do C.I.D.12. Escolhemos esta forma de violência por considerarmos esta a expressão máxima e irreconciliável da violência, e também, pelas proporções estatísticas que este evento vem assumindo no município de São Paulo.

Como vimos o tema da violência pode ser abordado por inúmeros recortes e com diferentes abordagens teóricas, pois se trata de um tema amplo, complexo e com muitas leituras possíveis. Mas, neste trabalho vamos nos situar num enquadre específico, ou seja, vamos pesquisar e estudar o tema da violência a partir dos óbitos por homicídio ocorridos no município de São Paulo (ano 2002) e discutir as manifestações sob forma de discursos e imagens que ocorrem em torno destes eventos. Apenas para nortear o leitor vamos citar os tópicos principais deste trabalho:

- Um levantamento epidemiológico dos óbitos por homicídio no ano de 2002, no município de São Paulo e no distrito administrativo Do Tremembé e no bairro escolhido para o trabalho de campo (Vila Albertina).
- Uma descrição etnográfica do processo do trabalho de campo: um retrato da Vila e um percurso no campo.

- Uma análise de fotografias (imagens) da violência produzidas por moradores do bairro escolhido para o trabalho de campo (Vila Albertina).
- Uma análise dos discursos sobre a violência que apareceram na mídia televisiva no ano de 2002, elegendo um dos inúmeros programas que abordam este tema na televisão (Programa “Linha Direta” da TV Globo). A escolha da análise dos discursos da mídia sobre a violência ocorreu pelo fato de creditarmos à mídia a síntese de todos os discursos da violência que circulam na nossa sociedade, ou seja, o discurso policial, médico, sanitário, o religioso-moral, o psiquiátrico, o jurídico e outros.

O detalhamento sobre a forma como será conduzido o trabalho de campo será discutido mais adiante, aqui estamos apenas levantando o aspecto geral do trabalho.

O levantamento epidemiológico deste trabalho tem como objetivo fundamentar nossas considerações de forma objetiva, ou melhor, estatística; pois sabemos que tratamos de um tema polêmico que merece dados concretos para alicerçar nossa discussão.

Quanto ao percurso etnográfico pretendemos revelar o cotidiano da população da Vila Albertina e como esta se relaciona com a violência. A inclusão desta forma de abordagem na pesquisa se deve a influência que os métodos da antropologia tem neste trabalho. Na nossa pesquisa de mestrado aprendemos com a antropologia a importância de recuperar, registrar e descrever “o olhar de dentro” do campo. (Geertz, 1989). Assim, tentamos mostrar como a população local vive a violência e mostramos um diário de campo que mostra uma versão, um recorte, uma interpretação, um dos muitos olhares que é possível colocar sobre aquela região.

A análise de fotografias produzidas pela população local tem o mesmo sentido do percurso etnográfico, ou seja, queremos captar e registrar em imagens o “olhar de dentro” sobre a violência.

A inclusão da análise dos discursos da mídia sobre a violência ocorreu quando encontramos um evento referente à violência que despertou nosso interesse pelo tema. Este evento é um programa da mídia televisiva da sociedade contemporânea que trata exclusivamente de fatos violentos, crimes, homicídios, agressões físicas, etc; e que elabora de forma muito peculiar e sugestiva o tema violência. Este programa “re-trata” eventos reais de violência, que geralmente culminam em homicídios, através de encenações e simulações. Este processo leva ao curioso aspecto de que a realidade se transforma em ficção, e posteriormente é transmitida para a população, que se transforma em telespectadores. Assim, a violência cotidiana e seus mortos, com a qual a população convive na realidade (e que teoricamente não necessitaria ser mostrada), é colocada como discurso e imagem de ficção para a mesma população.

Salientamos, que há uma grande ambigüidade, por parte da própria emissora que produz o programa e também por parte do telespectador, em determinar se o mesmo é ficção ou representação da realidade. Talvez esta questão não tenha sentido, pois ficção e representação da realidade se fundem. E, assim, o simulacro toma o lugar da realidade!

Cabe ressaltar que esta ênfase na questão dos discursos e imagens da violência, televisivas ou produzidas pela população local, ocorreu devido ao próprio objeto a ser abordado, a violência. Observamos que as questões que circulam em torno da violência, os crimes, os homicídios, as mortes não-naturais, os criminosos, as vítimas, estão todas revestidas de inúmeros discursos e imagens. Ocorre como se houvesse uma “atração natural” entre *as mortes violentas* e as imagens e discursos, e foi seguindo esta “atração

natural” que delineamos nosso trabalho teórico e de campo. Posteriormente, esta própria atração entre estes dois eventos se tornou objeto da nossa pesquisa.

Temos como hipótese que os discursos e as imagens da violência são construções “imaginárias” que tentam inserir a violência numa rede de significação. Este evento parece resistir a significação pois sempre retorna quase intacto e novos discursos o tentam recobrir.

O início deste trabalho partiu de um dos aspectos da dissertação de mestrado, “O suicídio como espetáculo na metrópole de São Paulo: cenas, cenários e espectadores” (Marquetti, 1997), onde abordamos o suicídio e sua relação com a cidade a partir das cenas suicidas ocorridas em vias públicas. Durante o trabalho de mestrado observamos que estávamos circulando no “espaço da morte” e que o “suicídio público” (conforme conceituamos na ocasião) era um dos eventos que propõe o diálogo entre a morte e a cidade. Um evento repleto de significações, que comporta vários discursos, mas que não é o único fenômeno que propõe o diálogo entre a morte e a cidade. Assim, fomos levados pelo próprio trabalho de campo do mestrado a percorrer outros *‘lugares da morte’* e observar qual articulação apresentavam com a cidade. Neste trajeto pesquisamos os cemitérios católicos e judaicos, o Serviço Funerário Municipal, o Instituto Médico Legal, o Corpo de Bombeiros, O Centro de Valorização da Vida, Serviços Médicos de Urgência (que atendiam suicidas), o metrô (local de grande frequência de suicídios), etc.

Como parte dos resultados obtidos nesta parte da pesquisa de mestrado observamos que em torno da morte circula uma série de restrições, proibições, códigos, etiquetas, que a levam cada vez mais longe dos homens. Na nossa cultura ocidental a morte foi progressivamente silenciada, temida e hospitalizada através dos séculos, isto é, ela raramente escapa às restrições que ocorrem quanto ao seu lugar, quanto a sua forma, ao seu momento, quanto aos rituais que a cercam.

Percebemos algo de fundamental importância sobre o suicídio, e que agora propomos para as “*mortes violentas*” em geral: estas formas de morte são as únicas que escapam ao “padrão de morte ocidental” descrito por Ariès (Ariès, 1989). Portanto, vamos discutir alguns conceitos deste historiador que auxilia na compreensão da cultura da morte na atualidade e como as “mortes violentas” contrapõem este padrão.

Por vários séculos, todo um milênio, até as primeiras modificações no século XII, a morte como define o autor era a “*Morte Domesticada*”. (Ariès, 1989). Na mentalidade desta época a morte era uma fase natural da vida que fazia parte do destino coletivo da humanidade, e com a qual o homem estava familiarizado, e aceitava-a como uma ordem da natureza a qual estava imediatamente integrado. Ressalta-se que nesta época o homem tinha um sentido de coletividade e de pertencimento a ordem da natureza muito maior que atualmente, e assim sendo, a morte que pertencia ao destino coletivo e natural era recebida com aceitação.

Áries, analisando registros históricos dessa época, chega a algumas conclusões importantes sobre a morte e seu entorno nesta época: a morte era esperada e preparada pelo moribundo, a morte era pública e sem drama.

Quanto a primeira, o moribundo estava prevenido de sua morte, sabia que ela ia chegar por uma intuição pessoal (sinais naturais), por conhecimento das formas de chegada da morte com a qual estava acostumado a conviver, e ele próprio preparava a sua morte e esperava-a no leito de morte. O moribundo era ativo na preparação da sua morte, nos procedimentos necessários para sua recepção e sempre sabia da sua chegada. Muito diferente dos padrões desta nossa época onde o moribundo desconhece a chegada da morte, geralmente é enganado por aqueles que sabem sobre sua chegada, e quanto à preparação desta é totalmente passivo.

Outro aspecto completamente diferente é que a morte era organizada e pública, dizia respeito a parentes, amigos, vizinhos, crianças, aos transeuntes da rua que seguiam o sacerdote, e o quarto do moribundo convertia-se num lugar público. A morte era uma cerimônia organizada pelo moribundo e pública. Afastar crianças, estranhos e parentes, das questões e do momento da morte, transformando-a em algo privado e íntimo é uma prática da nossa época.

E a última, e mais importante, conclusão do autor é que a morte se passava sem dramaticidade, pois se ela era um evento da natureza à qual o homem estava profundamente enraizado, e do destino coletivo, não havia motivo para drama. Os ritos da morte eram aceitos com simplicidade, com seu cerimonial, como as outras fases da vida, mas sem emoção excessiva. Vejamos a citação do autor:

“Assim, se morre durante séculos ou milênios. Num mundo submetido à mudança, a atitude tradicional perante a morte aparece como uma massa de inércia e de continuidade. A atitude antiga, em que a morte é simultaneamente familiar, próxima e atenuada, indiferente, opõe-se muito à nossa, em que a morte provoca medo, a ponto de nem ousarmos dizer-lhe o nome. Por isso eu designarei aqui esta morte familiar como a *morte domesticada*. Não pretendo dizer que a morte anteriormente tenha sido selvagem, uma vez que deixou de o ser. Quero dizer, pelo contrário, que ela se tornou selvagem nos nossos dias”. (Ariès, 1989. pg. 25).

Esta *morte selvagem* dos dias de hoje que precisa ser controlada, “higienizada”, isolada e temida não existia anteriormente, este novo padrão de relação com a morte foi sendo construído gradativa e lentamente. Essas modificações levaram séculos para ocorrer,

não sendo possível haver lembranças desta outra forma de convivência com a morte, o que nos leva a pensar, que a relação do homem com a morte sempre foi como nos dias de hoje. Outra transformação gradual relacionada à morte e que ajuda a compreender o padrão de morte atual e suas diferenças com o anterior, refere-se à convivência entre vivos e mortos. Apesar da familiaridade com a morte, os antigos temiam a vizinhança com a morte e mantinham-nos afastados espacialmente, ou seja, o destino dado aos corpos dos mortos era o enterramento fora das cidades. Também, mantinham o afastamento simbólico através dos cultos funerários, que tinham o objetivo de impedir o regresso dos mortos. (Ariès, 1989)

Essa prática começou a se transformar quando os mártires da época que eram enterrados em necrópoles fora da área urbana começaram a atrair sepulturas de homens comuns para perto de si. Isto ocorria porque se acreditava que os mártires dariam proteção do inferno aos mortos, similar a proteção dos pecados que davam em vida. Nos subúrbios das cidades basílicas foram construídas para o enterramento dos santos e aglomeravam em torno de si sepulturas dos cristãos e pagãos que desejavam a proteção do mártir. Como descreve o autor:

“Chegou um momento em que a distinção entre os subúrbios onde se enterrava *ad sanctos*, porque se estava *extra urbem*, e a cidade, sempre interdita as sepulturas desapareceu (...).

A separação entre a abadia cemiterial e a igreja catedral ficava deste modo abolida. Os mortos, já misturados com os habitantes dos bairros populares dos subúrbios, que se tinham acumulado ao redor das abadias, penetravam no coração histórico das cidades. A partir de então, deixou de haver diferença entre a igreja e o cemitério.”(Ariès, 1989. pg. 27).

Conforme descreve Ariès, os mortos entraram nas cidades, das quais estiveram afastados por milênios, através das igrejas que na Idade Média era composta pela nave, pelo campanário e o cemitério. Segundo o autor, o cemitério da Idade Média, e nos séculos XVI e XVII (já na época das Luzes) era um pátio retangular colado a uma das paredes da igreja e nas outras paredes estavam as galerias onde havia ossários que eram decorados com crânios e membros como forma de arte. Os ossos assim dispostos como arte vinham das valas comuns dos pobres que eram amontoados sem caixão, quando a vala ficava cheia, era fechada e abria-se outra. Quando a vala antiga era reaberta os ossos secos eram transportados para os ossários, usados como decoração, ou serviam de material para fabricação de ornamentos. Os ricos eram enterrados no interior das igrejas, mas na terra sem sepulturas, e depois iriam para os ossários. Isto revela que na Idade Média não se importava com a individualização e o destino dos ossos, o que de fato importava era estar próximo dos santos enterrados na igreja. Nesta época, não existia a necessidade de cada morto ter seu local próprio, definitivo e individualizado.

Outro fator interessante é que estes espaços de “igreja – cemitério” eram locais públicos, com circulação de muitas pessoas e com outras práticas e atividades acontecendo no local. Havia atividades de comércio, feiras, locais para a prática de dança e jogos, lojas, mercadores, algumas casas habitadas que formavam um bairro e outros serviços eram prestados no cemitério. Enfim, o cemitério tornou-se um lugar público, o espetáculo dos mortos não assustava mais os vivos que a idéia da morte com a qual já estavam acostumados, havia uma familiaridade com a própria morte e com os mortos.

Quando comparamos as atitudes desta época frente à morte e aos mortos, com a nossa cultura da morte atual, ficamos perplexos com tamanha estranheza destes hábitos.

Atualmente, os mortos têm o direito a um enterramento, um local individual, definitivo ou de longo prazo, e principalmente, separado dos vivos. Ou será o contrário, os vivos conquistaram o direito de manter os mortos separados ?

De qualquer forma, o que podemos observar quanto a este aspecto geográfico é que atualmente estamos totalmente apartados dos mortos e sem esta convivência íntima entre vivos e mortos.

Se fizermos uma relação dos aspectos levantados entre a época anterior e atual podemos encontrar pólos de opostos:

- A morte conhecida e esperada pelo moribundo X a morte desconhecida e inesperada pelo moribundo.
- Moribundo sujeito ativo na cerimônia da morte X moribundo passivo na cerimônia.
- A morte como evento público X a morte evento privado.
- A morte sem dramaticidade, natural X a morte como drama.
- A convivência no mesmo espaço entre vivos e mortos X a separação entre vivos e mortos.

Compreender como as atitudes diante da morte se transformaram tanto será nosso objetivo acompanhando o autor na sua historiografia da morte. Áries conceitua a fase seguinte em relação à morte como “*A morte de si próprio*” e refere neste período a tomada de consciência do homem da sua morte individual.

A posição anterior em relação à morte foi parcialmente alterada durante a segunda metade da Idade Média, a partir dos séculos XI e XII, foram modificações foram lentas,

gradativas e sutis. Estas alterações transformaram a morte em um evento com sentido pessoal, dramático, e principalmente, num evento onde se perdeu a familiaridade com a morte.

Como vimos, a familiaridade com a morte estava ancorada numa concepção coletiva de destino, isto é, o homem estava profundamente socializado e vinculado à natureza. A morte fazia parte de um conjunto de eventos todos naturais e coletivos, vindo daí a sua aceitação sem dramaticidade.

Um dos fenômenos que alterou a relação do homem com a morte foi a preocupação com a particularidade de cada indivíduo, questão que nascia na mentalidade coletiva naquela época. O autor escolhe alguns fatos da história para demonstrar a ocorrência deste fenômeno de individualização do homem: a transformação da representação do Juízo Final, a mudança do Juízo Final para o momento da morte e o aparecimento do cadáver nas artes da época.

Na representação do Juízo Final no período anterior não havia nem julgamento, nem condenação, os mortos que pertenciam à Igreja, e que lhe confiavam seus corpos, repousavam até o dia do regresso onde despertariam no Paraíso. Nesta concepção de morte e retorno ao paraíso não havia responsabilização individual, contagem de boas e más ações, e sim, apenas o destino coletivo do Paraíso para àqueles que eram entregues e enterrados na Igreja.

Esta concepção muda a partir do século XII, na nova cena surge na ressurreição dos mortos a separação dos justos e dos condenados. O autor cita a presença na iconografia da época da “*pesagem das almas*”, onde cada homem era avaliado pelas suas boas e más ações que são ~~separadas~~ nos dois pratos da balança. A idéia de Juízo que prevalece é de um Tribunal de Justiça e Cristo é o Juiz que avaliará cada homem. Há também um Livro da

Vida, que inicialmente era um recenseamento do Universo, e agora se transforma num Livro de Contas individual que é levado na presença do Juiz-Cristo. Este livro aparece pendurado no pescoço dos ressuscitados como um cartão de identificação, ou como um “balanço de contas”, a ser apresentado à porta do Paraíso. Um dado interessante é que este balanço final não era no momento da morte e sim no “Final dos Tempos”, sendo que o autor interpreta isto como uma recusa em assimilar o fim do ser.

Assim, o Juízo Final fica irremediavelmente relacionado a uma avaliação da biografia individual e que acontece no fim dos tempos e não na morte. Esta transformação da cena do Juízo Final de um evento coletivo para um fato individualizado ocorreu lentamente, porém foi uma mudança radical. O destino final do homem não é mais coletivo e depende das suas particularidades, da sua individualidade... A passagem pela morte não é mais caracterizada como um fato natural e coletivo, e sim como um momento de expectativa individual.

O outro fenômeno que o autor analisa no processo de transformação da morte é a passagem do “Dia do juízo Final” do fim dos tempos para o momento da morte e no leito do moribundo. Aqui, o moribundo aparece deitado no leito, rodeado de pessoas e se passa um espetáculo que apenas ele vê: seres sobrenaturais se aglomeram junto à cabeceira do doente, de um lado está a corte celeste e do outro a corte de Satanás.

Deus e o Diabo disputam o moribundo e o “Livro da Vida” do sujeito, Deus não é mais o Juiz, sendo apenas um árbitro ou testemunha, e o moribundo é totalmente passivo em relação a sua morte e seu destino. Outro fato anexado à cena da morte é a presença de Deus e sua corte que observam a atitude do moribundo perante a sua morte. desespero, apego às coisas materiais, arrependimento, etc. Esta atitude no momento da morte pode alterar seu destino e seu julgamento, a derradeira prova substitui o Juízo Final. Dependendo

da atitude diante da sua morte o moribundo pode anular ou acentuar suas pendências no Livro da Vida.

Áries coloca duas conclusões desta nova cena do quarto do moribundo. A primeira é que se aproximou a representação anterior da morte no leito como algo natural e apaziguador com a representação do julgamento individual de cada vida. A morte no leito, esperada e conduzida pelo moribundo como um evento natural, é transformada num juízo peculiar de cada indivíduo, onde este é passivo e aguarda com expectativa a decisão sobre ele.

A segunda conclusão do autor é que a morte adquire um caráter dramático, excessivamente emocional, que não possuía anteriormente. Se a morte era natural, esperada, com um desfecho conhecido e coletivo, não havia motivo para associá-la a uma carga emocional excessiva. Portanto, estas transformações foram responsáveis pela dramaticidade atribuída a morte, retirando desta o caráter de uma passagem natural.

O terceiro fenômeno que o autor analisa na transformação da morte naquele período é o que denominou de “*O transi*”. Ele refere-se ao aparecimento do cadáver na literatura e iconografia da época, ressalta que o aparecimento do cadáver putrefato, semi-decomposto tem um caráter diferente das representações da “morte seca”, com ossos, crânios e esqueletos que já existia. O surgimento do cadáver, a dissolução do corpo, é interpretado como um amor, um apego à vida pelo homem da época. O horror da morte física, que o cadáver significa, e a comparação com a beleza da vida, estavam ausentes na mentalidade da época anterior. A decomposição é o sinal da ruína do homem e surge como um sentimento profundo do macabro. Porém, esta ruína física não está associada apenas com a morte, mas com a doença, com a velhice e com o sentimento de fracasso. O homem da Idade Média tinha consciência aguda da morte, e ela estava presente no interior de si

mesmo e por isso tinha paixão pela vida. O autor compara esta relação entre ruína e morte da época anterior e a nossa:

“Hoje em dia o adulto tem, cedo ou tarde, e cada vez mais cedo, o sentimento de que fracassou, de que sua vida de adulto não realizou nenhuma das promessas da adolescência. Este sentimento este na origem do clima de depressão que alastra nas classes remediadas das sociedades industriais. Este sentimento era absolutamente estranho às mentalidades das sociedades tradicionais (...) Todavia, entre o nosso sentimento contemporâneo de fracasso pessoal e o do final da Idade Média, existe uma diferença muito interessante. Atualmente, não estabelecemos nenhuma relação entre o nosso fracasso vital e a nossa mortalidade humana. A certeza da morte e a fragilidade da nossa vida são estranhas ao nosso pessimismo existencial.” (Ariès, 1989. pgs. 37 e38).

Nestes três fenômenos que se processaram durante a segunda metade da Idade Média, o autor propõe uma articulação. Ou seja, ele acredita que se aproximaram esses três tipos de representações mentais: a da morte, a da biografia individual e do apego à vida. Questões que anteriormente estavam separadas tornaram-se profundamente vinculadas, trazendo modificações no conceito de morte do homem. A morte tornou-se desta forma o lugar onde o homem conhece melhor a si mesmo: sua biografia e seu próprio fim.

Outro aspecto interessante deste período, que reitera as conclusões do autor quanto à questão da individualização do sujeito, foi o aparecimento das sepulturas individuais.

Os mortos deixaram de ser enterrados “*ad sanctos*” (nas igrejas) anonimamente e surgem túmulos, lajes, inscrições, efígies, placas e retratos que identificam os mortos e seus lugares de enterramento. Segundo o autor tratava-se da vontade de individualizar o local da

sepultura e de perpetuar a lembrança do morto. Porém, o que importava mais era o registro da identidade do morto e menos o lugar exato da sepultura.

“Captamos aqui esta mudança no espelho da morte: *speculum mortis*, poderíamos dizer, à maneira dos autores do tempo. No espelho da sua própria morte, cada homem redescobria o segredo da sua individualidade. (...) O homem das sociedades tradicionais, que era o da primeira Idade Média, mas que era também o de todas as culturas populares e orais, resignava-se sem dificuldade maior à idéia de que somos todos mortais. Desde meados da Idade Média, o homem ocidental, rico, poderoso ou letrado reconhece-se a si mesmo na sua morte: ele descobriu *a morte de si próprio*.” (Ariès, 1989. pg.41).

A partir do século XVIII, a atitude perante a morte na sociedade ocidental permanece exaltada, dramática e impressionante, porém, o homem passa se preocupar menos com a sua própria morte e surge com maior frequência nos discursos “*A morte do outro*.”

O autor refere que ocorreu um grande fenômeno durante os séculos XVI a XVIII, fenômeno não concreto, não palpável, e de difícil observação. Este fenômeno se situou nos “fantasmas”, no “imaginário” e que obrigou o historiador a converter-se em psicanalista.

A morte foi carregada de um sentido erótico e este fato pode ser atestado pela iconografia e literatura da época: associou-se amor e morte. Vamos colocar alguns exemplos citados por Ariès, de temas macabros- eróticos: algozes atléticos e nus arrancam a pele de São Bartolomeu, na união mística de Santa Tereza e Deus associa-se, inconscientemente, as imagens de agonia e transe amoroso, os apaixonados Capuletos figuram no túmulo, na literatura negra o jovem monge e a bela morta. (Ariès, 1989). Não

podemos aqui reproduzir toda a análise do autor, mas nos reportamos a sua obra para afirmar essa nova relação da morte com o erótico.

A consequência fundamental desta nova articulação é que a morte assume um caráter de “transgressão” como o ato sexual. Ambos como um ato que arranca o homem da sua vida cotidiana e natural, este ato que o lança no mundo irracional, violento e cruel. Como vimos anteriormente, a morte era algo natural, em continuidade com a vida, sem nada de assustador, violento ou transgressivo. Essa nova forma da morte que o autor constata no século XVIII, violenta, como ato de ruptura, sexualizada, merece uma profunda reflexão. Este tema não está nos objetivos do nosso trabalho, mesmo assim, guardamos algumas questões sobre esta associação. Porque morte e sexualidade se associaram? E, se essa associação era presumível (pelo menos, segundo a psicanálise) porque aconteceu nesse determinado período histórico? Esta associação está como pano de fundo atualmente nas relações *voyeuristas* da mídia com a morte?

Segundo o autor esta característica erótica da morte foi gradativamente sublimada e convertida em Beleza na nossa cultura ocidental. A morte passa a ser admirável pela sua beleza, e o autor, denomina esta de “morte romântica”. Assim, a morte é carregada de emoção, rezas, gestos de desespero, de beleza mórbida, sofrimento, e também, a simples idéia da morte já traz estes sentimentos. Não é necessária a morte concreta, objetiva de algum ser querido para ser suscitados estes sentimentos, somente sua idéia já coloca em movimento tais aspectos.

Essa morte romantizada, dramática, embelezada, mostra um fascínio mórbido. Segundo Ariès, nesta fase ocorreu o processo de sublimação da imagem erótico-macabro

em relação à morte do período anterior. Assim, esta postura inédita diante da morte é a primeira grande mudança no final do século XVIII.

A outra mudança se refere a um deslocamento da preocupação da morte de si próprio (característica do período anterior) para uma angústia em relação à morte do outro. A atitude das pessoas, amigos, parentes, que sobrevivem ao morto se alterou muito durante os séculos, sendo, que isto é atestado pelos formatos do luto. Ariès refere que desde o fim da Idade Média até o século XVIII, o luto tinha dupla finalidade: obrigava a família do morto a manifestar um desgosto, que nem sempre sentia, e por outro lado, o luto defendia a pessoa sinceramente enlutada de um desgosto excessivo impondo determinadas atitudes sociais (receber visitas, não se isolar, etc) e um tempo determinado para o fim do luto. Assim, o luto e os sentimentos pela morte do outro eram fixados pelas conveniências sociais.

No século XVIII esse limite social em relação ao luto não é mais respeitado e o “enlutamento” manifesta-se com ostentação: choro, perda dos sentidos, jejum, definhamento e até manifestações de loucura. O autor ressalta que há um aparente retorno à espontaneidade diante da morte da alta Idade Média. Mas na verdade, pode-se classificar este, na visão psicológica, como um luto histérico no século XIX. Observamos a coincidência do luto chamado de histérico, por Áries, ocorrer justamente no período onde se associam morte e sexualidade. Coincidência ou não, a histeria é caracterizada como o quadro psicopatológico pleno de signos da sexualidade nos seus sintomas. Talvez, nada mais natural para uma morte erotizada neste período, que um luto histérico!

Este exagero do luto mostra que os sobreviventes à morte aceitam com mais dificuldade a morte do outro, neste deslocamento teme-se a morte do outro e não a de si próprio.

O culto moderno dado aos túmulos, sepulturas e cemitérios é prova desta transformação, desta preocupação, angústia com a morte do outro. A cultura do sepultamento passou do enterramento *ad sanctus* junto às igrejas, coletivo, indiferenciado quanto ao seu local para sepulturas individuais, localizadas, passíveis de visita, em propriedade particular. Os túmulos tornaram-se sinais da presença do morto além da morte, resposta da afeição e da dificuldade de separação dos sobreviventes que se agarram aos seus restos. O autor observa que esta nova prática de sepultamento não ocorreu somente com os povos ligados ao cristianismo. E esse culto aos mortos traduziu-se nos grandes projetos arquitetônicos de cemitérios como locais de visita, parques, jardins. Visita-se o túmulo do morto como se vai à casa de um familiar vivo. O cemitério reconquistou a cidade depois de ter sido expulso séculos antes.

“No século XIX, pensa-se, e sente-se mesmo, que a sociedade se compõe simultaneamente dos mortos e dos vivos, e que os mortos são tão significativos e necessários como os vivos. A cidade dos mortos é o inverso da cidade dos vivos, ou, mais propriamente que o inverso, a sua imagem, e a sua imagem intemporal. É que os mortos passaram o momento da mudança e os seus monumentos são os sinais visíveis da perenidade da cidade.” (Ariès, 1989. pg.51).

Nesta visão o cemitério e seus mortos são o inverso da cidade viva. Inverso que remete ao reflexo, a imagem do espelho, sempre igual e invertida. A morte como projeção especular da vida termina por negar o próprio fim, a própria morte. O cemitério é a própria negação da morte. Temos nesta fase diante da morte um conjunto muito peculiar: morte

erotizada, morte embelezada, romantizada, morte do outro, luto histórico, culto aos cemitérios, espelhos dos vivos.

Observamos que na época atual encontramos traços na nossa cultura dos mortos desta fase mais próxima a nós, ainda guardamos relações e sentimentos similares àqueles com os nossos mortos. Podemos presenciar o romantismo da morte em algumas situações, as manifestações históricas de luto e, principalmente, o deslocamento da angústia para a morte do outro.

Na última fase da postura diante da morte, descrita pelo autor, nos encontramos na época atual, na modernidade. Esta fase foi denominada como “*A morte interdita*”. Esta nova atitude diante da morte nos interessa particularmente, pois se dá no nosso contexto cultural, na época onde está inserida a nossa pesquisa. Trata-se de como a modernidade e a sua tecnologia abordam a morte, o moribundo, as cerimônias e rituais da morte, etc.

Portanto, vamos gradativamente comparar as reações diante da morte natural com as mortes violentas, não-naturais. Veremos como estas escapam do enquadre técnico dado à morte pela modernidade.

A “*morte interdita*”, a última fase que o autor descreve sobre as transformações sociais em relação à morte ocorreu de forma mais intensa nos últimos trinta anos. A morte se transformou, gradualmente através dos séculos, de um evento próximo e familiar até um fenômeno que suscita nojo, algo vergonhoso, objeto de interditos nos dias de hoje. Observemos como aconteceram estas aceleradas mudanças nos últimos anos.

Ariès observa que esta mudança se iniciou numa área cultural restrita, ou seja, na América, Inglaterra e Países Baixos, e agora se alastra em quase todos os países. Essa nova atitude diante da morte começa ainda no século XIX, onde o moribundo é “poupado” de

saber seu estado e quando isto lhe é comunicado, não é mais a família que faz esta revelação “cruel”. A verdade sobre a morte começa a manifestar problemas.

A princípio esconder a proximidade da morte, mentir sobre sua chegada era um ato para poupar o doente. Mas, posteriormente, surge um sentimento diferente, é necessário poupar à sociedade e ao círculo de relações próximas ao moribundo do: incômodo, da emoção forte dos transtornos provocados pela agonia, da presença da morte. A morte não deve atrapalhar a vida, o cotidiano, a felicidade, que deve estar sempre presente, sentimentos característicos da modernidade... Quando comparamos esta situação com as mortes violentas surge toda a diferença: a morte violenta não pode ser omitida, ela não é anunciada pela família ou pelos técnicos da morte (médicos e outros), se coloca por si mesma. E, fundamentalmente, ela interrompe todo cotidiano, toda harmonia, fazendo um corte na vida daqueles que a presenciam. A morte se expõe.

Entre 1930 e 1950 uma outra mudança radical acelera essa nova fase: a transferência do local da morte, da casa para o hospital. O hospital ou asilo de miseráveis de épocas anteriores era um centro médico onde se curava e se lutava contra a morte. A função curativa estava presente, mas gradativamente além de lugar para a função curativa, passa-se a considerá-lo como local privilegiado para a morte. Posteriormente, nesta evolução do papel do hospital, vai-se para o hospital porque os médicos não conseguiram curar o doente. Assim, o doente é levado para o hospital não para ser curado, e sim para morrer.

A morte no hospital é transformada completamente, é abolido o ritual da morte presidido pelo moribundo em meio aos amigos e parentes. A morte passa a ser um fenômeno técnico obtido pela parada dos sentidos e decidido pelo médico. O moribundo, geralmente, já perdeu a consciência, mas a morte é decomposta, segmentada em várias

fases técnicas. Surge a dúvida moderna: a morte ocorre no momento de perda da consciência ou quando cessa a respiração ? A decisão de qual é o momento da morte é técnica e substitui totalmente a ação ritual e dramática em torno da morte. Na época atual, ninguém mais espera por semanas à cabeceira do moribundo pelo momento da morte.

Vimos que no século XIX, a iniciativa do moribundo sobre a sua morte passa para a família. Na época atual, a iniciativa passou da família para o médico e seu hospital.

Estes decidem o momento e as circunstâncias da morte, e se esforçam para obter do doente um “estilo aceitável diante da morte” como refere Ariès, ou seja, uma morte aceitável, tolerável para os sobreviventes. Ocorrem casos embaraçosos onde o moribundo se recusa a desempenhar o “modelo aceitável” e desencadeia uma emoção intensa que deveria ser evitada no hospital e na sociedade.

Novamente, quando comparamos esta tecnologia da morte de causas naturais com as mortes violentas mostram-se todas as diferenças: as mortes violentas são as únicas que ocorrem fora do âmbito do hospital, elas se mostram publicamente, e sem qualquer possibilidade de controle técnico quanto a tempo e espaço. A morte violenta nada tem de aceitável, desencadeando reações intensas.

Outro ponto significativo na nova cultura-tecnologia da morte refere-se ao corpo: reduz-se a um mínimo as operações destinadas a fazer o corpo desaparecer. No hospital temos a rápida preparação do corpo pelos técnicos: os parentes são obrigados a se separar do moribundo antes mesmo da morte, eles não podem assistir à morte no hospital ou mesmo ver o morto, a família não prepara o seu morto, os sinais da morte são disfarçados por meios específicos, quando não é possível “disfarçar” a morte fecha-se o caixão, enfim, a preparação para a eliminação do corpo do morto é rápida e eficiente.

O corpo do morto nas mortes violentas é exposto, a morte muitas vezes assistida, seus vestígios estão impregnados no local, enfim, a morte não pode se “disfarçada”.

Outro ponto é que as cerimônias e rituais em torno da morte passam nesta fase a ter um caráter discreto: as condolências à família são suprimidas, não se usa vestuário de luto, o velamento do corpo é rápido, o local do velamento é “adequado”, o velório e não mais a casa, e o desgosto e suas manifestações deve ser solitário... As manifestações demasiado visíveis em torno da morte inspiram repugnância, segundo o autor, e são vistas como sintoma de “desarranjo mental”. Comparemos com uma morte violenta onde as manifestações são inevitáveis.

A visitação aos túmulos diminui muito nesta nova fase e a incineração com dispersão de cinzas é o meio mais radical para desaparecer qualquer vestígio do morto. Sem restos mortais, sem túmulo, sem visitas, sem recordação da morte!

Nesta última fase da história da morte no ocidente de Ariès encontramos uma morte insípida, higiênica, sem emoção, controlada no tempo e no espaço, maquiada, rápida, cemitérios como jardins e sem túmulos, famílias sem luto, enfim, todos os signos da morte são gradualmente abolidos ou minimizados.

Ariès ressalta que seria um engano acreditar que essa nova atitude revela uma indiferença aos mortos. Observa que esse recalçamento do desgosto, do luto traz prejuízos aos afetos próximos dos mortos. Esses fenômenos citados pelo autor constituem um interdito à morte: aquilo que anteriormente era obrigatório em relação à morte passa a ser proibido.

Segundo o sociólogo inglês G. Gorer, a morte se converteu no tabu do século XX e substituiu o sexo como principal interdito da cultura. Ao mesmo tempo, que as proibições em relação ao sexo foram afrouxadas, as reações de rejeição e afastamento com a morte

foram acentuadas no século XX. Entretanto, quando este novo interdito surge articula-se com ele novas transgressões: as mortes violentas. Estas mortes violentas ao escaparem às restrições impostas pela cultura moderna e tecnológica se colocaram como uma forma transgressão.

Neste fenômeno encontramos a morte sem higiene, sem discrição, sem controle no tempo, sem disfarces, em locais inadequados para a morte, públicos e com toda emoção que lhe cabe.

Concluindo, vemos que a morte na nossa sociedade ocorre longe dos olhos das pessoas, quase sempre é tratada como um evento de domínio médico-hospitalar, ela é controlada no tempo e espaço, a aparência da morte é oculta (com o tratamento estético dado ao morto pelas funerárias), inúmeros rituais fúnebres a escamoteiam, e muitos outros atos fazem o “envoltório” que nos afastam da morte. Entretanto, as *mortes violentas* burlam parte destes mecanismos, elas trazem à cena a morte explícita, sem seus disfarces, e revelam aos olhos do mundo aquilo que é velado, aquilo que é o não-nomeado, aquilo que é interdito.

Sobre este ponto encontramos no texto de S. Freud “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (Freud, 1974. vol.XIV) uma interessante discussão sobre a atitude do homem diante da morte, o autor destaca, o que nos parece muito pertinente para o caso aqui abordado, o impacto psíquico causado no homem durante a guerra quando o número de mortes aumenta de forma avassaladora. Ou seja, a atitude do homem para com a morte, e a possível mudança de postura diante desta, quando somos confrontados por um aumento do número de mortes “não naturais”. Para compreender a questão da morte no sujeito temos de partir de um ponto fundamental, isto é, como o homem representa sua própria morte. A representação psíquica para a teoria psicanalítica é a forma pela qual o homem toma

contato com os objetos do meio externo, os investe com a pulsão e os internaliza no seu psiquismo. Vejamos a definição de representação:

“Representação ou grupo de representações em que a pulsão se fixa no decurso da história do sujeito, e por meio da qual se inscreve no psiquismo”. (Laplanche, 1991. pg 455).

Como o homem representa sua própria morte? Ou seja, como o homem investe a pulsão na idéia de sua morte? Como a fixa no seu psiquismo como parte de sua história? Aqui, começam os problemas entre o homem e sua morte, pois a própria morte é impossível de ser representada. A lógica do inconsciente não permite a negatividade do próprio sujeito. Portanto, o homem permanece toda a vida tratando sua própria morte com subterfúgios psíquicos, que permitem negá-la, distanciá-la, projetá-la, racionalizá-la, enfim, justificar a própria morte. Observemos as colocações de Freud sobre as questões da morte, sua representação e como esta teve que mudar diante da guerra:

“A qualquer um que nos desse ouvidos nos mostrávamos, naturalmente, preparados para sustentar que a morte era o resultado necessário da vida, que cada um deve à natureza uma morte e deve esperar pagar a dívida –em suma, que a morte era natural, inegável e inevitável. Na realidade, contudo, estávamos habituados a nos comportar como se fosse diferente. Revelávamos uma tendência inegável para por a morte de lado, para eliminá-la da vida. Tentávamos silenciá-la; na realidade, dispomos até mesmo de um provérbio {em alemão}: “pensar em alguma coisa como se fosse a morte”. Isto é, como se fosse nossa

própria morte, naturalmente. De fato, é impossível imaginar nossa própria morte e, sempre que tentamos fazê-lo, podemos perceber que ainda estamos presentes como espectadores. Por isso, a escola psicanalítica pôde aventurar-se a afirmar que no fundo ninguém crê em sua própria morte, ou dizendo, a mesma coisa de outra maneira, que no inconsciente cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade”. (Freud, 1974. vol. XIV pg 327).

A maioria das pessoas trata a morte como algo natural, como algo absolutamente necessário em toda forma de vida e o aberrante seria não morrer. Mas cometemos um equívoco, essa postura é absolutamente racionalizada, pois, se não podemos representar nossa morte como ela pode ser natural? Talvez, toda morte seja sentida como violenta, na medida em que morte alguma é natural.

Entretanto, a maioria das mortes comporta uma série de rituais que visam preservá-las, afasta-las, restringi-las dos homens, e quando uma morte violenta ocorre tais restrições são abolidas abruptamente e a morte se expõe. Assim, as mortes “naturais” que ocorrem no espaço e momento desejado pelos rituais nos parecem mais amenas ou mais toleráveis.

Entretanto, na medida que o homem não pode representar a própria morte, ela não pode ser encarada como um fato natural e, portanto, sempre será uma violência, uma ruptura, uma solução de continuidade no processo de imortalidade imaginário.

A naturalidade atribuída à morte é tão questionável que o próprio argumento humano sobre ela é repleto de ambigüidades.

Acreditamos que ela é natural e decorrente do processo de vida, mas também, gostamos de acreditar que são acidentes que as causam, infortúnios, causas externas ao sujeito, e assim acreditamos que esta não é um processo interno.

Observamos que aceitar as mortes ocorridas por motivos externos ou “não-naturais” é mais difícil, pois somos colocados diante da morte sem subterfúgios, de forma visível e próxima, sem seus rituais de afastamento. Mas, na medida em que colocamos a causa da morte fora do sujeito, atribuindo esta ao exterior, ela deixa de ser algo interno e certo para o homem. A morte torna-se responsabilidade do acaso e do exterior.

Na relação dos homens com as mortes “naturais”, a distância do fenômeno da morte é mantida, os rituais são respeitados, porém, em contrapartida, a morte está colocada no interior do homem. Assim, a morte sendo atribuída ao exterior ou ao interior do homem, o coloca diante da mesma angústia, sua condição de “faltante”.

Esta situação ambígua do homem em relação à morte parece um dilema contínuo do qual é impossível escapar, mas comporta muitos recursos para atenuá-lo. Sobre uma das facetas desta discussão o autor ressaltava:

“Essa nossa sensibilidade não impede, naturalmente, a ocorrência de mortes; quando uma de fato acontece, ficamos sempre profundamente atingidos e é como se fossemos muito abalados em nossas expectativas. Nosso hábito é dar ênfase a causação fortuita da morte –acidente, doença, infecção, idade avançada; dessa forma, traímos um esforço para reduzir a morte de uma necessidade para um fato fortuito. Grande número de mortes simultâneas nos atinge como algo extremamente terrível”. (Freud, 1974. vol. XIV pg 328).

Tomemos esta observação para refletir sobre as mortes por causas externas que ocorrem atualmente, ou as mortes por acidentes, como disse o autor. As mortes por causas externas exercem um certo fascínio sobre a população em geral. Além, de fatores importantes relacionados à agressividade humana, estas mortes causadas pelo externo

podem nos aplacar de sabermos que a morte é interna. Não poderia ser este um dos motivos presentes nesta atração pelas mortes violentas ?

Porém, conforme aponta o autor o dilema continua, pois se o número dessas mortes externas se torna muito grande a nossa crença na fatalidade da morte é abalada, e sentimos isto como algo terrível. Muito semelhante parece ser a nossa relação atual com as mortes violentas: fascínio e medo.

Por outro ângulo podemos compreender esta atração em relação às mortes violentas e a sua visão, o da representação artística. A arte propicia a encenação da morte, a elaboração desta, sem que tenhamos que vivê-la de fato. Na época atual, assistimos a uma substituição gradativa das formas de arte tradicionais (teatro, poesia, romances, cinema) por meios populares de diversão: como a televisão substituindo o teatro e o cinema e os jornais populares substituindo a literatura. Portanto, nesses meios de interação que chamamos de “mídia” encontramos substitutivos para a arte em geral, e como podemos observar eles estão repletos de cenas, discursos e imagens de violência. Freud comentava:

“Constitui resultado inevitável de tudo isso que passemos a procurar no mundo da ficção, na literatura e no teatro a compensação pelo que se perdeu na vida. Ali encontraremos pessoas que sabem morrer – que conseguem inclusive matar alguém. Também só ali pode ser preenchida a condição que possibilita nossa reconciliação com a morte: a saber, que por detrás de todas as vicissitudes da vida devemos ainda ser capazes de preservar intacta uma vida, pois é realmente muito triste que tudo na vida deva ser como num jogo de xadrez, onde um movimento em falso pode forçar-nos a desistir dele, com a diferença, porém, de que não podemos começar uma segunda partida, uma revanche.

No domínio da ficção encontramos a pluralidade de vidas de que necessitamos. Morremos com o herói com o qual nos identificamos; contudo, sobrevivemos a ele, e estamos prontos a morrer novamente, desde que com a mesma segurança, com outro herói”.(Freud, 1974. vol. XIV pg 329).

Aqui, podemos encontrar uma das explicações para os inúmeros quadros sobre violência que vemos surgir na mídia como forma de comunicação, informação e entretenimento. As mortes por causas externas aumentaram sua frequência; o que levaria a necessidade de elaborar tal fato com a forma de “arte” disponível para a maioria das pessoas na nossa época. A compensação procurada na ficção estabilizaria a angústia presente em relação à morte explicitada no nosso cotidiano. O ato de conceituar as formas de mídia como ficção ou como “retrato” da realidade é alvo de inúmeras polêmicas que não podemos discutir neste trabalho. Mas observamos que o elo entre a mídia e a suposta realidade sugere ser muito frágil, talvez, caracterizando a mídia como apenas mais um discurso repleto de imaginário que trata da violência.

I) A PULSÃO DE MORTE E SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA: O ETERNO MAL-ESTAR DA CIVILIZAÇÃO.

A aproximação dos textos de Freud que tratam da pulsão de morte é inevitável. Um dos conceitos mais complexos e polêmicos da teoria psicanalítica exige uma aproximação gradual. Mesmo assim, nossa utilização dos conceitos psicanalíticos que cercam a pulsão de morte, para pensar a violência não poderá ser taxativa, visto todas as nuances do problema. Elegemos o texto “Além do princípio do prazer” (Freud, 1974 vol.XVIII), para refletir sobre o conceito da pulsão de morte e suas articulações, pois foi neste texto que o autor iniciou sua incursão sobre a pulsão de morte.

Este trabalho nos traz a vantagem de mostrar como Freud formulou passo a passo este conceito intrincado, e muitas vezes inaceitável para alguns quando é formulado abruptamente. Assim sendo, para não cometermos o equívoco do reducionismo e da simplificação, vamos seguir gradualmente a linha de raciocínio do autor e, também, vamos articular seus conceitos referentes à pulsão de morte com as questões da violência. Inicialmente vamos à conceituação do princípio do prazer e posteriormente ao que Freud apontou existir além ... O princípio do prazer é um dos princípios que regem o funcionamento psíquico; segundo este princípio a atividade psíquica tem por objetivo evitar o desprazer e proporcionar o prazer. Segue o ponto de vista econômico da teoria psicanalítica: visa o equilíbrio das quantidades de energia psíquica no aparelho, na medida em que o desprazer está ligado ao aumento das quantidades de excitação e o prazer à sua redução. Segue uma das citações de Freud sobre o princípio do prazer:

“Os fatos que nos fizeram acreditar na dominância do princípio do prazer na vida mental encontram também expressão na hipótese de que o aparelho mental se esforça por manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou, pelo menos, por mantê-la constante. Essa última hipótese constitui apenas outra maneira de enunciar o princípio do prazer, porque, se o trabalho do aparelho mental se dirige no sentido de manter baixa a quantidade de excitação, então qualquer coisa que seja calculada para aumentar essa quantidade está destinada a ser sentida como adversa ao funcionamento do aparelho, ou seja, como desagradável”. (Freud, 1974. vol. XVIII pg.19).

Em contrapartida ao princípio do prazer coloca-se o princípio da realidade, que visa a mediação da busca do prazer, pois modifica o princípio anterior e a satisfação não se efetua pelo caminho mais curto, mas sim, faz desvios, se adia em função das condições impostas pelo mundo externo.

“Sabemos que o princípio do prazer é próprio de um método primário de funcionamento por parte do aparelho mental, mas que, do ponto de vista da auto-preservação do organismo entre as dificuldades do mundo externo, ele é, desde o início, ineficaz e altamente perigoso. Sob a influência dos instintos da auto-preservação do ego, o princípio do prazer é substituído pelo princípio da realidade. Este último princípio não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante, exige e efetua o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer”. (Freud, 1974. vol. XVIII pg.20).

Com o funcionamento deste dois princípios Freud descrevia a maioria dos processos psíquicos, até que se depara com fenômenos que contrariam este funcionamento, que não podem ser explicados com este par de princípios. Assim, inicia na teoria psicanalítica um percurso pelos sonhos de repetição na neurose traumática, pela repetição nos jogos infantis, pela compulsão à repetição nas neuroses, pela idéia de destino que tem a maioria das pessoas que sofrem um infortúnio que se repete e pela repetição na transferência no processo analítico.

O que havia em comum nestes fenômenos tão diversos era a repetição de situações que estavam longe de oferecer prazer ao sujeito e que, claramente remetiam ao desprazer. Como explicar então uma busca de desprazer mesmo pelas pessoas consideradas normais, e até mesmo como uma etapa do desenvolvimento no caso dos jogos infantis das crianças?

Começemos pelos sonhos nas neuroses traumáticas e observaremos como Freud percorreu este caminho:

“O estudo dos sonhos pode ser considerado o método mais digno de confiança na investigação dos processos mentais profundos. Ora, os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas possuem a característica de repetidamente trazer o paciente de volta à situação de seu acidente, numa situação da qual acorda em outro susto. Isso espanta bem pouco as pessoas. Pensam que o fato da experiência traumática estar-se continuamente impondo ao paciente, mesmo em sono, se encontra, conforme se poderia dizer, fixado em seu trauma...Não é de meu conhecimento, contudo, que as pessoas que sofrem de neurose traumática estejam muito ocupadas, em suas vidas despertas, com lembranças de seus acidentes. Talvez, estejam mais interessadas em *não* pensar nele. Qualquer um que aceite,

como algo por si mesmo evidente, que os sonhos delas devam à noite fazê-las voltar à situação que as fez cair doente, compreendeu mal a natureza dos sonhos. Estaria mais em harmonia com a natureza destes, se mostrarem ao pacientes quadros de seu passado sadio ou da cura pela qual esperam. Se não quisermos que os sonhos dos neuróticos traumáticos abalem nossa crença no teor realizador de desejos dos sonhos, teremos ainda uma saída: podemos argumentar que a função de sonhar, tal como em muitas pessoas, nessa condição está perturbada e afastada de seus propósitos, ou podemos ser levados a refletir sobre as misteriosas tendências masoquistas do ego.” (Freud, 1974. vol. XVIII pg 24 e 25).

Esta é a ponta do novelo que vai se desenrolar até a pulsão de morte, a aparente incoerência nos sonhos de repetição. Se os sonhos eram, incontestavelmente, realização de desejos não era possível conceber dentro do funcionamento do princípio do prazer e princípio da realidade, um sonho que realiza o desprazer. Um sonho onde o desejo realizado é lesivo ao próprio sujeito que sonha, somente é possível, se seu desejo é este. Este dado simples, quase acidental, na teoria freudiana faz uma reviravolta na mesma.

Outros dados corroboravam que algo estava fora de lugar na teoria, como a repetição nos jogos infantis. Freud observa que está presente do desenvolvimento infantil uma fase onde as crianças sempre repetem os mesmos atos lúdicos, solicitam as mesmas brincadeiras aos adultos, as mesmas seqüências são exigidas. Ele explora muitas possibilidades nestes jogos, sendo que muitas compatibilizam com o princípio do prazer, porém, um ponto não se submete a esta explicação. Ele observa que as crianças, invariavelmente, repetem cenas de partida, ausência do objeto amado, e situações onde são reprovadas, castigadas, por aqueles que amam. A criança não poderia sentir como agradável a partida da mãe, ou a sua reprovação, como explicar isto pelo princípio do

prazer ? A criança ao repetir a cena, sempre invertia os papéis, e assim, passava da posição passiva à ativa. O princípio do prazer podia estar atuando nesta repetição, mas com um detalhe significativo, o prazer estava articulado à agressividade. O autor citava sobre estas brincadeiras:

“De um ponto de vista não preconcebido, fica-se com a impressão de que a criança transformou sua experiência em jogo devido a outro motivo. No início, achava-se numa situação passiva, era dominada pela experiência; repetindo-a, porém, por mais desagradável que fosse, como jogo, assumia papel ativo. Esses esforços podem ser atribuídos a um instinto de dominação que atuava independentemente de a lembrança em si mesma ser desagradável ou não.”(Freud, 1974. vol. XVIII pg. 27).

O autor vai coletando indícios da vida psíquica que não se explicam pelo princípio do prazer, e que, vão assinalando algo de novo, de não formulado, que apresenta características de agressividade (o masoquismo nos sonhos da neurose traumática) e de atividade (as crianças que repetem uma experiência negativa e dolorosa para inverter uma situação de passividade e serem ativas ao menos no lúdico). No caso das crianças, observa-se que elas, também, têm prazer na agressividade, na medida em que reproduzem as cenas invertendo a situação dolorosa.

Aqui, levantamos novamente a questão de como as manifestações que envolvem a violência, as cenas de violência expostas pela mídia em geral, são aceitas com muita veemência. Aquilo que, possivelmente, deveria ser da ordem do repulsivo, do doloroso, é repetido inúmeras vezes. Somos colocados frente a estas cenas, e as olhamos

repetidamente. Por qual caminho passa este, quase, fascínio pela violência, pela morte do outro, pelos homicídios ? Talvez possamos fazer um paralelo entre este ingênuo jogo infantil de repetir a cena de desprazer e a repetição das cenas de violência que tanto atraem. Assim, poderíamos descobrir o lado lúdico em assistir cenas de violência na mídia. Seria precipitado tirar conclusões deste tipo a partir de um dado apenas, porém podemos observar que circulamos no terreno do prazer-desprazer, dor, mortificação, prazer pela dominação do outro e o prazer em olhar a dor do outro.

Outra observação que Freud faz na sua prática clínica, e que é dissonante com o princípio do prazer, é a compulsão à repetição dos neuróticos, e mesmo, a compulsão à repetição nas pessoas ditas normais através do destino. Ele observou que seus pacientes neuróticos repetiam na vida atual as experiências desagradáveis do passado. O inconsciente, ou seja, o reprimido que se originou de situações desagradáveis, insiste em voltar e o sujeito repete justamente suas experiências mais dolorosas. Freud questiona:

“Mas, como se acha a compulsão à repetição – a manifestação do poder do reprimido – relacionada com o princípio do prazer ?” (Freud, 1974. vol. XVIII pg. 33).

Que prazer poderia haver em repetir o doloroso, o desagradável ? Semelhante situação observou-se nas pessoas comuns, que reiteradamente, revivem a mesma situação indesejada. Queixa-se do destino, de algo que se repete na sua vida, leva ao infortúnio, e que as arrasta sempre para o mesmo percurso. Freud, em toda sua obra, aproxima o dito normal e o patológico, e nesta situação o faz novamente:

“O que a psicanálise revela nos fenômenos de transferência dos neuróticos, também pode ser observado nas vidas de certas pessoas normais. A impressão que dão é de serem perseguidas por um destino maligno ou possuídas por algum poder demoníaco; a psicanálise, porém, sempre foi de opinião de que seu destino é, na maior parte, arranjado por elas próprias e determinados por influências infantis primitivas. A compulsão que aqui se acha em evidência, não difere em nada da compulsão à repetição que encontramos nos neuróticos...” (Freud, 1974. vol. XVIII pg35).

Assim, mesmo nas pessoas comuns encontramos esta tendência aparentemente contrária ao prazer e que leva o sujeito a repetir o desagradável. Portanto, o que temos em comum nestas diferentes situações encontradas por Freud, no sonho do trauma, nas brincadeiras infantis, na neurose, no destino da pessoa comum, é a repetição e a busca do desprazer. Estas situações não se explicavam nos moldes do princípio do prazer e da realidade, e algo apontava além destes princípios. Este aparente problema teórico levará ao conceito de pulsão de morte e Freud o anuncia:

“Resta inexplicado o bastante para justificar a hipótese de uma compulsão à repetição, algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais instintual do que o princípio do prazer que ela domina. Mas, se uma compulsão à repetição opera realmente na mente, ficaríamos satisfeitos em conhecer algo sobre ela, aprender a que função corresponde, sob que condições pode surgir e qual é a sua relação com o princípio do prazer...” (Freud, 1974. vol. XVIII pg 37).

Assim, a teoria psicanalítica se aproximou desta concepção polêmica da pulsão de morte, que acredita que o homem é regido não apenas pela busca ao prazer, mas, também pela busca ao desprazer, à destruição e agressividade, à ausência de excitação, enfim, a busca da morte. Posteriormente, este tema foi aprofundado, tornando-se um dos núcleos teóricos da psicanálise, e que reorganizou toda teoria. Na sequência de “Além do princípio do prazer”, Freud indaga sobre o caráter de instinto que a compulsão à repetição parece possuir.

Ele observava o fenômeno da repetição no desenvolvimento infantil e, invariavelmente, no tratamento psicanalítico. Questiona-se como seria a explicação para um instinto cuja tendência é a repetição, e não a evolução, como estamos acostumados a pensar.

A concepção evolucionista de Darwin, que sempre influenciou Freud, começa a se desfazer na sua obra. O autor debate-se longamente nestas idéias, busca auxílio na lógica da biologia para conduzir uma linha de raciocínio coerente entre os conceitos anteriores da psicanálise e a descoberta deste novo instinto. Vamos, resumidamente, abordar alguns pontos que são centrais nesta articulação:

“Mas como o predicado de ser “instintual”, se relaciona com a compulsão à repetição? Nesse ponto, não podemos fugir a suspeita de que deparemos com a trilha de um atributo universal dos instintos e talvez da vida orgânica em geral que até o presente não foi claramente identificado ou, pelo menos, não explicitamente acentuado. *Parece, então, que um instinto é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas*, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças

perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica.” (Freud, 1974. vol. XVIII pg. 53 e 54)

Aqui, o autor faz uma total inversão nos conceitos que estamos habituados a aceitar: o impulso instintual na vida orgânica seria a manutenção de um equilíbrio, uma inércia, uma tentativa de restauração da constância sempre que é perturbada. As forças externas que produzem o que chamamos de vida evolutiva são vistas como perturbadoras e o organismo com sua capacidade elástica tende a aplacá-las. Freud complementa:

“Essa visão dos instintos nos impressiona como estranha porque nos acostumamos a ver neles um fator impelidor no sentido da mudança e do desenvolvimento, ao passo que agora nos pedem para reconhecer neles o exato oposto, isto é, uma expressão da natureza *conservadora* da substância viva... Suponhamos, então, que todos os instintos orgânicos são conservadores, que são adquiridos historicamente, e que tendem à restauração de um estado anterior de coisas... Esses instintos, portanto, são fadados a dar uma aparência enganadora de serem forças tendentes à mudança e ao progresso, ao passo que, de fato, estão apenas buscando alcançar um antigo objetivo...Estaria em contradição à natureza conservadora dos instintos que o objetivo da vida fosse um estado de coisas que jamais houvesse atingido. Pelo contrário, ele deve ser um estado de coisas antigo, um estado inicial de que a entidade viva, numa ou noutra ocasião, se afastou e ao qual se esforça por retornar através de tortuosos caminhos ao longo dos quais seu desenvolvimento conduz.” (Freud, 1974. vol. XVIII pg 54, 55 e 56).

Nestas colocações observamos que o objetivo de toda a vida é a morte. Existe sempre uma tentativa de retorno às coisas inanimadas, da qual o organismo vivo fez parte, e o processo ou curso da vida nada mais é do que este caminho de volta ao inanimado. Às vezes mais longo, outras vezes mais curto, mas inevitavelmente, chega-se ao mesmo desfecho. Morre-se por razões internas, ou seja, é o próprio corpo que procura este caminho de volta ao inanimado. Neste ponto, vemos o autor retomar a discussão da morte como fato interno-externo ao sujeito e o conseqüente dilema humano em colocar a morte no exterior ou admiti-la dentro de seu próprio corpo. Agora, ele reafirma que as intempéries a que o corpo é submetido não são a causa da morte, estas questões externas e acidentais, são apenas secundárias no processo de vida que é o caminho de volta ao inanimado. Lembremos que a pulsão de morte sempre esteve articulada a agressividade humana, e que, tal pulsão nada mais é que esta agressividade voltada para o próprio Eu. No caso das neuroses traumáticas, no desenvolvimento infantil, no “destino” dos infortunados vemos a agressividade dirigida ao próprio sujeito. A psicanálise sempre alertou que a agressividade característica do humano tem apenas dois caminhos principais por onde pode ser escoada: o meio externo (o outro) ou o próprio sujeito (o Eu).

Esta reformulação radical de conceitos tão complexos e intrincados, como a questão da vida e da morte, a gênese de cada uma delas, da relação entre meio interno e externo, biológico e psíquico, trouxe conseqüências fundamentais e irreversíveis para todas as ciências humanas. Estas reflexões também remetem a indagações sobre o teor da morte e da vida, e talvez, por isso causaram tanta polêmica e interpretações errôneas. Porém, encontramos em outros autores colocações similares que apontam este conflito vida-morte, e como não é totalmente elaborado pelos homens.

No texto “A violência” de R. Dandoun, ele fala a respeito do tempo e como este pode ser vivenciado como ruptura, como perda irreparável, e que é esta passagem do tempo que articula o sujeito com a morte.

“Sabemos muito bem que não existe experiência mais imediata, mais direta, mais total, mais pura, mais universal – portanto, mais absolutamente humana – que a do instante que passa, que escapa, diz-se de forma irrevogável, irreversível, irreparável – experiência mais banal, mais evidente e mais continuamente cotidiana, mais propícia às banalidades e, ao mesmo tempo, aquela que nem por um instante, é o caso de se dizer, é capaz de afinar a lâmina, de apontar a precisão. A vida psíquica se constrói e se mantém apesar de reparar, viver é uma contínua reparação – e eis que o tempo nos coloca, estridente violência, diante do absoluto irreparável...A violência do tempo encrava na alma perdas irremediáveis – memória rompida, desabada, da mesma forma ela encrava na carne, com uma eficácia precisa e cega, esta marca do envelhecimento...Enfim, no próprio movimento da vida impiedosamente traçada sobre a aproximação da morte”. (Dandoun, 1998).

Não seria esta uma outra forma de falar sobre a pulsão de morte, e como esta nos arrasta, inevitavelmente, para ela ? O tempo atua como violência, o próprio envelhecimento e a aproximação inevitável da morte é uma forma de violência. O homem nasce com esta marca (e consciência) de uma morte irremediável. A consciência deste fato, deste corte no processo de vida atua no psiquismo do sujeito como um limite irreparável. A morte se torna a manifestação mais pontiaguda da violência.

“Com a morte o tempo deixa no ser do homem uma violência aberta, como se diz de uma ferida, que nunca se fecha, apesar das pedras tumulares, coroas de flores, rezas, trabalhos de luto e festividades rituais. A morte não dá início apenas a violência pesada, opaca, massificada, de um mistério inapreensível – a indignação irredutível que ela representa, sua violência intrínseca, reflui insistentemente sobre toda existência anterior, sobre cada uma das efêmeras vibrações do ser vivo, para colori-los com reflexos funestos da Falta, infalível corte da violência”. (Dandoun, 1998).

Trazemos a morte dentro de nós, apesar de todos os rituais de expurgação que tentamos contra ela. A morte coloca esta falta fundamental, sempre presente no sujeito de forma implacável. Pensemos o que acontece, então, quando esta morte implícita, contida no interior, se expõe de forma clara com nas mortes violentas.

Certamente, encontramos aqui uma questão fundamental que deve ser considerada. Vamos tentar articular esta concepção de vida-morte que Freud introduziu nas ciências humanas, e que outros autores corroboraram, com a questão da violência, dos óbitos por causas externas ou como denominamos das “*mortes violentas*”.

Tradicionalmente, nos vários discursos que encontramos na sociedade contemporânea, observamos as mortes violentas como aquelas que são causadas por questões externas ao sujeito.

Vamos refletir sobre os homicídios: o discurso muda de posição, mas sempre, a causa da morte é atribuída ao externo, a algo incontrollável, inexorável, mas que está fora do sujeito. Estes fenômenos que são responsabilizados pelas mortes violentas podem ser vários: a miséria, o governo, as drogas, o destino, forças espirituais negativas, o caráter moral do homicida, o estado mental do homicida, a sexualidade desregrada dos envolvidos,

etc. Geralmente, nos discursos sobre o tema da responsabilidade do homicídio, a causa flutua externamente aos sujeitos envolvidos. Mesmo, quando o homicídio é atribuído ao caráter moral, ou mental, do homicida, estes aspectos são tratados como algo que extrapola o sujeito, algo que não pertence a ele. Quando, então, se trata de responsabilizar esferas mais abstratas, como o governo, as drogas, a miséria, aí o discurso se torna mais genérico, mais impalpável, parecendo que os óbitos por homicídio são algo pertencente a um terreno divino. Enfim, parece-nos que estes discursos cumprem, no geral, um papel de afastar as “mortes violentas”, torná-las algo abstrato, distante, incompreensível e, principalmente, não pertencente ao gênero humano.

Aqui, não queremos discutir qual discurso sobre os homicídios é mais aceito, mais ético, mais científico ou verdadeiro. Estamos apenas abordando a aparente função de tais discursos, ou seja, afastar as mortes por causas externas do domínio humano. Que, como já vimos, são as únicas que trazem a morte explicitamente para nosso convívio na sociedade atual.

Quando comparamos estes discursos da sociedade sobre as mortes violentas com as colocações da psicanálise encontramos no mínimo um abismo. O conceito de pulsão de morte coloca esta dentro do domínio humano, ou seja, incorporou algo que reiteradamente foi colocado para fora, expurgado, banido.

Portanto, o que desejamos colocar nesta discussão é como a morte, no caso as “mortes violentas”, pertencem à esfera humana e como o homicídio e toda agressividade que o acompanha são provenientes do humano. Gostaríamos de ressaltar que não há nenhuma intenção em responsabilizar individualmente os sujeitos pela violência, e sim, evidenciar que a violência é produto do gênero humano.

Citamos mais uma colocação de Freud sobre a pulsão de vida e de morte, que resvala nos casos de morte por causas externas ao sujeito:

“As implicações referentes aos grandes grupos de instintos que, segundo acreditamos, jazem por trás dos fenômenos da vida nos organismos, devem parecer não menos desnorteantes. A hipótese de instintos de auto-conservação, tais como os atribuímos a todos os seres vivos, alteia-se em acentuada oposição à idéia de que a vida instintual, como um todo, sirva para ocasionar a morte. Vista sob essa luz, a importância teórica dos instintos de auto-conservação, auto-afirmação e domínio diminui grandemente. Trata-se de instintos componentes cuja função é garantir que o organismo seguirá seu próprio caminho para a morte, e afastar todos os modos possíveis de retornar a existência inorgânica que não sejam os imanentes ao próprio organismo. Não temos mais de levar em conta a enigmática determinação do organismo (tão difícil de encaixar em qualquer contexto) de manter sua própria existência frente a qualquer obstáculo. O que nos resta é o fato de que o organismo deseja morrer apenas do seu próprio modo. Assim, originalmente, esses guardiões da vida eram também os lacaios da morte. Daí surgir à situação paradoxal de que o organismo vivo luta com toda a sua energia contra fatos (perigos, na verdade) que poderiam auxiliá-lo a atingir mais rapidamente seu objetivo de vida, por uma espécie de curto-circuito. Tal comportamento, entretanto, é precisamente o que caracteriza os esforços puramente instintuais, contratados com os esforços inteligentes.” (Freud, 1974.vol. XVIII pg 57).

Assim, a morte transforma-se em algo interior ao sujeito, alcançada por ele, como o final de um processo, para o qual o organismo caminha. Este organismo deseja chegar a

norte pelo seu próprio caminho, naturalmente, e a pulsão de vida tentará evitar os encurtamentos deste processo.

O curto-circuito, ao qual se referiu o autor, pode ser as mortes por causas externas, quando o organismo é interrompido no seu processo natural de morte. Nesta visão, essas mortes ganham outra magnitude, são evitadas de forma instintual pela pulsão de vida, mas fazem parte do jogo. Talvez, a melhor pergunta para conduzir nossas indagações, seja o porquê deste “curto-circuito” ocorrer com tanta frequência na sociedade atual. A pulsão de morte parece ganhar sua disputa com as forças de auto-conservação da pulsão de vida. Concluímos:

“Pode também ser difícil, para muitos de nós, abandonar a crença de que existe em nós nos seres humanos um instinto para a perfeição, instinto que os trouxe a seu atual alto nível de realização intelectual e sublimação ética, e do qual se pode esperar que zele pelo seu desenvolvimento em super-homens. Não tenho fé, contudo, na existência de tal instinto eterno e não posso perceber porque essa ilusão benévola deva ser conservada” (Freud, 1974. vol. XVIII pg 60).

Nesta mesma linha de argumentação a respeito da natureza do homem encontramos novamente algo muito pertinente para nosso tema de trabalho no ensaio acerca do “*homo iolens*” de Roger Dandoun. (Dandoun, 1998). O autor argumenta como a noção tradicional de *homo sapiens* realça de modo narcisista as características e aptidões intelectuais do homem às custas de omitir outras dimensões determinantes da estrutura humana, como a dimensão da violência. O autor introduz outra característica que considera primordial e

essencial, o ser humano é definido como “*homo violens*”, pois ele acredita que este é estruturado, fundamentalmente pela violência.

Dandoun ressalta como a violência é sempre tratada como uma reação, como algo eruptivo que surge alheio à vontade do homem, como algo externo e não determinado pelo sujeito. Encontramos nessa crítica do autor algo similar ao que apontávamos nas considerações das “causas externas”, como se as mortes causadas por homicídio estivessem fora do domínio humano, como se fossem de atribuição de fatos externos ao homem, sempre colocadas do lado de fora. A responsabilidade é distribuída através de vários discursos, da fatalidade, da loucura, da falta moral, da miséria, do governo, mas nunca do homem. Vejamos a colocação do autor:

“Geralmente só levamos em conta os aspectos externos da violência, as manifestações e expressões múltiplas que remetem a fatores – políticos, psicológicos ou outros – sobre os quais o homem parece não ter qualquer domínio, fatores que lhe seriam impostos, a contragosto, violentamente, poder-se-ia dizer. Privilegia-se, desta maneira, uma concepção “eruptiva de violência” que se expõe em termos incessantemente retomados: “erupções de violência”, evidentemente, mas também, “ondas de violência”, “explosões de violência”, e ainda, “recrudescência”, “escalada”, “engrenagem de violência” – enquanto que são rechaçadas a “violência cega” e “as origens da violência de onde quer que elas venham”.

Tratada assim, a violência tende a figurar apenas como um dado quase anedótico, não importando quão sinistro ou mortífero, ou de modo mais conseqüente, como um acontecimento repentino, imprevisível, surgido de alguma fatalidade histórica, que oscila

comodamente para o lado do mero desvario, do absurdo, da loucura. a menos que alguma tradição religiosa faça da mesma uma encarnação do mal e do pecado.” (Dandoun, 1998).

Esta argumentação do autor pareceu importante para nossa pesquisa pois vemos uma linha de pensamento similar a da psicanálise sobre a essência do homem, vinda de outra fonte, de outra referência teórica. Ao longo do seu trabalho o autor baseia as suas opiniões através da exposição de três figuras da violência: o Gênese, o Extermínio e o Terrorismo. Ele mostra como nestas três instâncias a violência coloca-se como intrínseca ao homem, não podendo ser banida para o lado de fora como mera reação. Certamente, não podemos reproduzir aqui todo o pensamento e argumentação do autor, que nos pareceu muito convincente, mas gostaríamos de colocar sua visão muito particular sobre O Gênese.

Estamos acostumados a ver o Gênese como a criação do mundo por um bondoso Deus, repleta de generosidade, e culminando com a criação máxima de Deus, o homem. Dandoun levanta aspectos do Gênese que passam despercebidos, cenas repletas de violência, agressividade, egoísmo, e toma o Gênese e sua violência como metáfora, como parâmetro para os homens e seus relacionamentos. Refere que o maior ensinamento do texto bíblico é: “No começo ...era a violência.” Listemos as principais violências da bíblia.

O assassinato de Abel pelo irmão Caim, e o motivo a recusa de Jeová em receber as oferendas trazidas por Caim, só aceitando as de seu irmão Abel. Vemos um Deus egoísta e caprichoso, que ao aceitar apenas o presente de um dos filhos semeia a disputa e a inveja que culminarão num fratricídio. Adão e Eva castigados com uma ferocidade desmedida porque cometeram uma transgressão em busca do prazer, violência que será impingida a todos os homens e mulheres descendentes deles. O dilúvio trazido por Deus para destruir

tudo e todos, menos alguns eleitos da arca de Noé, comparável a um extermínio. O castigo da torre de Babel, ato insano para bloquear a ambição dos homens.

Observada por este ângulo, a bíblia revela seus exemplos de violência e de solução de conflitos pela agressividade. Além disto, temos a referência da bíblia que Deus criou o homem a sua imagem e semelhança: um homem moldado a partir deste Deus violento.

“As figuras de violência desdobradas no Gênese parecem incrustadas no nosso imaginário, o qual elas colore e nutrem num perpétuo refluxo. Imagens primordiais e sempre ativas – Adão e Eva, a Serpente, Caim, o Dilúvio, a Torre de Babel - tem valor de arquétipo e funcionam como modelos de referência aos quais, obscuramente, continuamos a nos aludir.” (Dadoun, 1998).

II) O “INSIMBOLIZÁVEL” E A VIOLÊNCIA: A DOMESTICAÇÃO DA VIOLÊNCIA PELOS DISCURSOS.

Uma aproximação entre o conceito psicanalítico de Real de J. Lacan e as formas de violência manifesta na nossa sociedade será o objetivo deste tópico, assim sendo, tentaremos alcançar o que existe de Repetição, de Real, de inassimilável e de não-representado nos atos de violência.

Lembremos novamente que neste trabalho conceituamos violência no seu aspecto descritivo com os casos de morte denominados como “mortes por causas externas” (ou seja, mortes que ocorrem por causas não-internas ao corpo, como homicídios, suicídios, atropelamentos, acidentes e outras). Esta denominação é bastante sugestiva. Essas mortes são externas a que ? Externas ao corpo ? Externas quanto à causa? Externas ao biológico?

Ao menos, podemos observar uma situação onde a área da saúde, de origem e posição positivista, reconhece seus limites (pela linguagem) e coloca para fora de seu domínio um grupo de mortes. Este tipo morte apesar de ser classificado pela área da saúde, recebe pouca ou nenhuma contribuição desta área para a sua averiguação e prevenção. Portanto, vamos tentar abordar tais questões de outro ângulo, de outro lugar...

Vamos observar aonde podemos chegar através da simbólica significação deste conceito, causa externa.

Nos perguntamos, o que são estas “causas externas” ? Essa exterioridade articulada a algumas causas de mortes, nos remete a “algo”, que principalmente, não pode ficar

dentro, não pode ser assimilado, não pode ser abarcado pelo social e suas instituições, não pode ser representado.

Observa-se, que a denominação de “causas externas” para as mortes que ocorrem por violência, visa significar algo que escapa ao biológico, transcende ao corpo e até ao psíquico. Isto ocorre na medida em que esses atos nunca são devidamente explicados ou representados, e cuja causa, é dita externa ao sujeito e nunca é totalmente apreendida por ninguém.

Não estaríamos aqui, resvalando no terreno, do que Lacan conceituou como o Real? A seguinte definição do Real na teoria lacaniana pode nos auxiliar:

“O Real juntamente com o Imaginário e o Simbólico, constitui um dos registros mediante os quais Lacan explicita o campo da psicanálise e a antropogênese da espécie humana. O Real aparece como um corte na estrutura do Sujeito... O Real equivale à pulsão de Freud e, como tal, é o que não tem pertinência no discurso psicanalítico. O Real opera como causa e persegue constantemente o sujeito que se encontra protegido pela cena invariável que é o fantasma (imbricação dos dois registros). Quando esta tela fracassa, quando não oferece o controle da mediação entre as relações que o Sujeito do Inconsciente tem com o objeto de seu desejo, o real aparece no vivido do sujeito em todas essas modalidades bizarras em que parece que a “realidade” não está presente: alucinação, fenômeno do outro, ato incontrolado, etc...O real não é objeto de definição, mas de evocação. Aparece no discurso enquanto comanda o desconhecimento. Sempre “fora do jogo” no ato psicanalítico, “fora do jogo” especular do imaginário, o Real tem a ver com o

falta-a-ser, com a ruptura fundamental, com a operação significante e o desejo. O real escapa à simbolização e se situa à margem da linguagem.”(Vallejo, 1979. pg 115).

Nesta citação vemos o autor descrever o Real como algo que escapa a simbolização, algo não apreendido pelo sistema de signos disponível ao homem, e que está sempre presente no sujeito humano como algo que persiste, que comanda, que causa. Esta instância quase inapreensível no sujeito, mas que demonstra sua potência todo tempo, não poderia ser aquilo que escapa ao biológico, ao psíquico e ao social quando tentamos explicar as mortes por causas externas ? Ou seja, mortes violentas!

Entre as modalidades bizarras onde a realidade escapa podemos discutir os atos de violência, que apesar de sua frequência e aparente banalização, mostram-se incompreensíveis, ou melhor, “in-simbolizáveis”. A violência persiste em toda parte, imiscui-se em qualquer grupo social, invariavelmente, atrai os meios de comunicação, que poderiam ser uma forma de simbolização (ou melhor, de especularização). Porém, esta violência parece resistir intocada, como Real que permanece à margem da linguagem.

Sem desconsiderar todas as questões sócio-culturais que envolvem estas mortes por violência, não seria oportuno vasculhar as possíveis razões do humano que pode levar a este “des-acerto”, este “des-compaso”, estes tropeços?

No texto de Freud, “O mal estar da civilização”, ele assinalou de forma magistral os caminhos tortuosos da civilização, e como, as explicações racionalistas deste processo eram limitadas para compreender o fenômeno humano e social. (Freud, 1974. vol. XXI).

Assim, não se trata aqui de uma “psicologização” da violência, mas sim, de uma possível análise de como na estruturação psíquica do sujeito, e portanto, na estrutura social

e cultural. existe algo a ser desvelado que participa desta violência, deste “mal-estar” tão contemporâneo.

Esta mesma discussão, sobre o “não-simbolizável”, é proferida de outro registro por Claude Levi-Strauss, na “Introdução à obra de Marcel Mauss”. E para nos aproximar da discussão do sujeito no coletivo, trazemos algumas contribuições deste autor (Mauss, 1974. vol. I)

Nesta introdução à obra de Mauss identificamos como este fez uma aproximação entre a etnografia/antropologia e a psicanálise. O autor destaca a necessidade de um “inventário sobre o corpo”, ressaltando que a etnografia colheu textos orais e escritos, mas ignorou as numerosas possibilidades de uso cultural deste instrumento comum a todos: o corpo.

Observamos, que este lugar privilegiado do corpo, será retomado pela psicanálise como o lugar da conjunção do físico-psíquico, o lugar de construção e expressão do psiquismo. Corpo, que na sociedade contemporânea, é o lugar e o instrumento da violência.

Ele também, tratou neste texto das relações entre sociologia e psicologia:

“ Uma sociedade deve seus caracteres institucionais às modalidades particulares da personalidade de seus membros, ou esta personalidade se explica por certos aspectos da educação da criança, que são, eles mesmos, fenômenos de ordem cultural?”(Mauss, 1974. vol. I pg. 7)

O autor apontou que a formulação psicológica é apenas uma tradução no plano do psiquismo individual de uma estrutura propriamente sociológica. E no que se refere às relações entre psicopatologia e cultura o autor re-enquadra a questão num prisma oportuno.

Refere que condutas individuais normais são simbólicas apenas quando estão inseridas no coletivo e as condutas psicopatológicas, como são des-socializadas, são de um “simbolismo individual”, e portanto, ilusório. Assim, a redução do social ao psicopatológico é inviável. E mais, observa que cada sociedade em cada época, apresenta estruturas psicopatológicas específicas, o que mostra que a psicopatologia está submetida a uma ordem coletiva, a uma estrutura social. (Mauss, 1974. vol. I)

Levi-Strauss segue esta linha de raciocínio e coloca a doença mental como uma incidência sociológica na conduta do indivíduo, cuja história dissociou parcialmente do grupo. Este sujeito “escapou” da trama simbólica da cultura, pois estes sistemas simbólicos culturais não podem ocorrer de modo integral e satisfatório com todos, sempre havendo aqueles que vão “orbitar” em torno do sistema simbólico. A posição periférica destes ao sistema não impede que façam parte do sistema total, são complementares.

A percepção de uma estrutura simbólica social ampla, mas que, mesmo assim não consegue alcançar todos os sujeitos nela inseridos, é oportuna para explicar a doença mental e outras manifestações “estranhas” do social. E, também, como estes “estranhos”, estes diferentes, são fundamentais como elementos periféricos para a estabilidade do conjunto.

Todas estas colocações aproximam-se da teoria psicanalítica na medida que dão um enfoque diferente à questão do normal-anormal. Para a psicanálise os conceitos de normal e patológico não são uma questão de comportamento padrão e desviante, e sim, uma forma como os sistemas simbólicos estão inseridos no social, e que a inter-dependência do sujeito com o social é determinante.

Aqui, podemos refletir sobre algumas manifestações de violência na cultura da sociedade moderna que são rapidamente “patologizadas” pela ciência oficial. Não seriam estas manifestações “estranhas” ao social algo que circula em torno da rede simbólica da cultura? Observamos, tanto na antropologia de Levi-Strauss, como na psicanálise lacaniana, a percepção de algo que circula em torno do simbólico, da linguagem ou que flutua periféricamente ao social. É nesta linha de pensamento que estamos interessados para refletir sobre a violência, sobre estes fenômenos que resistem como um corte, como aquele “fora-do-jogo” que não pode ser assimilado.

Conforme discutimos, o Real nos aparece como esta causa que opera no sujeito, e da sua articulação com o Imaginário e o Simbólico surge o Desejo.

O sujeito é protegido através de uma tela que se forma entre os registros e é esta imbricação dos registros que permite ao sujeito conviver com a angústia da falta que continuamente persiste no sujeito.

Sobre esta tela J. Lacan mostrou que ela existe no sujeito como um produto traçado pelo Real, Simbólico e o Imaginário, que protege o mesmo. Esta “tela” faz a mediação entre o sujeito, seu desejo e o mundo, e é nela que se projeta todo tipo de “imaginarização” que protege o sujeito do contato direto com o Real que seria insuportável.

Entretanto, o Real persiste no sujeito e não pode ser destruído, ou reprimido, pois é a partir dele que o desejo emerge no sujeito. Lacan tem colocações, que situam historicamente, o momento em que Freud se deparou com o Real, e que são significativas para o tema com o qual tentamos articulá-lo.

“A função da tiquê, do real como encontro – o encontro enquanto que podendo faltar, enquanto que essencialmente é encontro faltoso – se apresenta primeiro, na história

da psicanálise, de uma forma que, só por si, já é suficiente para despertar nossa atenção – a do traumatismo.

Não é notável que, na origem da experiência analítica, o real seja apresentado sob a forma do que nele há de *inassimilável* – na forma do trauma, determinando toda a sua seqüência e lhe impondo uma origem na aparência accidental? Encontramo-nos aí no cerne do que pode nos permitir compreender o caráter radical da noção conflitual introduzida pela oposição do princípio do prazer ao princípio da realidade – é por isso que não se poderia conceber o princípio da realidade como tendo, por sua ascendência, a última palavra.

Com efeito, o trauma é concebido como devendo ser tamponado pela homeostase subjetivante que orienta todo o funcionamento definido pelo princípio de prazer. Nossa experiência nos põe então um problema, que se atém a que, no seio mesmo dos processos primários, vemos conservada a insistência do trauma a se fazer lembrar de nós. O trauma reaparece ali, com efeito, e muitas vezes com o rosto desvelado. Como pode o sonho, portador do desejo do sujeito, produzir o que faz ressurgir em repetição o trauma – senão seu rosto mesmo, pelo menos a tela que o indique ainda por trás?

Concluamos que o sistema de realidade, por mais que se desenvolva, deixa prisioneira das redes do princípio do prazer uma parte essencial do que é, no entanto, e muito bem, da ordem do real.” (Lacan, 1998. pg 57).

O autor retoma o conceito de trauma de Freud para situar o aparecimento do Real na teoria psicanalítica; nos traumas descobriu-se algo de não digerível, algo não passível de simbolização, de inassimilável e que retornava contrariando as leis do princípio do prazer.

O trauma revivido nos sonhos não podia ser visto como realização de desejo, porque então a insistência destas cenas ?

Estas questões colocaram em jogo as relações entre princípio do prazer e princípio da realidade; aquilo que parecia casual e acidental, como disse Lacan, se mostrou determinante.

O trauma na teoria psicanalítica não ocuparia mais o lugar do acidente, do acaso, ou daquilo que foi aleatoriamente determinado pelo externo. Esta cena traumática, que retorna insistentemente, está articulada com o Real. Não seria assim com os atos de violência ? Aquilo que julgamos relacionado à exterioridade do sujeito, ao acaso, às probabilidades da epidemiologia; não seria o encontro com o Real do qual falou Lacan ? Certamente, não podemos afirmar categoricamente, mas lançamos este ponto como uma reflexão neste aglomerado de idéias, onde se situa o conceito de violência.

Neste tópico estamos interessados nas fantasias, neste Imaginário que recobre o real, que vela este “algo” inapreensível ao sujeito. Fantasias que tornam oculta esta força que é o Real, mas que não conseguem dissolvê-lo. Conforme discutimos até agora, acreditamos que, uma das possíveis manifestações do Real seja isto que chamamos de “violência” na nossa sociedade e procuraremos analisar os discursos, repletos de imaginário, que recobrem tal fenômeno.

Citamos outra colocação de Lacan, na qual situa novamente o Real e a tela que o recobre:

“O lugar do real, que vai do trauma à fantasia – na medida em que a fantasia nunca é mais do que a tela que dissimula algo de absolutamente primeiro, de determinante na função de repetição – aí está o que precisamos demarcar agora...” (Lacan, 1998. pg 61).

Dentro deste prisma, abordaremos este Real do trauma, ou o Real da violência, até as fantasias que o recobrem. Assim, vamos tomar como uma das fantasias que envolvem este Real, como tela que o dissimula, os discursos que sobre ele se colocam. Nesse mesmo contexto encontramos colocações de Freud sobre os sonhos e seu processo de elaboração secundária que recobrem algo a ser recalcado, que julgamos apropriadas transpor para a linguagem, e seus discursos.

No capítulo “A psicologia dos processos oníricos” da “Interpretação dos sonhos” (Freud, 1974. vol. IV) o autor através da discussão dos processos oníricos desvenda etapas dos processos psíquicos, onde temos a possibilidade de conhecer pontos fundamentais da teoria freudiana. Não podemos destacar todos os pontos significativos desta leitura, porém, vamos levantar alguns elementos que são mais significativos para a linha de estudo pesquisada.

Como já citamos, o autor toma a questão dos sonhos para exemplificar o funcionamento do aparelho psíquico, sendo que, toma o sonho como fenômeno típico do processo primário do inconsciente. Também, mostra pontos inerentes a vida em vigília, no qual surgem manifestações do inconsciente. É nesta possibilidade de transposição entre os mecanismos do sonho e a vida em vigília que estamos interessados, assim, vamos destacar alguns elementos segundo esta perspectiva, que possam nos auxiliar na compreensão das manifestações humanas.

No capítulo “O esquecimento dos sonhos” do mesmo texto, três pontos abordados pelo autor nos interessou. O primeiro deles a elaboração secundária que ocorre novamente sobre o conteúdo manifesto do sonho, quando o sujeito tenta reproduzir o seu sonho num relato verbal a outro sujeito. Ou seja, o sonho é submetido à elaboração secundária a cada vez que o sujeito reproduz este, além da própria elaboração secundária a que o conteúdo latente do sonho foi submetido. Citando Freud:

“É verdade que deformamos sonhos ao tentar reproduzi-los, aqui encontramos mais uma vez em ação o processo que descrevemos como elaboração secundária do sonho pelo agente que executa o pensamento normal”. (Freud, 1974. vol. IV pg 548)

Podemos refletir sobre este ponto, fazendo uma transposição do sonho para as manifestações do inconsciente na vida diurna. Cada vez que um sujeito faz um discurso sobre algo, este discurso sofre a ação da deformação da censura, da elaboração secundária e produz transformações na significação original dada a estes objetos.

Assim, toda vez que um sujeito faz um discurso sobre o mundo está “deformando” o mesmo através da sua elaboração secundária, e, quanto mais discursos forem produzidos sobre este objeto, maior a sua transformação.

Portanto, se tomamos a assertiva de Freud, de que as leis do inconsciente regem tanto os sonhos, como as outras manifestações da vida diurna, como a linguagem, por exemplo, temos algo interessante a pensar.

A partir disto, podemos refletir sobre os discursos produzidos repetidas vezes sobre um mesmo tema na nossa sociedade: o que acontece com o objeto que recebeu estes inúmeros discursos de várias fontes diferentes ?

Um tema como a violência, que sofre inúmeros discursos, de fontes variadas, de sujeitos diferentes, deve estar submetido a tantas possíveis elaborações secundárias, que seu objeto original torna-se cada vez mais inacessível, cada vez mais furtivo.

O segundo ponto a ser destacado neste texto refere-se a que o segundo relato do sonho feito pelo sujeito, geralmente apresenta diferenças do primeiro relato, nestes detalhes diferentes encontramos pistas que revelam as formações do ICS. Citando Freud:

“Ao analisar os sonhos dos meus pacientes, às vezes submeto esta asserção ao seguinte teste, que nunca me falhou. Se o primeiro relato de um sonho que me é fornecido por um paciente me é muito difícil de acompanhar, peço-lhe para repeti-lo. Ao fazer isso, ele raramente emprega as mesmas palavras, mas as partes do sonho que descreve em termos diferentes são-me, por este fato, reveladas como constituindo o ponto fraco no disfarce dos sonhos... Minha solicitação ao paciente para repetir seu relato do sonho advertiu-o de que me propunha dar-me um incômodo especial em solucioná-lo; dessa maneira, sob pressão da resistência, ele rapidamente oculta os pontos fracos no disfarce onírico pela substituição de quaisquer expressões que ameacem trair seu significado por outras menos reveladoras...” (Freud, 1974. vol. IV pg.549)

Nesta citação de Freud ressalta-se, a importância dada pelo autor, ao fato das possíveis manifestações do ICS serem recobertas por diferentes versões de um discurso. Como ele diz, o ponto fraco no disfarce dos sonhos, ou da linguagem, pode ser recoberto ou aplacado através de discursos repetidos. Assim, vemos como as repetidas versões de um mesmo fato, vai elaborando o mesmo, com vistas a disfarçar alguma manifestação ICS.

Novamente associamos com esta pesquisa: como um tema tão repetido, tão desgastado, como a violência, foi afetado pela linguagem? E se um grupo social insiste tanto em repetir discursos diversificados, incontáveis, sobre um tema, o que haverá sob este? Qual manifestação do inconsciente estará sob estes diferentes discursos?

E como último ponto a ser destacado neste tópico, e que finaliza as questões levantadas, citamos os deslocamentos que ocorrem na linguagem: frases, orações, proposições verbais feitas pelo sujeito, que são substituídas por outras quando as primeiras resvalavam em pontos que poderiam revelar formações do inconsciente. Estes deslocamentos da linguagem nos interessam, pois, abrem caminho para refletirmos sobre os vários discursos produzidos sobre um mesmo fato. Ou seja, sobre as inúmeras significações possíveis atribuídas ao mundo pelos sujeitos. Citando Freud:

“Sempre que um elemento psíquico se acha ligado a outro por uma associação objetável ou superficial, há também entre eles uma ligação legítima e mais profunda que está sujeita à resistência da censura. A razão real para a prevalência das associações superficiais não é o abandono das idéias intencionais, mas sim a pressão da censura. Associações superficiais substituem as profundas se a censura torna intransitáveis os caminhos normais de ligação... A pressão da censura resultou num deslocamento de uma associação normal e séria para uma associação superficial e aparentemente absurda” (Freud, 1974. vol. IV pg 565 e 566).

Assim sendo, nada nos garante que os discursos levantados sobre um tema no círculo social; seja pela ciência, pela mídia, pelo sujeito envolvido na ação, tragam alguma

verdade sobre o mesmo. No caso da violência, podemos ter apenas muitos discursos repletos de fantasias do imaginário, que tentam recobrir aquilo que há de pulsante sob os mesmos.

Para a perspectiva de um pesquisador isto é uma questão fundamental: como alcançar seu objeto de pesquisa e como trazê-lo num outro discurso. Como podemos não repetir os discursos, e assim, não cair nas armadilhas do Real...Este é nosso problema fundamental nesta pesquisa e, para tanto, vamos recorrer a algumas formas diferentes de abordagem da “realidade”.

III) A IMAGEM E A VIOLÊNCIA.

A CONSCIÊNCIA E SUA FRAGILIDADE: A VIOLÊNCIA É INTERNA OU EXTERNA ?

Outro ponto importante em “Além do princípio do prazer”(Freud, 1974. vol. XVIII), que auxilia nossas observações sobre a violência, são as considerações sobre a formação da consciência e suas funções no psiquismo. Freud faz sua famosa comparação do psiquismo com uma vesícula que precisa desenvolver na sua camada mais superficial, seu envoltório, uma proteção contra os estímulos do meio. Assim, vai desenvolvendo uma teoria sobre o funcionamento do psiquismo, e como a consciência seria como uma espécie de envoltório de proteção das adversidades vinda do meio externo. Ressalta que esta proteção contra os estímulos externos é mais importante do que a própria recepção deles, pois sem esta proteção o psiquismo seria devassado.

Porém, a consciência é, também, o órgão sensitivo de recepção de estímulos externos e internos. E para o lado interno não há este escudo protetor, sendo que os estímulos vindos desde o interior passam livremente. Disto decorre uma consequência importante: há um predomínio dos estímulos internos sobre os externos. Os sentimentos de prazer e desprazer vindos do interior podem se sobrepor aos estímulos externos que são controlados pela proteção da consciência. Vejamos a colocação do autor:

“A situação do sistema, entre o exterior e o interior, e a diferença entre as condições que regem a recepção de excitação nos dois casos, tem um efeito decisivo sobre o funcionamento do sistema e de todo aparelho mental. No sentido do exterior, acha-se resguardado contra os estímulos, e as quantidades de excitação que sobre ele incidem possuem apenas efeito reduzido. No sentido interior, não pode haver esse escudo, as excitações das camadas mais profundas estendem-se para o sistema diretamente e em quantidade não reduzida, até onde algumas de suas características dão origem a sentimentos da série prazer-desprazer”.(Freud, 1974. vol. XVIII pg 44).

Baseando-se nestas reflexões para pensar os atos de violência, do ângulo de quem sofre, olha a violência, vemos que o sujeito acha-se mais resguardado psiquicamente das agressões externas do que das suas conseqüências internas. Ou seja, o estímulo exterior que incide no psiquismo é menos lesivo que sua conseqüência interna. Quando os estímulos externos são excessivos, lesivos, o sujeito conta com a proteção da consciência como escudo; o contrário não pode acontecer. Isto determina que as impressões marcadas no psiquismo por um ato externo lesivo são mais significativas, pois destas o sujeito não pode se proteger.

Nas situações de violência, podemos concluir que, mesmo o sujeito se protegendo através da consciência, com mecanismos como a indiferença que tão freqüentemente são utilizados, uma impressão interna permanece agindo sobre o sujeito. Aqui, encontramos uma situação muito semelhante às situações que Freud descreveu como traumática, onde as excitações provindas do exterior foram suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor e suas marcas levaram às neuroses traumáticas de guerra. Mais uma contribuição sobre este tema nos auxilia a dar um passo adiante:

“...Esse estado de coisas produz dois resultados definidos. Primeiramente, os sentimentos de prazer e desprazer predominam sobre todos os estímulos externos. Em segundo lugar, é adotada uma maneira específica de lidar com quaisquer excitações internas que produzam um aumento demasiado grande de desprazer; há uma tendência a tratá-las como se atuassem, não de dentro, mas de fora, de maneira que seja possível colocar o escudo contra estímulo em operação, como meio de defesa contra elas. É essa a origem da projeção...” (Freud, 1974. vol. XVIII pg 44 e 45).

Discutir o mecanismo de defesa psíquico da projeção sob este ângulo, como uma proteção psíquica que emerge a partir excesso de estímulos externos lesivos, nos coloca diante da questão das imagens de violência.

Vamos supor uma pessoa que recebe uma imagem ou um relato de homicídio (pessoalmente, ou pela mídia); ela está na posição de quem sofre, de quem assiste à violência. Esta pessoa recebe os estímulos lesivos vindo do exterior, protege-se contra estes, com a indiferença talvez, mas permanece com os efeitos desta imagem-relato impregnados no seu psiquismo. Para este efeito interno não há escudo protetor, e assim, uma das formas de proteção é o mecanismo de projeção entrar em cena. Dentro desta concepção a imagem-relato lesiva é projetada para fora, e assim, a angústia suscitada pela violência, junto com sua representação, é projetada no externo.

As conclusões que podemos alcançar são difíceis, mas já podemos perceber que entre um ato de violência, seu espectador e os resultados desta interação existem muitas nuances a serem avaliadas.

Podemos pensar, que o fascínio que a repetição de imagens violentas provocam sobre nós pode ser atribuído à compulsão à repetição. Por sua vez, a compulsão à repetição

está relacionada ao material reprimido, e neste material podemos encontrar as representações da violência externa, gravadas no psiquismo. Estamos num círculo vicioso, ou melhor, num circuito psíquico: violência externa – representação psíquica da violência - compulsão à repetição – projeção da representação de violência – nova violência externa.

Estas imagens de violência observadas que deixaram suas marcas no psiquismo, podem ser transformadas em material reprimido, do qual o sujeito defende-se através da projeção. Assim, a imagem recalcada retorna numa compulsão à repetição de olhar à imagem da violência, de olhar a violência do lado de fora...

E como tudo isto pode gerar prazer? Para Freud esta é uma questão primordial, e assim, vamos seguir seus passos para responder a esta questão.

O autor coloca que esta descrição sobre o funcionamento da consciência poderia se confundir com a teoria mecânica do choque, ou seja, a neurose traumática causada por uma ruptura na camada protetora. Mas, ele alerta que não é disto que se trata:

“Isto pareceria restabelecer a antiga e ingênua teoria do choque, em aparente contraste com a teoria posterior e psicologicamente mais ambiciosa que atribui importância etiológica não aos efeitos mecânicos da violência, mas ao susto e à ameaça a vida.” (Freud, 1974. vol. XVIII pg 47).

Esta ameaça à vida que ecoa no sujeito pode ser a pista, o sinal, de onde poderá se descobrir que as relações do sujeito com a morte são determinantes. As imagens de sonho que retornam na neurose traumática e as imagens de violência assistidas repetidamente (talvez, de sonho também, na medida que são produzidas pelas mídias) não estão

relacionadas ao princípio do prazer, mas àquela força obscura que Freud procurava além do princípio do prazer: a pulsão de morte.

A ARTICULAÇÃO DO SUJEITO NA TRIÁDE: DESEJO, IMAGEM E REALIDADE.

Inicialmente vamos colocar algumas observações sugeridas na leitura de um texto clássico de Freud, onde observamos a intrincada relação entre desejo, imagem e realidade.

O autor faz uma discussão da relação entre estes pontos para solucionar a complexa questão da realização de desejo no sujeito, sendo que, provavelmente quando escreveu este texto, jamais vislumbrou o papel que as imagens desempenhariam na realização de desejo na sociedade contemporânea.

No capítulo, “Regressão e Realização de desejo” da Interpretação dos sonhos (Freud, 1974. vol. IV), o autor discute detalhadamente o funcionamento do psiquismo nas instâncias do consciente, pré-consciente e inconsciente, sendo que, o aspecto relevante para nossa linha de pesquisa é a questão das transformações entre representação visual e verbal que ocorrem nestes sistemas. Freud discute como as formações do ICS ganham formato de idéias ou de sensorio conforme tramitam neste circuito psíquico. Citando Freud:

“Reunamos o que já descobrimos sobre a propensão peculiar dos sonhos em refundir seu conteúdo ideacional em imagens sensoriais. Não explicamos este aspecto da

elaboração onírica. não remontamos sua origem a quaisquer leis psicológicas conhecidas. mas, antes, escolhemo-lo como algo que sugere implicações desconhecidas e o caracterizamos pela palavra regressivo. Apresentamos a opinião de que, com toda probabilidade, esta regressão, onde quer que ocorra, é um efeito da resistência que se opõe ao avanço de um pensamento na consciência ao longo de um caminho normal e de uma atração simultânea exercida sobre ele pela presença de lembranças dotadas de grande força sensorial. No caso dos sonhos, a regressão pode talvez ser ainda facilitada pela cessação da corrente progressiva que flui durante o dia dos órgãos dos sentidos, noutras formas de regressão, a ausência deste fator acessório deve ser suprida por uma maior intensidade dos outros motivos para a regressão”. (Freud,1975. pg.583 e 584).

São nestas outras formas de regressão, onde não ocorre a cessação da corrente sensória dos órgãos do sentido, ou seja, na vida diurna, que estamos interessados. Quais serão os fatores, ou motivos de muita intensidade, para levar à regressão em direção ao sensório durante a vida diurna ?

Nos quadros psicopatológicos individuais descritos pela psicanálise, como as neuroses histéricas ou as psicoses, esse processo de regressão ao sensório está descrito através das alucinações. Os motivos para tal sintoma são explicados pelas formações do inconsciente, repleta de desejo, que realizam este através de um desejo alucinado.

Mas, aqui gostaríamos de levantar algumas observações sobre esta propensão das representações visuais em relação às representações ideacionais na nossa sociedade. Atualmente as representações visuais parecem ter uma predominância sobre as outras formas de representação. Haveria na sociedade contemporânea um pólo atrativo de

intensidade que leva à regressão, em direção ao sensorio, ou mais especificamente, ao visual ? E junto a estas questões, observamos que um dos tipos de imagem, que exerce este magnetismo sobre os sujeitos contemporâneos, são as imagens de violência. Assim sendo, temos um evento observável na sociedade contemporânea: uma predominância das imagens sobre a linguagem verbal e imagens impregnadas de signos de agressividade, violência e morte.

Logicamente, esta observação a respeito da predominância visual sobre o verbal na nossa sociedade pode ser mais apurada com outras observações teóricas. Porém, de forma geral podemos afirmar que há um abandono parcial das representações ideacionais e verbais e uma proliferação e atração pelas imagens. Há um apelo demasiado às representações visuais, chegando estas a substituir as representações verbais, a linguagem.

Observando esta tendência na questão da comunicação em mídia e a violência, vemos que, aqui também a comunicação verbal perdeu seu lugar prioritário. A violência, suas mortes, seus crimes e seus criminosos são abordados por uma miríade de fotos, imagens de vídeo, programas de TV, simulações em vídeo, retratos de reconhecimento, etc. A imagem toma um lugar de destaque quando onde a violência entre em cena. Porque tantas imagens de violência? Um excesso de representação visual, de visibilidade das imagens da violência, na área de comunicação se faz presente. Esta constatação merece uma indagação especial.

Se a linguagem verbal é o recurso mais sofisticado e preciso na comunicação, culminando na evolução do homem, caracterizando-o como humano; porque o homem abandona este recurso sofisticado por outro mais simples e menos preciso ? Esta questão é

muito ampla, tanto a sua descrição como sua possível explicação, e vamos articulá-la com algumas proposições do autor.

Freud quando discorre a respeito do processo de excitação-satisfação no aparelho psíquico faz a seguinte proposição:

“Um componente essencial desta experiência de satisfação é uma percepção particular cuja imagem mnemônica permanece associada, daí por diante, ao traço de memória da excitação produzida pela necessidade. Em resultado do elo que é assim estabelecido, na vez seguinte em que essa necessidade desperta surgirá imediatamente um impulso psíquico que procurará re-catexizar a imagem mnemônica da percepção e re-evocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Um impulso desta espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização de desejo e o caminho mais curto a essa realização é uma via que conduz diretamente da excitação produzida pelo desejo a uma catexia completa da percepção. Nada nos impede de presumir que houve um estado primitivo do aparelho psíquico em que este caminho era realmente percorrido, isto é, em que o desejo terminava em alucinação...A amarga experiência da vida deve ter transformado esta primitiva atividade do pensamento numa atividade secundária mais conveniente... A fim de chegar a um dispêndio mais eficaz da força psíquica, é necessário dar um alto à regressão antes que ela se torne completa, de maneira a que não avance além da imagem mnemônica e seja capaz de buscar outros caminhos que finalmente a conduzam à desejada identidade perceptiva que está sendo estabelecida a partir do mundo externo.” (FREUD, 1975. pg.602 e 603) .

Nesta passagem, vemos que a realização de desejo através das formas sensório-perceptivas ocorre de forma mais simples e imediata que no percurso longo e trabalhoso da realização de desejo através da interação com o meio externo real. Assim, a realidade é muito mais impermeável à realização de desejo que as imagens do sonho, e também, que as imagens da “vida real”. Estas imagens da “vida real” que citamos reportam-se à produção intensa de imagens característica da sociedade contemporânea, na qual o sujeito pode ingressar, interagir e realizar seu desejo.

Não queremos com esta citação dizer que a sociedade moderna esteja em permanente alucinação de desejo, no encontro entre o sujeito e a proliferação de imagens. Ou seja, não propomos que o sujeito, simplesmente, projete em alucinações visuais seus desejos que não encontram vazão na direção da realização no externo. Mas, observamos que pode haver uma coincidência, uma amálgama, entre o desejo que procura sua realização no externo e as imagens oferecidas no circuito sócio-cultural em tanta abundância. A realização de desejo pode ter encontrado um caminho mais fácil, mais primitivo, abandonando a atividade do pensamento e da linguagem verbal. Se assim ocorrer, podemos caracterizar uma regressão do ponto de vista psíquico, onde o desejo procura as imagens mnemônicas espelhadas no mundo real e virtual para a sua realização. Nessa constelação de imagens reais e ou virtuais podemos encontrar as imagens da violência. Por estas citações, observamos que Freud já anunciava a questão da relação entre o desejo, a imagem e o olhar numa época muito anterior a nossa cultura imagética. Entretanto, encontramos num de seus seguidores, J. Lacan, a exploração mais vasta deste tema e a ele vamos nos remeter agora.

O OLHAR E A ILUSÃO

Como pudemos observar até aqui na elaboração deste trabalho o tema olhar se tornou presente na nossa discussão. Todas as vezes que discutimos o tratamento dado à morte em geral, e mais especificamente, à morte violenta resvalamos em questões referentes ao olhar. Ou seja, as mortes são veladas ou não, porque elas ocorrem “longe dos olhos” das pessoas, se ocorrem explicitamente quais os efeitos destas mortes, qual atração-repulsão visual das mortes violentas, a veiculação na mídia das imagens de mortes violentas, etc. Esta ligação entre o olhar e a violência com suas mortes merece uma atenção especial e para abordar este ponto reportamo-nos a questão do “olhar” na psicanálise.

Para abordar este tema vamos recuperar a importância da imagem na formação do Eu na teoria psicanalítica, partindo das discussões de J.Lacan sobre o Estádio do espelho (Lacan, 1998).

Lacan afirma que a imaturidade biológica do ser humano ao nascer traz marcas definitivas na sua história, e que, em parte, são responsáveis pela natureza do psiquismo humano. Ou seja, o ser humano é o único (entre os animais) que nasce imaturo neurologicamente, e assim, o recém-nascido não tem condições de exercer as funções básicas para a sua sobrevivência. Essa imaturidade condiciona uma dependência fatal de outro ser humano, que lhe de sustentação, que lhe propicie sua alimentação, seus cuidados quanto a riscos externos (temperatura, limpeza, acidentes) e que lhe faça às vezes até que seu sistema neurológico se desenvolva completamente. Acrescente-se a isto que a criança

durante este período, relativamente longo, vivencia seu corpo como algo in-coordenado, que não responde às suas vontades, e que, principalmente, não lhe propicia a sensação de um corpo completo, único e seu. Lacan denominou esta vivência inicial que a criança tem de seu corpo de “corpo fragmentado”.

Com estes conceitos sobre o recém-nascido o autor desmonta uma idéia geral e muito difundida sobre o início da vida humana, ou seja, a idéia de bem-estar, de prazer e felicidade. Ele mostra o pequeno humano como um ser desmontado, sem um corpo que atenda às suas necessidades, na dependência total de um outro, e marcado pela angústia terrificante do desamparo. Essa angústia marca a in-completude, os limites pungentes do ser, e, por isso talvez, possamos denominá-la angústia de morte. Portanto, como diz Lacan, o ser humano é desde o princípio “faltante”, incompleto, não-pleno, e sempre estará à procura de um objeto que aplaque esta angústia.

Continuando na linha de argumentação do autor, a criança avança no seu desenvolvimento, amparada por um outro, até se deparar com sua própria imagem. Esta cena mítica que Lacan propõe, seria o primeiro encontro da criança com sua própria imagem, encontro de júbilo, pois neste, pela primeira vez, a criança encontra um corpo inteiro, único, completo e não fragmentado como ela o vivenciou até este momento. Logicamente, faz parte integrante deste encontro entre corpo e imagem, a presença do outro que dá sustentação à criança. Ou seja, sem a presença deste outro sujeito que dá sustentação concreta e simbólica à existência da criança não haveria o estágio do espelho.

O ponto marcante desta proposição é que a constituição do Eu inicia-se numa imagem, uma imagem espelhada, e principalmente, uma imagem alienante. Quando a criança vê sua imagem refletida em algo que a espelha, cria ilusoriamente a idéia de um

corpo completo, pleno e não-fragmentado. A função da imagem, então, é alienante da condição do sujeito.

Também, observamos que a constituição do Eu está fadada à subordinação ao outro, está na sua dependência, e refletida numa imagem virtual, que é seu duplo. A ambigüidade definitiva entre eu-outro e entre eu-imagem está marcada nesta passagem. A complexidade desta situação do estágio do espelho marca a origem do Eu e traz algumas características que o psiquismo humano sempre carregará: o Eu é constituído, inicialmente, a partir de uma imagem, esta imagem constituinte é virtual-refletida, o Eu e a imagem vão constituir um duplo, e o Eu do sujeito sempre estará remetido ao outro. Citamos um trecho do autor que parece condensar suas idéias sobre o estágio do espelho:

“É que a forma total do corpo, pela qual o sujeito antevê numa miragem a maturação do seu poder, lhe não é dada senão como *Gestalt*, isto é, numa exterioridade em que, é certo, essa forma é mais constituinte que constituída, mas onde, sobretudo, lhe parece num relevo de estatura que a imobiliza e sob uma simetria que a inverte, por oposição à turbulência de movimentos que experiência animá-la.

Assim, essa *Gestalt*, cuja prenhez deve considerar-se como ligada à espécie, se bem que o seu estilo motor seja ainda desconhecível, por esses dois aspectos da sua aparição simboliza a permanência mental do eu, ao mesmo tempo, que prefigura a sua destinação alienante está grávida, ainda, das correspondências que unem o eu à estátua onde o homem se projeta como aos fantasmas que o dominam, ao autômato, enfim, onde numa relação ambígua tende a realizar-se o mundo de sua fabricação.” (Lacan, 1998. pg 98)

Para o propósito deste trabalho estas questões são fundamentais, pois vemos que o sujeito é constituído a partir de uma miragem de si próprio, e preso nesta estátua virtual que será seu continente durante a vida. A alienação pela imagem está dada desde a origem do Eu no sujeito e, portanto, este fato terá sua marca na relação do homem com as imagens. Estas sempre serão seu reduto de “conforto à angústia”, sua forma de aplacar a incompletude, de dar prazer ao olho que vê a falta. O olhar e a imagem sempre remetem ao imaginário, ao ilusório, pois os objetos dados a ver aprisionam o sujeito nesta relação visual, visto que a ela nada falta.

Seguindo as articulações teóricas do autor sobre a questão do olhar, como uma função particular e que traz a marca da alienação da falta, vamos buscar esclarecimentos sobre o tema num texto específico sobre a questão do olhar.

Em “A esquizo do olho e do olhar” (Lacan, 1998), o autor levanta várias questões referentes à especificidade do olhar e como este determina alguns fatores no psiquismo e nas relações humanas. A determinação fundamental do olhar é que este sempre é total, completo, sem falta e, portanto, ilusório e alienante. Quando o sujeito olha não há falta, a visão sempre é plena. Se compararmos a função do olhar à função da linguagem, da fala, a diferença é fundamental.

Na linguagem verbal não há completude, seu próprio encadeamento permite novas significações que nunca se completam, uma frase nunca está definitivamente terminada. A possibilidade de associações intermináveis na linguagem é o que determina seu caráter faltante, sempre é possível re-significar uma fala.

No caso das imagens é completamente diferente, a imagem está terminada, pronta para ser oferecida ao olhar, aprisionando o mesmo. Outra faceta, desta diferença em relação às imagens, é que sua significação não é dada ao final, mas de imediato. Assim que

olhamos uma imagem temos a sua significação, enquanto que na linguagem verbal só temos a sua significação quando esta é concluída.

O autor nos relembra que o “Estádio do espelho”, que é o marco fundamental da questão do olhar no ser humano, ocorre na fase do narcisismo. Ou seja, quando o Eu do sujeito está se constituindo e voltado para si mesmo. Portanto, a função do olhar nasce com a marca narcísica. Citando:

“Do mesmo modo, nessa ordem particularmente satisfatória para o sujeito que a experiência analítica conotou com o termo narcisismo – onde me esforcei para re-introduzir a estrutura essencial que ele tira de sua referência à imagem especular – no que daí se difunde de satisfação, senão de complacência, em que o sujeito encontra apoio para um desconhecimento tão fundamental – e não chega seu império até essa referência da tradição filosófica que é a plenitude encontrada pelo sujeito em forma de contemplação – não podemos também sacar aí o que há de eludido? - isto é a função do olhar.” (Lacan 1998. pg 75 e 76).

Observamos que a função do olhar no Estádio do espelho, nascida no âmbito do narcisismo, traz a marca da satisfação plena com a imagem especular, a satisfação da visão consigo mesmo. O sujeito constitui sua relação com o olhar a partir de um registro imaginário, e essa visão que se satisfaz com ela própria, acreditando que vê, imagina-se consciência e não olha. Portanto, o olhar humano é por si mesmo alienante, se satisfazendo com a ignorância da aparência, ele escamoteia a essência do humano que é a sua condição de “faltante”. Podemos observar que a relação do sujeito com o “olhar-imagem” é baseada

no imaginário, no ilusório, sempre pronta a servir à satisfação do desconhecimento, devido as características de sua origem. Aqui, podemos ter outra pista que nos ajuda a esclarecer sobre o predomínio das imagens na sociedade contemporânea. As imagens na nossa sociedade podem ser uma forma de aplacar a “angústia da falta” suscitada cotidianamente pelo excesso oferecido e ao mesmo tempo negado. E, entre estes objetos oferecidos, e simultaneamente negados, pode estar a identidade do sujeito.

As implicações desse processo para o sujeito, sua relação com o olhar e suas imagens, são determinantes, como vemos desde o texto de Freud “A pulsão e suas vicissitudes” (Freud, 1974). Neste é destacado um lugar especial para a “pulsão escópica”. O autor descreve neste texto as particularidades do investimento libidinal que ocorre entre o sujeito e o objeto de sua visão. Ele descreve como a atividade-passividade permeia este investimento libidinal, que vacila entre o ato de olhar e de ser olhado. Assim, ele introduz a complexa questão do olhar do sujeito sendo capturado pelo objeto, e como o sujeito passa do lugar de quem olha para o lugar de quem é olhado.

Porém, quem vai destilar este tema é Lacan, e retomamos seu pensamento com esta citação:

“Na relação escópica, o objeto de que depende a fantasia à qual o sujeito está apenso numa vacilação essencial, é o olhar. Seu privilégio – e também o porquê de o sujeito durante tanto tempo ter podido desconhecer-se como estando nessa dependência – se atém à sua estrutura mesma. Esquematizemos logo o que queremos dizer. Uma vez que o sujeito tenta acomodar-se a esse olhar, ele se torna, esse olhar, esse objeto punctiforme, esse ponto de ser evanescente, com o qual o sujeito confunde seu próprio desfalecimento”. (Lacan, 1998. pg 83).

A visão, através da pulsão escópica coloca o sujeito nessa armadilha descrita pelo autor, onde ele se desconhece acreditando saber quem é, ele se torna o objeto do olhar, o pequeno ponto que acredita na ilusão de sua consciência.

A VISÃO PELA ÓPTICA OU PELA PSICANÁLISE ?

Lacan faz uma discussão sobre a visão, dialogando com os conceitos da física, e tenta demonstrar que não podemos tomar a questão do olhar e do olho humano, como algo semelhante a um mecanismo óptico qualquer. Pedimos licença ao leitor para acompanharmos o fio condutor do pensamento deste autor:

“A visão se ordena de um modo que podemos chamar, em geral, a função das imagens. Esta função se define por uma correspondência ponto a ponto de duas unidades no espaço. Quaisquer que sejam os intermediários óticos para estabelecer sua relação, quer uma imagem seja virtual, quer seja real, a correspondência ponto a ponto é essencial. Tudo que é do modo da imagem no campo da visão é, portanto, redutível a este esquema tão simples que permite estabelecer a anamorfose, quer dizer, à relação a uma imagem enquanto que ligada a uma superfície, com um certo ponto que chamaremos ponto geometral. Pode chamar-se imagem o que quer que seja que for determinado por esse método – no qual a linha reta representa o seu papel que é de ser o trajeto da luz”. (Lacan, 1998. pg85).

Tudo seria simples se pudéssemos aplicar tal esquema ao olho-olhar humano, porém a visão do sujeito não pode ser esgotada nessa explicação objetivada. Ela dá conta do mecanismo físico e biológico do olho, mas a este escapa a essência do sujeito que é a sua subjetividade. O autor coloca as dificuldades desta explicação ser adotada para a visão humana citando o caso dos cegos:

“O de que se trata na perspectiva geometral é apenas demarcação do espaço, e não da visão. O cego pode muito bem conceber que o campo do espaço que ele conhece, e que ele conhece como real, possa ser percebido à distância e como que simultaneamente. Trata-se para ele de apenas apreender uma função temporal, a instantaneidade... A dimensão geometral da visão não esgota, portanto, e longe disso, o que o campo da visão enquanto tal nos propõe como relação subjetivante original.” (Lacan, 1998. pg 86)

Com esse exemplo do cego o autor tenta mostrar a diferença fundamental de um campo visual geométrico e do campo escópico, subjetivo. Talvez, possamos dizer que dimensão geometral da visão é uma das armadilhas do campo da visão, pois ela tenta capturar o sujeito, prendê-lo nessa perspectiva de visão, fazendo-o acreditar que o olhar é apenas isto.

Pois, se a visão dependesse apenas deste campo, não haveria todos os vieses do olhar que veremos adiante. O autor se questiona, então, o que escapa deste esquema, deste campo geometral?

“No domínio que chamei o do geometral, parece primeiro que é a luz que nos dá, se assim posso dizer, o fio. Com efeito, esse fio, vocês viram, da última vez, que ele nos liga a cada ponto do objeto e que, no lugar em que atravessa a rede em forma de tela sobre a qual vamos demarcar a imagem, ele vai funcionar muito bem como um fio. Ora, se a luz se propaga, como se diz em linha reta, e isto está assegurado. Parece então que é ela que nos dá o fio.

No entanto, reflitam que esse fio não precisa da luz – ele não precisa ser mais do que um fio esticado. É por isso que o cego poderá seguir todas as demonstrações, ainda que isto nos desse um pouco de trabalho. Nós o faremos tatear, por exemplo, um objeto de certa altura, depois acompanhar o fio esticado, lhe ensinaremos a distinguir pelo tato da ponta dos dedos, numa superfície, uma certa configuração que reproduz a marcação das imagens – da mesma maneira como imaginamos, na óptica pura, as relações diversamente proporcionadas e fundamentalmente homólogas, as correspondências de um ponto com um outro ponto no espaço, o que vem a ser sempre, no final das contas, situar dois pontos num mesmo fio. Essa construção não nos permite apreender o que a luz nos entrega. Como tentar apreender o que nos parece escapar assim na estruturação ótica do espaço ?” (Lacan 1998. pg 92).”

Lacan segue a pista da própria luz. Ele avalia que se não é a luz, necessariamente, que define o campo geometral, esta explicação da física ótica sobre a visão deixa escapar o que há de mais fundamental na questão da visão: a própria luz. A partir desta observação peculiar e original o autor propõe toda uma re-inversão da questão da visão, literalmente, se

inverterão todos os papéis. O autor dará ênfase ao olho e sua relação com a luz, e também, mostrará onde está o essencial deste processo:

“...Não está na linha reta, está no ponto luminoso – ponto de irradiação, jorro, fogo, fonte borboteante de reflexos. A luz se propaga sem dúvida em linha reta, mas ela refrata, se difunde, inunda, preenche, - não esqueçamos essa taça que é nosso olho – ela também transborda, ela necessita, em torno da taça ocular, toda uma série de órgãos de aparelhos, de defesas. Não é simplesmente à distância que a íris reage, mas também à luz, e ela tem que proteger o que se passa no fundo da taça, que poderia, em certas conjunturas ser lesada...”

(Lacan, 1998, pg93). (grifo nosso)

A luz é colocada no centro da cena. Ela será o eixo na questão do olhar, e a brilhante metáfora do autor, mostra que esta mesma luz é o que o olho deve temer.

A partir deste re-enquadramento da questão olhar, tomado com referência o eixo da luz, o autor propõe uma radical mudança de perspectiva. Os lugares são trocados, ou seja, há uma ambivalência entre o que olha e o que é olhado. Ele faz a comparação entre dois esquemas óticos, o campo geometral (1) e o campo escópico (2), e os utiliza para explicar a diferença entre o conceito de visão da física e da psicanálise. Vamos a estes esquemas:

ESQUEMA 1: CAMPO GEOMETRAL.

ESQUEMA 2: CAMPO ESCÓPICO.

Vamos utilizar estes esquemas para alcançar a explicação do autor e reproduzir seu argumento. No primeiro triângulo (esquema 1) temos a organização do campo ótico da forma tradicional, ou seja, o sujeito está no lugar do ponto geométrico e diante dele está o objeto olhado. Entre eles se forma a imagem, que é elaborada dentro do olho do sujeito, sendo que, o olho funciona como um mecanismo ótico clássico. Observamos que nesta proposição o sujeito olha o objeto através de um sistema ótico de forma objetiva, neste sistema não há lugar para a subjetividade. Criticando esta proposição, Lacan refere:

“Tomo aqui a estrutura no nível do sujeito, mas ela reflete algo que já se encontra na relação natural que o olho inscreve para com a luz. Não sou simplesmente esse ser puntiforme que se refere ao ponto geométrico desde onde é apreendida a perspectiva. Sem dúvida, no fundo do meu olho, o quadro se pinta. O quadro, certamente, está em meu olho. Mas eu, eu estou no quadro.” (Lacan, 1998. pg 94).

Com esta colocação o autor nos permite perceber como ele vai abordar a questão do campo escópico. Tomemos, o esquema 2, para analisar o ponto de vista do autor: a luz, e portanto, o objeto iluminado está no ponto luminoso, diante deste ponto luminoso temos um anteparo-tela que é ocupado pelo sujeito e dentro do olho deste sujeito se projetará a imagem ou quadro. Assim, o quadro (imagem) está dentro do olho do sujeito, e o sujeito é colocado na posição que media a luz e a imagem-quadro. Neste argumento observamos que o lugar da subjetividade está garantido. Vejamos mais uma citação do autor que esclarece este ponto:

“O que é luz tem haver comigo, me olha, e graças a essa luz, no fundo do meu olho, algo se pinta – que de modo algum é simplesmente a relação construída, o objeto sobre o qual demora a filosofia – mas que é impressão, que é borboateamento de uma superfície que não é, de antemão, situada para mim em sua distância. Aí está algo que faz intervir o que é elidido na relação geometral – a profundidade do campo, com tudo que ela apresenta de ambíguo, de variável, de não dominado de modo algum por mim. É mesmo mais ela que me apreende, que me solicita a cada instante, e faz da paisagem coisa diferente de uma perspectiva, coisa diferente do que chamei de quadro”. (Lacan, 1998. pg 95).

Neste argumento o objeto-quadro não é mais algo objetivo dado fora do sujeito, e sim, algo construído dentro do olho do sujeito, pintado pela luz dentro do olho, como diz Lacan.

A observação de que a luz olha o sujeito, e se relaciona com ele, será fundamental para compreender o passo seguinte desta argumentação. Esta luz que está fora do sujeito o cativa, o atrai, o interroga, e invoca a reciprocidade do sujeito, isto é, um olhar para ela.

Até aqui, temos dois pontos fundamentais desta nova articulação sobre o campo escópico: a imagem-quadro não é externa, e sim, está dentro do olho do sujeito; e o sujeito não olha a luz-objeto, ele é olhado por ela. Para finalizar este tópico, acrescentamos a seguinte observação do autor, que retoma o esquema 2 para esclarecer sua argumentação:

“O correlato do quadro, a situar no mesmo lugar que ele, quer dizer, do lado de fora, é o ponto do olhar. Quanto ao que, de um e de outro, faz mediação, o que está entre os dois, é algo de natureza diversa da do espaço ótico geometral, algo que representa um papel

exatamente inverso, que opera, não por ser atravessável, mas, ao contrário, por ser opaco – é o anteparo, o écran”. (Lacan, 1998. pg 95).

Assim sendo, vemos que o sujeito-olho, que faz a mediação da visão, não é aquele anteparo transparente e homogêneo que a física deseja, onde a luz incide e faz-se o reflexo exato do objeto, sem distorção. A imagem que resulta deste processo é permeada pelo sujeito, e aqui, cabem todas as alterações possíveis. Este anteparo opaco, marcado por descontinuidades e vieses, não produz a imagem refletida do objeto sem distorções. Portanto, a questão do olhar é a questão do jogo entre a luz e a opacidade; o sujeito media estas duas formas, e produz algum tipo de espelhamento, de reflexo da realidade.

O SUJEITO, SEU DUPLO, E O OLHAR.

Todas estas colocações sobre o campo escópico, leva a profundas alterações na concepção de sujeito e de realidade. O autor nos mostrou que os dois esquemas óticos (da física e da psicanálise) convivem de forma superposta, sendo que, toda imagem é resultado da interação destes dois níveis. Seguindo, nos coloca como esta articulação do campo escópico cria a condição de que o sujeito ocupa o lugar de quadro, ou seja, o lugar daquilo que é olhado.

“Para começar, preciso insistir nisso – no campo escópico, o olhar está do lado de fora, sou olhado, quer dizer, sou quadro. É aí que está a função que se encontra no mais íntimo da instituição do sujeito no visível. O que me determina fundamentalmente no visível é o olhar que está do lado de fora. É pelo olhar que entro na luz, e é do olhar que recebo seu efeito. Donde se tira que o olhar é o instrumento pela qual a luz se encarna, e pelo qual – se vocês me permitem servir-me de um termo, como faço freqüentemente, decompondo-o – sou *foto-grafado*.” (Lacan, 1998. pg 104).

A luz retira o sujeito do pano de fundo, o destaca, o ilumina e fotografa, isto é, o sujeito se torna aquilo que é olhado pela luz. Somente pelo olhar o sujeito pode ser retirado deste fundo indeterminado, sair da opacidade e penetrar na luz. Quais as conseqüências disto?

A mais imediata é que, a condição do sujeito de se constituir a partir do olhar, é novamente reforçada. Anteriormente, vimos que na sua origem a constituição do Eu emergiu da relação especular no estádio do espelho, e agora esta armadilha do olhar o enreda novamente.

A esquize, na qual se dá a constituição do Eu no estádio do espelho, marca o sujeito instaurando uma bipartição, um duplo, ao qual o sujeito está determinado. Lacan fala sobre este invólucro que acompanha o sujeito:

“Que se trate de exibição ostentatória, no animal macho mais freqüentemente, ou que se trate da ênfatuação careteante com que ele procede, no jogo da luta, em forma de intimidação, o ser dá de si mesmo, ou recebe do outro, algo que é máscara, duplo,

envólucro. pele separada. separada para cobrir a armação do escudo.” (Lacan, 1998. pg 104).

O olhar, desde o início no estágio do espelho até todas as relações ulteriores, constitui o sujeito como um duplo. Este olhar que retira o sujeito da opacidade, cria para ele uma imagem, que o acompanhará como um envoltório, uma duplicata da qual não pode prescindir e que o auxilia na sua realização. Porém, o sujeito tem uma interlocução com esta máscara, não é objeto-quadro deste olhar sem reação:

“Só que o sujeito – sujeito humano, o sujeito do desejo que é a essência do homem – não é de modo algum, ao contrário do animal, inteiramente preso por essa captura imaginária. Ele se demarca nela. Como? Na medida em que, ele, isola a função do anteparo, e joga com ela. O homem, com efeito, sabe jogar com a máscara como sendo esse mais além do que há o olhar. O anteparo é aqui o lugar da mediação.” (Lacan, 1998. pg 105).

Portanto, o sujeito-quadro recortado pela luz do olhar (dele ou do outro) como uma imagem, discute com esta imagem, dialoga com ela. Ele não se entrega a esta imagem como a uma pele fixa e irredutível. A captura pelo imaginário tem seus limites.

Esta mesma questão do “Eu – Imagem - Outro”, tomada do ângulo da violência, apresenta questões similares que traduzem esta amálgama estrutural entre o sujeito e o outro. Novamente, nos reportamos ao texto de Dandoun que trata sobre a violência e suas relações com o outro:

“A violência é sempre uma resposta à outra violência – é assim que normalmente as coisas são percebidas. A vida cotidiana desenvolve-se sob uma metralhadora que espalha grande quantidade de pequenas alteridades violentas numa nuvem sombria em torno de um eu que se sente totalmente atacado, vitimado. É a partir do outro que ameaças, agressões, hostilidades e duros golpes nos atingem, fundamentando-se em nós. Talvez, seja necessário, para dar consistência e coerência ao próprio eu, declarar o outro o detentor da violência – como se fosse uma simples medida de higiene identificadora: a identidade pessoal só é possível quando se evacua no outro o mal – o violento – que cada um traz em si.” (Dandoun, 1998. pg 63).

Aqui, encontramos novamente, a constituição do Eu subsidiada pelo outro, fazendo deste outro o escoadouro da violência, aonde é colocada a imagem da violência. Este processo garante ao Eu a não-violência. O mecanismo de projeção entra em cena novamente, desta vez, para o Eu se afirmar colocando seu próprio mal no externo. O Outro sempre é fundamental para a constituição do Eu, seja para ser seu espelho, ou para ser seu inverso, ou seu ponto-cego, que nada reflete e tudo suporta.

Porém, esta locação do Outro pelo Eu tem seu preço: o Eu não sai impune desta relação ambígua. O Outro termina por ocupar o Eu.

“...O outro é mais parecido com esta famosa serpente acalentada por todos em seu seio. Ele me “ocupa” – odiosa ocupação, ele se entranha em mim – punhado de cristais que rasgam, tártaro infame, ele me “incha” por dentro, e de dentro arma meu braço e infecta meu sangue para que eu me destrua. Portanto, não apenas toda violência é violência do outro, mas é o outro, como tal, que é a violência: pelo simples fato de ser outro, pelo

simples fato de ele estar presente, pelo simples fato de ele ser. Outro, portanto, em demasia! E esta demasia é a própria violência, elementar, nítida... O outro me ocupa – é insuportável! Pra ele não é suficiente ser o outro, ainda é necessário que ele me implique nele, me ingira, me absorva na sua alteridade, que vire e revire no seu próprio interior, pra me jogar na cara uma imagem minha desconhecida por mim e com a qual me reveste. O outro me inflige uma dupla violência: violência da alteridade como tal , e violência da alteridade porque tenta me identificar, porque corrói ou soterra minha identidade.” (Dandoun, 1998).

Na medida que me constituo pelo Outro, usando-o como espelho ou como fundo – cego, este Outro passa a ser o eixo da minha constituição. O outro ocupa o sujeito, e isto se torna uma invasão, uma contra-violência. Como não detestar o Outro ? Um estranho me invade, me toma, e também, dele dependo para me identificar. Esta situação por si mesma é o protótipo da violência, como então, não colocar no Outro a violência?

Além destas aguçadas observações o autor conclui com um insight fundamental:

“Pelo olhar, a violência faz suas graduações mais finas e mais variadas, como se existisse uma afinidade particular, quase metafísica, entre o olhar e a violência. Existem os olhares dignos de Górgona, que petrificava aqueles que a contemplavam - olhares duros que congelam e assombram, impondo diretamente sua violência, olhares ditos inquisidores, desdenhosos, penetrantes, que interpelam, suspeitam, ”fuzilam”, olhares que importunam e não largam o interlocutor, olhares de uma tal suavidade ou doçura que nos levam a perdição, nos afundam dentro deles – ficamos felizes por não termos sido presos na camisa

de força da ternura insistente, monopolizadora, e por não termos encontrado pupilas de ferro em olhos de veludo.” (Dandoun, 1998.)

O olhar traz em si uma força própria. E esta força que o olhar impõe nas relações que passa por ele deixa sua marca indelével, e sejam, quais forem as condições aonde se reúne um olhar e um objeto olhado, parece ser possível evitar estas tramas do olhar. Observamos que, estes vieses que o olhar traz vem das mais diferentes referências, sejam: teóricas, eruditas, superstições, mau agouros, religiosas, místicas, tecnológicas, subjetivas, relacionais, etc. Vamos aqui, apenas lembrar de algumas destas situações que envolvem o olhar: os inúmeros amuletos de sorte que trazem um olho ou um similar deste, a idéia popular de “mau-olhado”, a própria inveja sempre articulada ao olhar (*invidia*= incorporar pelo olhar), o pecado capital da cobiça e sua relação com o olhar, o olho de Hórus da cultura egípcia, o olho grego como amuleto, o olho de cabra como amuleto também, as interpretações subjetivas das relações pessoais através do olhar (olhar feio para alguém, olhar torto, enfiar o olho no outro) e até mesmo a objetiva tecnologia de vigilância com seus inúmeros olhos eletrônicos. não seriam apenas mais uma forma de amuleto para “espantar” o mal sempre encarnado no outro?

Nos parece inegável que o olhar tenha sua força própria, suas características particulares, e que sempre que o olho escolhe seu objeto temos uma relação intrincada. Como nos ensina a psicanálise, esta força nada mais é que uma pulsão particular: a pulsão escópica. Então, não seria diferente a relação entre o olhar e o objeto particular que estudamos, as imagens da violência. A conjunção destes dois pontos, o olhar e a violência, devem revelar questões particulares e complexas. Assim, vamos nos aproximar desta

relação escópica específica no trabalho de campo, e observar o que guarda de especial esta relação. O que podemos observar de antemão, é que, parte significativa da constituição do sujeito está ancorada nesta tríade: na Imagem, no Outro e na natural agressividade que envolve esta relação ambígua. Talvez, por isso sujeito-imagem-violência se aglutinem com tanta facilidade.

Seguindo nosso caminho, nas relações do sujeito com olhar, o outro e a agressividade, encontramos um texto que exemplifica como este triângulo articulam-se na sociedade atual. Este texto de J. Baudrillard toma um filme dos anos 30 e o analisa neste ângulo, “O estudante de Praga” conta uma história de um jovem estudante que vende sua imagem ao Diabo em troca de dinheiro.(Baudrillard, 2002). O Diabo separa a imagem especular e leva-a como uma gravura. A princípio o estudante ganha sucesso com o dinheiro e tem apenas que evitar espelhos... Entretanto, seu duplo, sua imagem destacada, persegue-o, toma seu lugar, impõe a ele que assuma seus atos de imagem, enfim, o duplo-imagem toma vida própria. Depois de muitos tormentos causados pela imagem destacada, viva, o estudante decide matar a própria imagem. Numa noite a imagem segue o estudante até seu quarto e depois de uma cena violenta, a imagem passa em frente ao espelho do qual saíra. o estudante dispara contra a imagem e o espelho parte-se. Neste momento a imagem volatiliza-se, pois era apenas um fantasma e quem morre é o próprio estudante, o sujeito. A imagem se tornara viva e ao matá-la, o estudante mata a si próprio. No momento da morte o estudante agarra um fragmento de espelho e reconhece que sua imagem voltou para si. Assim, no preciso momento da morte, ele recupera sua imagem e pode contemplar-se novamente, mas às custas de perder seu corpo real. Nesta bela metáfora sobre o sujeito, sua imagem e seu duplo, suas discordâncias, seus conflitos, o autor encontra elementos que

mostram as questões polêmicas da sociedade atual a respeito da identidade formada a partir do outro. Analisando de forma geral este filme o autor refere:

“A imagem especular representa aqui simbolicamente o sentido dos nossos atos, que formam em redor de nós um mundo à *nossa imagem*. A transparência da nossa relação ao mundo exprime-se bastante bem pela relação inalterável do indivíduo ao respectivo reflexo no espelho: a fidelidade de semelhante reflexo testifica, de certa maneira, a reciprocidade real entre o mundo e nós. Simbolicamente, portanto, no caso de a imagem nos vir a faltar, é sinal de que o mundo se torna opaco e os nossos atos fogem – encontrando-nos então nós sem perspectiva sobre nós mesmos. Sem esta caução, deixa de haver identidade possível: torno-me outro em relação a mim próprio, estou *alienado*.” (Baudrillard, 2002. pg. 322).

As colocações do autor vão de encontro a nossa perspectiva de formação do Eu, onde o sujeito se dá a partir das imagens que o Outro lhe retorna e, na ausência destas, o Eu não se constitui ou se desfaz. Porém, o autor vai além desta análise geral e acompanha em detalhe a estória do filme, metaforizando-a com a sociedade de consumo. Tomamos a liberdade de acompanhar esta análise e fazer um paralelo para analisar a violência, seus crimes, seus criminosos, suas imagens e seus objetos de consumo.

Deixamos claro que neste trabalho não pretendemos perscrutar a “mente dos criminosos” ou a “mentalidade do crime”, e se vamos resvalar nestes pontos é porque novamente as imagens nos atraíram para eles. Continuamos, na perspectiva de trabalhar com as imagens geradas ao redor da violência, e no paralelo que vamos fazer a partir do texto surgiram questões relacionadas a “imagem do criminoso”.

Como ponto de partida, Baudrillard ressalta na relação entre o estudante (sujeito) e o diabo (outro), que o que fez a imagem se abolir não foi o acaso, mas o dinheiro. A imagem tornou-se mercadoria, e perdeu-se como objeto de consumo. Aqui, levantamos uma questão baseada nos ensinamentos da psicanálise, no que se refere à formação da identidade do sujeito, porém, sem desprezar o importante papel da sociedade de consumo na nossa época. Na concepção de formação do Eu de J. Lacan, vista anteriormente, observamos que o sujeito entrega sua imagem ao outro, deixa para este a atribuição de construir uma imagem sua, sendo esta a única possibilidade humana de ter uma imagem, enfim, o sujeito joga-se na imagem construída para ele. O sujeito da psicanálise está constituído, também, no registro do imaginário, faz parte da essência humana uma imagem na qual o sujeito se aliena. Nesta concepção não há outra saída, é inevitável a alienação. E o que é dado ao sujeito em troca pela sua imagem ? Se, não é o dinheiro, é o conforto de “saber” quem é. Entretanto, não deixamos de observar que na sociedade contemporânea, marcada pelo consumo, o dinheiro tem um papel relevante na formação das imagens que vão “conformar” o Eu, que vão construir uma identidade. Mas, salientamos aqui, que partimos do princípio posto pela psicanálise, no qual o sujeito sempre se aliena no outro, e não necessariamente pelo valor monetário.

Seguindo, com nosso conto, o Diabo leva a imagem especular e o estudante que ganhou o conforto (desta imagem construída) faz sucesso, apenas deve evitar espelhos, evitar a confrontação entre o Eu e a imagem. Tudo daria certo na estória e no destino humano se o Diabo (que é o outro) não tivesse dado vida própria à imagem, ou seja, se a imagem não preponderasse sobre o sujeito. Assim, todos vivemos sem angústia, com uma

definida imagem, especularizados, numa sociedade onde se perderam os sujeitos. A imagem, duplo descolado, passa a valer mais que o corpo que é intransponível Real.

Depois, a imagem que o Diabo levou passa a ter vida própria, passa a perseguir o sujeito, viver por ele. Nada mais lógico, ela, a imagem é o sujeito, vale mais que ele.

A imagem funciona como “boa imagem” quando ligada ao modelo, quando acompanha o sujeito; e como “má imagem” quando vai além dos espelhos, quando se descola, ganha vida e causa dissonância no Eu. Neste dilema retratado pela metáfora do estudante com o Diabo, podemos ver o dilema humano por essência, onde nossa imagem toma uma força maior que a nossa suposta identidade. Assim, o sujeito permanece flutuando entre a identidade da imagem e a procura da identidade “autêntica”, do nosso Eu.

Supomos que todos os humanos vivem este conflito Eu- imagem. Porém, este dilema pode ser mais drástico para alguns sujeitos, como por exemplo, aqueles envolvidos na criminalidade. Vamos agora refletir sobre este ponto. Na continuação da estória do estudante, sugestivamente, a imagem desfigura os atos do sujeito até chegar ao crime: a imagem mata uma pessoa e o sujeito é obrigado a assumir a autoria do ato. A imagem sempre toma o lugar do sujeito, e este se torna sujeito alienado de si mesmo, vivendo seu imaginário criado pelo outro.

No imaginário criado pelos outros sobre o sujeito, este invariavelmente é um estranho, sempre aquele que merece desconfiança, que representa ameaça apenas por ser outro. Enfim, ele é o desconhecido, o não-Eu.

Portanto, no imaginário criado pelo outro, o Não-Eu, o Estranho, pode perfeitamente ocupar o lugar do criminoso, daquele que ameaça, e se encaixar perfeitamente no envelope da imagem do crime. Daí em diante é um passo: a imagem descolada do Eu pode até produzir crimes, e como na metáfora, ela tomou o lugar do Eu, e

por isso, prevalece sobre ele. Essa amálgama, “Imagem-Eu-Criminoso”, que circula na sociedade moderna pode ser o invólucro, o simulacro, como diria Baudrillard, que capturam inúmeros sujeitos!

Na metáfora a imagem se vinga do sujeito por ter sido vendida, abandonada e passa a assombrar o estudante aparecendo em túmulos e cemitérios. Novamente, a associação com a morte que parece rondar este tema. A imagem se torna uma assombração, um fantasma, pois ela representa a morte do Eu. O duplo é um morto que volta, que atormenta o sujeito e o assombra. Esse processo inevitável da morte do Eu, da criação da imagem-fantasma na formação do sujeito parece estar agravado na sociedade atual. Nesta os símbolos, signos, imagens assumem uma importância desmedida e norteiam toda nossa cultura.

No ato seguinte, o estudante concebe o projeto de matar a própria imagem: este ato não é um suicídio, e sim, um homicídio, na tentativa desesperada de voltar a ser! Matar a imagem que se espalha de si mesmo é uma tentativa de retomar o Eu.

Apesar da precocidade de tal suposição, torna-se difícil não fazer um paralelo deste ato com os inúmeros atos de violência em direção àquilo que é externo, atos que talvez visem destruir imagens descoladas e incontroláveis.

O estudante dispara contra a imagem no espelho, este se parte, e o duplo transforma-se literalmente no fantasma que era, volatiliza-se. O sujeito cai morto. Na tentativa de destruir a imagem de si mesmo, que andava solta e dissociada do Eu, ele mata a si próprio, pois se tornara apenas imagem. A imagem era viva e real e o sujeito já estava morto, quando a imagem se quebra nada resta. Este esquema serve para pensar “o criminoso” e como ele se entrelaça na rede de imagens criadas para ele. Se ele não viver estas imagens,

criadas pelo discurso do crime, ele não é mais outra coisa... O sujeito do crime tornou-se apenas sua imagem.

Na agonia da morte o estudante olha-se num fragmento de espelho e percebe que sua imagem voltou, seu corpo lhe escapa, mas reencontra a sua imagem. A impossibilidade de imagem e corpo se encontrarem está presente, a incompatibilidade entre o Real do corpo e o seu Imaginário! Porque?

Quando a imagem retorna ao corpo é este que se desvanece, como se fosse impossível ao sujeito ter sua imagem e seu corpo ao mesmo tempo. Será esta uma condição humana?

Esta passagem nos remete a uma das fases na história da morte descrita por Áries: “a morte de si próprio”. Neste período a morte torna-se o lugar onde o homem aprende a conhecer a si mesmo, sua história, sua individualidade e seu fim. (Ariès, 1989).

Podemos tirar algumas conclusões desta estória e sua metáfora: o corpo é este real inapreensível e nós “somos” nossa imagem. Somos uma *imaginarização* deste Real-corpo intocável. Talvez, a função de Real que nosso corpo carrega seja algo inesgotável; representado parcialmente por imagens, mas impossível ser totalmente *imaginarizado* ou simbolizado.

Por outro lado, se esta imagem nos falta ficamos sem retorno, sem reflexo do Eu, e o mundo se torna opaco... Dessa forma não teríamos perspectiva de nós mesmos, ficaríamos sem identidade, ocorreria um estranhamento do Eu, e, se tornaria um Outro em relação a si mesmo.

Enfim, somos a imagem construída de nós mesmos pelo “Diabo”, fazemos um pacto para perpetuar esta imagem que vendemos aos outros! O preço? Ser alienado de si mesmo, não-ser, ser a imagem descolada e autônoma. A vantagem? Saber quem somos!

Quanto à violência e seus criminosos podemos tirar conclusões similares. A(s) imagem(s) construída para o homicida, assassino, criminoso são também as imagens dadas pelo Outro-Diabo. Este oferece suas vantagens de situar o sujeito num lugar, numa identidade, mesmo que seja a do criminoso. Lugar definido, claro e que oferece o conforto de se saber quem é... O preço? Encarnar o crime, oferecer o próprio corpo para situar o lugar do mal, daquele que traz a morte.

Há uma diferença fundamental entre estas colocações baseadas na psicanálise e a posição de Baudrillard: o motivo da “venda da imagem”, da alienação não é o dinheiro, mas a amortização da angústia de não se saber quem somos. Porém, novamente observamos que na sociedade moderna, de consumo, a questão da identidade, de saber quem somos, está acentuada pelo consumo. A definição do sujeito passa pela posse das mercadorias, o dinheiro e seus signos aplacam a angústia da identidade, e sua própria imagem torna-se uma mercadoria. Vejamos a colocação do autor sobre este tema:

“Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais. Tudo foi reassumido por esta lógica, não apenas no sentido de que todas as funções, todas as necessidades se encontram objetivadas e manipuladas em termos de lucro, mas ainda no sentido mais profundo de que tudo é

especularizado, quer dizer, evocado, provocado, orquestrado em imagens, em sinais, em modelos consumíveis.” (Baudrillard, 2002. pg. 328).

Portanto, nossa imagem que como vimos é o nosso duplo, nosso Eu autômato, também, passa por esta lógica e torna-se algo veiculado em muitos espaços, lugares, como um signo consumível, vendável e descolado do próprio sujeito. Referenciando, à estória do estudante e o Diabo, vemos que, vendemos nossa “Imagem-Eu” e este Bem não nos pertence mais.

Também, no caso do “criminoso”, ele fica orquestrado imagens, as do crime, que também são modelos consumíveis. Ele torna-se a imagem dele, seu rosto coloca-se no emblema da imagem do crime. O próprio esquema de alienação não funciona mais num mundo, em que o indivíduo, deixou de se confrontar com a sua própria imagem desdobrada. A imagem não é mais apenas desdobrada, a imagem é o sujeito.

“No processo generalizado de consumo, deixa de haver alma, sombra, duplo e imagem, no sentido especular. Já não existe contradição do ser, nem problemática do ser e da aparência. Dá-se apenas a emissão e a recepção de sinais, abolindo-se o ser individual no interior desta combinatória e deste cálculo de sinais.” (Baudrillard, 2002. pg. 330).

Com o desaparecimento da contradição do Eu- Duplo, a abolição do sujeito, e a preponderância da imagem, desaparece o sujeito do crime e fica a “imagem do criminoso” e as reiteradas imagens da violência. Imagens que são o porta-retrato no qual cabe uma foto para dar realidade ao jogo de sinais. Não há mais instância maléfica, mal, pacto com o Diabo; tudo é dado numa rede de signos aonde o sujeito se coloca para poder existir.

“Assim não existe mais separação ontológica do ser, mas relação lógica entre o significante e o significado, também não há separação ontológica entre o ser e o respectivo duplo (a sombra, a alma, o ideal) divino ou diabólico, impera somente o cálculo lógico de sinais e a absorção no sistema de sinais. Na ordem moderna, deixou de haver espelho onde o homem se defronte com a própria imagem para melhor ou pior, existe apenas *a vitrine...*” (Baudrillard, 2002. pg. 330).

Quando diz o autor que não há mais espelhos, somente vitrines, vemos que o “crime” não se espelha em figuras que atribuem identidades (teoria difundida pela mídia e pelo senso comum), não há mais identidade a ser buscada. O sujeito apenas perde-se, ou encontra-se, nos signos do crime. A vitrine com seus objetos absorvem o sujeito, a *vitine-crime* engole o sujeito. Talvez, não seja casual que a TV seja uma das molas propulsoras deste processo: uma vitrine disponível, repleta de imagens consumíveis, onde o espelho é substituído por uma vitrine de imagens oferecidas ao olho.

O autor refere que no sentido marxista do termo, a essência “alienada” não existe mais, o sujeito está num sistema de sinais, estruturado como um código e circula neste aleatoriamente. O sujeito, como consumidor de signos, se define pela combinação neste jogo e não mais pela identidade construída com um Outro espelhado. O consumo de imagens se tornou um jogo lúdico, que gradualmente substituiu a formação da identidade conquistada muitas vezes de forma trágica, conflituosa e penosa. O sujeito que se define pelos signos do crime, joga com estes signos, brinca com estes e eles se tornam seus objetos de consumo.

Tanto, o sujeito que encarna estes signos (o criminoso), quanto aqueles que olham os signos do crime, articulam este jogo lúdico: o crime, tão prazeroso de ser olhado e

assistido. Vejamos, novamente, uma citação de J. Lacan que aponta na direção desta relação do olhar e seus objetos de desejo:

“No que é que é que esse dar-a-ver pacifica alguma coisa? - senão nisto, que há um apetite do olho naquele que olha. Esse apetite do olho, que se trata de alimentar, constitui o valor de encanto da pintura. Este valor é, para nós, a ser procurado num plano bem menos elevado do que se supõe, naquilo que é a verdadeira função do órgão do olho, o olho cheio de voracidade, que é o do mau-olhado.

É surpreendente, se pensamos na universalidade da função do mau-olhado, que não há em lugar nenhum qualquer traço de um bom olhado, de um olho que bendiz. Quer dizer? - senão que o olho leva consigo a função mortal de ser em si mesmo dotado – permitam-me jogar aqui em vários registros – de um poder separativo. Mas este separativo vai bem mais longe que a visão distinta. Os poderes que lhe são atribuídos, de fazer secar o leite do animal sobre o qual ele cai – crença tão disseminada em nosso tempo quanto em qualquer outro, e nos países mais civilizados – de trazer a doença, a má sorte, esse poder, onde podemos melhor imagina-lo senão na *invidia*? *Invidia* vem de *vedere*...

Para compreender o que é a *invidia* em sua função de olhar, não é preciso confundir-la com o ciúme. O que a criancinha, ou qualquer pessoa, *inveja*, não é de modo algum, necessariamente, algo que ela poderia ter *vontade*, como impropriamente se exprime. A criança que olha seu irmãozinho, quer dizer que ela ainda precisa da teta? Todo mundo sabe que a inveja é provocada pela posse de bens que não seriam, para aquele que inveja, de nenhum uso, e dos quais ele nem mesmo suspeita a verdadeira natureza.

Esta é a verdadeira inveja. Ela faz empalidecer o sujeito diante do quê? - diante da imagem de uma completude que se refecha...”(Lacan, 1998. pg 112).

Como podemos relacionar este processo de saciar o olhar com imagens, ou a *invidia*, suscitada por determinados objetos, com as imagens da violência? Aparentemente temos uma incoerência, pois o sujeito não tomaria como objeto que sacia o olhar, ou como objeto de inveja, imagens de morte. Entretanto, aproveitamos o aprendizado com a psicanálise, que ensina que no inconsciente não há negação, contradição ou incoerência.

Assim, voltamos ao ponto inicial deste trabalho, a pulsão de morte. Para obter alguma explicação sobre a atração e fascínio que as imagens de violência exercem sobre o sujeito, temos que conjugar o desejo, suas relações com o olhar e a morte. Quanto à relação do desejo com o olhar discutimos sua determinação anteriormente, e quanto à relação entre a morte e o desejo? É aqui, que retomamos o conceito de pulsão de morte, pois vemos que novamente a questão da morte surge como um dos núcleos do psiquismo humano, como a pedra angular que resiste a significação, e que, sempre retorna insistentemente na dimensão do desejo. Conforme discutimos no início, a determinação do sujeito não é dada apenas pela pulsão de vida, mas também, pelo que Freud conceituou como pulsão de morte. A relação com a morte está dada na dimensão da própria estrutura psíquica do sujeito. O sujeito sacia seu olhar, aplaca a pulsão escópica, com imagens de morte e destruição do corpo, pois a pulsão de morte o comanda. Talvez, possamos dizer que o encanto da pintura que saciava o olhar, do qual o autor falou, perdeu seu lugar para as imagens de morte e violência na sociedade moderna. Estas imagens saciam o olhar do sujeito e, talvez, por isso sejam oferecidas e procuradas com tanta insistência.

IV) HIPÓTESES E OBJETIVOS

HIPÓTESES

Uma das hipóteses desta pesquisa propõe que as mortes violentas e seus signos marcam uma forma transgressão aos padrões culturais da morte na sociedade atual, ou seja, tais mortes rompem com a padronização prevista para as mortes pelas sociedades ocidentais. Assim sendo, propomos que esses eventos que rompem com esta padronização são alvos de novos recursos psíquicos e culturais dispostos para aplacar esta violação, esta transgressão, feita ao padrão de “morte silenciosa, discreta e higienizada” da nossa época.

Outra hipótese que colocamos é que estas mortes violentas trazem consigo, como forma de aplacar a angústia que suscitam, discursos e imagens produzidas pela cultura em geral. Estes discursos operam como mecanismos dispostos para aplacar as consequências advindas da sua ocorrência. Assim, propomos que todas as idealizações, reportagens, discursos, imagens, pesquisas, e até, teorias acadêmicas, produzidas sobre a violência são produções que se dão no “Registro do imaginário” (conforme conceito da teoria psicanalítica) para tolerar a questão das mortes violentas. As mortes violentas mostram-se como um objeto de difícil apreensão simbólica, e que assim, desencadeiam muitos envoltórios, subterfúgios, discussões, opiniões, polêmicas...

Também observamos durante nosso trabalho que as representações visuais produzidas sobre um objeto apresentam características especiais. A esta característica especial da imagem foi dada uma atenção especial no campo.

Nosso objeto de pesquisa foi os eventos de morte por homicídio. Elegemos esta forma de morte violenta para o nosso trabalho pois é a causa de morte mais recorrente na cidade de São Paulo entre as causas externas e também pela sua significação atual na nossa sociedade.

Nossa discussão teórica está pautada pela psicanálise como referencial teórico para refletir sobre questões no âmbito social e cultural. Portanto, vamos analisar o trabalho de campo neste referencial, e assim tomar os discursos e imagens coletadas no campo e analisá-los neste eixo teórico.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

- Estudar a questão das mortes violentas, mais especificamente os homicídios, na cidade de São Paulo.
- Fazer um levantamento epidemiológico sobre os óbitos por homicídios na região a ser abordada no trabalho de campo, o Distrito Administrativo do Tremembé, no Município de São Paulo no ano de 2002. E, também, fazer um levantamento mais detalhado na área específica do campo, a Vila Albertina, no ano de 2002.
- Identificar e analisar os discursos que circulam em relação à violência na cidade de São Paulo através da mídia televisiva. Analisar o programa:

“Linha Direta” da TV Globo no mesmo período (2002), dentro dos referenciais já citados anteriormente.

- Na área específica do nosso trabalho de campo na cidade de São Paulo, Vila Albertina, produzir fotografias sobre as mortes violentas através dos sujeitos residentes nesta área e que convivem com a violência e suas mortes.
- Analisar os discursos imagéticos produzidos pelos participantes da pesquisa que residem na Vila Albertina.
- Apresentar o processo do trabalho de campo num relato etnográfico, bem como analisar as eventuais produções oriundas deste campo.

V) O MÉTODO.

Visto as questões teóricas levantadas anteriormente, vemos que uma das facetas do nosso objeto de estudo, é mostrar-se como uma manifestação do “Real”.

Como, então, abordar este objeto inacessível?

Observamos que, os discursos verbais e visuais, que circulam em torno das “mortes violentas” servem para aplacar, distanciar e domesticar este “Real”, que retorna, que se impõe, insistentemente. Assim, devemos nesta pesquisa identificar os vários discursos sobre a violência e analisá-los. Poderemos, então, encontrar os vários discursos que repetidamente se manifestam em torno das “mortes violentas” e desmontá-los para descobrir: A quem (ou ao que) serve ? Qual seu significado ? Quais seus significantes ? Como estes discursos retornam em diferentes aparências ? Como aplacam a angústia suscitada pelo “corte” das “mortes violentas” ? Com que elementos, habitualmente, as mortes violentas se articulam nos discursos? Etc.

Numa observação geral, da nossa sociedade, encontramos alguns dos discursos mais recorrentes sobre a violência: o discurso policial, o discurso governamental, o discurso das organizações não-governamentais, o discurso religioso, o discurso jurídico, o discurso político, o discurso médico, o discurso psiquiátrico, o discurso científico, o discurso sanitário, o discurso místico; e como um aglutinador de todos, o discurso da mídia. Observamos, que a melhor forma de identificar “os discursos sobre a violência” da nossa sociedade, é analisar o discurso da mídia. Pois, todos os discursos sobre a violência se

encontram nesta instância tão especial da nossa época. Atualmente, a mídia ocupa um lugar privilegiado de produção de sentido e de discursos.

Observamos, cuidadosamente, que todos os tipos de discursos citados estão presentes na mídia, de forma mais ou menos freqüente, conforme a época ou a situação. Portanto, elegemos como discurso mais significativo sobre a violência na nossa cultura, o discurso da mídia e vamos abordá-lo nas suas nuances, suas variações, suas sobreposições de sentido, enfim, procurar identificar neste a presença dos vários tipos de discursos sobre a violência. Para, a execução desta parte do trabalho, elegemos o programa da mídia televisiva “Linha Direta” da emissora TV Globo. Este programa tem exibição semanal, atualmente às quintas-feiras no horário nobre noturno e aborda especificamente a questão da violência. Ele é um dos principais programas sobre violência na televisão e está em circulação há mais de dez anos. O programa possui as características fundamentais que desejamos pesquisar e analisar, ou seja, trata especificamente de violência e é uma produção desmedida de discursos sobre a mesma. Porém, algo mais determinou nossa escolha por este programa, ele apresenta um aspecto especial para nossos objetivos: ele faz “simulações” da realidade através de discursos e imagens.

Observamos os programas durante muitas semanas e pudemos constatar que as histórias relatadas possuem uma estrutura fundamental, que se repete continuamente ao longo dos programas. Assim, os programas foram selecionados de forma aleatória, pois quaisquer que fossem possuíam os elementos centrais da composição do “Linha Direta”.

Muitos teóricos da comunicação trabalharam esta questão do papel das mídias na nossa cultura, talvez, não possamos encontrar uma outra instituição tão influente e determinante na organização dos sentidos das nossas práticas sociais. A mídia tem se

mostrado como a instituição da nossa época que reflete o conjunto da sociedade, ao mesmo tempo, que determina a própria imagem a ser refletida.

Observamos, que estamos na época da especularização, da criação de imagens, dos reflexos que procuram seus objetos, de imagens sem substrato da realidade, e principalmente, de objetos “mortos” que não produzem imagens. E, principalmente, a mídia televisiva participa ativamente deste processo, ou seja, deste jogo de olhares.

Pensando nestas questões, que a mídia televisiva nos propõem, pedimos licença para o leitor para fazer uma paródia, uma apropriação sugestiva de um texto, que possivelmente, levará a reflexões sobre o papel da mídia de imagens. Vamos então, citar na íntegra um texto, que posteriormente daremos sua referência:

“O monstruoso de que falamos tem a característica de só poder ser abordado de face, num confronto direto do Poder que exige, para que o vejamos, a entrada no campo de sua fascinação, com o risco de nele nos perdermos. Ver a “TV” é olha-la nos olhos e, com o cruzamento dos olhares, deixar de ser o que se é, de ser vivo para se tornar, como ela, Poder de morte. Encarar a “TV” é perder a visão em seu olho, transformar-se em pedra, cega, opaca.

Na face a face da frontalidade, o homem firma-se em posição de simetria em relação ao deus, mantém-se sempre em seu eixo, esta reciprocidade implica ao mesmo tempo dualidade – o homem e o deus que se encaram – e inseparabilidade, ou até identificação: a fascinação significa que o homem já não pode desviar seu olhar ou o rosto do Poder, que seu olho perde-se no do Poder que também o olha, que ele é projetado no mundo que este Poder preside.

Na face da “TV”, opera-se como que um efeito de desdobramento. Pelo jogo da fascinação, o *voyeur* é arrancado a si mesmo, destituído de seu próprio olhar, investido e como que invadido pela figura que o encara e, pelo terror que seus traços e seu olho mobilizam, apodera-se dele e o possui.

A possessão: usar uma máscara é deixar de ser o que se é e encarnar, durante a mascarada, o Poder do além que se apossou de nós e do qual imitamos ao mesmo tempo a face, o gesto e a voz. O desdobramento do rosto em máscara, a superposição da segunda ao primeiro, que o torna irreconhecível, pressupõe uma alienação em relação a si mesmo, um controle por parte do deus que nos passa o freio e as rédeas, que nos cavalga e arrasta em seu galope, estabelece-se portanto, entre o homem e o deus, uma contigüidade, uma troca de estatuto que pode chegar à confusão, à identificação, mas ainda nessa proximidade instaura-se o apartar-se de si mesmo, a projeção numa alteridade radical, inscrevendo-se na intimidade e no contato a maior das distâncias e o estranhamento mais completo.

A face da “TV” é uma máscara, mas em vez de ser usada para que seu portador imite o deus, esta figura produz o efeito de máscara simplesmente olhando-nos nos olhos. Como se esta máscara só tivesse deixado nosso rosto, só se tivesse separado de nós para se fixar à nossa frente, como nossa sombra ou nosso reflexo, sem que nos possamos livrar dela. É nosso olhar que se encontra preso à máscara. A Face da “TV” é o Outro, nosso duplo, o Estranho, em reciprocidade com nosso rosto como uma imagem no espelho, mas uma imagem que seria ao mesmo tempo menos e mais que nós mesmos, simples reflexo e realidade do além, uma imagem que se apoderaria de nós, pois em vez de nos devolver apenas a aparência de nosso próprio rosto, de refratar nosso olhar, representaria, em sua careta, o horror terrificante de uma alteridade radical, com a qual por nossa vez nos identificaremos, transformando-nos em pedra.

Olhar nos olhos da “TV” é ver-se face a face com o além em sua dimensão de terror, cruzar o olhar com o olho que por não deixar de nos fixar torna-se a própria negação do olhar, receber uma luz cujo brilho, capaz de cegar, é o da noite. Quando encaramos a “TV”, é ela que faz de nós o espelho no qual, transformando-nos em pedra, contempla sua face terrível e se reconhece no duplo, no fantasma que nos tornamos ao enfrentar o seu olho. Ou ainda, para exprimir em outros termos esta reciprocidade, esta simetria tão estranhamente desigual entre o homem e o deus, o que a máscara da “TV” nos permite ver, quando exerce sobre nós o seu fascínio, somos nós mesmos no além, esta cabeça vestida de noite, esta face mascarada de invisível que, no olho da “TV”, revela-se a verdade de nosso próprio rosto. Esta careta é também a que aflora em nosso rosto para nele se impor sua máscara quando, a alma em delírio, dançamos ao som da flauta a bacanal de Hades”. (Vernant, 1988. pgs.103 a 106).

Lendo este texto fica-se surpreso, perplexo mesmo, com a similaridade entre estas duas “figuras mitológicas” com as quais ousamos brincar: Gorgó, a Medusa e a Televisão. O leitor atento já deve ter percebido que tomamos a licença de substituir no texto o nome de Gorgó, a Medusa, pela palavra “TV”. Nesta substituição, o que mais impressiona é que este texto poderia ter sido escrito literalmente igual, por um teórico da comunicação, sobre a televisão. Entretanto, lemos um texto de um clacissista e estudioso da mitologia falando sobre Medusa e seus terríveis poderes do seu olhar.

As desventuras e conflitos suscitados na relação entre Medusa e os mortais fazem uma relação quase direta com o poder da mídia em imagens e os homens. O poder encarnado pela Medusa (TV), seu olhar que desafia, olhá-la nos olhos é cegar a si mesmo transformando-se em pedra, em objeto que deixa de ser sujeito, a fascinação que impede o

sujeito de desviar o olhar, a máscara de Medusa (TV) toma o lugar da sombra-reflexo do homem, enfim, tudo isto poderia ser uma síntese da relação sujeito-mídia. O sujeito, o voyeur das inúmeras imagens oferecidas pela TV, deixa de olhar para ser olhado. Ele é destituído do seu status de sujeito, invadido pela figura de Poder e torna-se objeto.

Enquanto lemos este texto, observamos muitas similaridades com as colocações de J. Baudrillard, citado anteriormente. As mesmas questões que se colocam para o homem moderno na sociedade de consumo (onde a televisão desempenha papel fundamental como mola propulsora do desejo) se repetem na relação entre a Medusa e o homem que ousa encará-la. Talvez, não seja exagero dizer que a televisão é a Medusa de nossa época...

Neste emaranhado confuso, de imagens e locuções da “Medusa” da nossa época, encontramos o discurso sobre a violência, sobre a violência do outro, sobre a violência do Eu, encontramos imagens descoladas que predominam sobre a realidade, imagens virtuais, montagens, e também, encontramos “objetos - sujeitos” que não produzem imagens ou discursos, e que, portanto, não são vistos ou escutados.

Para a análise dos discursos da mídia tomamos como referência a psicanálise, e também nos inspiramos em alguns recursos da semiótica, ou seja, vamos analisar a linguagem como uma das manifestações do inconsciente manifesta na cultura e procurar o que está velado nestes discursos. Assim, seguindo o exemplo da psicanálise, vamos tentar “escutar” estes discursos para além do conteúdo manifesto e procurar o conteúdo latente dos mesmos.

Sobre o papel que os discursos representam, para o sujeito e seu grupo social, temos um texto fundamental de Freud “O futuro de uma ilusão” (Freud, 1974 vol. XXI) que demonstrou, com o exemplo da religião, como é próprio do ser humano criar ilusões para tolerar a difícil e frágil realidade da vida. A religião ocupa um papel fundamental na

civilização, na medida que, contribui com um discurso articulado, que auxilia o homem a suportar a realidade, e também, a criar ilusões mais satisfatórias sobre si mesmo e o mundo. Atualmente, observamos que a religião tem muitos concorrentes nesta tarefa, e um deles é a mídia. Assim, vamos as idéias de Freud sobre a religião e seu poder de ilusão, e paralelamente, vamos refletir nas outras instâncias que tem função similar. A respeito da origem psíquica das idéias religiosas o autor refere:

“Estas, proclamadas como ensinamentos, não constituem precipitados de experiências ou resultados finais de pensamento: são ilusões, realizações dos mais antigos, fortes e prementes desejos da humanidade. O segredo de sua força reside na força desses desejos. Como já sabemos, a impressão terrificante do desamparo na infância despertou a necessidade de proteção... O que é característico das ilusões é o fato de derivarem dos desejos humanos. Com respeito a isso se aproximam dos delírios psiquiátricos, mas deles diferem também, à parte a estrutura mais complicada dos delírios.” (Freud, 1974 vol.XXI pg 43 e 44).

Neste texto aonde o autor mostra como a religião é um sistema de crenças e dogmas usado para aplacar a angústia oriunda do desamparo humano, inclusive, diante da morte; constatamos a necessidade de criar ilusões à qual estamos submetidos. Atualmente, assistimos a criação de outros inúmeros discursos que ocupam este lugar da religião, lugar de referência simbólica que dá sustentação à existência humana. Adotando esta perspectiva, desejamos analisar os discursos da mídia sobre violência como formas de “ilusão”, às vezes até delírios, cuidadosamente construídos, que ajudam o sujeito a tolerar a realidade da vida e de sua própria essência.

Seguindo, no trabalho de campo, damos o passo mais difícil. Isto é, se a violência é recoberta de discursos que tentam aplacá-la, como podemos nos aproximar dela sem criar um novo discurso ? Não queremos neste trabalho apenas “desmontar” discursos, criticá-los e deixar as “mortes violentas” intocadas. Porém, também não queremos reproduzir os discursos existentes e cair na armadilha da “repetição” tão discutida pela psicanálise. Queremos nos aproximar das “mortes violentas”, “olhar de perto”, e principalmente, não criar fantasias, ilusões, imagens, que façam um anteparo diante das mortes violentas. Estamos cientes da dificuldade de tal projeto, visto que é próprio da natureza humana, construir discursos e imagens em torno da realidade para conviver com ela.

O próprio conceito de realidade se desfaz na psicanálise, na medida, que construímos através da nossa subjetividade a realidade que nos cerca. Oscilamos entre as fantasias e os delírios, mas todos construímos um imaginário para tolerar a vida. Portanto, mesmo estando numa pesquisa, corremos o risco de novamente criar um discurso sobre as “mortes violentas”, que ao invés de descortinar algo, vai no sentido de afastar e encobrir tal fenômeno. Sobre estas dificuldades colocadas à pesquisa Freud fazia um importante alerta:

“Tendo identificado as doutrinas religiosas como ilusões, somos imediatamente defrontados por outra questão: não poderão ser de natureza semelhante, outros predicados culturais de que fazemos alta opinião e pelos quais deixamos nossas vidas serem governadas? Não devem as suposições que determinam nossas regulamentações políticas serem chamadas também de ilusões? E, uma vez despertada nossa suspeita, não nos esquivaremos de também perguntar se nossa convicção de que podemos aprender algo

sobre a realidade externa pelo emprego da observação e do raciocínio no trabalho científico, possui um fundamento melhor.” (Freud, 1974 vol.XXI pg 47).

Mesmo ciente desta perspectiva, que a pesquisa científica pode também ser uma ilusão, vamos tentar nos aproximar do nosso objeto de pesquisa, situar o campo e definir alguns procedimentos. Acreditamos que uma pequena fresta se abre sobre as “mortes violentas” através da pulsão escópica, ou seja, através do olhar e sua relação com as mortes violentas.

Depois das características das imagens que levantamos na pesquisa teórica, da peculiaridade do olhar e sua marcante diferença em relação à linguagem verbal, podemos vislumbrar um caminho para nos aproximar do nosso objeto de pesquisa. Sabemos que, o “olhar sobre a violência” também pode se constituir como forma de discurso, tal como os discursos verbais sobre a violência. Porém, observamos na discussão teórica, duas características principais do olhar-imagem quando incidem sobre um objeto: a significação é dada de imediato e a pulsão escópica é capturada pela imagem. Com estas duas características acreditamos que através da imagem podemos nos aproximar das mortes violentas de outra forma. A aproximação das “mortes violentas” que tentamos obter no trabalho de campo nesta segunda etapa, esse “olhar de perto” sem produzir mais um discurso, talvez seja possível com alguns artifícios. Ou pelo menos, seja possível, “escutar-ver” um outro discurso não-viciado, e que não caia na armadilha da repetição.

Assim sendo, depois da análise dos discursos verbais e visuais produzidos pela mídia sobre a violência, nos aproximamos do discurso sobre a violência de um “outro lugar” e com uma “outra pulsão”.

Abordamos as “mortes violentas” entre os sujeitos que compartilham desta violência, convivem com ela, praticam a mesma, sofrem a ação desta, enfim, os sujeitos que de forma mais imediata e contígua se relacionam com a violência. Também, privilegiamos neste outro discurso, outra forma de produção do mesmo: as imagens. Então, temos a seguinte forma de procedimento nesta segunda parte do trabalho de campo: procuramos os sujeitos que convivem com as “mortes violentas” (na área circunscrita da Vila Albertina) e solicitamos que fotografem dentro deste espaço às imagens mais significativas que remetem ao tema das mortes violentas. Os participantes podem fotografar qualquer imagem que destaquem como significativa para o tema, e não necessariamente, as imagens das mortes violentas. Observamos, que oferecemos máquinas descartáveis aos participantes da pesquisa e uma orientação geral sobre o tema das fotos.

Como é de conhecimento geral há dificuldades e riscos ao abordar este tema. Assim, usamos alguns critérios, na escolha da área de campo, que permitiram executar nosso projeto até o fim e sem riscos para os envolvidos.

Na delimitação do trabalho de campo, quanto ao espaço geográfico nos restringimos a uma localidade circunscrita e na qual temos facilidade de acesso aos moradores. Esta localidade denomina-se Vila Albertina e está situada no Distrito Administrativo Tremembé, localizado na região norte do município de São Paulo. Os motivos da escolha desta localidade foram:

- A área desta vila é bastante circunscrita, devido a sua localização geográfica ser entre dois morros, o que facilita a delimitação de área.

- Esta mesma localização entre morros gera entre os moradores desta área uma sociabilidade local, uma identidade entre os moradores da vila e, portanto, um conhecimento mútuo das pessoas moradoras da área. Este dado facilita a pesquisa no momento de coleta de dados entre os moradores da área envolvidos no evento.

- Os dados de mortalidade do PROAIM (Programa de aprimoramento e informação da mortalidade no Município de São Paulo) apontam um número relativamente alto de óbitos por homicídios na região do Distrito do Tremembé, onde a Vila Albertina está situada.

- Outro ponto fundamental que possibilita esta pesquisa é que na Vila Albertina há duas instituições respeitadas pela população local, com as quais temos contato profissional, e que podem facilitar nossa inserção junto à população da área. Estas instituições são a Fundação Gol de Letra e a Unidade Básica de Saúde da Vila Albertina da PMSP. Esta inserção com a população se mostra fundamental devido à especificidade deste trabalho, isto é, não seria possível pesquisar mortes por causas externas, principalmente homicídios, numa área aonde não houvesse nenhum contato.

- Numa exploração prévia do campo os resultados foram positivos quanto à inserção na área.

- Delimitamos o período de tempo para esta parte do trabalho de campo, ou seja, os participantes da pesquisa foram abordados num período circunscrito e comum a todos. (julho a dezembro de 2003).

No trabalho com as fotografias produzidas adotamos alguns eixos teóricos, já discutidos na parte teórica deste trabalho, que guiará nossa análise: a constituição do Eu através do Estádio do espelho, a constituição do Eu pela imagem, a alienação do Eu na imagem, a constituição do Eu a partir do duplo, a marca psíquica do corpo fragmentado, a função alienante ou de miragem que a imagem exerce, a saciedade da pulsão escópica através do olhar; a inversão entre o que olha e o que é olhado, a luz-opacidade como centro na questão do olhar (onde o foco de luz é colocado) e a relação entre pulsão escópica e pulsão de morte.

Também, referente à análise das fotografias obtidas através dos participantes, encontramos no texto de Roland Barthes “O óbvio e o obtuso” colocações importantes que podem auxiliar a esquematizar um roteiro para analisar nosso material de campo. (Barthes, 1982).

Vamos adotar tal referencial pois é compatível com a posição teórica da psicanálise adotada no trabalho e aprofunda nosso trabalho com as imagens. O autor trabalhou com análise de imagens, mais especificamente fotografias, utilizando um modelo estrutural baseado na conotação e denotação. Portanto, seu referencial é similar ao de J. Lacan quanto à linguagem falada, quando trabalha com a cadeia de significantes e com os significados. E, como primeiro passo desta pesquisa, apresentamos um breve mapeamento geográfico-populacional e epidemiológico da Vila Albertina.

VI) O RETRATO DA VILA ALBERTINA.

A área denominada Vila Albertina encontra-se situada no Distrito Administrativo do Tremembé na região Norte do município de São Paulo. Segundo dados do IBGE a população do distrito do Tremembé está estimada em 177.313 habitantes, sendo 85.969 do sexo masculino e 91.344 do sexo feminino. A área da Vila Albertina, na qual estamos interessados, tem uma estimativa de 24.000 habitantes, sendo este dado calculado a partir dos quarteirões censitários do IBGE. O número exato da população que reside nesta área é muito difícil de ser obtido devido às características da Vila que vamos descrever adiante.

O quarteirão censitário prevê um número médio de população residente por cada quadra, baseado numa ocupação residencial média de famílias, porém, na área estudada encontramos uma situação de ocupação muito diferente. A Vila Albertina tem uma parte da sua área densamente ocupada por construções irregulares localizadas em ruas e vielas que não existem nos registros oficiais dos logradouros públicos (estas áreas são o que denominamos popularmente como favelas). Essa área provavelmente tem uma população residente maior que as estimativas feitas pelos quarteirões censitários. Colocamos estes dados a partir de observações que fizemos no local num período exploratório do campo. Nesta época fomos junto com a equipe do distrito de saúde do Tremembé que tentava “mapear” a área para localizar micro-áreas de trabalho para os agentes de saúde do programa de saúde da família. Este trabalho foi bastante oportuno para nossa pesquisa, pois pudemos observar que, mesmo o poder público não tem qualquer registro mais preciso da

urbanização da área e de sua população residente. Assim sendo, vamos fazer uma descrição geral da área na tentativa de oferecer um panorama do nosso campo de pesquisa.

A Vila Albertina está geograficamente situada no limite entre o município de São Paulo e Mairiporã, ou seja, de um de seus lados ela está nas encostas de montanhas da Serra da Cantareira e de outro está dentro de uma área de urbanização. Observamos que a Vila Albertina é um espaço urbano bastante heterogêneo onde encontramos as moradias de classe alta, média, baixa e as favelas, bem como equipamentos sociais que aparentemente foram instalados aleatoriamente no local. Isto é, o processo de urbanização não planejado característico do município de São Paulo também afetou a Vila. Assim, há uma utilização heterogênea do espaço urbano e neste surgiram lugares singulares como veremos adiante na descrição de alguns pontos.

A Vila é bastante delimitada, numa área praticamente fechada, devido às barreiras geográficas e as avenidas que a cercam. De um lado a Vila acaba na subida da Serra da Cantareira (uma área de reserva florestal sem urbanização), e do outro lado temos a Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo (área extremamente urbanizada, com comércio e tráfego intenso) que devido suas características fecha a Vila. No outro limite temos a divisa da Vila Albertina feita pela Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, que se afunila com a Av. Maria Amália, e a Avenida Senador José Ermírio de Moraes que além de marco geográfico é um marco simbólico da Vila. Esta última avenida divide a região em duas áreas bastante distintas: do lado de baixo da avenida temos uma faixa de três bairros de residências de classe-média e depois se inicia a ocupação irregular citada, composta de casas de autoconstrução e várias favelas; e do lado de cima da avenida temos residências de classe alta, mansões que ocupam todo um bairro, ruas públicas fechadas por guaritas simulando condomínios fechados, enfim, uma área estritamente residencial da classe alta.

Observamos, que parte desta área de classe alta está dentro da área oficialmente denominada pelo município de Vila Albertina, mas seus moradores nunca referem que moram na Vila, e sim, no Tremembé.

Concluindo, podemos dizer que a Vila Albertina caracterizada como “pobre e criminosa” pela população local está fechada dentro dos limites citados e num nível abaixo desta área nobre que a observa de cima. Assim, a vista das ruas desta área nobre é uma imensa favela que cada vez mais sobe a encosta dos morros que a cercam.

Quanto à própria Vila podemos caracteriza-la como um local fechado, isolado, abaixo do nível da Avenida Senador José Ermírio de Moraes, onde a visão que se alcança são suas ruas e favelas de um ângulo, e de outro mais alto, vemos a área nobre do Tremembé. Suas ruas são tortuosas e circulares, características de um local sem planejamento urbanístico, o que nos leva a retornar sempre ao mesmo ponto quando andamos pelo local. As ruas são mal sinalizadas, não há espaço suficiente para a circulação de carros, as calçadas são precárias, a iluminação pública é insuficiente, e outras limitações típicas de uma área pobre da cidade.

As favelas são quatro principais: Favela Nova Real, perto do cemitério do Horto; Favela do Crime da Mala, em frente à Fundação Gol de Letra; Favela sem nome, ao lado da Fundação Gol de Letra e a Favela da Pedra, perto de uma grande pedra que existe numa pracinha.

Observamos, que esta “Pedra” é um marco para os moradores da Vila, pois todas as vezes que se pede informação para localização, eles citam a Pedra, mesmo quando ela não tem relação com o local procurado. Curiosamente, ela não está no centro da Vila ou em outro ponto que auxilie a orientação espacial. A Pedra parece ser um marco simbólico para a população.

Dentro de algumas destas favelas encontramos verdadeiros labirintos, isto é, quando se entra numa das ruas da favela que existe oficialmente entre os logradouros do município, se abre a partir dela inúmeras vielas, becos, caminhos entre as casas que se confundem com o quintal das mesmas, e torna-se impossível para alguém que não reside no local entrar e sair dali. Obviamente, estes espaços “públicos” improvisados não constam dos guias oficiais, e entrar neles somente é possível com a presença de um morador da área, por motivos de localização e também de permissão...

MAPA GEOGRÁFICO DOS DISTRITOS ADMINISTRATIVOS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E LOCALIZAÇÃO DA VILA ALBERTINA.

Como a Vila tem como característica ser fechada, mesmo quando andamos pelas ruas de fora das favelas, somos rapidamente reconhecidos como “alguém de fora”, todos os transeuntes e moradores percebem a presença de alguém estranho; porém não se observa hostilidade, e sim, curiosidade pelos estranhos. Notamos, que algumas vezes, que pedimos informação aos transeuntes na rua para sair da Vila e chegar à Avenida Senador José Ermírio de Moraes (a principal saída da Vila), eles não sabiam o nome da avenida, e nem mesmo o acesso para sair fora da área fechada.

Outro objetivo deste tópico é dar um panorama sobre a violência no município de São Paulo, no Distrito do Tremembé e na área da Vila Albertina; e conforme o recorte deste trabalho vamos focar a violência partindo do ponto de vista dos homicídios nestas localidades. Portanto, vamos levantar através do PROAIM (Programa de Aprimoramento e Informação da Mortalidade do Município de São Paulo) os óbitos ocorridos por homicídio nas três áreas citadas.(CEINFO,2002). Tomamos como base, para o nosso levantamento epidemiológico o ano de 2002, isto porque este era o ano mais recente com os dados condensados.

Assim, na nossa “epidemiologia dos homicídios”, vamos colocar os dados gerais de homicídio do município de São Paulo em 2002, os dados de homicídio no Distrito de Saúde Tremembé em 2002, e finalmente, os dados de homicídio da Vila Albertina, que é a localidade escolhida para o trabalho de campo. Pretendemos com esta exposição quantitativa da violência e de seus homicídios, dar um “retrato” geral da situação que estamos analisando, e assim, caracterizar o lugar onde fizemos nosso trabalho do campo. Essa “epidemiologia do homicídio” pretende ser a “tela” onde desenharemos os discursos e imagens da violência, e esclarecemos que não vamos fazer um estudo epidemiológico completo. Colocamos esta questão, pois conforme veremos adiante, os dados levantados

deixam muitas dúvidas e problemas em aberto, aonde caberia um outro trabalho que se dedicasse à questão quantitativa e epidemiológica dos homicídios.

No ano de 2002 no município de São Paulo, com uma população de 10.617.939 habitantes, tivemos 5433 óbitos por homicídio, o que resulta num coeficiente de 0,51 óbitos por homicídio a cada mil habitantes. Para dar um panorama geral da distribuição dos óbitos por homicídio nos diversos distritos administrativos do município exibimos abaixo os 23 distritos administrativos onde os óbitos por homicídio estão entre as cinco principais causas de morte da população.

Apresentamos os números absolutos de óbitos por homicídios e o coeficiente de óbitos por homicídio por 1000 habitantes de cada distrito administrativo no ano de 2002.

Os dados de óbito por homicídio destes 23 distritos administrativos do município mostram um quadro bastante crítico, onde se ultrapassa a marca de 1,0 homicídio para cada 1000 habitantes no distrito de Parelheiros. Também, observamos que na maioria destes distritos o coeficiente de óbitos por homicídio está acima de 0,5 óbitos por 1000 habitantes.

E os números absolutos de óbitos por homicídios mostram uma quantidade absurda de mortes violentas em alguns distritos (como no caso de M' Boi Mirim, Campo Limpo, Socorro), mas que ficam mais diluídas nos dados de coeficiente devido à alta densidade demográfica da área. Mas, mesmo os distritos que, relativamente, tem menor número de óbitos por homicídio mostram dados alarmantes.

Distrito administrativo	número absoluto de óbitos	coeficiente de óbitos por 1000 habitantes
<u>Butantã</u>	142	0,30
<u>Campo Limpo</u>	342	0,64
<u>Cidade Ademar</u>	241	0,62
<u>Cidade Tiradentes</u>	105	0,47
<u>Ermelino Matarazzo</u>	76	0,37
<u>Freguesia – Brasilândia</u>	197	0,49
<u>Guaianases</u>	204	0,75
<u>Ipiranga</u>	152	0,35
<u>Itaim Paulista</u>	202	0,54
<u>Itaquera</u>	240	0,47
<u>Jaçanã – Tremembé</u>	87	0,32
<u>M' Boi Mirim</u>	451	0,88
<u>Parelheiros</u>	130	1,03
<u>Penha</u>	152	0,32
<u>Perus</u>	36	0,28
<u>Pirituba</u>	182	0,44
<u>Santo Amaro</u>	81	0,33
<u>São Mateus</u>	264	0,65
<u>São Miguel</u>	188	0,46
<u>Sé</u>	104	0,26
<u>Socorro</u>	478	0,78
<u>Vila Maria – Vila Guilherme</u>	122	0,41
<u>Vila Prudente – Sapopemba</u>	222	0,42

No distrito administrativo Jaçanã - Tremembé, com uma população de 165.156, tivemos 87 óbitos por homicídio, que resulta num coeficiente de 0,32 óbitos por homicídio a cada mil habitantes. Este coeficiente coloca o distrito Jaçanã - Tremembé como um distrito de média violência, se comparado ao município, porém com certa expressividade. Seus dados de óbitos por homicídio não são baixos e sim os óbitos por homicídio do município é que são em número muito elevado.

Agora, levantando os dados de homicídio na área de abrangência da Vila Albertina, numa população de 24000 habitantes tivemos 7 óbitos por homicídio, no ano de 2002. Ou seja, isto nos dá um coeficiente de 0,29 óbitos por homicídio a cada mil habitantes. O coeficiente é similar ao do distrito como um todo, o que poderia levar a suposição de que o número de óbitos por homicídio na Vila Albertina é semelhante às outras áreas do distrito do Tremembé. Entretanto, observamos, pelos endereços dos casos de óbito por homicídio, que todos os 51 casos do distrito estão numa região de extrema pobreza, na ponta final da região do Tremembé (Jardins Fontales, Filhos da Terra e Felicidade) e na Vila Albertina. Assim sendo, encontramos casos de homicídio apenas na Vila Albertina e nesta segunda área citada, nas outras regiões do distrito típicas de classe média alta não há nenhum caso registrado.

Então, se os óbitos por homicídio do distrito estão concentrados nestas duas regiões, seu coeficiente não deveria ser calculado pela população de todo o distrito, e poderia sim, ser calculado apenas pela população destas duas áreas. Isto nos daria um coeficiente maior de óbitos por homicídio no distrito do Tremembé, ou melhor, nos mostra que apenas uma parte da população está exposta aos riscos da violência.

Outro ponto a ser levantado, é o número relativamente baixo de óbitos por homicídio apontado na área da Vila Albertina, sendo que, consideramos baixo este número

de sete homicídios devido à “fama” de violenta da Vila. Levantamos duas possibilidades para explicar este dado: a “fama” de violenta da Vila é mais um dos discursos imaginários sobre a violência ou existe um sub-registro nos casos de óbito por homicídio na mesma. O trabalho de campo posterior auxiliou no esclarecimento destas hipóteses.

Agora, vamos refletir em dois dados apresentados na análise quantitativa. No método tradicional (comparando os coeficientes calculados entre as áreas) como pode o coeficiente de óbitos por homicídios da Vila ser semelhante ao da população geral do distrito, que é de classe média alta ?

E, um outro ponto que questiona os dados. Se, a população da Vila está de fato subestimada (devido à forma de cálculo da mesma pelo quarteirão censitário, que não contempla a realidade de ocupação das favelas), o coeficiente de óbitos por homicídio da Vila Albertina cairia abaixo da média do distrito (visto que a população aumenta)!

Estes dados, no mínimo, causam estranheza para quem observa a realidade da Vila.

OS LUGARES DA VILA E SUAS IMAGENS.

No nosso contato com a Vila Albertina em busca das fotografias, que revelassem as imagens internas da violência, encontramos uma série de lugares, geografias especiais, situações particulares, espaços urbanos interessantes, que nos pareceram muito peculiares. Percebemos que durante esta insistente procura das imagens da violência surgiram outras

imagens surpreendentes. Entretanto, estas imagens vinham do nosso olhar de pesquisador e de um outro viés.

Durante nossos esforços em obter as imagens da violência fomos ficando fascinados com estes lugares singulares da Vila, que nos davam imagens intrigantes! Apesar, de não ser nosso objetivo inicial fotografar a Vila, optamos por registrar aquilo que marcou nosso olhar, mesmo sabendo das armadilhas que as imagens podem guardar. As peculiaridades desses lugares nos levaram a refletir sobre a questão do espaço geográfico e a sua ocupação pelos sujeitos na nossa área de pesquisa.

Para fotografar os lugares da Vila e discutir suas composições tomamos como princípio que os lugares tomam a conformação dos sujeitos que o habitam, o lugar habitado é mais um espelho das questões relacionais e culturais dos seus moradores. As referências teóricas da antropologia urbana mostram que a cultura das cidades pode ser estudada através do seu espaço e a forma como seus moradores a habitam. Assim sendo, podemos dizer sobre uma cidade ou um bairro, que os seus “nativos” constroem lugares, criam referências geográficas, dão sentido ao espaço que antes era neutro, enfim, habitam o espaço geográfico e os transformam em lugares simbólicos. (Magnani, 1996).

Então, procuramos observar no espaço geográfico da Vila Albertina e nos seus arredores, os lugares que guardavam alguma relação com a questão da violência e sua trama simbólica.

Estes lugares, eleitos a partir de uma referência externa a dos moradores da Vila, foram retratados em fotografias e reconhecemos a incongruência deste processo. Novamente, caímos na armadilha que os discursos da violência parecem guardar. Estes discursos são sempre externos à própria violência, e assim, são discursos verbais e imagéticos que outros constroem.

Assim, a partir de uma tentativa de obter imagens internas da violência, que se mostraram inacessíveis, obtivemos justamente o oposto. Ou seja, obtivemos imagens relacionadas à questão da violência, mas de um referencial externo.

Podemos dizer, que tais fotografias são: de fora, de longe, de outro ângulo, de outro referencial... Entretanto, mesmo cientes de tal fato, vamos retratar estes lugares da Vila articulados simbolicamente com a violência.

Ao iniciar esta etapa do trabalho montamos um mapa esquemático da região da Vila, com suas ruas, praças, áreas públicas, vielas, para visualizar a região. Este mapa foi montado a partir das referências dos logradouros oficiais do município de São Paulo, ou seja, muitas particularidades construídas pelos moradores não estavam neste mapa. Mesmo assim, esta visualização da área geográfica nos levou a uma compreensão do espaço que pesquisamos e facilitou a articulação da Vila no seu conjunto. A seguir descrevemos os lugares e apresentamos as imagens eleitas.

A VISIBILIDADE DA VILA: OLHAR E SER OLHADO!

Para visualizar a Vila Albertina vamos descrever o panorama que observamos quando estamos em suas áreas mais altas. Como sabemos a Vila está situada nas encostas da Serra da Cantareira e uma de suas faces está voltada para a cidade de São Paulo.

Deste lado podemos ver toda a cidade à distância, e mais próximo vemos o bairro do Tremembé, assim a população da Vila tem como visão à metrópole e o bairro de classe média alta (fotos 1 e 2).

Deste mesmo ponto da Vila, quando olhamos para baixo vemos uma imensidão de casas, barracos, pequenos comércios, vielas, lixões, as favelas, etc. Portanto, temos duas vistas panorâmicas na Vila e com imagens bastante contrastantes (foto 3).

Por outro lado, quando vamos do outro lado, no bairro do Tremembé, temos uma visão do ângulo oposto. O bairro do Tremembé nos seus pontos mais altos avista toda a Vila, com suas favelas, casas de autoconstrução, vielas, becos, etc (fotos 4 e5).

4

5

Observamos que há um jogo de imagens interessante! Ao olhar estes dois bairros a sensação é estranha, pois quando vamos de um lado, ou do outro, estamos sempre olhando de frente o bairro vizinho. É como se os dois bairros e suas populações estivessem sempre se olhando de frente. É, praticamente, impossível estar num deles e não olhar o outro! Vamos associar esta impressão visual dos dois bairros com a palavra *invidia*! Esta palavra do latim é traduzida para nós como inveja. Porém, a sua tradução literal é importante para este caso: *invidia* significa colocar para dentro, engolir com os olhos. A primeira manifestação do nosso desejo, pelo que é do outro, vem através do olhar. Dois bairros que se olham continuamente deve resultar em alguma relação de desejo.

A PRAÇA BONS OLHOS.

Quando observamos o mapa da Vila encontramos vários detalhes que nos escaparam quando circulamos na mesma. E um destes detalhes significativos foi a Praça Bons Olhos.

O que nos alertou para esta praça foi justamente seu nome, pois com tantas dificuldades para alcançar o “olhar” sobre a Vila descobrimos uma área que é nomeada com o “Bom Olhar”!

Entretanto, a praça está fora da área de violência da Vila Albertina, numa área de classe média alta, uma rua pública fechada por uma guarita, mas a praça está oficialmente situada dentro da Vila Albertina. (foto 6).

Os moradores desta região referem que moram na Serra ou no Tremembé, que são regiões vizinhas, e nunca dizem que moram na Vila Albertina. .

Geograficamente, a Praça Bons Olhos está acima da “Vila violenta”, ou seja, da praça temos uma vista panorâmica da Vila Albertina. Os “Bons Olhos” olham a violência da Vila de fora, de longe, e principalmente, de outro ponto de vista (foto 7).

Olhar a violência de perto e de dentro da Vila é muito difícil, porém deste ponto da praça se tem um olhar privilegiado. Este lugar tem signos relevantes para nosso tema: os “Bons Olhos” ficam fechados, separados do espaço público por uma guarita e incrustados em outro grupo social. Este “Olho” vem do alto e de fora, ou seja, ele está fechado e numa referência externa à própria Vila. E, por fim, ele a toma como objeto do seu olhar!

Porque chamar de “Bons Olhos” uma praça de onde se vê o lugar nomeado de criminoso, violento e marginal ? O que é bom ? O olhar ? Aquilo que é olhado? Ou, o prazer que suscita o objeto olhado?

Enquanto observamos este lugar foi impossível não associá-lo com as imagens da violência construídas pela mídia. A associação se deve ao fato das características comuns entre o olhar da praça e o olhar da mídia: um olhar à distância e protegido.

Por outro lado, quando o olhar é dirigido para perto e para dentro da Vila, nós não temos esta facilidade. Pelo contrário, nosso “olhar interno” para a Vila foi impedido, ofuscado, sem visibilidade, e sempre lançado para fora. Sugestivamente, este lugar parece nos dizer que o “Bom Olhar” sobre a violência é sempre de fora e de longe.

A PEDRA, O UMBIGO DA VILA.

Enquanto andamos na Vila à procura dos lugares e endereços, observamos que sempre que solicitada uma referência de localização para um morador da Vila, a “Pedra” era citada. Assim, quando nos perdemos nas ruas sem planejamento da Vila e pedimos ajuda para orientação, os moradores indicavam o local da Pedra e dizem o que devemos fazer a seguir. Isto ocorria mesmo quando a Pedra não tinha nenhuma relação com o local procurado.

Outras situações chamaram nossa atenção para a “Pedra”, pois quase todos os entrevistados falavam dela para referenciar onde ficava uma favela, uma região perigosa, um local público, etc. Ou simplesmente, conforme indagamos sobre ela, dizem: É...Tem a “Pedra”!

Portanto, vamos começar descrevendo a famosa “Pedra”! Ela está situada num pequeno espaço, numa área formada pelo ângulo de duas ruas que se encontram. Ela se situa numa subida íngreme que leva da área mais baixa à área mais alta da Vila (foto 8).

A localização espacial da “Pedra” não é central, isto é, ela não está no meio da área geográfica da Vila Albertina. Também, não está numa via principal ou num local de passagem obrigatória para quem percorre a Vila. Podemos dizer que ela está deslocada à direita do centro geográfico da Vila, isto quando observamos o mapa com os logradouros públicos e oficiais. A “Pedra” pode não ser o centro geográfico da Vila, mas certamente ela foi eleita pelos moradores da região como o centro simbólico do lugar. Mas, simbólico de que ? Continuemos nossa averiguação sobre a “Pedra”.

Esta área onde ela se localiza é na verdade um espaço em formato de V, dado pelo ângulo das duas ruas que a cercam, e nela há uma árvore e duas grandes pedras (foto 9).

A “Pedra” parece ser natural da área (a região é montanhosa e há muitas rochas deste tipo) e uma espécie de praça foi construída em torno dela, num terreno sem calçamento ou outra benfeitoria que caracterize uma praça. Ou seja, não há bancos, mesinhas, play-ground, enfim, não há quase nada no lugar. Na própria “Pedra” não observamos nada de diferente, exceto algumas pichações de nome e um anúncio inscrito nela: “Hot-Dog um real”; e atualmente não existe nenhum carrinho de cachorro-quente vendendo no local. (foto 10).

A “Pedra”, também, parece ser um ponto de encontro de moradores da Vila, pois algumas vezes que passamos por ela havia pessoas reunidas no lugar. Observamos que estas pessoas que freqüentam “A Pedra” são as mesmas que são indicadas pela população local como envolvidas na criminalidade.

Observamos pelo mapa, que a “Pedra” se situa num triângulo que é uma confluência de favelas, descritas pela população local como áreas sujeitas à violência devido à criminalidade local. Assim, a “Pedra” está no caminho de quem vai para as Favelas: Nova Real, do Cemitério, do Crime da Mala e a do lado do “Gol de Letra”. Isto sugere que, se a “Pedra” não é o centro geográfico da Vila, ela é o centro da área de criminalidade e violência. A “Pedra” parece ser o lugar eleito pela população local para a representação da violência, ou seja, a necessidade da população de escoar, marcar, delimitar e controlar a violência da sua área criou este símbolo que condensa todo o mal!

Antes, nos perguntamos: a “Pedra” é centro simbólico de que ? Agora, podemos dizer que ela é o centro simbólico da violência. Talvez, por isso, ela seja tantas vezes referida pela população local. Esta “Pedra” pode ser o centro de onde se emana e se controla a violência, ponto de união dos caminhos e onde se cruzam os grupos da criminalidade local. Curiosamente, encontramos uma referência na mitologia grega sobre um Centro-pedra que se denomina “Onfalô”, e de onde se emanam as forças do mundo!

“O onfalô é universalmente o símbolo do centro do mundo. Um número muito grande de tradições supõe que a origem do mundo tenha vindo de um umbigo, de onde a manifestação se irradia nas quatro direções. Mas o umbigo não indica apenas o centro da manifestação física; é também o centro espiritual de um mundo.(...).

Na arte simbólica, o onfalô em geral é uma pedra branca erguida, de topo ovóide: muitos modelos são circundados por uma ou diversas serpentes.(...).

O onfalô simboliza o poder vital que domina as forças cegas e monstruosas do caos; hoje em dia seria considerado a ordenação racional da vida. Mas uma ordenação obtida por um domínio interior; por uma vitória sobre si mesmo, e não por auxiliares externos. Esta idéia de que o onfalô assegura a comunicação dos homens com o caos primordial, uma espécie de ordenação, ou mesmo de divinização da vida. (...).

O umbigo é igualmente o centro do microcosmo humano, centro das energias transformadoras e do elemento fogo.” (Chevalier, 1989. pgs. 659 e 660).

Muitas coincidências entre nossa “Pedra” e o “Onfalô”! A “Pedra” é o caminho para as quatro grandes favelas da área, as quatro direções no mundo da Vila... Ela não é um centro físico, mas um centro espiritual da Vila, de onde emanam as relações de força da violência! Nossa “Pedra” também é uma pedra ovóide erguida, só lhe faltaram serpentes...

Mas, sobretudo, ela é um ponto de organização da Vila, uma referência, um lugar de ordenação criado pela própria cultura local e incrustado entre as forças da criminalidade.

Não sabemos qual é a comunicação assegurada entre os homens pelo “Pedra da Vila”, mas é visível para quem circula pela “Pedra” que ela é um ponto de encontro de parte da sociabilidade local. Assim, chegamos no umbigo da Vila: centro de energias transformadoras e comunicações, centro que assegura a comunicação dos homens com o caos primordial, no nosso caso a violência!

O SUPERMERCADO E SEU OLHAR ELETRÔNICO.

Encontramos na Vila Albertina um supermercado de médio-pequeno porte situado na região central da mesma, mas numa área extremamente pobre e cercada pelas favelas da região (foto 11). Este supermercado também é um ponto de referência para a população da área. Ele tem o nome de “Supermercado Bonfim” e, segundo uma de nossas entrevistadas, ele já foi assaltado inúmeras vezes por moradores da Vila.

Aparentemente ele é um supermercado normal de bairro: pequeno, com apenas uma entrada, poucas mercadorias, poucos fregueses, desorganizado, funcionários displicentes. Entretanto um detalhe nele é muito incomum. Ele possui um sistema de câmeras de vigilância eletrônica; este detalhe chamou nossa atenção devido à desproporção entre o tipo de supermercado e o nível da sua segurança. (foto 12).

Ele possui câmeras (olhos eletrônicos) apenas na entrada e não possui nenhuma câmera entre as prateleiras, o que significa que o objetivo é captar imagens de quem entra nele. Na mesma entrada (que é a única) há televisões que exibem tudo que as câmeras captam com seu olho.

Vamos refletir sobre este sistema de vigilância. A câmera localizada na entrada capta quem entra ou sai e através das televisões espelha as imagens, no mesmo lugar...

Nos questionamos para que serve isto? Se, a televisão e suas imagens captadas estivessem num outro lugar (resguardado e sendo assistida para alguém controlar possíveis problemas de segurança) seria fácil compreender. Ou, se as câmeras estivessem entre as prateleiras, para prevenir furtos de mercadoria, também seria lógico.

Mas, para que serve captar e devolver imagens para o mesmo lugar?

11

12

O objetivo, aparentemente, parece ser registrar em imagens as pessoas, suas fisionomias, suas identidades; e assim quem entra no supermercado fica gravado em imagens. Este método é comum em muitos lugares na cidade de São Paulo, porém sua frequência não elimina sua falta de sentido. Um exemplo, ainda mais sugestivo, é o sistema adotado em alguns edifícios comerciais da cidade. Nestes, além da imagem da pessoa, o documento de identidade é gravado por uma câmera.

A possível conclusão sobre a lógica destes tipos de captação de imagens, no supermercado ou em sistemas similares, seria que eles têm o objetivo de identificar criminosos. Entretanto sua eficácia é tão questionável e sabemos que esta reflexão pode parecer estranha ao leitor que se acostumou com estes sistemas e os incorporou na sua rotina.

Num grande edifício em São Paulo onde passam centenas de pessoas por dia, vindas das mais diferentes regiões, caso uma imagem registrada seja de alguém que cometeu um crime, como procurar esta pessoa? Parece quase impossível, principalmente, quando conhecemos um pouco do policiamento da cidade. Ou seja, ter a foto de um criminoso numa cidade como São Paulo não significa quase nada em termos de eficácia policial.

No caso da Vila Albertina o mesmo sistema é inconsistente pelo motivo contrário. Todos na Vila se conhecem e certamente o dono do supermercado e seus funcionários conhecem todos que entram no local. E, também, eles sabem quem são as pessoas que já assaltaram o local. Provavelmente, os mesmos não são indicados para a polícia pelo receio que têm em enfrentar a criminalidade local. Então, para que o dono do supermercado gastou um valor alto (se comparado ao porte do supermercado) para registrar imagens que não pode usar ?

A respeito deste tema encontramos vasta leitura no texto “Cidade de Muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo” de Teresa Caldeira, nele a autora discute as tecnologias de segurança da cidade. (Caldeiras, 2000). A autora argumenta que as tecnologias de vigilância que surgem na cidade, com a justificativa de prevenir a criminalidade, na verdade, visam discriminar pessoas que são humilhadas por estes mecanismos. Segundo ela, estes mecanismos fazem com que as pessoas de classe econômica baixa sejam revistadas, impedidas de acesso, tratadas com desrespeito e limitadas na sua cidadania. Embora este fato seja notório, devemos pensar em outras questões envolvidas nestes sistemas de vigilância.

Os sistemas de vigilância são olhos eletrônicos espalhados pela cidade. Olhos cujo objetivo declarado é captar a violência e seus autores. Podemos pensar que a imagem se articula à violência não apenas na mídia, mas que no próprio tecido urbano que compõe a cidade temos uma atração entre imagem e violência.

Muitos olhos eletrônicos estão dirigidos para procurar cenas de violência, mesmo que o seu produto pouco sirva para diminuir a criminalidade. Vejamos tudo que envolve estes mecanismos: observar a pessoa suspeita, filmar o suspeito, gravar sua imagem, gravar sua fotografia do documento de identidade, manter seu registro...

O olhar eletrônico, as câmeras, as imagens de todas as pessoas gravadas, circuitos internos de TV, para que tudo isto?

Sabemos que o “Olho” é um amuleto tradicional para nos defender dos outros em várias culturas, mesmo que seja um olho eletrônico. Mas, a única resposta que encontramos para esta fixação em câmeras é que a segurança vem pelo olhar, pelas imagens!

As imagens acalmam, aplacam o olho que teme...

As imagens e os sistemas de monitoramento visual aplacam o medo e nos dão segurança, mas como vimos não há muitos argumentos lógicos para tal segurança. E quando observamos que a maioria dos sistemas de segurança trabalha com o registro do olhar precisamos procurar a resposta para tal questão em outro lugar. Parece que cada pessoa, cada suspeito, cada possível portador do crime, precisa ter sua imagem (seu duplo ou seu reflexo) apresentada para acalmar os olhos.

Veremos, adiante, como este recurso de apresentar imagens de suspeitos é usado na mídia no programa “Linha Direta” de forma triunfante.

Lembremos que anteriormente vimos como a relação entre “o olhar” e sua imagem se articula de forma particular, como esta relação tem suas nuances específicas. Parece que a imagem dos “criminosos” tem um efeito calmante para o olhar temeroso, como se ela falasse: Sabemos quem procurar! Conhecemos o “rosto” do mal! Sabemos que é esse o “outro” criminoso! Não há um vazio! Enfim, o olho pode descansar saciado pela visão do mal!

O CEMITÉRIO, O LUGAR DA MORTE NEGADA.

Outro lugar peculiar que encontramos da Vila é o Cemitério do Horto. Para se chegar a ele subimos uma rua muito íngreme e sinuosa que vai margeando uma grande encosta. Este cemitério é de médio porte e está localizado no topo geográfico máximo da área, numa área nobre, muito bonita e com uma vista panorâmica (foto 13).

13

14

O tipo do cemitério é o que se denomina como cemitério-jardim, ou seja, um cemitério onde não há lápides, esculturas funerárias, túmulos, capelas, imagens de santos, ou qualquer outro signo da morte. Assim, temos um imenso gramado com pequenas placas que sinalizam as sepulturas e algumas flores nestas (fotos 14).

Esse conjunto de elementos geográficos, visuais, arquitetônicos nos dá uma insólita impressão quando chegamos lá em cima. A estranheza causada pelo lugar se deve a dois pontos principais: o ponto de maior visibilidade da Vila é o lugar dos mortos e este lugar da morte é a própria negação dela (fotos 15) .

Vamos refletir sobre o primeiro ponto. Deste lugar, no alto e acima de tudo, podemos observar toda a Vila Albertina, o bairro vizinho do Tremembé, outros bairros adjacentes e à distância toda a cidade de São Paulo. Assim, temos um cemitério que é um grande observatório da Vila Albertina e da cidade, dele é possível avistar tudo...(foto 16). Temos a impressão que “ele” observa toda a Vila!

E, quando olhamos do outro lado da montanha para a Vila, ou seja, do bairro do Tremembé para a Vila, o cemitério é o maior destaque na Vila devido seu tamanho e ao lugar que ocupa no topo da montanha (foto 17). Que sentido podemos atribuir a esta estranha organização do espaço, onde os mortos estão acima de tudo e detêm visibilidade total ? As características de estranheza do lugar são conferidas pela impressão de que o cemitério e seus mortos são os “guardiões” da Vila . Este lugar reservado aos mortos na Vila Albertina parece conjugar os signos opostos que, tradicionalmente, associam-se aos mortos na cultura ocidental. Várias culturas ocidentais associam os mortos às profundezas, ao mundo subterrâneo, ao confinamento vigiado por guardiões do mundo dos mortos, ao isolamento e à clausura, etc.

15

16

Vejamos a citação sobre o mundo dos mortos:

“Hades, deus dos mortos, filho de Crono e de Réia. Com Zeus e Posídon dirige o império do universo, após a vitória sobre os Titãs. Enquanto Zeus obtinha o céu e Posídon o mar, Hades teve o mundo subterrâneo, Tártaro ou os Infernos... Hades é um rei impiedoso para os mortos, e não lhes permite jamais voltar a ocupar um lugar entre os vivos... Hades cujo nome significa o “Invisível”, era tão temido que não o nomeavam, de medo de lhe excitar a cólera.” (Guimarães, 1995). (grifo nosso)

Observamos alguns dos signos associados aos mortos e ao seu rei. Hades: o subterrâneo, o isolamento dos vivos, a invisibilidade. No cemitério da Vila encontramos justamente o oposto: a máxima altura no cume de uma montanha, a exterioridade, a visibilidade extrema, e principalmente, parece que são os mortos do alto do seu lugar que vigiam o mundo dos vivos.

Se acreditamos que o espaço habitado e os lugares construídos são produções das relações sócio-culturais, nos indagamos porque este bairro e seus moradores deram este lugar aos mortos ? O destaque na urbanização da Vila é para o cemitério e seus mortos.

A violência e a morte são extremamente negadas pelos moradores da Vila nos seus discursos verbais e nas suas imagens, sempre rechaçadas. Entretanto, estas representações sempre recalcadas, retornam com força num símbolo implacável da morte, e que paira sobre todos.

Como falar sobre este “cemitério-observatório” e não refletir sobre a violência da área e os mortos que são deixados nas vielas! A missão de “não permitir jamais que os mortos voltem a ocupar um lugar entre os vivos” parece ter falhado na vida psíquica da Vila. A representação da morte, tantas vezes recalcada, retorna num monumento majestoso no ápice da montanha.

Vamos discutir agora o segundo ponto que nos causou estranheza neste lugar: o “cemitério-jardim”. Apesar deste monumento à morte ocupar um lugar tão significativo na simbologia da Vila ele é a negação da morte.

Como sabemos pela historiografia da morte de Philippe Ariès, os “cemitérios jardins” foram elaborados pelos ingleses e sua concepção estava impregnada do desejo de apagar qualquer vestígio da morte e dos sentimentos negativos que pudesse suscitar. Estes

cemitérios tinham na sua concepção original o modelo de parques verdes, jardins arborizados, e nada referente aos tradicionais símbolos de cemitérios. Assim, no “cemitério-jardim” não há espaço para as lápides, túmulos, coroas de flores, santos ou capelas, fotografia dos mortos nos túmulos, enfim, não há nada que lembre a morte.

Vejamos a citação do autor sobre estes cemitérios:

“Estes novos cemitérios serão, pois, belos jardins ingleses, passeios das famílias e dos poetas. Serão sombreados por ciprestes, choupos de folhagem tremeluzente, chorões..., regatos murmurantes...; estes locais tornar-se-ão também um Eliseu terrestre onde o homem fatigado dos jardins da vida vai repousar ao abrigo de todos os perigos. Este jardim inglês será igualmente uma espécie de panteão, um museu dos ilustres: túmulos simbólicos e monumentos evocarão a lembrança dos grandes homens, pois as sepulturas individuais serão, pelo contrário, recobertas de um relvado verde quase anônimo, como nos modernos cemitérios americanos.” (Ariès, 1989. pgs.133 e 134).

Este é exatamente o tipo de cemitério que encontramos na Vila. O cemitério que simboliza a negação da morte e que elimina todos os elementos que possam levar à sua lembrança. Então, temos neste “cemitério-jardim-observatório” da Vila uma síntese de dois elementos opostos: ele coloca a morte em evidência e a nega ao mesmo tempo. A sensação de estranheza, que toma quem está dentro do cemitério e olhando toda a Vila, passa por esta questão: estamos num monumento à morte negada.

Refletindo sobre esta busca de imagens que fizemos sobre a Vila, vemos que não faltam imagens articuladas com a violência. Elas se destacam e se colocam diante dos nossos olhos.

Tais imagens, logicamente, são eleitas de forma particular e de acordo com um referencial próprio e subjetivo. Assim, as imagens da violência que nos capturaram: a pedra, o supermercado, a visibilidade entre os dois bairros, o cemitério, a praça Bons Olhos foram escolhidas de forma extremamente particular, mas elas estavam imersas num lugar repleto de imagens que esperam para ser olhadas...Nós, olhamos para estas imagens e elas nos remeteram à violência. Entretanto, a questão que retorna é que os próprios moradores da Vila “não podem olhar” para este universo de imagens e se deixar capturar por elas. As imagens da violência estão apartadas do olho dos moradores locais.

VII) O PERCURSO: O OLHO DE DENTRO QUE SE RECUSA A OLHAR.

Ao iniciarmos esta parte do trabalho de campo, referente às fotografias da violência, observamos que surgiram dados significativos durante o próprio processo para alcançar as ações propostas. Ou seja, tivemos que percorrer um longo caminho para conseguir alcançar nossos objetivos e durante este percurso surgiram elementos de trabalho inesperados e que, inclusive, geraram novas questões.

No início consideramos que esta fase era apenas o processo para se obter nossas desejadas imagens da violência, entretanto fomos constatando que este percurso já tinha muito das imagens da violência. Assim, decidimos descrever de forma literal os passos dados para alcançar as “imagens da violência”, pois a própria seqüência dos acontecimentos revelaram os meandros por onde a violência se esconde...

A seqüência dos acontecimentos durante esta pesquisa nos pareceu muito singular e todo tempo nunca tivemos certeza de quais seriam os resultados. Outra característica interessante é que nunca conseguimos organizar ou selecionar as etapas e atividades da pesquisa de campo, pois era impossível determinar a seqüência dos fatos.

Assim, fomos guiados na pesquisa pelos diversos acontecimentos da Vila Albertina naquele período: “toque de recolher”, homicídios de moradores de grupos rivais, ações de policiais, “acertos de contas” entre a criminalidade local, reações de medo e angústia desmedidas, etc. Quando começamos o trabalho de campo consideramos que aquele era um período turbulento na região, mas no final percebemos que aquela era a estranha rotina da Vila!

PRIMEIRO PASSO (14-08-03)

Logo no início, como observamos que o número de casos de homicídio na área de abrangência da Vila Albertina era inferior ao esperado, decidimos visitar as residências onde ocorreram os casos de óbito por homicídio e procurar as famílias para uma exploração do histórico do sujeito e para uma observação da área em geral. Salientamos que a visita às famílias não fazia parte da proposta da nossa pesquisa, mas procedemos a esta como uma forma de aproximação da área de pesquisa.

Como tínhamos um contato anterior com o Distrito de Saúde do Tremembé e a Unidade Básica de saúde da Vila Albertina (ambas instituições da secretaria da saúde PMSP), nós solicitamos a equipe de vigilância à saúde da unidade que nossas visitas às residências da área fossem feitas junto com eles. Nesta ocasião esclarecemos com a diretora de vigilância à saúde do Distrito nosso tema de pesquisa e o objetivo de tais visitas às famílias com casos de homicídio. Posteriormente, também conversamos com a diretora da UBS Vila Albertina e novamente esclarecemos nossos objetivos e a proposta de pesquisa. Na seqüência a diretora da UBS nos avisou a data das visitas da equipe de saúde à área e fomos com a enfermeira responsável e o motorista para as visitas no local.

Estas descrições, dos contatos com as instituições, são relevantes para podermos analisar posteriormente os conflitos que ocorreram com a equipe de saúde e com a instituição.

Na data marcada pela UBS saímos a campo com carro oficial da PMSP e logo no início a enfermeira perguntou qual era o tema da pesquisa. Quando disse que era sobre

homicídios ela se mostrou surpresa e disse que a diretora da UBS havia dito para ela que a pesquisa era sobre violência doméstica.

Quando chegamos ao local pedi que eles me deixassem num dos endereços dos casos de homicídio, fato que a enfermeira considerou muito difícil porque a rua indicada era perigosa. Então, forneci outro endereço que segundo a avaliação dela era mais plausível para uma visita. Ela perguntou se eu entraria sozinha na casa, quando eu respondi afirmativamente ela alertou que nunca entrava sozinha numa casa quando saía para visitas de vigilância à saúde. (observe-se que a equipe de saúde da UBS faz visitas para verificar casos de dengue, sarampo, leptospirose e outras doenças transmissíveis).

Quando chegamos à primeira residência com um caso de homicídio, a enfermeira e o motorista foram embora para suas visitas domiciliares e eu fui até a residência. Na casa a tia da pessoa vítima do homicídio me recebeu no portão, ouviu minhas questões, e permaneceu em silêncio. Esclareci sobre a questão do sigilo a respeito do que ela falasse para a pesquisa, mas ela disse que seria melhor que eu entrevistasse a mãe do garoto morto pois era “ela que sabia o que aconteceu...” Perguntei sobre os dados básicos do garoto e ela respondeu de forma monossilábica. A tia do garoto referiu que ele tinha 15 anos, era estudante, não trabalhava e que foi morto por arma de fogo na Avenida Santa Inês (área fora da Vila Albertina). Concluindo ela disse que a mãe do garoto estaria lá no dia seguinte e pediu para eu retornar nesta data.

Após esse breve contato descii pela rua para observar a área ao redor, pois era muito cedo para voltar ao local de encontro com a equipe da UBS. A área era bastante precária quanto às moradias e à urbanização e essa pequena rua terminava numa das ruas principais da região. Descii até a rua principal e esclareci aos transeuntes e moradores que estavam na rua que eu estava com a equipe de saúde.

Nesta rua principal encontrei uma senhora em frente a sua casa e um amolador de facas. Abordei-os para falar sobre minha pesquisa e explorar a opinião deles sobre o tema da violência na região. Ela começou a falar muito e referiu que seu filho, que era policial militar, havia sido morto em 1996 na Vila Albertina e acrescentou que toda a sua família pertencia à polícia militar. Ela descreveu a Vila Albertina como muito violenta e contou que seu filho foi morto num bar (aparentemente sem relação com sua função de policial) devido a um conflito com outro homem por causa de uma mulher.

Ela referiu, também, sem que eu perguntasse nada referente a este tema, que há oito dias havia ocorrido um homicídio de um homem em frente a um bar a alguns metros da casa dela. Ela disse que não sabia os motivos deste homicídio, mas constantemente no seu discurso fazia associações entre os bares e os casos de violência com homicídios.

Ainda relatou que o corpo da pessoa morta neste episódio foi velado na garagem de uma casa, e que durante o velório as mesmas pessoas que mataram este homem mataram a tiros o irmão dele na frente de todos.

A senhora que relatava o caso mostrava o bar a alguns metros da casa dela onde havia ocorrido o primeiro homicídio e descrevia as pessoas que estavam na frente do bar e que, segundo ela, eram os supostos envolvidos no crime. Estes, por sua vez, olhavam de soslaio na nossa direção.

A senhora pediu que eu observasse um moço com gorro que passava do outro lado da rua e disse que ele estava “jurado de morte”, e acrescentou que todos sabiam destas “coisas” na Vila.

Perguntei sobre a atuação da polícia nestes casos e ela disse ser suspeita para falar disto, pois toda a sua família era da polícia militar. Referiu que os policiais não podem fazer nada e que tem que fingir que não vêem nada.

Esponaneamente, a senhora começou a falar que a violência tinha aumentado muito na Vila depois que vieram as favelas e que havia “muita gente de fora”. Ela disse que morava no local há 30 anos, e assim, sabia que antes a área não era violenta.

Ela também insistia na diferença entre a parte de cima (favelas) e a parte de baixo da Vila (casas precárias de autoconstrução) dizendo que eram completamente diferentes estes dois locais.

Ela dizia que a rua da casa dela era a divisa entre estas duas partes da Vila e disse: “É completamente diferente desta rua para cima”. Falei em tom de pergunta: “Sua rua é o divisor de águas ?” Ela concordou e sorriu.

Ela e o amolador de facas (que estava desde o início ouvindo a conversa) passaram a falar sobre a diferença entre as “duas vilas”. Entretanto, para quem observa de fora, a área parece igual e esta diferença parece imaginária, e a rua da moradora funciona como um mecanismo simbólico para afastar a violência. Do ponto de vista objetivo as ruas estão todas misturadas, muito próximas e sem nenhuma separação real.

E, como a senhora mesma relatou sobre o último episódio de violência, o homicídio ocorreu a poucos metros da casa dela. Observa-se aqui, o discurso do “outro”, do “estranho”, daquele pertencente a outro local, daquele que vem “de fora”, como o foco gerador da violência. Assim, vimos surgir um dos discursos recorrentes sobre violência, ou seja, a violência como algo exterior a tudo que nos rodeia e que sempre está magicamente no externo.

Lembremos, das articulações teóricas da psicanálise que nos mostra como a agressividade é insistentemente projetada para fora, para o outro, e nunca permitida como algo interno ao sujeito e estrutural na vida psíquica.

Na sequência da conversa a senhora e o amolador de facas intensificaram no discurso sobre o perigo da região da Vila e perguntaram por onde eu tinha andado. Respondi de forma evasiva e percebi que eles tentavam me amedrontar, pois eles exageravam os riscos que se corria naquela região. Eles falavam como se uma pessoa não pudesse andar pelas ruas da Vila, e ao mesmo tempo a rua estava repleta de pessoas.

Nesta atitude da senhora observamos que ela ressaltava o perigo da região com orgulho, como se fosse um tipo *status* o fato de somente os moradores poderem circular na região. Assim, quem é “de fora” não pode estar na região, e o “estranho” novamente é excluído.

Este discurso de ressaltar o perigo era contraditório com a atitude anterior da senhora, que falava abertamente dos casos de homicídio, apontava os supostos criminosos, e de certa forma me expunha ao que depois considerou perigoso.

No início da nossa conversa ela falou dos homicídios, dos crimes, apontou e nomeou os integrantes da criminalidade, e depois desta explanação sobre a violência ela recuou... Ou melhor, a senhora tentou através do amedrontamento que eu recuasse, e assim, parecia que ela tentava me afastar daquilo que relatava tão abertamente. Observei que, pela sua vontade, eu era colocada para fora, para longe do foco da violência...

No momento da conversa não compreendi tal atitude, porém depois em outra situação do campo observei que, sugestivamente, isto voltava acontecer. Observamos que aqui se iniciava uma tendência, que se repetiu de forma diversa durante o trabalho de campo, pois sempre éramos projetados para fora da área de violência. Nossos interlocutores sempre nos remeteram para longe da violência. Esta recorrência nos sugeriu que a violência só pode ser observada de longe, intermediada por discursos, pela distância física e vista através de outro olhar que não seja direto.

Coincidência, ou não, o programa de TV que analisamos posteriormente, tem o sugestivo título de “Linha Direta”. Como veremos, o programa se pretende como um programa que tece uma linha direta entre a violência e o telespectador. Entretanto, na análise do programa observamos justamente o contrário, isto é, a relação entre a violência e quem assiste ao programa é sempre indireta, permeada de vieses, discursos, anteparos...

Continuando a senhora mudou de assunto e elogiou o trabalho da Fundação Gol de Letra na Vila Albertina, pois segundo ela a Fundação “tirou crianças da rua”. Ela também criticou o excesso de adolescentes grávidas e fez uma associação entre gravidez na adolescência, crianças sem pai, e a violência. Podemos compreender tal associação, pois é conhecido o discurso de que crianças sem família de estrutura convencional tornam-se criminosos, e que a falta da educação tradicional leva à marginalidade. Entretanto, podemos perceber um traço significativo no seu discurso quando ela se refere à falta de pai, pois tal fato pode ser interpretado a partir da Lei Paterna conforme conceitua a psicanálise. A senhora parece reclamar a falta de lei, de ordem, de estruturação como um fator gerador da violência. Aqui, surge uma idéia oportuna a ser averiguada em outras situações, ou seja, a associação que articula ausência de Lei simbólica com violência.

Depois de encerrada a conversa com a senhora eu retornei ao local de encontro marcado com a equipe da prefeitura.

Quando cheguei ao local, um bar, a dona deste estabelecimento disse que a equipe da prefeitura havia estado lá e que tinham ido embora. Observei que ela estava preocupada com o desencontro, depois ela saiu na rua e avistou o carro da prefeitura. Ela pediu para um senhor, que estava próximo ao carro, para avisar a enfermeira que eu estava lá.

Quando cheguei até o carro da prefeitura (distante cerca de 50m do bar) notei que a enfermeira estava assustada e irritada pela minha demora. Faz-se necessário salientar que

todo o período, entre a equipe me deixar no local e meu retorno, não ultrapassou 30 minutos, e também, que a enfermeira tinha duas visitas domiciliares para fazer antes de retornar no ponto de encontro. Assim sendo, a irritação dela com a minha suposta demora não se justificava.

Enquanto retornávamos de carro, a enfermeira foi relatando o que havia ocorrido na minha ausência, e assim surgiram os motivos da sua irritação. Segundo ela, havia ocorrido uma movimentação na rua, dois rapazes subiram a rua correndo, e ela considerou que eles eram informantes dos traficantes, e que estavam levando informações sobre o que eu estava fazendo na rua... Observamos que ela não explicou como chegou a esta conclusão e que, também, ela não sabia o que eu estava conversando com a senhora na rua.

Por outro lado, observei na área que a rua estava calma e que não havia ninguém na rua, e apenas a senhora dona do bar parecia preocupada em solucionar o desencontro, pois a enfermeira estava muito ansiosa com a minha ausência.

O senhor que estava próximo ao carro da prefeitura era um conhecido líder comunitário da Vila Albertina e, segundo a enfermeira, ele estava perguntando o que eles estavam fazendo no local. Novamente, a enfermeira interpretou isto como um sinal de que os traficantes o haviam acionado para obter informações a meu respeito.

Tentei conversar com ela para saber exatamente o que o líder comunitário havia dito, mas ela respondeu ríspidamente e com monossílabos: “ele só perguntou o que estávamos fazendo lá”.

Enquanto voltávamos a enfermeira falava em tom de advertência comigo, dizia que “aquilo” que eu fazia implica em riscos, que era muito perigoso, e ela se mostrava muito contrariada. Observei que ela estava tomada pelo medo, assustada, e que saía do local às

pressas para evitar algo... O motorista, teoricamente, observou as mesmas coisas que ela mas estava tranquilo e até interessado na conversa com a senhora que eu relatava.

Este episódio me pareceu muito significativo e, ao mesmo tempo, de difícil avaliação objetiva. Pois eu não observei nada daquilo que a enfermeira pressentiu e ela não explicou como chegou àquelas conclusões sobre o episódio. Portanto, não podemos saber se aqueles fatos ocorreram ou se foram uma interpretação particular da enfermeira.

Aqui, observamos como os discursos recorrentes que circulam na mídia sobre a violência podem ter determinado a interpretação deste evento pela enfermeira. A partir de pequenos detalhes pouco expressivos (dois rapazes subindo a rua, a aproximação do líder comunitário) ela organizou uma interpretação sobre situações cotidianas de uma rua da favela articulando-a com o tráfico, o crime, a marginalidade, etc. A enfermeira, rapidamente, entrou num dos discursos clássicos sobre a violência e isto a impediu de “olhar” o que havia a seu redor. Assim, logo no primeiro passo do campo, o poder de significação estabelecido nos discursos midiáticos mostrou claramente a sua força.

Em nenhum momento enquanto estive no local me senti ameaçada, ou insegura, e quando encontrei a equipe da prefeitura agitada, assustada, apavorada, não conseguia compreender suas motivações. Um mesmo episódio foi interpretado de forma muito diferente, talvez devido ao discurso no qual cada um de nós estava inserido.

Enfim, apesar da possível precocidade desta afirmação, considere a reação dela um exagero e sem relação com os dados reais que se apresentavam no local. Considerei os fatos relatados pela enfermeira como uma construção imaginária baseada em pequenos fragmentos de realidade retirados do local. O mesmo imaginário que tomava a senhora entrevistada quando dividia a Vila em duas partes opostas para se preservar da violência.

A enfermeira considerava tudo ao seu redor sinais relacionados à violência e depois de colocar a violência em tudo pertencente à Vila afastou-se do local. Duas estratégias similares para isolar a violência e depois evitar a mesma. Novamente chegamos no ponto crucial: a “violência” não pode ser vista, escutada, não permite aproximações...

SEGUNDO PASSO (19-08-03)

Após o incidente com a equipe de saúde da prefeitura julgamos conveniente marcar uma entrevista com a gerente da UBS Vila Albertina para esclarecer o fato e obter maiores informações sobre a visão da equipe de saúde sobre episódio.

Logo de início a gerente referiu que a coordenadora da vigilância à saúde do distrito comunicou que a ela que a minha participação com a equipe de saúde estava proibida. Segundo a gerente, ela disse que: “não era para deixar mais eu fazer o trabalho com o carro oficial da prefeitura”. Sugestiva a forma de colocar a proibição: emerge uma preocupação em não associar o nome da prefeitura, que vem nos carros a serviço dela, com uma pesquisa sobre homicídio. Os signos “prefeitura” e “homicídio” devem estar separados.

A coordenadora da vigilância também disse à gerente que não sabia o que eu ia fazer na pesquisa, e que agora que sabia o tema da pesquisa achava que o distrito de saúde não podia se envolver. Devemos esclarecer que contatei a coordenadora da vigilância à saúde e expliquei o tema e as etapas do campo da pesquisa que pretendia fazer, e na

seqüência ela me orientou a procurar a gerente da UBS Vila Albertina e marcar as datas de visita com ela.

Depois desta colocação inicial da gerente seguiu-se uma longa conversa com ela, eu relatei o episódio anterior e ela ouviu atentamente sem interferir. Nas minhas colocações enfatizei dois fatos: de que eu havia explicitado para todos na rua durante a pesquisa que eu fazia parte da equipe de saúde e, que na minha forma de compreensão, os sujeitos envolvidos na “criminalidade” não iriam hostilizar ou agredir um profissional da saúde. Isto baseado na hipótese de que há um “código de ética” entre a “criminalidade”, e que um dos princípios deste é a não- agressão às pessoas que trabalham em ações sociais como saúde ou educação.

Em momento algum a diretora da UBS refutou meus argumentos e minha “visão” do fato ocorrido. Porém, depois que eu terminei o relato, ela passou a descrever outros episódios que envolveram médicos, psicólogos e agentes de saúde da UBS com a criminalidade local.

Em todos os incidentes descritos por ela os profissionais da saúde, que foram ameaçados pelos “criminosos”, haviam quebrado o código de ética que envolve a sociabilidade local e o crime. Por exemplo, um médico destratou e humilhou uma paciente que depois se soube que era casada com um traficante local. O traficante passou a ameaçar o médico e este teve que sair do seu trabalho na unidade, ou seja, o médico foi ameaçado porque agrediu a esposa de um dos criminosos locais. As colocações da gerente reforçavam meu argumento de que não interferindo nas regras locais, não agredindo as pessoas da localidade, não haveria os riscos referidos. Entretanto, apesar dela usar a mesma linha de raciocínio nos seus exemplos, parecia não concordar com a conclusão de que a minha atuação no episódio não ameaçava ninguém. Depois ela citou um outro caso de uma

paciente que frequenta a UBS cujo marido é traficante, e que a sua função de traficante na Vila não o impede de ser um excelente marido e pai. Ela referiu que ele cuida dos filhos enquanto a mulher trabalha durante o dia, que ele leva a esposa à psicóloga e que é muito solícito com todos. A partir daí reforcei a minha hipótese com a gerente, de que o “criminoso” não é um sujeito irascível, predisposto a matar, agressivo visceralmente, tal qual é representado pela maioria. E que, portanto, ele comete atos de violência dentro de um contexto específico, na esfera da criminalidade. Neste momento considerei que a gerente se perdeu na sua argumentação, pois com este último exemplo, ela queria mostrar justamente o contrário. Ou seja, que um sujeito aparentemente cordato, bom pai e marido poderia ser um criminoso. Ela continuava tentando me alertar para os possíveis perigos que eu me expunha ao trabalhar com o tema da violência.

Seguindo, ambas reconhecemos a necessidade de manejos e estratégias adequadas para abordar o tema da violência, e falamos de uma forma genérica sobre a situação. Neste ponto ela lançou seu objetivo naquela discussão, e sugeri para o melhor andamento da pesquisa que eu não me apresentasse à população local como participante do “Poder Público”. Isto é, que eu não me identificasse como uma profissional da saúde da prefeitura do município, e o motivo pelo qual esta atitude seria melhor ela não esclareceu.

Se, a participação naquela população local deve respeitar o código de ética da mesma, e um dos preceitos é o respeito entre técnicos de saúde e a “criminalidade”; porque estar junto ao “Poder Público” representado na equipe de saúde seria negativo para a pesquisa ?

Outra vez, encontramos uma atitude de afastamento da violência, agora com uma separação entre violência e “Poder Público”. Aliás, este signo vinha sendo colocado desde a

primeira frase da entrevista, quando recebi o aviso de que eu não poderia circular com o carro “oficial” da prefeitura. Observei uma clara intenção de me afastar, e principalmente, os homicídios que eu trazia comigo da esfera da UBS e do poder público.

Esclarecemos aqui, que a idéia inicial de participar com a equipe da prefeitura era no sentido de facilitar o acesso ao local. Ou seja, consideramos que a “saúde” representada naquela equipe facilitava o esclarecimento da pesquisa e seu nexos com a área da saúde. Isto porque anteriormente, num período exploratório do campo, por várias vezes foi difícil explicar para a população local (e também para pessoas de outras situações) que uma pesquisa de saúde aborde a questão dos homicídios.

Seguindo, como desde o dia da visita na Vila eu havia avaliado que seria inviável prosseguir meu trabalho com aquela equipe, finalizei a entrevista e concordei com a gerente que seria melhor eu me apresentar apenas como pesquisadora da universidade. Entretanto, para tranquilizar a gerente e reforçar tal idéia, disse que iria com um crachá de identificação da universidade e com jaleco branco.

Neste momento, ela se alertou e perguntou o porque do jaleco. Respondi que era para a população associar a pesquisa à saúde e não à polícia ou à imprensa. Ela insistiu: “Porque associar a pesquisa à saúde?”

Respondi que a minha pesquisa era na área de saúde pública e que meu interesse pelos casos de homicídios era por eles representarem uma das mais significativas causas de morte no município. A gerente hesitou e disse que a população teria dificuldade em compreender que homicídios são problemas de saúde. Neste ponto da compreensão da população sobre os homicídios houve concordância, mas a própria gerente de saúde mostrava dificuldades em aceitar que os homicídios são uma questão de saúde pública.

Mas, novamente nesta ação final da gerente observamos um processo de me afastar, e assim, afastar os homicídios que ora representava.

A violência representada neste signo (eu e a pesquisa) era afastada não apenas da instituição pública de saúde, mas também do próprio signo da saúde, a roupa branca.

No final da entrevista a gerente me qualificou de “destemida”! Apesar da significação coloquial da palavra, “aquela que não tem medo”, nós podemos ver outras significações. A análise da palavra “des- temida” mostra que no seu núcleo existe: “aquela que é temida”. Assim, podemos pensar que talvez os próprios homicídios (temidos) tenham se associado à pesquisadora, e assim, eu passei a encarnar o medo, a angústia que eles provocam...

TERCEIRO PASSO (1-09-03)

Depois da situação ocorrida junto com a equipe de saúde da prefeitura avaliamos que não seria possível a continuidade do nosso trabalho em parceria com este grupo. Diante disto fomos procurar a Fundação Gol de Letra, citada na metodologia deste trabalho, para propor uma atuação junto à instituição que permitisse nosso trabalho de campo com a população local da Vila Albertina. Nosso objetivo junto a esta instituição era a facilitação do acesso a área, pois como comentamos a Vila apresenta a característica de ser um espaço “fechado” em todos os sentidos do termo. Isto é, várias áreas da Vila são fechadas ao trânsito de estranhos, mesmo sendo ruas ou vielas públicas. Também, o acesso para discutir

temas como o homicídio é “fechado”, exceto quando articulado a uma instituição ou ação social aceita pelo “pacto” de sociabilidade local. Assim sendo, tínhamos clareza de que nos apoiávamos a estas instituições ou, até mesmo, usávamos estas como escudos para abordar nosso campo.

Esclarecemos que esta fundação é uma instituição que presta serviços à comunidade sem relações financeiras ou formais com os órgãos públicos. Ela oferece várias formas de intervenção junto à população local, destacando-se formação educativa a crianças da área, cursos para os adolescentes, grupos de formação a adultos, oficinas, etc.

Nosso contato foi com a coordenadora da Fundação e colocamos nossa proposta de pesquisa, esclarecemos os objetivos, o tema da pesquisa, a atuação necessária no trabalho de campo (as fotografias da população). E, principalmente, esclarecemos nossa necessidade de fazer este trabalho junto com a instituição, pois esta apresentava uma participação e reconhecimento efetivo junto à população. A coordenadora mostrou-se muito receptiva e entusiasmada com o trabalho pois, segundo ela, numa pesquisa feita pela Fundação junto à população local, a violência foi apontada como um dos principais problemas na região.

Discutimos em quais grupos mantidos pela instituição seria oportuno colocar a proposta das fotografias sobre a violência, como seria apresentada a pesquisa aos participantes do grupo, quais os cuidados ao se abordar o tema da violência, e também, falamos sobre as características da Vila Albertina e como a violência permeia o local. Enfim, o contato com a Fundação Gol de Letra foi produtivo e houve uma aparente coincidência de objetivos quanto ao tema da violência. Assim sendo, estabelecemos nesse primeiro contato com a instituição uma perspectiva de trabalho conjunto e forneci uma cópia da proposta de atuação da pesquisa. Também, combinamos que o próximo passo após

a autorização da superintendência da Fundação seria a exposição do tema de pesquisa a determinados grupos da população que freqüentam a instituição.

QUARTO PASSO (10-09-03)

Após alguns dias a coordenadora da Fundação Gol de Letra entrou em contato conosco para comunicar que nosso encontro com o grupo da população da instituição seria temporariamente suspenso. O motivo era um “toque de recolher” que os traficantes da Vila Albertina determinaram na região devido ao homicídio de um rapaz do seu grupo, segundo a informação o rapaz havia sido morto pela polícia.

Vamos relatar o episódio conforme nos foi descrito pela coordenadora pois este incidente é muito pertinente ao nosso trabalho e, posteriormente, tal fato determinou outros contatos relevantes ao trabalho de campo.

A coordenadora nos relatou que em 8-09-03 um rapaz residente na Vila Albertina foi morto pela polícia após uma perseguição, sendo que o mesmo fugia depois de um assalto que havia cometido. A morte do mesmo não ocorreu dentro dos limites da Vila Albertina, e sim numa região próxima.

No dia 9-09-03, após a confirmação da morte do rapaz num hospital, os integrantes do tráfico que residem na Vila e que eram ligados à vítima determinaram o “toque de recolher”.

Houve a determinação do fechamento das escolas, as crianças que freqüentavam a Fundação não compareceram para as atividades, o comércio local foi fechado, as pessoas circularam pouco nas ruas e havia muitos policiais nas ruas, segundo a coordenadora um “clima” de apreensão tomou a Vila. O rapaz que morreu era parente de um funcionário da Fundação Gol de Letra e a equipe da Fundação considerou necessária a representação da Fundação no velório e enterro do rapaz.

A situação no velório foi descrita pela coordenadora como muito “tensa”, sendo que havia no local muitos policiais, parentes da vítima e, inclusive, as pessoas relacionadas ao tráfico. A Fundação auxiliou no velório e enterro do rapaz e houve uma dificuldade com o carro da Fundação que foi designado para transportar o corpo ao cemitério.

A própria instituição percebeu que ao oferecer um carro com o logotipo da Fundação poderia ser mal interpretada pela mídia, pois esta poderia fazer uma associação entre o tráfico e a instituição. Assim, a instituição ofereceu um carro sem logotipo da Fundação para levar o corpo do rapaz ao cemitério.

Observamos aqui, a recorrência do evento com o carro da prefeitura, ou seja, novamente uma instituição não associa seu signo, seu nome, a algo relacionado ao crime. O enterro do rapaz tornou-se um signo do crime e tal signo é impedido de circular com outros. Os signos do crime tendem a se isolarem, ou melhor, a serem isolados. Lembremos que, no episódio descrito com a equipe da prefeitura, a coordenadora da vigilância em saúde se preocupou especificamente com a articulação do nome da prefeitura nos “carros oficiais” com a nossa pesquisa sobre homicídios.

Embora saibamos os motivos pragmáticos para se evitar a associação entre uma instituição e o crime devemos refletir sobre as outras razões implícitas de tal desarticulação.

Podemos refletir sobre as questões levantadas na discussão teórica deste trabalho, isto é, os signos da morte por homicídio tendem a ser isolados e depois revestidos de uma intensa rede de discursos repletos de imaginário. Parece se formar “núcleos” que são repletos de angústia e que por isso são levados ao isolamento, mesmo quando não há situações reais de risco envolvidas no episódio.

Não estamos desconsiderando, ou negando, os riscos reais e objetivos ao se abordar o tema da violência. Entretanto, na nossa avaliação vemos que a situação ocorrida com a equipe da prefeitura não envolveu riscos e, mesmo assim, uma situação de pânico foi desencadeada. Agora, na situação do enterro ocorreu novamente um isolamento dos signos relacionados ao crime, mas objetivamente este não envolvia riscos. O próprio corpo de um morto por homicídio parece ser mais carregado de angústia! E, assim, até seu transporte envolveu outras complexidades.

QUINTO PASSO (11-09-03)

Casualmente, e fora do espaço da Vila, tive contato com duas moradoras da Vila Albertina que residem no local há cerca de 30 anos e elas nos relataram o episódio do “toque de recolher”. Elas relataram que foi a primeira vez que isso aconteceu na Vila em 30 anos e fizeram várias considerações sobre a Vila Albertina que vamos descrever.

Elas também relataram que a Vila era um lugar pacífico, onde elas brincavam na rua quando crianças sem o menor perigo, e que havia moradores de classe média e outros mais

pobres que residiam na favela, mas que não estavam associados à criminalidade. Na interpretação delas a violência aumentou nos últimos 4 ou 5 anos e associaram tal violência com a vinda de uma segunda favela na Vila (Favela Nova Real). Elas ouvem dizer que esta favela está associada com o grupo criminoso “PCC” (Primeiro Comando da Capital).

Uma delas descreveu a Vila como tendo dois lados: um lado bom, próximo à área de sua residência, sem crimes e violência; e outro lado onde moram pessoas desconhecidas, que ninguém sabe de onde vieram, onde ocorrem muitos crimes. Ela referiu também que o problema da Vila é o excesso de bares na região.

Coincidência, ou não, depois ela repetiu a mesma frase da primeira senhora entrevistada na Vila. Ou seja, ela disse que é a partir da sua rua que a área se torna perigosa. Segundo ela, a sua rua é a última aonde é bom para se morar e desta rua para cima reina a criminalidade. Observamos que a rua citada por esta entrevistada como limite entre o lado bom e mau da Vila está muito distante da rua citada pela primeira entrevistada.

Outra questão que se repetiu na entrevista é que a moradora relata, da mesma forma que a primeira entrevistada, que no ano passado um moço foi morto na porta da sua casa. Porém, para as duas entrevistadas, este tipo de evento não abalou a convicção de que as suas ruas são boas para se morar. E, também, não levantou dúvidas para elas sobre a afirmação das ruas não estarem situadas do lado do crime...

Novamente, encontramos no relato desta entrevistada o discurso que projeta para fora a violência e o discurso do “estranho” como elemento da violência. E, surpreendentemente, a idéia de que o limite entre “o bom e o mal” é a rua onde se mora. Que, se projete o crime e o mal para fora de sua própria área é uma atitude extremamente compreensível. Mas, porque a rua onde se mora deve ser o limite entre “crime e não-crime”?

Talvez, haja uma “vantagem”, uma “sensação” de força e resistência, no fato de morar no limite do crime e, mesmo assim, não se envolver com ele.

Ou talvez, como a violência está espalhada por toda a Vila, seja necessário admitir que ela está muito próxima, ao lado, mas não na própria rua.

Estas duas moradoras da Vila nos indicaram uma senhora de uma associação de bairro que mora há vários anos no local e que poderia nos dar uma entrevista.

SEXTO PASSO (19-09-03)

Conforme a indicação das duas entrevistadas anteriores procuramos a senhora da associação de bairro e marcamos uma entrevista. Esta entrevistada foi muito receptiva e me recebeu sem receios ou desconfiança, mesmo depois que soube que meu trabalho era sobre violência. Ela iniciou contando a história da formação da Vila Albertina, que vamos relatar sucintamente pois surgiram elementos sugestivos que explicam a disposição geográfica do local.

Segundo a entrevistada, em 1974 a região da Vila Albertina era uma fazenda chamada Santa Maria, cujo portão de entrada era no atual cruzamento de trânsito da Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo e a Avenida Nova Cantareira. Esta fazenda foi sendo dividida em pequenas chácaras que foram ocupadas por imigrantes italianos e portugueses na parte de baixo da Vila, e por imigrantes alemães e italianos na parte alta da vila. Nesta época já havia uma avenida que separava a parte de baixo da Vila da parte de

cima, e se chamava Avenida Nossa Senhora Aparecida (atual Avenida Senador José Ermírio de Moraes).

A entrevistada referiu que nesta época tudo era extremamente pacífico e que todos os moradores se conheciam e acrescentou que os portugueses eram comerciantes e os italianos trabalhavam na terra como agricultores. Porém, ela explicou que havia uma divisão geográfica nítida, pois os lotes do início da avenida eram dos italianos, depois estavam os lotes dos portugueses e os lotes dos alemães ficavam acima da avenida.

Observamos que esta divisão permanece nítida até os dias de hoje, sendo que atualmente a divisão deste espaço foi acrescida de critérios sociais e econômicos. Na parte alta da Vila temos residências de classe média - alta de descendentes alemães, na parte abaixo moradores de classe média descendentes de italianos e portugueses, e mais abaixo em direção a subida do morro temos as favelas. Nestas, os moradores são referidos como de origem desconhecida, os “estrangeiros”, mas que são os únicos de origem brasileira, geralmente, migrantes.

Seguindo com a descrição do bairro da entrevistada, ao fim da antiga Avenida Nossa Senhora Aparecida havia a Serra da Cantareira e uma Pedreira. E, depois das chácaras dos imigrantes, tudo era vegetação, ou seja, a área ocupada pelas chácaras é na referência de hoje alguns quarteirões abaixo e acima da Avenida Senador José Ermírio de Moraes. Assim, vemos que a conformação geográfica da Vila Albertina já estava dada desde o seu início. Atualmente, a área da Vila é restrita espacialmente pela subida da Serra da Cantareira, pelo morro do outro lado, e por avenidas de grande movimento.

Isto oferece a Vila características de confinamento, com poucas entradas, um isolamento bastante marcado, uma sociabilidade local densa e que se fecha sobre si mesma.

Como já observamos, algumas vezes que pedimos informação aos transeuntes que residem no local sobre como chegar a Avenida Senador José Ermírio de Moraes, que é a única saída da Vila, eles não sabiam o nome da avenida ou mesmo onde ela estava. Corroborando esta sensação de confinamento vimos que alguns dos entrevistados se referiram à Vila como uma “panela de pressão”.

Retornando a nossa entrevistada, ela referiu que os trabalhadores da Pedreira citada foram o outro grupo populacional que chegou posteriormente para residir na Vila Albertina. Uma empreiteira privada criou lotes e vendeu os terrenos a estes trabalhadores que construíram casas para habitação, estes terrenos estavam na área de vegetação além das chácaras dos imigrantes na parte debaixo da Vila Albertina. Ela referiu que estes “novos moradores” eram cerca de 1000 pessoas, pobres e simples, mas que não havia nenhum tipo de problema referente à violência com eles. No mesmo período, as chácaras foram se dividindo quando os imigrantes faleciam e deixavam estas como herança para seus filhos. Assim, surgiram as chácaras divididas em lotes, terrenos e casas, que gradativamente deram à área a conformação de um bairro de cidade. A primeira linha de ônibus chegou a Vila Albertina em 1957.

A entrevistada ressaltou nesta época todos se conheciam, as famílias eram as mesmas e que não havia nenhum problema na região. Novamente se reforça o discurso de que o “estranho” é que traz os problemas.

Ela citou, taxativamente, como início dos problemas a chegada de um grupo de pessoas desabrigadas em 1989. Estas pessoas foram colocadas para morar na Vila pela Secretaria de Habitação da PMSP. Segundo ela, a prefeitura trouxe esses desabrigados e permitiu que eles ocupassem as pontas do loteamento feito pela Pedreira, sendo que estas áreas eram destinadas a equipamentos públicos. Assim, estas “pontas” do loteamento que

eram áreas destinadas a praças, parques e outros equipamentos foram destinadas à construção de moradias. A Secretaria da Habitação da PMSP não promoveu nenhuma infraestrutura local e nem mesmo auxiliou na construção das residências. Assim, houve uma ocupação e construção desordenada e sem planejamento.

Nesta nova área de ocupação surgiram as favelas e, segundo nossa entrevistada, pessoas envolvidas com a criminalidade e com a facção do crime chamada “PC” (Comando Vermelho). Até o momento, observamos que nossos entrevistados já referiram a ligação de duas organizações criminosas com a Vila Albertina (PC e PCC).

Na sequência nossa entrevistada passa a descrever as áreas que ela considera como violentas na Vila Albertina. Aqui, observamos que ela fez um verdadeiro “mapeamento do crime” na Vila.

As áreas “de risco” para a violência são as seguintes: a Rua Boipigua, que foi nomeada com uma placa pelos próprios envolvidos com a criminalidade, como Rua do Crime; a favela ao lado da Fundação Gol de Letra; a favela em frente à Fundação Gol de Letra, chamada favela do crime da mala; a favela ao lado da “Pedra”, chamada favela do cemitério ou da “Pedra”; e a área entre as ruas Veloso da Fonseca, Rua Bitencurt da Silva, Rua Manoel Araújo de Aragão e Rua Bernardo da Fonseca Lobo. Conforme citamos anteriormente a “Pedra” é um importante ponto de referência para os moradores da Vila e a maioria destes articula a “Pedra” com a criminalidade.

Depois a entrevistada falou sobre o “toque de recolher” que ocorreu semanas antes da entrevista. Ela referiu que foi a primeira vez que isto ocorreu na Vila Albertina e disse que antes houve ameaças de “toque de recolher”, mas efetivamente nunca tinha ocorrido este fato.

As pessoas envolvidas com este evento foram moradores da favela em torno das Ruas Veloso da Fonseca e as outras citadas anteriormente, onde morava o moço que foi morto pela polícia durante o assalto. Segundo a entrevistada, um grupo de moradores desta favela planejou um assalto fora da Vila Albertina e outro grupo rival fez uma denúncia anônima à polícia sobre este assalto. Quando os assaltantes chegaram ao local a polícia já estava lá e houve um tiroteio que resultou na morte do rapaz.

Após a confirmação da morte do rapaz pelo hospital, o grupo envolvido no assalto determinou o “toque de recolher” e mandou crianças de 7 a 8 anos de idade distribuir bilhetes, onde se lia: “Baixem as portas”. Também, as crianças passavam dizendo “Tia Olívia mandou fechar!”

Discuti com a entrevistada a quantidade de óbitos por homicídio ocorridos na área de abrangência da Vila em 2002, e perguntei se ela acha pouco os sete óbitos que ocorreram no ano conforme os dados oficiais. Ela considerou que era compatível com a realidade que ela observava.

A princípio considerei baixo o número de óbitos por homicídio registrados devido à “fama” que a Vila Albertina tem de “muito violenta”. Na nossa avaliação este dado pode estar subestimado devido às ações da polícia que não são registradas, ou o dado seria objetivo e a “fama” da Vila é que estaria superestimada.

Entretanto, a entrevistada achou que não ocorreram muitos óbitos por homicídio na Vila naquele período e considerou que a ocorrência de homicídios depende das pessoas envolvidas na criminalidade estarem presas em penitenciárias ou não. Ela referiu que os óbitos ocorrerem sempre em número de três ou mais, pois uma pessoa é assassinada por um grupo da criminalidade, depois o grupo oposto se vinga matando outra pessoa, e finalmente o primeiro grupo mata outra pessoa do grupo que se vingou.

Neste momento ela colocou de forma implícita no seu discurso uma questão importante, ou seja, que as mortes por homicídios na Vila acontecem apenas entre os envolvidos na criminalidade. Questionei isto para a entrevistada e ela afirmou taxativamente. Ela disse: “eles se matam entre si” e referiu que nunca houve um homicídio de morador da Vila ou das imediações, que não estivesse envolvido na criminalidade. A única exceção que ela se recordou foi à morte do dono de uma padaria na Av. Senador José Ermírio de Moraes, em 1970, quando o mesmo reagiu a um assalto à padaria.

A senhora referiu que não há homicídios praticados pelos grupos criminosos da Vila contra os moradores da mesma, mas que ocorrem furtos nas casas de classe-média, roubo de toca-fitas de automóveis e que eles não respeitam a área da Vila. Referiu que ela mesma quando encontra as pessoas envolvidas na criminalidade se queixa disto e diz a eles “... Vocês são uns tontos! Pois estão atraindo a polícia para cá...”.

Quando a entrevistada demonstrou esta intimidade com as pessoas envolvidas com a criminalidade, perguntei a ela como eles são do ponto de vista pessoal. Surpreendentemente, ela respondeu: “Eles são boas pessoas!”

Considereei sua resposta uma surpresa, pois durante a entrevista ela não assumiu, em momento algum, uma postura de defesa, ou de condescendência em relação aos “criminosos”. Pelo contrário, ela fazia críticas e se queixava deles terem “estragado” a Vila Albertina.

Neste momento, ficou claro que quando a criminalidade e seus criminosos são olhados “de dentro e de perto”, eles são mais compreensíveis, mesmo por quem os critica severamente como a entrevistada. Talvez, isto ocorra porque não é possível para quem “olha de dentro” tratá-los como seres “bestiais”, “irracionais”, “não-humanos” e que praticam seus atos sem qualquer razão.

Conforme veremos em outra parte deste trabalho, o “olhar de fora” para os criminosos, como por exemplo o olhar da mídia, via de regra os retrata como seres “animais”, “ferozes”, sem razões para seus atos, enfim, os colocam fora da esfera humana. Esta dicotomia do olhar sobre a violência, explicitada na entrevista, revela os dois universos no qual a violência e suas imagens são construídas e inseridas.

O “olhar de fora” travesti os criminosos com fantasias de horror: olhos esgazeados e vermelhos de ódio injustificável, signos de loucura na face, atos injustificáveis, etc. E depois olha estes mesmos sujeitos travestidos de criminosos - loucos com um prazer de voyeur. O “olhar de dentro” é obrigado a vê-los mais de perto, com sua história em anexo, sem muitos subterfúgios, reconhece-os como pessoas iguais às outras, e principalmente, inseridos no contexto que eles conhecem tão bem e de perto.

Perseguindo esta perspectiva levantada na entrevista, discutimos com a entrevistada a possibilidade de termos um contato com uma das pessoas envolvidas diretamente na criminalidade. Ela respondeu sem a menor hesitação que poderia marcar um encontro com a mãe de dois rapazes da favela “Crime da Mala”, que estão presos atualmente por estarem envolvidos num crime. Também, referiu que conhecia o senhor que era sogro do rapaz que foi morto no episódio do “toque de recolher”, e que ele poderia dar uma entrevista.

SÉTIMO PASSO (02-10-03)

Algum tempo depois do episódio do “toque de recolher” ocorrido na Vila entramos em contato com a Fundação Gol de Letra para discutir a retomada do projeto do grupo das fotografias da violência. Entretanto, a coordenadora da instituição nos colocou que a situação na Vila estava “tensa” novamente, pois um rapaz de 24 anos havia sido morto naquela semana. Ela referiu que a polícia não estava envolvida desta vez, e que o homicídio do rapaz havia resultado de uma disputa entre grupos rivais da Vila.

A coordenadora colocou algumas dificuldades que estavam ocorrendo para se fazer o trabalho de campo com as fotos externas da Vila, e propôs uma alternativa a este trabalho enquanto a situação de tensão na Vila não fosse minimizada.

Ela nos falou sobre um grupo na instituição chamado “Mulheres em ação”, sendo que este é coordenado por um psicólogo. Tal grupo é dirigido às mulheres da Vila para discutir as questões do cotidiano. Ela sugeriu um contato com o grupo como forma aproximação da população local, e assim conheceríamos melhor a realidade local.

Assim, sua proposta era que naquele momento o trabalho da pesquisa fosse interno à instituição, e também que não envolvesse as fotos sobre violência na Vila Albertina.

Observamos, novamente, um movimento em que sou apartada da Vila. Desta vez, com a diferença de que sou incluída no grupo, ou seja, permaneço na Vila mas reclusa na instituição. Mesmo assim, aceitei a proposta de aproximação via este grupo.

OITAVO PASSO (10-10-03)

Conforme citamos anteriormente, a senhora da associação de bairro havia proposto marcar uma entrevista com uma das moradoras da área de maior violência da Vila Albertina. Assim, fomos novamente à associação para encontrar esta moradora da Vila e proceder à entrevista com o objetivo de nos aproximarmos da população local.

Nossa entrevistada, que chamaremos de Ana, tem 30 anos e desde os 15 anos reside na Vila Albertina, na rua nomeada pelas próprias pessoas envolvidas na criminalidade como “Rua do Crime”. Esta rua, que obviamente tem outro nome oficial (Rua Pedro Vaz Rego) é conhecida por ser um local cheio de vielas, um verdadeiro labirinto, um lugar muito violento e onde residem integrantes do tráfico. A moradora não sabia dizer quem colocou este nome na rua e o porque. Ela referiu que a placa com o nome, “Rua do Crime”, já existia no local quando ela chegou na Vila.

Segundo a entrevistada, estas vielas que formam o labirinto aumentam o perigo no local, pois quem entra ali não consegue encontrar a saída... De forma simbólica retorna no discurso dela a idéia da Vila ser um lugar “fechado”, um labirinto, e no qual não se consegue encontrar a saída!

Ela nos falou que a Vila é um lugar violento e que é preciso “saber lidar...” Tentei explorar com ela o que significava o termo “saber lidar”. Ana disse que os moradores precisam ser claros nas suas intenções e nos seus atos cotidianos para não serem mal interpretados por eles... (os integrantes do tráfico, as pessoas envolvidas com roubos e homicídios). Ela também disse que conhece as pessoas envolvidas na criminalidade e que

faz questão de cumprimentá-los quando os encontra. Segundo Ana, ela age assim para eles não pensarem que ela “tem medo deles”. Mas, também referiu que sua relação com eles não passa deste cumprimento, não procura saber nada, não fala nada, para não ser “mal intencionada” por eles.

Ana relatou várias vezes no seu discurso a participação da polícia nos eventos da criminalidade, sendo que falava disto com muita naturalidade, como se isto não fosse uma transgressão à lei. Ela referiu que a polícia tem acordos com determinados grupos criminosos, ou seja, protege alguns grupos não agindo sobre eles. Estes grupos criminosos que são protegidos, por sua vez, delatam outros grupos criminosos rivais para a polícia, e assim, eles são flagrados, presos, mortos, etc.

A entrevistada revelou um aspecto interessante, pois geralmente no discurso “oficial” circulado pela mídia, encontramos o antagonismo entre criminosos e policiais e alguma cumplicidade entre os grupos criminosos. E neste discurso interno à área de violência encontramos algo diferente. Aqui, vemos a rivalidade entre os grupos criminosos, e o mais interessante à articulação entre criminosos e policiais contra outros criminosos. Assim sendo, uma possível ética de grupos similares contra um rival-agressor comum, a polícia, parece não existir na Vila.

Depois Ana nos relatou com muita naturalidade o nome e posto de trabalho de um policial muito conhecido na Vila, que segundo ela, é muito “linha dura”. Ela disse que ele estava “matando demais” os meninos da Vila, e por isso foi preso pela própria polícia. Ela sabia também a forma como estas pessoas eram mortas por ele. Relatou: “elas são levadas para a Serra da Cantareira onde não há muitos vizinhos e tem muita mata, e ele mata lá”.

Notamos nesta colocação da entrevistada que a possibilidade da polícia matar pessoas está presente no cotidiano delas e é considerada algo comum. E, somente, quando

se “mata demais” pode haver complicações. Assim, não há surpresa ou indignação nos homicídios cometidos pela polícia e eles são assimilados com naturalidade, tendo inclusive uma medida de homicídios que é tolerada pela população local.

Nossa entrevistada não tomou partido entre os policiais ou os criminosos. Ela falou de ambos com certa indiferença, como algo que não dizia respeito a ela e, principalmente, sem afetividade aos fatos descritos. Nela não parecia haver nenhum julgamento moral, fosse dos criminosos ou dos policiais, e também, nenhum vínculo de solidariedade de nenhum dos lados. Os conflitos entre criminosos rivais ou entre criminosos e policiais não suscitava nela nenhum tipo de envolvimento emocional, ou opiniões de defesa, ou ataque contra estes grupos. No seu discurso eles eram apenas um incômodo no cotidiano.

Neste momento comparamos a reação da entrevistada frente à questão da criminalidade com a reação da classe-média que vivencia esta questão à distância. Observamos que a classe-média e seus meios de veiculação de opinião são sempre enfáticos e emocionais em relação aos conflitos que envolvem a criminalidade. Neste meio social há sempre a presença de inúmeros discursos, embates, divergências de opinião, julgamentos morais de diversos grupos, defesa da atuação policial, defesa dos grupos criminosos, e muita afetividade envolvida na questão. Quando ouvimos a fala de uma pessoa que vive a criminalidade, de dentro e de perto, encontramos a neutralidade, a isenção e a frieza afetiva em relação ao tema. Enfim, surpreendentemente, parece não haver discursos sobre a violência. Isto sugere que as pessoas que estão em contato direto com a violência não criam discursos que aplaquem a angústia destas situações.

Ou seja, de nada adianta criar subterfúgios, teorias, discursos, para aplacar algo que está intimamente colado ao cotidiano. visível e palpável , ou seja, não é possível tornar

tolerável a violência e suas mortes com discursos imaginários. Esta é uma hipótese que teremos que averiguar ao longo do percurso do trabalho de campo.

Ao final das colocações da entrevistada citei o número de homicídios em 2002 segundo os dados oficiais. E perguntei o que ela achava da quantidade de sete homicídios no ano na área da Vila Albertina. Ela disse que era muito pouco e depois contamos as mortes por homicídio que ficamos sabendo que ocorreram nos meses de agosto e setembro deste ano.

Nós contamos quatro óbitos por homicídio e ela acrescentou que naquele dia quando saía da sua casa para a associação viu os corpos de dois rapazes mortos durante a noite sendo levado pela polícia. Ela disse que estranhou as mortes porque durante a noite não ouviu tiros, nem nada...

Segundo Ana, geralmente, quando eles ouvem tiros à noite aparece um corpo pela manhã, e naquela noite ela não havia ouvido nada. Neste momento ela fala do perigo de andar pela Vila à noite, e também que ela não sai depois das dezenove horas porque tem medo de “bala perdida”.

Outro aspecto que a entrevistada citou foi à ligação da criminalidade da Vila Albertina com criminosos do Rio de Janeiro e de Cabuçu em Guarulhos, esta ligação já havia sido citada em outra entrevista. Ela também falou sobre as entidades locais e sua relação com o bairro, onde ressaltou a participação positiva da Fundação Gol de Letra e a total falta de recursos da UBS Vila Albertina. Quanto à relação da UBS com a violência, segundo a entrevistada, parece que há uma total indiferença, ou seja, a unidade de saúde não se propõe a ações que se relacionem à questão da violência.

NONO PASSO (22-10-2003)

Conforme citamos anteriormente, agendamos na Fundação Gol de Letra o nosso encontro com o grupo “Mulheres em Ação” e fomos ao mesmo para apresentar nossa proposta de trabalho de pesquisa ao grupo.

Salientamos, que já no contato telefônico, a coordenadora da Fundação afirmou que não seria possível levar adiante a proposta das fotografias da Vila. Segundo ela, após uma discussão na instituição, a equipe e o superintendente consideraram muito arriscado o trabalho. Assim, ela sugeriu que apenas fizéssemos entrevistas sobre o tema da violência com as participantes do grupo. Aceitamos a nova proposta.

Chegando ao local a coordenadora da fundação apresentou o psicólogo que coordenava o grupo de mulheres e ele explicou em linhas gerais a proposta e dinâmica do grupo. Ele esclareceu que o grupo era composto por mulheres de 20 a 30 anos, aproximadamente, e que o objetivo era discutir temas como cidadania, saúde, educação e questões do cotidiano da vida delas. O próprio grupo se intitulou “Mulheres em Ação” e ele faz parte da linha de desenvolvimento social da Fundação.

Seguindo, eu expliquei minha proposta de trabalho de pesquisa ao psicólogo, o percurso ocorrido até o momento, as dificuldades inerentes ao trabalho, e qual era meu objetivo final na Vila, ou seja, as fotos sobre a violência. Discutimos a proposta das entrevistas sobre violência com as mulheres do grupo e neste ponto da discussão o psicólogo lançou uma alternativa peculiar em relação às fotos. Ele sugeriu que as

entrevistadas “desenhassem” as imagens de violência que eu buscava em substituição as fotos.

Após o término do grupo eu fui levada até a sala do grupo e coloquei a minha proposta de trabalho de pesquisa, e depois convidei as participantes a darem as entrevistas sobre a violência. Não citei as fotos ou os desenhos. A reação foi um silêncio absoluto e “olhos arregalados” me observando com perplexidade. Eu fui breve nas minhas colocações pois todas estavam com horário para sair e apenas duas mulheres que ouviam minha proposta se dispuseram a dar entrevista. No próprio grupo eu marquei a data com elas e coloquei para as outras mulheres que eu estaria disponível se mais alguém quisesse falar comigo.

Observamos algumas questões neste contato com a Fundação que consideramos interessante para nossa pesquisa. Novamente vamos nos reportar à questão do “olhar” que aparece de forma recorrente neste trabalho.

Desde o último contato telefônico com a Fundação, quando marcamos a visita ao grupo de mulheres, foi colocada pela coordenadora a impossibilidade do trabalho com fotos com a população. A coordenadora citou os riscos, a exposição na rua, e que a instituição considerava melhor o trabalho com as entrevistas verbais. Seguindo, o psicólogo propôs a alternativa das entrevistadas “desenharem” a violência, sendo que consideramos interessante tal proposta.

Gostaríamos de colocar algumas observações sobre esta proposta, que nos pareceu instigante e intimamente ligada ao tema do olhar e a violência. Desde já, destacamos que não observamos resistência da equipe da Fundação em auxiliar nosso trabalho, pelo contrário, eles se mostraram extremamente abertos e disponíveis para trabalhar com um tema tão exilado.

Assim sendo, consideramos que as observações que vamos colocar não estão relacionadas com resistência à participação, e sim, com questões que “naturalmente” surgem quando se trabalha com o tema da violência e suas formas de expressão.

O fato que consideramos interessante foi que por duas vezes a imagem direta sobre a violência foi interdita, vetada. A primeira quando a coordenadora propõe as entrevistas, representações verbais e indiretas da violência; e a segunda quando o psicólogo propõe os desenhos, representações gráficas e indiretas da violência. A imagem e a violência parecem se afastar novamente.

Não podemos deixar de associar este processo de transposição da proposta, ou seja, de imagens para outras formas de representação da violência, como um afastamento das imagens da violência. Tal afastamento que, sucessivamente, viemos sentindo toda vez que tentamos acessar as imagens da violência.

De certa forma, temos observado nas diferentes aproximações do trabalho de campo que imagem e a violência se dissociam. Este processo de dissociação aconteceu de formas diferentes e por motivos variados, mas nunca a imagem direta e sem intermediários pode retratar a violência.

Também, notamos a facilidade com que as entrevistas verbais sobre a violência foram dadas pelas pessoas ligadas à associação de bairro. Nestas entrevistas foram feitos verdadeiros “mapas da criminalidade”, nomes de pessoas foram citados, acontecimentos recentes revelados e tudo isto ocorreu sem o menor intimidação. Assim, comparamos a diferença de acesso entre a representação verbal e a representação imagética da violência. Pois, objetivamente, citar nomes de envolvidos no crime oferece mais riscos que tirar uma fotografia de algo relacionado à violência.

Várias fontes da nossa pesquisa citaram os motivos e justificativas do porque das fotos oferecem risco à população (exposição, associação com a polícia ou jornalistas, registro real, etc). Mas, porque o risco das fotos é maior do que o risco do relato verbal ?

O que consideramos é que a violência não pode aparecer de forma explícita, isto é, ela é impedida de aparecer quando não está representada no discurso verbal. A violência surge mais facilmente quando está representada por discursos verbais, sejam discursos da população ou discursos da mídia.

Sabemos que as fotografias também são representações indiretas da violência, mas como vimos na parte teórica deste trabalho, elas permitem menor elaboração e menor distanciamento da realidade registrada. Talvez, nossas almejadas fotos da violência permaneçam apenas como uma da proposta, mas estamos descobrindo uma separação fundamental entre imagem fotográfica e violência.

DÉCIMO PASSO (27-10-03)

Agendamos a entrevista com as duas mulheres do grupo da Fundação Gol de Letra e comparecemos na semana seguinte para proceder às mesmas. Das duas mulheres que se dispuseram a dar entrevista apenas uma compareceu ao local na data marcada. Nossa entrevistada será chamada de Helena e ela reside na favela ao lado da Fundação Gol de Letra na Vila Albertina há doze anos.

Quando começamos a entrevista com Helena expliquei com mais detalhes minha proposta de pesquisa e ela parecia não prestar muita atenção, e depois rapidamente começou a falar sobre a violência na Vila.

Uma característica que esteve presente durante toda esta entrevista foi que a entrevistada parecia não ter uma opinião sobre a violência, ou uma visão sobre a mesma, ou comentários e interpretações. Durante toda entrevista ela apenas relatava fatos e revelava informações sobre a violência da sua Vila.

Ela iniciou dizendo que há sete anos atrás foi um período muito violento na Vila, pois quando voltava para casa do trabalho encontrava nas vielas corpos de pessoas assassinadas. Ela referiu que lembrava muito bem disto porque sua filha tinha três anos na época e chorava muito quando elas encontravam os mortos nas vielas. Seguindo, a entrevistada passou a falar de outro fato sem conexão com o anterior.

E, ressaltamos que toda a entrevista teve este formato, ou seja, a entrevistada mudava de um assunto a outro sem conexão aparente, ou melhor, relatava uma informação e passava a outra.

Helena começou a falar sobre um “Gol Branco” que andava pelas ruas da Vila há alguns anos atrás e que todos os moradores ficavam muito assustados, pois isto acontecia num dia e no dia seguinte apareciam vários mortos. A princípio era ininteligível o que ela falava sobre este tema, ela se referia ao “Gol Branco” como algo autônomo e não se referia a nenhuma pessoa. Enfim, ela falava do carro como se ele tivesse vida própria, e como se o carro matasse as pessoas da Vila. Na sua descrição o carro parecia um fantasma!

Depois, aos poucos, ela foi esclarecendo que uns homens vinham num Gol branco na Vila às sextas-feiras e avisavam à população local para não sair nas ruas naquela noite porque haveria mortes. A entrevistada não soube referir se eles eram da polícia, mas disse

que “eles sabiam quem era pai de família e quem era bandido”. Perguntei a Helena se eles eram um grupo de extermínio. Ela confirmou.

Ela disse que muitas pessoas ligadas à criminalidade na Vila apareceram mortas depois das visitas do gol branco e que, geralmente, eram 3 ou 4 mortos por noite.

A entrevistada disse que a violência na Vila é variável a cada época, ou seja, há períodos onde aparecem muitos mortos e outros de “calmaria” onde não acontece nada. Observamos que outra entrevistada já havia referido tal fato.

Assim, se confirma o fato de que a violência na Vila é cíclica, e que se relaciona com as disputas entre grupos, com as delações à polícia e com os movimentos próprios da criminalidade. E assim quando um homicídio ocorre outros são desencadeados.

Seguindo, por sua própria iniciativa, Helena começou a falar de uma pessoa chamada “Nenê”. Novamente ela falava de forma truncada, frases sem nexos e informações soltas.

Ela referiu que Nenê matava as pessoas na Vila à luz do dia, sem motivos, por besteiras, e que todos os moradores tinham muito medo dele. Ela não situou quem era esta pessoa e continuou a descrevê-lo. Ela relatou que ele dizia ter um pacto com o diabo e que por isso não morria.

Helena contou que ele matou um “menino” a luz do dia, enquanto jogava bilhar num bar da Vila, porque ele “olhou” para a mulher dele. Referiu que não houve qualquer relacionamento afetivo ou sexual entre este “menino” e a mulher de Nenê, e disse que ele o matou apenas porque olhou a mulher e disse que era bonita.

Na sequência a entrevistada disse que as outras mulheres do grupo da Fundação não querem falar comigo porque tem medo de que ele fique sabendo. Segundo Helena, estas mulheres pensam que aquilo que disserem na entrevista pode sair no jornal ou ser entregue

à polícia. Mas, que ela acreditou no que eu disse quando expliquei que era apenas um trabalho da faculdade.

Neste momento, a entrevistada hesitou e parecia assustada, seguindo me perguntou: “Você não é da polícia, não ?” Expliquei novamente toda questão da pesquisa e do sigilo envolvido na mesma.

Helena seguiu falando sobre o Nenê e contou que ele foi preso há dois anos, mas que ele têm pessoas ligadas ao seu círculo que controlam tudo o que acontece na Vila. Ela referiu que ele era muito respeitado e temido na Vila, e que ela o cumprimentava quando via ele nas ruas da Vila, pois tinha medo de que ele não gostasse caso ela o ignorasse.

Quando eu questioneei sobre o perfil de Nenê, a entrevistada referiu dados que foram traduzindo o que significa este “personagem” na Vila. Refiro-me à “personagem” pois ele pareceu ser algo lendário, repleto de mitos e histórias que o rodeiam.

Nenê é um líder da criminalidade na Vila Albertina e que apesar de ter sido preso há dois anos exerce muita influência na localidade e na vida da população. Ele está envolvido com o tráfico de drogas, assaltos e homicídios e mata (ou manda matar) as pessoas que desrespeitam as regras colocadas pelo seu grupo.

Ele também exerce um papel de representante da “justiça”, segundo a entrevistada, pois se alguém envolvido com a criminalidade roubar os moradores da Vila ou suas casas, ele os mata. A entrevistada revelou que teve alguns “bandidos” que ele matou que ela e muitos moradores da Vila agradeceram.

Pelo relato de Helena vemos que ele é o centro, ou um dos centros, da criminalidade local e que é temido e respeitado por todos. Aqui observamos, que mesmo não sendo objetivo da pesquisa de campo, resvalamos na pedra angular do crime local.

Quando perguntei a entrevistada se todos na Vila conheciam a sua fisionomia, ela disse que sim. E, inclusive, afirmou que muitos dos moradores da Vila assistiram ele matar pessoas.

Neste momento ela começou a ter receio de que alguém estivesse ouvindo o que nós conversávamos na sala, seguindo ela olhou pela veneziana da janela e ficou muito ansiosa. Ela disse que muitos funcionários da Fundação são moradores da Vila Albertina e que poderiam estar ouvindo a entrevista. Surpreendentemente, ela olhou para o teto da sala procurando câmeras (local que ela conhece muito bem, pois frequenta a Fundação rotineiramente), e disse: “Será que estão nos filmando?”

A entrevistada se mostrou extremamente angustiada, persecutória, quase chorou e falou sussurrando que estava com muito medo por estar falando sobre o Nenê... Reafirmei novamente meu compromisso com o sigilo e expliquei como as informações dadas naquela entrevista seriam trabalhadas para não expor ninguém a riscos.

Na tentativa de desviar a entrevista do tema do personagem, que causava tanto medo à entrevistada, perguntei como era morar num lugar com tanto medo e conviver com a morte tão de perto. Depois retomei o fato dos moradores da Vila encontrarem pessoas mortas nas ruas, e contrastei com a rara possibilidade das pessoas de outros bairros verem uma pessoa morrer. Mas, a entrevistada ficou tão assustada, tomada pelo medo, que pareceu não compreender o que eu perguntava. Novamente, observei que a entrevistada não tinha opiniões, discursos, visões subjetivas sobre a violência e as mortes explícitas. Ela tinha apenas uma série de fatos violentos vividos no lugar e as informações sobre estes.

Talvez, a ausência de discursos sobre a violência seja devida a uma ausência de elaboração sobre a violência local. Inclusive porque os moradores da Vila pouco podem

falar sobre os acontecimentos locais, assim, o que eles tem a dizer da violência são apenas informações.

Esponetaneamente a entrevistada voltou a falar sobre o Nenê e disse que a sogra dele trabalhava na Fundação e que naquele momento ela estava no local. Helena disse que tinha medo que ela nos visse juntas e conversando.

Depois Helena referiu que, quando Nenê foi preso, a sua sogra fez um abaixo-assinado para retirar-lo da prisão. Ela colheu mais de mil assinaturas dos moradores da Vila, mas ele continuou preso. Não foi possível compreender durante a entrevista o que era este “abaixo-assinado” e para quem ele foi entregue.

Helena perguntou minha opinião sobre o fato dela ter assinado esta lista para a soltura de Nenê. Ela disse que oscilava entre dois temores: disse que se não tivesse assinado a lista poderia sofrer represálias dele, e por outro lado, ela tinha medo de ter assinado a lista e depois a polícia encontrar seu nome numa lista de apoio a um criminoso.

Segundo a entrevistada contou como Nenê foi preso e isto nos permitiu compreender parte dos receios suscitados pela proposta da pesquisa com fotografias da Vila Albertina.

Ele se vangloriava de que a polícia não conseguia prendê-lo ou matá-lo (ela voltou a falar do pacto dele com o diabo e parecia acreditar nisto), até quando ele matou na mesa de bilhar aquele menino que “olhou para a mulher dele”. Segundo ela, a família do rapaz ficou “revoltada” e procurou os “direitos humanos”. Eles entregaram para a polícia uma foto dele tirada às escondidas durante uma festa de aniversário e assim a polícia ficou conhecendo a fisionomia dele e conseguiu prendê-lo!

Segundo Helena, a família que fez a denúncia teve que se mudar da Vila, e também, outras pessoas tiveram que sair da Vila por causa dele. Inclusive, parte da família da

entrevistada se mudou da Vila porque um parente deles matou um rapaz do grupo do Nenê que o ameaçava.

Quando a entrevistada revelou o incidente que levou a prisão de Nenê observamos que a proposta de fotografar a Vila transitava em torno de um tema marcado na história de violência daquele lugar.

Expliquei para Helena a minha proposta das fotos e perguntei o que ela achava disto. Ela disse que achava difícil alguém tirar fotos, pois poderiam estar tirando fotos de um “deles” sem saber! Também, nos contou que um grupo de franceses fez uma oficina de fotografias no Gol de Letra e que saíram nas ruas para fotografar. E mesmo com eles presentes com os participantes da oficina, e todo mundo percebendo que eles eram estrangeiros e que estavam trabalhando com a Fundação, não foi possível tirar fotos porque ninguém deixava. Observamos as fotos desta exposição há cerca de dois anos atrás e, de fato, só havia imagens de lugares sem pessoas.

Coloquei para Helena a minha impressão de que a Fundação parecia um “oásis” diante das questões de violência que acontecem na Vila. Mas que mesmo assim nós estávamos conversando sussurrando. Ela sorriu aliviada, se descontraíu por um momento, e referiu que as pessoas envolvidas com a criminalidade respeitam o Gol de Letra. Inclusive, porque os filhos deles estudam na Fundação. Mas, mesmo assim, ela achava que todos os funcionários têm medo e citou o episódio do toque de recolher onde todos ficaram assustados.

Depois ela citou alguns fatos que demonstravam como as questões da violência resvalavam na instituição e referiu: “A sogra do Nenê trabalha na instituição, e as crianças comentam quando alguém da família é morto... Um dos funcionários da Fundação tem toda sua família envolvida na criminalidade (o genro dele foi o rapaz assassinado pela polícia e

que desencadeou o toque de recolher) e tudo isto gera este clima de amedrontamento até mesmo dentro da instituição...”

No final da entrevista perguntei se ela queria falar mais alguma coisa e terminamos a mesma. Também, combinamos que ela iria falar com outras mulheres do grupo e esclarecer como havia sido a sua entrevista, e assim averiguar a possibilidade delas darem entrevista. Esta entrevista foi marcada pela tensão, medo, angústia e acredito que chegamos perto de questões cruciais referentes à violência local.

Observei como muito relevante o fato das colocações verbais da entrevistada serem entrecortadas, fragmentadas, sem linearidade, enfim, não se alinhavarem para formar um discurso. E para redigir esta entrevista empreguei muito da minha construção, pois a mesma era um apanhado de informações e relatos de episódios fragmentados.

Ressalto que esta característica de discurso da entrevistada não estava relacionada com o seu grau de instrução ou com sua capacidade verbal, e sim, com a desorganização que a violência parecia promover na vida dela.

Outra questão bastante interessante foi sobre as imagens sem figuras humanas: “Um carro que mata”, pois ela não citava que havia pessoas no Gol branco do grupo de extermínio. Na sua descrição era como se o carro estivesse vazio, como um carro fantasma, e como se ele fosse o sujeito dos homicídios. Depois tivemos a exposição fotográfica da Vila sem a presença de pessoas, novamente, uma Vila fantasma e somente com lugares vazios.

E por fim, um líder da criminalidade sem imagem (pois ninguém externo a Vila conhecia sua fisionomia), e o surgimento desta imagem dos criminosos através da foto põe fim a sua existência na Vila.

As imagens da violência são veladas! E, talvez, seja mais oportuno defini-las como não-imagem ou como ausência de luz! Toda a dificuldade em acessar o campo desta pesquisa reitera esta afirmação. As imagens da violência que procuramos se recusam a aparecer.

Conseguimos relatos verbais e informações sobre a violência, mesmo que fragmentados, mas não conseguimos imagens da violência de perto e de dentro do seu lugar. As imagens da violência parecem estar destinadas a ser de fora, de longe, re-significadas por outros, e portanto, sempre indiretas.

Coincidência, ou não, lembramos o fato surpreendente da entrevistada desconfiar que estava sendo filmada. O olhar de dentro para a violência se recusa a aparecer, entretanto, a idéia de estar sendo olhada e vigiada se apresenta claramente.

Esta manifestação do imaginário que irrompeu de forma abrupta na entrevista (a fantasia da entrevistada de ser vigiada-olhada) mostrou de onde pode vir o olhar para a violência: sempre de fora! O olho externo cuida da violência da Vila.

DÉCIMO PRIMEIRO PASSO (7-11-03)

Após a entrevista anterior recebemos um convite do coordenador da área de comunicação da Fundação Gol de Letra para participarmos de um debate na instituição, cujo tema era violência. Nestes debates são reunidos jovens da Vila Albertina para discutir temas variados como: sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, etc.

A instituição sempre convida um profissional que estuda a questão abordada para debater sobre o tema com esta população jovem. A própria disposição física do espaço para os debates é muito interessante. Geralmente é usada uma quadra externa e acima do nível da rua, o que coloca o grupo de discussão no alto.

Deste lugar se observa toda a cidade de São Paulo e toda a área da Vila ao redor, ou seja, as várias favelas da região. O coordenador referiu que eles têm isto como uma estratégia para atrair a população para a discussão. Pois, eles acendem as luzes da quadra e usam microfones no debate, e assim, todos começam a se dirigir para o local que é visto e ouvido à distância por toda Vila.

Assim, temos uma situação muito peculiar, um grupo discutindo temas como a violência num dos pontos mais alto da Vila, com luzes e som que destacam o grupo do aglomerado de barracos e casas. Esta estratégia parece ter como objetivo dar voz e visibilidade aos temas discutidos. Infelizmente, na ocasião do deste debate estava chovendo e o mesmo ocorreu na quadra debaixo.

O grupo de debate tinha cerca de 20 jovens moradores da Vila Albertina, dois debatedores, o coordenador de comunicação, a coordenadora pedagógica e três educadores da Fundação. A dinâmica do debate era basicamente a seguinte: o debatedor e sua auxiliar (uma das jovens da Vila) instigavam o grupo presente a discutir o tema da violência através de questões que lhe eram propostas. Depois todos falavam sobre a questão e no final os coordenadores remetiam a mim para dar uma opinião.

Antes de iniciar a descrição do debate gostaríamos de salientar que foi particularmente difícil relatar esta etapa do trabalho de campo, pois estava envolvida na própria discussão do debate.

Antes de iniciar o evento o grupo de fotografia da instituição fez uma colagem sobre temas que consideravam violência e expôs no local. Nas fotos de revistas escolhidas para compor a colagem encontravam-se fotos de mulheres nuas com um tampão na boca e no sexo, fotos de armas, fotos de crianças desnutridas ou em situação de miséria, fotos de jóias, fotos de guerras, fotos de traficantes armados e uma foto do traficante Fernandinho Beira-Mar.

Nesta exposição observamos algo similar as imagens da violência construída pela população local. E, novamente, as imagens foram feitas de forma indireta (com colagem de revistas) e de imagens da violência de fora da Vila. Observamos esta tendência de apontar a violência externa à Vila também no debate.

O debate se iniciou com os jovens falando o que consideravam violência e eles foram citados os seguintes pontos: preconceito, discriminação, estupro, violência doméstica, a morte de policiais (na época do debate uma série de atentados com mortes de policiais ocorria na cidade de São Paulo), falta de oportunidades, falta de respeito, falta de emprego, etc. Neste ponto se destacou o fato de ninguém citar como violência os homicídios e as relações violentas entre os grupos envolvidos na criminalidade da Vila.

Seguindo os participantes começaram a discutir, divergir, argumentar sobre os temas citados e depois o mediador colocou uma questão para o grupo: quais seriam as causas da violência. Houve uma grande discussão que vamos relatar sucintamente. Nesta discussão se destacou a repetição de argumentos veiculados na mídia em geral, sendo que repetidamente a responsabilização pelo os atos de violência era colocada no sujeito que cometeu o crime.

A maioria dos participantes se referia a episódios de violência que foram veiculados pela mídia e um dos participantes frisava: “Isto é a realidade, não tem como discordar!”.

O ponto mais interessante a ser destacado é que todos os participantes do grupo falavam sobre a violência que acontece de forma geral na cidade (e que eles tomam conhecimento pela mídia) mas ninguém se referiu a violência da Vila.

Quando foi solicitada minha opinião coloquei esta questão, ou seja, que eles repetiam os discursos da mídia e não falavam daquilo que acontecia próximo a eles. Observe-se que esta colocação estava fora do âmbito da discussão do grupo, pois eles discutiam as várias causas da violência. Todos ficaram em repentino silêncio e a acalorada discussão cessou.

Seguindo expliquei meu tema de pesquisa e meus motivos de escolha pela Vila Albertina. Depois abordei a “fama” de violenta da área e perguntei aos participantes quantos homicídios eles achavam que ocorria por ano na Vila. Eles falaram números diversos (25000, 50, 15, 40, 30) e pareciam não ter parâmetros sobre o assunto.

Havia uma sensação de estranhamento no grupo e observei que as minhas colocações fizeram duas inversões na discussão do grupo. Ou seja, coloquei os homicídios como forma de violência (fato negado até o momento) e falei sobre a violência de dentro e de perto deles (fato também negado até o momento).

Quando relatei os dados de homicídio da Vila Albertina (sete casos no ano de 2002) quase todos ficaram em silêncio e apenas duas moças falaram: “Só na Favela Nova Real aconteceu quinze”. Depois expliquei para os participantes sobre a exclusividade do enterramento dos mortos pelo Serviço Funerário Municipal na cidade de São Paulo e coloquei que se haviam mais mortos eles estavam sendo enterrados clandestinamente. Observei que quanto mais eu falava e trazia dados objetivos para o grupo, mais a discussão se esvaziava e se fazia silêncio.

O mediador retomou o debate e falou sobre como as diversas manifestações de violência podem culminar nesta violência maior, que é o homicídio. Nesta parte do debate o grupo orientou a discussão num sentido que levava a conclusão que a violência estava em toda parte de forma igual, ou seja, em qualquer área da cidade. E, também, citavam inúmeros exemplos de pequenas violências.

Neste momento a discussão parecia algo surrealista, pois estávamos dentro da Vila Albertina (lembremos, com duas das maiores favelas com histórico de violência ao lado) e os moradores locais falavam da violência da cidade em geral e de pequenos incidentes que consideravam violentos. Eles citavam como violência atos distantes ou insignificantes: uma criança jogar pedra na janela e incomodar quem estava em casa, a falta de respeito pela privacidade do outro, os atentados aos policiais retratados pela mídia. Mas, eles não falavam dos corpos que muitos deles devem encontrar nas vielas da Vila. Depois, seguiu uma longa discussão em torno destes temas de violência e das suas causas e como poderiam ser evitados ou punidos.

Depois de um tempo questionei a afirmação de que a violência era igual em toda a cidade. E, novamente, citei os dados referentes à epidemiologia de homicídios que afirmam que estes ocorrem prioritariamente nos bairros periféricos, e que eram poucos os homicídios registrados de pessoas residentes em bairros de classe média. Também, contrastei esta informação com a informação veiculada pela mídia de que a população de toda cidade está ameaçada e com riscos de morrer por homicídio.

Novamente, um silêncio absoluto. Depois eles fizeram alguns questionamentos para se certificarem de que haviam compreendido corretamente a informação que eu dava. O grupo de jovens moradores parecia perplexo ao descobrir que eles estavam muito mais

expostos ao risco de morrer por homicídio. A discussão sobre este tema se encerrou rapidamente.

Um aspecto do debate me deixou muito impressionada. Aqueles jovens pareciam moradores de bairros de classe-média, que nunca haviam visto um homicídio ou as suas relações paralelas. O discurso deles era idêntico ao da classe-média, ou seja, o discurso sobre a violência que a mídia veicula.

De forma geral podemos observar estes aspectos que surgiram nos jovens como duas formas de defesa psíquica muito comuns e compreensíveis de serem utilizadas por eles: negação e projeção. O grupo negava absurdamente a realidade local referente à violência e aos homicídios e quando estes vinham à tona eram projetados para fora da área deles. A intensa utilização destes mecanismos de defesa oferecia um estranho aspecto ao discurso do grupo, isto é, um aspecto de absurdo, de falta de coerência com a realidade, enfim, de algo surreal.

Observamos que estes mecanismos de defesa quando utilizados individualmente e sem condições externas agravantes caracterizam as condições psíquicas de sujeitos que se desarticulam da realidade. Entretanto, não queremos estender tal conceito patológico ao grupo observado. Mas, pudemos observar que condições de vida insuportáveis (como encontrar cadáveres nas ruas quando se sai de casa pela manhã) levaram todo um grupo a se desarticular da realidade, provavelmente, como forma de sobrevivência psíquica.

Outro ponto abordado durante o debate foi sobre os “criminosos” e sobre os adolescentes “criminosos” (internos na Febem). A maioria do grupo tinha uma visão bastante negativa sobre estas pessoas e julgavam seus atos de um ponto de vista moral. Ou seja, acreditavam que a motivação dos atos criminosos estava relacionada à falta de caráter e que eles eram pessoas de índole violenta. Este ponto suscitou amplo debate entre o grupo

de moradores da Vila e os técnicos da instituição lembravam das questões relacionais envolvidas na criminalidade, o meio social e suas circunstâncias, os limites de cada sujeito em relação às humilhações impostas, etc. Novamente tentei levantar os aspectos da mídia quanto à imagem dada aos criminosos, e como estes eram retratados com animalidade, com irracionalidade, como pessoas sem motivação humana para seus atos criminosos.

Entretanto, estes e outros argumentos pareceram não alcançar o grupo de jovens da Vila e eles permaneceram com a mesma opinião. Observamos como se apresentou um suposto distanciamento entre os moradores da Vila e os “criminosos”, que como sabemos são muitas vezes seus vizinhos, seus parentes, seus colegas e amigos. Eles mesmos relatavam exemplos de crimes que envolviam pessoas próximas a eles.

No final do debate o mediador propôs ao grupo a participação nas fotografias sobre violência. Segundo o coordenador a Fundação tinha avaliado que a situação na Vila estava mais controlada e que seria possível propor a pesquisa de campo com as fotos.

Assim expliquei ao grupo qual seria o trabalho e disse que aguardaria os interessados. Ninguém aceitou a proposta naquele momento.

Numa avaliação geral vemos que a marca deste episódio foi a total negação e desconexão da realidade violenta da Vila pelos participantes do grupo. E, vemos agora, que isto já estava anunciado no painel de fotografias sobre violência. Repetidamente, os moradores da Vila trazem imagens indiretas e distantes da violência. E a sua imagem de violência não aparece!

ÚLTIMO PASSO (27-11-03)

Após vinte dias de espera e algumas ligações telefônicas procurei o coordenador da área de comunicação da Fundação Gol de Letra. Perguntei a ele se algum dos participantes do grupo de debate sobre a violência havia se prontificado ao trabalho com as fotografias. O coordenador referiu que nenhum dos participantes do debate havia se colocado espontaneamente como voluntário para o trabalho com as fotografias. Ele se propôs a lembrar aos participantes do convite e pediu que eu o procurasse quinze dias depois. Como após quinze dias estaria próximo aos feriados de fim de ano das férias escolares, deduzi que na possibilidade de alguém se dispor a fazer as fotos seria possível apenas no próximo ano.

Desde o início havíamos previsto o prazo de seis meses para a execução desta fase do trabalho, isto devido a motivos de programação e execução dos prazos da tese de doutoramento. Assim sendo, esgotamos este período de trabalho sem conseguir alcançar as almejadas “imagens da violência” vista de um ângulo interno à própria área de estudo. Nesta fase do trabalho tal fato não foi uma surpresa, pois logo no início percebemos as dificuldades envolvidas nesta proposta.

No início da pesquisa quando se delineou a possibilidade das fotos não serem factíveis nossa referência se desarticulou. O que fazer com uma pesquisa centrada em “imagens da violência” que se recusaram a aparecer? Esta questão nos remeteu a uma resposta. As “imagens da violência” apareceram sim, mas da forma mais inesperada!

VIII) A FOTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA.

A imagem fotográfica da violência que conseguimos foi uma imagem velada. Podemos caracterizar esta imagem de outras formas: como uma não-imagem, uma ausência de luz, como obscuridade, como falta de visibilidade, como algo invisível... Porém, todas estas caracterizações remetem a um objeto que não ser pode olhado.

Antes de analisar esta imagem específica obtida durante o trabalho de campo vamos discutir o que são as imagens fotográficas, tomando como referência teórica os trabalhos de Roland Barthes. O autor analisa as fotografias de imprensa como mensagens que estão inseridas num conjunto onde há uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. Neste caso específico estão envolvidos: a redação do jornal, um grupo de técnicos, o próprio meio midiático de transmissão e o público como receptor. Nesta produção existe a escolha da fotografia, uma composição da mesma, uma legenda, um título, o lugar de inserção, o texto que a acompanha, ou seja, a fotografia não é apenas um produto ou uma via de expressão, ela também é um “objeto dotado de autonomia estrutural.” (Barthes, 1982).

Como existe uma imensa quantidade de fotografias sobre a violência produzidas pela mídia nosso objetivo inicial nesta pesquisa era obter imagens sobre a violência produzidas pela própria população local. Com isto queríamos observar (olhar) o que seria produzido numa situação onde a fonte e o canal de transmissão era a própria população

envolvida nas situações de violência. Obtivemos o mais inesperado: uma ausência de imagens.

Mesmo assim, vamos prosseguir com a articulação teórica que o autor nos inspirou para compreender o que significa esta ausência de imagens que denominamos de imagem velada.

A princípio, a fotografia quando não é manipulada é concebida, pelo senso comum, como uma expressão imediata da realidade, como uma reprodução fidedigna de objetos reais, ou seja, como “imagens reais” que aconteceram num determinado lugar e tempo. Naturalmente, ela parece ter um estatuto de verdade e assim ninguém duvida da realidade de uma expressão fotográfica. Ela está impregnada de veracidade.

Entretanto, o autor nos revela que a fotografia está envolvida num paradoxo:

“Qual é o conteúdo da mensagem fotográfica? O que é que a fotografia transmite? Por definição, a própria cena, o real literal. Do objeto à imagem deste, há evidentemente uma redução de proporção, de perspectiva e de cor. Mas esta redução não é em momento algum uma transformação (no sentido matemático do termo); para passar do real à fotografia, não é de modo nenhum necessário dividir este real em unidades e constituir estas unidades em signos substancialmente diferentes do objeto que eles dão a ler; entre esse objeto e a sua imagem, não é de modo nenhum necessário arranjar um intermediário, isto é, um código; evidentemente que a imagem não é real; mas ela é pelo menos o seu *analogon* perfeito, e é precisamente esta perfeição analógica que, perante o senso comum, define a fotografia. Temos então o estatuto particular da imagem fotográfica: é a mensagem

sem código; proposição da qual temos imediatamente de extrair um corolário importante: a mensagem fotográfica é uma mensagem contínua.” (Barthes, 1982, pg 14).

Nestas colocações do autor temos constatações sobre a fotografia que a coloca como mensagem da realidade, expressão da verdade; porém, o autor relembra que a fotografia (a imagem) não é o real, embora seja sua analogia perfeita.

Que distância, que diferenças, há entre a realidade e sua imagem? Muitas e de difícil precisão. Mas, lembremos das observações de J. Lacan quando discute o objeto, sua imagem e o olhar (fotográfico, ou não) sobre este. (Lacan, 1998).

O principal ponto nesta triangulação é que a subjetividade humana se interpõe entre estes elementos, e assim, não podemos considerar o olho como um mecanismo óptico qualquer. Assim, abre-se uma distância em qualidade entre o objeto e sua imagem. Mas talvez, seja a ilusão de que a realidade e imagem são a mesma coisa que cause tanto prazer ao ato de olhar.

A outra observação importante sobre a fotografia, que interessa muito ao nosso tema, é que a mensagem fotográfica não tem código, não têm intermediários, e assim, são mensagens contínuas. Isto significa que as imagens fotográficas “se colocam à disposição do olho” sem interrupções, sem barras, sem limites, e com uma completude não encontrada nas mensagens da linguagem falada ou escrita. Os códigos, que permeiam a linguagem verbal, têm a marca constante de limitar, reter, separar, distanciar. Isto não acontece com as imagens ou fotografias, pois elas sempre nos levam à fusão, à plenitude, e ao não-limite.

O prazer do olhar está remetido a este dilema: da mensagem sem código, da comunicação sem intermediário que limite o olho e a imagem.

Entre o olho e a imagem há uma fusão e a sensação de saciedade proporcionada pelo ato de olhar está dada, justamente, por este processo.

Então, temos uma constatação importante, pois apesar da imagem fotográfica ser uma mensagem mais “pura”, sem intermediários, ela cai na armadilha do olhar!

Outro ponto é que o autor compara as imagens fotográficas com outras imagens que são reprodução da realidade, ou seja, desenhos, pintura, cinema, teatro, e logo alerta para a diferença entre elas. As outras imagens comportam estilos de reprodução da realidade, o que as tornam imagens com duas mensagens: a mensagem denotada, que é a própria analogia com a realidade e a mensagem conotada que é o modo como ela é dada a ler a partir do estilo adotado.

Lembremos aqui, das sugestões durante o trabalho de campo de retratar as imagens da violência com outras formas visuais que não a fotografia, os desenhos e a colagem, que eram imagens indiretas. Aquilo que chamamos de “imagens indiretas” são aqui as imagens conotadas da violência. Vemos que as propostas de retratar a violência com estes meios de expressão se dirigiam no sentido de distanciar esta realidade, quase inalcançável.

Aparentemente, a fotografia seria a única forma de mensagem apenas denotada. Vejamos o que diz o autor:

“Ora, em princípio, quanto à fotografia, nada disso se passa, pelo menos quanto a fotografia de imprensa que não é nunca uma fotografia “artística”. Quanto a fotografia que se apresenta como um análogo mecânico do real, a sua primeira mensagem preenche de certo modo plenamente a sua substância e não permite qualquer desenvolvimento de uma segunda mensagem. Em suma, de todas as estruturas de informação, a fotografia seria a única a ser exclusivamente constituída e ocupada por uma mensagem “denotada”, que

absorveria completamente o seu ser; perante uma fotografia, o sentimento de “denotação”, ou se preferirmos, de plenitude analógica, é tão intenso que a descrição de uma fotografia é literalmente impossível; porque descrever consiste precisamente em acrescentar à mensagem denotada um suporte ou uma mensagem segunda, extraída de um código que é a língua, e que constitui fatalmente, faça-se o que se fizer para ser exato, uma conotação em relação ao análogo fotográfico: descrever não é, pois, somente ser exato ou incompleto, é mudar de estrutura, é significar outra coisa, diferente do que se mostrou.” (Barthes, 1982. pg 15).

Este jogo entre denotação e conotação no qual a fotografia se insere pode ser traduzido em outro jogo: o da realidade e da ilusão da imagem.

A fotografia é realidade ou imagem? Ou, a fotografia é pura denotação ou pode ser conotada? Sabemos, que a fotografia não pode ser este “análogo mecânico da realidade”, pois ela passa pelo olho humano. Atrás do mecanismo óptico da máquina de fotografar temos um outro mecanismo óptico, ou seja, o olho humano que está permeado de subjetividades. Não podemos esquecer das considerações de J. Lacan quando propõe a inversão do sistema óptico da física para explicar a questão do olhar. (Lacan, 1982).

Vejamos a conclusão de Barthes sobre este ponto:

“Ora este estatuto puramente “denotante” da fotografia, a perfeição e a plenitude da sua analogia, em resumo, a sua “objetividade”, tudo isto corre o risco de ser mítico (são estas as características que o senso comum atribui a fotografia): porque, de fato, há uma grande probabilidade da mensagem fotográfica ser também ela conotada. A conotação não

se deixa, forçosamente, captar a primeira vista, a nível da própria mensagem (ela é se quisermos, simultaneamente invisível e ativa, clara e implícita), mas já podemos induzi-la de certos fenômenos que se passam ao nível da produção e da recepção da mensagem: por um lado, uma fotografia de imprensa é um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas, que são outros tantos fatores de conotação; e por outro lado, esta mesma fotografia não é só captada, recebida, mas também lida, incorporada mais ou menos conscientemente pelo público que a consome, numa reserva tradicional de signos; ora, todo signo supõe um código, e é este código (de conotação) que seria preciso estabelecer.” (Barthes, 1982. pg 16).

Neste percurso o autor evidencia que a fotografia também é conotada, ou numa outra linguagem, ela está repleta de significações. A ela são atribuídos sentidos de ambos os lados, ou seja, ela é significada por quem a produz e por quem a olha. A suposta neutralidade, ou realidade, da imagem fotográfica é uma quimera.

Há na fotografia um paradoxo, pois nela existe uma mensagem sem código (o registro fotográfico) e uma outra mensagem com código (a significação do autor e do observador). Como este paradoxo nem sempre é evidente a fotografia se mostra como uma expressão da realidade, quase sempre incontestável.

Assim, sempre que alguém deseja ser objetivo e neutro “copia” a realidade com fotografias. Há uma idéia geral de que esta imagem fotográfica seja resistente à denotação ou e à significação.

Entretanto, a dificuldade que envolve a fotografia é que ela é uma mensagem denotada que não utiliza qualquer recurso de código. Assim, temos uma grande dificuldade para analisar as fotos, pois se torna difícil procurar suas unidades significantes como

fazemos com a linguagem. Mesmo assim, o autor destaca alguns tipos conhecidos de processo de conotação nas fotografias que são de domínio comum. Ele apenas os traduz em termos estruturais: trucagem, pose, objetos, fotogenia, esteticismo e sintaxe. Vamos citar, resumidamente, o conteúdo destes processos e para uma leitura aprofundada remetemos ao texto do autor. (Barthes, 1982)

Trucagem: é a interferência no plano da denotação. Seu autor tenta transmitir como denotada uma foto fortemente conotada.

Pose: esta se refere à pose, atitude, postura eleita, do objeto a ser fotografado, isto com o objetivo de atribuir uma determinada significação.

Objetos: é a eleição do objeto a ser fotografado, com o concomitante sentido no qual ele está inserido.

Fotogenia: são as técnicas de iluminação, embelezamento, impressão que a fotografia comporta.

Esteticismo: é a fotografia tratada de forma estética, aproximando-a da pintura, significando-a como arte.

Sintaxe: várias fotografias podem ser constituídas numa seqüência e este encadeamento permite uma conotação.

Texto e imagem: o texto que acompanha a imagem oferece a esta uma possível conotação.

Nestes tipos de processo de conotação que o autor apresenta encontramos uma similaridade entre todas que é fundamental para compreensão da estrutura de significação da fotografia. Todas as formas de conotação da fotografia estão articuladas com a própria significação que a cultura (ou a linguagem) impõe. Por exemplo, uma determinada pose remete a uma conotação específica, pois ela já tem um sentido dado na cultura. Então,

podemos dizer no mínimo que a fotografia é absorvida pela própria significação da linguagem. Vejamos o que o autor refere sobre isto:

“Nesta perspectiva, a imagem aprisionada imediatamente por uma metalinguagem interior, que é a língua, não conheceria, em suma, realmente nenhum estado denotado; não existiria socialmente senão imersa pelo menos numa primeira conotação, aquela mesma das categorias da língua; e sabemos que toda a língua toma partido sobre as coisas, que ela conota o real, mesmo que não seja senão ao distingui-lo; as conotações da fotografia coincidiriam pois, grosso modo, com os planos de conotação da linguagem.” (Barthes, 1982. pg 23).

Assim, mesmo a imagem fotográfica não possuindo seu código próprio, ela é aprisionada pelo código da linguagem. A idéia de pureza da fotografia se desfaz.

Entretanto, o autor levanta uma hipótese muito oportuna para o nosso tema de pesquisa, ela se refere à possibilidade de uma imagem fotográfica estar “aquém da linguagem”! Isto ocorreria em situações onde a imagem resistiria a significação, onde o olho humano se bloqueia diante da imagem e não consegue assimilar, registrar e significar. Seria como se o mecanismo óptico humano, que como sabemos não é mecânico, falhasse na sua função primordial. Esta “não-significação” que ocorre com algumas imagens nos interessa muito, pois o autor refere conceitos similares ao nosso material de pesquisa. Vamos as colocações do autor:

“(...) Estas breves observações esboçam uma espécie de quadro diferencial das conotações fotográficas (o autor se refere aos processos de conotação já citados); vemos, de qualquer modo, que a conotação vai muito longe. O mesmo é dizer que uma pura

denotação, um *aquém da linguagem* seja impossível? Se ela existe talvez não seja ao nível daquilo a que a linguagem corrente chama o insignificante, o neutro, o objetivo, mas muito pelo contrário, ao nível das imagens propriamente traumáticas: o trauma é, precisamente, o que suspende a linguagem e bloqueia a significação. Sem dúvida, situações normalmente traumáticas podem ser captadas num processo de significação fotográfica; mas é precisamente então que elas são assinaladas através de um código retórico que as distancia, as sublima, as apazigua. As fotografias propriamente traumáticas são raras, pois, em fotografia, o trauma é inteiramente tributário da certeza de que a cena realmente se passou: *era preciso que o fotógrafo estivesse lá* (é a definição mítica da denotação); mas dito isto (que, a falar verdade, é já uma conotação), a fotografia traumática (incêndios, naufragos, mortes violentas, tiradas “ao vivo”) é aquela de que não há nada a dizer: a foto-choque é por estrutura insignificante: nenhum valor, nenhum saber, em último caso nenhuma categorização verbal podem ter domínio sobre o processo institucional da significação. Poderíamos imaginar uma espécie de lei: quanto mais o trauma é direto, mais a conotação é difícil; ou ainda: o efeito “mitológico” de uma fotografia é inversamente proporcional ao seu efeito traumático.

Porque? É que sem dúvida, como toda significação bem estruturada, a conotação fotográfica é uma atividade institucional; à escala da sociedade total, a sua função é integrar o homem, isto é, tranquiliza-lo; todo código é ao mesmo tempo arbitrário e racional; todo recurso a um código é pois uma maneira para o homem se afirmar, de se pôr à prova através de uma razão e de uma liberdade.” (Barthes, 1982. pg 24).

Estas colocações do autor estão afinadas com as nossas expectativas em relação ao material de campo e com as elaborações teóricas deste trabalho. Em primeiro lugar, uma das nossas hipóteses é que sobre a violência incidem inúmeros discursos verbais e visuais. Este discurso imaginário que reveste a violência e suas mortes a torna mais assimilável. Isto acontece, porque a violência está impregnada de um “Real” (a morte explícita, sem seus subterfúgios culturais) que promove esta suspensão de significação, a que o autor se refere. Assim, a violência necessita destes vários discursos como um manto de “Imaginário” que a recobre. A fotografia da violência produzida pela mídia, aplaca, domestica, sublima este “Real”, e assim protege o sujeito que a olha com prazer. Torna-se muito mais fácil a sua assimilação. Pois esta violência está distanciada, sublimada, apaziguada, retratada!

Citamos o trabalho sobre violência de pesquisadores da área de comunicação que chegaram a conclusões similares sobre a relação da mídia com a violência. Isto é, apesar dos inúmeros programas televisivos sobre violência, esta nunca aparece de forma explícita e está sempre trabalhada pela técnica midiática. (Pereira, 2000). E, também, a popularidade e audiência destes programas estão relacionadas a esta expressão elaborada (imaginarizada) da violência.

Vejamos as observações, deste grupo de estudiosos da comunicação, sobre as imagens da violência nos dias de hoje:

“Ela –a violência- se torna mais um (entre tantos) produto consumível, assimilável, ao ser submetida aos procedimentos da repetição midiática. Os clamores por menos violência na mídia dizem respeito àquela violência chocante, não atenuada e suavizada por retoques e disfarces, explicitando formas e práticas classificadas como bárbaras e cruéis. Enquanto esta pode ser até banida da exposição nas telas, aceita-se como fruição prazerosa

uma outra violência estilizada por processos de modificação, supressão, substituição e acréscimos, mecanismos próprios do processo de edição fotográfica, televisiva ou cinematográfica. A estilização midiática necessariamente não bloqueia o surgimento de novas manifestações de violência; antes, talvez, adiciona-lhes novos sentidos.” (Pereira, 2000. pg 18).

Temos aqui, afirmações que reiteram esta concepção de que a violência explícita não é assimilável, entretanto, a violência estilizada pode até ser objeto de prazer para os olhos. Esta argumentação dos autores nos auxilia na compreensão da aparente ambigüidade presente na sociedade atual, isto é, de forma geral todos se queixam do excesso de violência, e ao mesmo tempo os programas de TV que abordam a violência tem audiência garantida.

Claro, que há um tipo de violência que é desejado, a violência estilizada, domesticada pela linguagem (verbal e visual), aquela que chega aplacada, e assim, torna-se assimilável ao olho humano. Mais que assimilável, essas imagens da violência são desejadas, são objetos de um prazer voyeur. Por outro lado, as imagens da violência que não passam por esta codificação da língua, não são recebidas com a mesma volúpia, ou melhor, elas não são desejadas pelo olhar!

O outro ponto, das colocações de Barthes que referenda nossas observações do campo de pesquisa, se refere à raridade das “fotos traumáticas” e como estas “fotos-choque” não permitem categorização na linguagem. Agora observamos, que a nossa proposta de trabalho de campo, de fotos registradas pela população, resvalou exatamente neste ponto.

Embora tenha sido explicado à população que nosso objetivo era produzir imagens que representassem a violência, e não era tirar fotos diretas da violência, a marca da violência explícita ficou impregnada na nossa proposta. Assim, toda vez que propomos à população o trabalho com as fotos a perplexidade surgia estampada nos rostos.

No início uma das explicações imediatas para tal reação era o medo das possíveis consequências deste trabalho. Embora, o tema da violência envolva receio, medo, recusa, uma questão nos parecia contraditória.

As pessoas deram entrevista durante o trabalho de campo e nestas relataram pontos críticos e revelaram questões sobre as relações de violência do local extremamente comprometedoras. Entretanto, quando solicitávamos as fotos associadas à violência surgiam recusas e afastamento destas mesmas pessoas.

Ora, se a pessoa entrevistada revelava nomes de pessoas envolvida na criminalidade, grupos de extermínio, policiais envolvidos com o tráfico de drogas, descrevia cenas de homicídios do local; porque não fazer uma foto de uma cena ou lugar que ela associasse à violência ? Esta foto poderia ser de algo “neutro”, que não colocasse em risco a pessoa, como: uma rua, o lixo exposto, uma criança na rua, dos “gatos” da rede elétrica, dos barracos amontoados pelas favelas, os bares, etc. Tudo isto era exemplificado para os entrevistados, mas a associação “foto –violência explícita” prevalecia.

Assim, consideramos que o medo das possíveis consequências de abordar a violência não é o argumento único e suficiente para explicar a ausência total das fotos. É neste ponto que as colocações do autor contribuíram para nossa compreensão das sutilezas do que ocorreu no trabalho de campo.

Percebemos que através da nossa solicitação das “fotos sobre violência” estávamos justamente incidindo no que Barthes denominou de “foto-choque”. Talvez, a população solicitada a participar da pesquisa tenha associado de forma tenaz estas fotos com a própria violência, e também, com as mortes decorrentes dela.

Observamos que a nossa solicitação caiu numa rede de significação que impedia sua execução. As fotos sobre a violência foram associadas, mesmo que de forma inconsciente, com as fotos de mortes violentas e isto paralisou as pessoas convidadas a fotografar. A “foto-choque” incorpora a característica de “não ser significada”, elas são fotos sobre as quais nada se pode dizer, onde nenhum discurso pode aplacar a angústia suscitada...

Aqui lembramos que, apesar do nosso propósito ter sido as fotos sobre a violência, nós não deixamos de observar os discursos verbais sobre a violência. Estes eram truncados, sem elaboração, restringiam-se às informações e ficamos com a impressão que a população local não tinha um discurso sobre a violência. Agora, vemos que estas imagens-choque não permitiam nenhum discurso sobre elas, assim não havia discurso verbal ou em imagens que a população fizesse sobre elas.

Assim, segundo as proposições do autor, com a proposta das fotografias solicitamos à população que se colocasse frente a essas imagens violentas sem anteparos, sem intermediários e sem os códigos de proteção da linguagem. E eles, logicamente, se recusaram.

Se adotarmos a “lei” proposta por Barthes torna-se claro a dificuldade de obtenção destas fotos da população:

“...Quanto mais o trauma é direto, mais a conotação é difícil...” (Barthes, 1980. pg 26).

Como vimos, nas entrevistas, aquela população convive diariamente com a violência: cadáveres nas ruas, ameaças de vida, toque de recolher, etc.

A imagem traumática da “morte violenta” é direta e constante, e assim, sua conotação é quase impossível. Nós estávamos, mesmo que sem perceber, pedindo à população que olhasse direto para a sua “imagem traumática” (as mortes violentas) e que a registrasse numa “foto-choque” que não permite conotação.

Outras situações durante o campo reiteram esta percepção de que a violência não pode ser olhada pela população. Houve momentos na pesquisa em que as pessoas ouvidas negavam de forma absurda o contexto de violência em que vivem. Caso exemplar desta recusa foi o grupo de discussão sobre violência na Fundação Gol de Letra. Neste todos os participantes falavam da violência através das informações da mídia e sequer citavam a violência da Vila com a qual vivem cotidianamente.

Então, se a função de toda significação bem estruturada é integrar, estávamos pedindo que a população se dirigisse para o objeto que não permite conotação e o integrasse na sua vida. E, se assim eles tivessem feito, estariam expostos ao risco de desintegrar o precário equilíbrio psíquico da Vila. Barthes, diz que as fotos traumáticas são raras, no nosso caso elas foram ausentes! Esta significativa ausência de imagens nos revelou as armadilhas do olhar e de seus objetos e as sutilezas das relações sociais da Vila.

A IMAGEM VELADA

Neste longo percurso na Vila Albertina nós conseguimos apenas uma ausência de imagens. E a nossa proposta de analisar as imagens da população local sobre a violência foi impossibilitada. Assim, temos que refletir sobre algo inusitado e incomum, ou seja, vamos analisar a ausência do objeto procurado e buscar as significações deste vazio.

Assim, fomos associando e nos perguntamos: O que é uma imagem que não surge? Ou, o que é uma imagem que não se mostra, ou melhor, que não se revela? Uma imagem velada!

Observamos que a não-imagem pode ser remetida a algumas formas de significações, sempre atribuídas por quem as olha: a imagem velada, a ausência de luz, a falta de visibilidade e aos duplos negativos. Vamos tentar explorar alguns desses pontos.

O primeiro destes pontos, a imagem velada, nos remete de imediato a representação de uma imagem opaca e de cor preta. Podemos refletir que uma foto velada é uma foto do luto.

Tradicionalmente, na cultura ocidental, o preto é associado à cor do luto e remete a todas as significações da morte, do fúnebre, do pesado, do mau agouro, da tristeza, do azar, etc. Assim, poderíamos pensar, se o surgimento de uma foto velada no trabalho de campo não está relacionado a estes conteúdos... A cor preta, ou a ausência total de luz, como é definida pela física, nos remete a ausência e a falta de imagens que retratem a vida. Isto pode ser entendido como a morte, senão morte concreta, pelo menos morte psíquica.

O objeto da nossa pesquisa apareceu escamoteado durante todo processo do trabalho de campo: das mortes violentas não se fala na Vila, nega-se de forma sintomática a convivência com os homicídios diários, as estatísticas são recusadas pela racionalidade, enfim, há uma negação total das mortes explícitas do local.

Este “peso” da morte, constantemente recalcado, pode ter surgido nesta recusa de imagens... Como, já dissemos, observamos um precário equilíbrio psíquico na Vila, onde as pessoas estão em constante “negociação” com sua própria percepção, pensamentos, memória, para tolerar o cotidiano violento. Talvez, aquilo que é constantemente recalcado na Vila tenha retornado de forma distorcida nestes signos: a foto velada, a cor preta, o luto!

Esta mesma foto velada pode remeter a outra significação apontada anteriormente na discussão teórica deste trabalho: a ausência de luz e a não visibilidade do objeto. Assim esta foto velada, também, nos mostra o vazio de imagens, uma superfície sem visibilidade alguma e impenetrável.

Conforme vimos anteriormente, a psicanálise entende a relação entre “aquele que olha” e o “objeto olhado” dentro de um campo denominado escópico, e não no campo geometral definido pela física. Ou seja, o que determina a existência de um objeto não é a existência física deste dentro do espaço, e sim, a luz que incide sobre ele.

Entre o objeto e a sua existência (de fato!) é necessário o olhar do sujeito que o determina. O sujeito ao olhar um objeto determina sua presença, ou seja, lhe confere a sua existência. Além do mais, é do objeto olhado que emana a luz, ele é quem cativa o olhar e o captura.

Assim sendo, no nosso caso, o que encontramos é a estranha situação de um objeto que não é olhado, que não é visto, um objeto que não captura olhar algum! A ausência de

luz e de visibilidade da foto velada é a ausência de um olhar (interno) que determine este objeto, que é a violência.

Observamos, que a ausência é de um “olhar interno”, ou seja, de um olhar de dentro dos moradores da Vila que incida sobre a violência. Pois, olhares de fora sobre a violência são abundantes, como veremos posteriormente, no excesso de discursos da mídia.

Outra questão apontada por Barthes, relacionada ao processo fotográfico, é que as fotos são verdadeiros “duplos”. Isto é, elas reproduzem em imagem o sujeito fotografado, criando assim, uma imagem que adquire sua vida própria. Esta imagem toma o lugar do sujeito naquela fotografia.

Talvez, este “duplo” que a fotografia cria seja responsável pela sensação de estranheza que, geralmente, as fotos causam à pessoa fotografada. Os vários formatos que os “duplos” podem assumir (espelhos, sombras, filmes, vozes gravadas, etc) sempre determinaram uma sensação de incômodo ao original copiado. Este incômodo que os “duplos” causam ao sujeito foi abordado por Lacan, ele fala sobre o desdobramento inicial, fundante do sujeito, que ocorre no “Estádio do Espelho”. (Lacan, 1998). O sujeito tem sua concepção marcada por um “duplo” do qual nunca se desvencilha. Assim, as “fotos-duplos” nos perseguem!

Aqui, entretanto, novamente lidamos com a ausência: não temos duplos nas fotos! Não há duplos por falta de sujeito. O sujeito submetido ao processo fotográfico perde-se como sujeito e torna-se uma imagem de si mesmo.

No nosso caso, não há um sujeito na fotografia e se este sujeito não aparece, não se torna uma imagem de si mesmo... Não há a realidade do sujeito (a conotação da fotografia) e não há o imaginário (a denotação da fotografia). Permanece apenas um vazio absoluto.

De certa forma, estas três vias de análise da foto velada levaram ao mesmo ponto. Retornamos sempre à mesma questão: a ausência de vida, a ausência de um olhar, a ausência do sujeito, a ausência de imagem... Enfim, estamos, permanentemente, lidando com a “falta”!

Assim, a falta, a ausência, aquilo que é “intratável”, aquilo que “não é representável”, aquilo que é “impenetrável” foram os objetos do nosso campo de pesquisa e que sempre retornaram... Podemos traduzir estes eventos, acidentes, episódios, manifestações que ocorreram no campo de pesquisa, com a presença do “Real”. Nosso trabalho entrou numa espécie de círculo vicioso, numa repetição, onde sempre caímos na impossibilidade. Nos parece, que isto nada mais é que a impossibilidade do “Real”!

IX) AS IMAGENS DA MÍDIA E A VIOLÊNCIA.

Na exploração inicial do campo de pesquisa assistimos por um longo período o programa “Linha Direta” da TV Globo. Nesta exploração observamos associações que apareciam freqüentemente nos programas: a associação entre crime e desvios comportamentais, crime e perversão sexual, e crime e animalidade humana. Embora façamos uma análise detalhada dos programas selecionados para o trabalho de campo, julgamos necessárias essas observações que nos parecem muito significativas.

Em cerca de quatro programas mensais, cada um com a apresentação de dois casos, todos tinham os elementos citados associado ao criminoso. Muitas vezes eram detalhes periféricos ao caso que, aparentemente, não faziam parte do enredo do crime. Por exemplo: episódios de emoção associados com loucura; ênfase na diferença de idade entre um par amoroso envolvido no crime (como se fosse uma transgressão sexual, um incesto); a caracterização explícita dos atos do criminoso como algo sem razão, instintivo e animal; insinuações de que “amores proibidos” socialmente terminam em tragédia; etc.

Enfim, notamos que, em nenhum dos casos estavam ausentes um dos três elementos citados, ou seja, caímos nos conhecidos casos de associação entre criminalidade e tipos de anormalidade mental. Estes tipos foram cunhados desde o início da medicina mental até a psiquiatria moderna no século XX, e assim, vemos novamente na época atual uma associação insistente entre crime e as formas clássicas de anormalidade mental.

Sabemos que esta associação entre crime e loucura, ocorrida no período denominado por Foucault de “A grande internação”, foi uma justificativa para o grande internamento da loucura. A periculosidade dos loucos, ou seja, a sua suposta potencialidade em cometer crimes, ameaçava os normais, e assim, obteve-se o motivo científico e racional para a criação do modelo dos manicômios. (Foucault, 1972).

Então, porque agora presenciamos o inverso ? O criminoso sendo caracterizado como anormal ? Porque a insistência em encontrar características de loucura, de anormalidade mental, nos criminosos ? Aparentemente, esta associação criada na cultura atual parece sem motivo e sem objetivo. Porém, vamos guardar esta questão para avaliá-la melhor, com os esclarecimentos sobre a relação entre o sistema jurídico e a psiquiatria, que nos traz M. Foucault.

O autor estudou as relações entre estas duas instituições e coordenou um trabalho, que resultou num conjunto de textos, que faz uma análise da psiquiatria e sua relação com um caso célebre de um camponês na França do século XIX, chamado Pierre Rivière, que matou a mãe, a irmã e o irmão. (Foucault, 1977).

Este caso, segundo o autor, foi significativo pois ilustra a batalha travada entre a nascente psiquiatria e o judiciário da época acerca do crime e da loucura. Façamos um resumo dos principais pontos do caso: Pierre Rivière comete estes três homicídios considerados abomináveis e as instâncias mais importantes da psiquiatria da época são acionadas para esclarecer o caso. O autor esclarece que os crimes de homicídio, e também, homicídios contra a família, não eram incomuns naquela época. E, assim, pergunta ao longo de seu texto porque um crime relativamente banal, de um pobre camponês, despertou tanta atenção das maiores autoridades da psiquiatria da época. Segundo, a análise de

Foucault, o crime de P. Rivière foi emblemático para a afirmação da psiquiatria e para estabelecer a divisão de poder entre psiquiatria e judiciário.

Na avaliação e elaboração do laudo do caso Rivière, pelos psiquiatras da época, foram entrevistados muitos vizinhos, conhecidos, professores, amigos, comerciantes da localidade dele. Observou-se que de relatos simples, sem relevância patológica, sem manifestações de comportamentos estranhos, os psiquiatras foram retirando significações importantes para acontecimentos cotidianos e corriqueiros da vida do camponês. Assistia-se a construção do “saber psiquiátrico”. Vejamos algumas das conclusões dos laudos psiquiátricos da época:

“Dever-se-ia ter isolado Pierre Rivière, este rapaz era muito doente para gozar de sua liberdade”. Outro: “A sociedade tem, pois o direito de pedir, não a punição deste infeliz, já que sem liberdade moral ele não pode ter culpabilidade, mas seu isolamento por medida administrativa, como o único meio que possa tranquilizar sobre os atos ulteriores deste alienado” (Foucault, 1977).

Vejamos agora o comentário de R. Castel, como colaborador de Foucault, sobre estes laudos do caso:

“Estas são, pelo que nos é referido do juízo dos médicos, as duas únicas alusões ao destino social reservado para Pierre Rivière se ele for reconhecido como doente mental. Nenhuma palavra sobre a eventualidade de uma cura, nem mesmo de um tratamento. Este silêncio, aparentemente espantoso da parte dos terapeutas, ligado ao cuidado que eles têm em lembrar que a imputação de loucura não acarreta o abandono dos procedimentos sociais

de controle com relação a um indivíduo perigoso, permite caracterizar as finalidades reais destes empreendimentos de patologização de um setor da criminalidade do qual o caso Rivière representa um episódio particularmente significativo.” (Foucault, 1977).

Observamos neste caso exemplar, da construção do saber psiquiátrico, que o verdadeiro objetivo da psiquiatria nunca foi o tratamento mental, e sim fazer parte do sistema de controle social. Neste caso o “indivíduo perigoso” será alvo da psiquiatria e dividindo poder com a justiça a psiquiatria aumentará sua área de atuação. Porém, este “indivíduo perigoso” não é mais apenas um criminoso, mas um criminoso patologizado, anormal, e que, justifica e autoriza o saber médico. Se, a imposição do conceito de periculosidade à loucura serviu para autorizar a internação e o isolamento dos loucos pela psiquiatria, a articulação entre crime e loucura serviu para a psiquiatria estender seu poder e sua atuação. Vejamos o que o autor fala, sobre a disputa entre justiça e psiquiatria, pelo controle social:

“Digamos esquematicamente, para começar, que o principal núcleo da concorrência a que se entregam, na época, as instâncias penal e médica é o de substituir parcialmente um modo de controle por outro. De modo algum os dois se equivalem. Entre eles há a diferença de um assassinato legal, o suplicio dos parricidas (referência às formas de supliciar e matar os parricidas pela justiça naquela época).

. Mas o fato de pensar que as conseqüências do deslocamento do veredicto ao diagnóstico são essenciais não autoriza a ver nisto o reconhecimento por um novo saber de uma subjetividade doente escapando assim às sanções do poder.

Que justiça e medicina disputem o ato de Rivière levanta primeiramente um problema de classificação em referência aos dois núcleos de saber: culpado ou louco. Após este confronto teórico, esboça-se igualmente uma concorrência entre os agentes que defendem seus lugares na divisão de trabalho social: a que tipo de especialistas confiar este homem, e qual será sua “carreira”, em função do veredicto ou diagnóstico ? Mas assiste-se ainda, em terceiro lugar, através da unanimidade da psiquiatria nascente, a tentativa de ganhar um espaço de intervenção entre o depois e o antes, a repressão consecutiva e a ação preventiva, na qual o futuro da medicina mental vai se desdobrar...Relativamente a estas três dimensões o “caso Rivière” é o trágico pretexto de uma tentativa de demonstração bastante excepcional.” (Foucault, 1977).

Várias questões estavam em jogo nesta disputa entre justiça e psiquiatria e algumas consequências importantes deste momento histórico atingem os nossos “criminosos-loucos” até hoje. Uma delas é que, mesmo sendo atribuída uma subjetividade ao crime-loucura pela psiquiatria, este não escapa do poder e do controle social; o criminoso-louco apenas muda de mãos. A segunda consequência é que dependendo das “mãos” do poder que cuida do caso temos um tipo de destino; um caminho inevitável a ser seguido pelo criminoso e outro pelo doente mental. E uma terceira consequência fundamental é que a psiquiatria ganha uma possibilidade de intervenção preventiva em relação ao crime-loucura. Isto ocorre quando a psiquiatria articula seu saber-poder e se autoriza através de sinais, sintomas, exames, diagnósticos a prever quem são os sujeitos capazes de cometer loucuras-crimes. Talvez, esteja aqui um dos motivos essenciais para caracterizar o crime como loucura, ou seja, se o criminoso é um louco ele pode ser diagnosticado com

antecedência e seu ato prevenido. O poder psiquiátrico não podia ser apenas uma forma de repressão como o sistema judiciário, sua diferença fundamental de poder está em antecipar os atos de crime-loucura e preveni-los.

E, também, no caso do crime ter como fundamento uma forma de loucura, o isolamento se dará de forma mais rápida e eficiente através da internação psiquiátrica. Assim, vemos que as relações entre crime e loucura, ou entre o judiciário e a medicina mental, estão longe de ser esgotadas.

Essas relações começaram a ser tecidas desde o século XIX e continuam até os dias de hoje, assim, nossa perplexidade inicial em ver estas relações de crime e loucura expressas na mídia atual não se justifica.

Portanto, se vemos no programa “Linha Direta” os casos de crimes associados com os tipos “imaginários” de loucura, nós devemos questionar quais as relações atuais entre crime e loucura. E, também, questionar que fatores podem estar influenciando esta retomada do conceito construído há tanto tempo atrás.

Não podemos deixar de lembrar que durante os últimos dez anos tramitou no Poder Legislativo o projeto de lei “Paulo Delgado”, que propunha a extinção dos manicômios, a retomada dos direitos civis dos doentes mentais, a extinção da internação psiquiátrica compulsória, e outros pontos referentes à cidadania dos doentes mentais. Este projeto também defendia o conceito de “não-periculosidade” do doente mental. Este projeto se tornou lei recentemente. Talvez, esta lei seja o motivo para que novas forças estejam se movimentando na relação crime-loucura. E, agora, talvez o criminoso comum passe a ser retratado com traços de anormalidade mental para outras formas de poder e controle recair sobre ele.

Para refletir sobre as relações intrincadas da medicina e justiça citamos o que os autores encontram nos “Anais de higiene pública e medicina legal” da época, sobre o papel da medicina na sociedade:

“A medicina não tem somente por objetivo estudar e curar as doenças, ela tem relações com a organização social, algumas vezes, ela ajuda o legislador na confecção das leis, freqüentemente ela esclarece o magistrado em sua aplicação, e sempre ela vela, com a administração, pela manutenção da saúde pública. Assim aplicada às necessidades da sociedade, esta parte de nossos conhecimentos constitui a higiene pública e a medicina legal” (Foucault, 1977).

Numa época como a nossa, onde a mídia tem o poder que observamos, nada mais natural que esta venha veicular os discursos da medicina e da justiça sobre o crime. A medicina psiquiátrica, divulgada pela mídia de hoje, nos mostra o mesmo que Foucault percebeu na sua análise do caso : o poder de julgar, o seu papel de colaboradora com a lei e seu papel de controle e higiene social.

Agora, vamos então, para melhor compreender os tipos de loucura forjados no início da psiquiatria, nos deter nas definições dos tipos de anormalidade conhecidos nos séculos XVII, XVIII e XIX, e que vimos ressurgir nos casos do programa “Linha Direta”. O grupo dos “Anormais”, conforme nos ensina Michel Foucault, forjado como expressão da ciência pela psiquiatria, era composto basicamente por três tipos de louco: o monstro humano, o incorrigível e o onanista. (Foucault,1997). Vejamos como esses grupos surgiram:

“A grande família indefinida e confusa dos “anormais”, cujo medo obcecou o final do século XIX. não marca apenas uma fase de incerteza ou um episódio pouco feliz na história da psicopatologia, ela se formou em correlação com um conjunto de instituições de controle, com uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição, e, ao ter sido quase inteiramente recoberta pela categoria de “degenerescência”, deu lugar, a elaborações teóricas irrisórias, porém a efeitos duramente reais.” (Foucault, 1997. pg. 61).

O autor se refere, em toda a sua obra, à definição de anormalidade pela psiquiatria como algo confuso, extremamente generalizado, onde cabem todos os tipos de desvios e de diferenças. Essas anormalidades tiveram em comum o destino de “tratamento”, o controle, a vigilância e a correção, e também a aplicação do conceito, presente até hoje na psiquiatria, de degeneração mental. Assim, criou-se um grupo classificatório, com recursos de tratamento do domínio da prisão e com a conclusão fatídica de degenerados. Certamente, estas definições não auxiliaram a construção de uma psicopatologia que contribuísse com os portadores destes quadros de “anormalidade”, mas como disse o autor, deixou sua determinação na forma de tratamento prisional dos doentes mentais até os dias de hoje. Vamos agora conhecer estes tipos descritos pelo autor e estabelecer as relações com as definições que encontramos atualmente associadas com os criminosos.

O primeiro tipo, o monstro humano, foi uma categoria criada que englobava os sujeitos caracterizados como bestiais, que tinham atitudes animais. atos que feriam as leis, sendo uma categoria que oscila entre o direito e a biologia. Esse indivíduo perturbava, não somente, as leis jurídicas, mas também as biológicas.

“O mostro humano. Velha noção cujo quadro de referência é a lei. Noção jurídica, portanto, mas no sentido amplo, já que se trata não somente das leis da sociedade, mas também das leis da natureza, o campo do aparecimento do monstro é um domínio jurídico-biológico. Uma após outra, as figuras do ser meio-homem meio-besta, as individualidades duplas, os hermafroditas, representam essa dupla infração, o que faz com que o mostro humano seja um monstro não é somente a exceção em relação à forma da espécie, é a perturbação que traz às regularidades jurídicas. O monstro humano combina o impossível e o interdito.” (Foucault, 1997. pg.61).

Encontramos nessa categoria todos os sujeitos que perturbavam as leis biológicas ou sociais. O afastamento “natural” do registro normal biológico destes sujeitos modificava os efeitos jurídicos sobre eles, mas não os apagava totalmente. A exceção biológica e a infração social se sobrepõem nesses casos, e os sujeitos passam a ser do domínio da Lei (direito) e da Normalidade (medicina).

Nos casos que observamos do programa “Linha Direta” encontramos com extrema facilidade esse tipo de sujeito, tanto tempo antes forjado como “anormal”. Vários casos exibidos no programa atribuem traços de animalidade, monstruosidade ao criminoso, às vezes, o programa utiliza-se de adjetivos com conotação de animal para citar os criminosos (Exemplos: “fera”, “enfurecido”, “enraivecido”, “agiu de forma animal”, “a monstruosidade de seu ato”, “irracional”, etc).

Outras vezes as imagens, que são exibidas nas simulações dos casos de crime, mostram criminosos com aspecto descontrolado, desgrenhado, deformado nas expressões faciais, com atitudes agressivas. Assim, vemos surgir sutilmente dentro do programa uma associação entre crime e um tipo de sujeito anormal, o “monstro-animal”.

Atualmente, este tipo está incorporado pela maioria das pessoas como uma forma de anormalidade. Assim, temos uma das formas de associação entre crime e loucura nesta articulação.

A outra categoria de “anormal” que nos descreve Foucault é o “incorrigível”. O autor refere que esta categoria de anormalidade foi o correlato das técnicas de adestramentos, sendo que seu surgimento foi contemporâneo do estabelecimento das técnicas de disciplina da sociedade nos séculos XVII e XVIII. Ou seja, os procedimentos de adestramento do corpo, do comportamento, das aptidões, impostos na sociedade, fizeram surgir o problema daqueles que escapam dessa normatividade. (Foucault, 1997). Anteriormente, a interdição era a medida pela qual o “anormal” era parcialmente desqualificado como sujeito de direito. Esse quadro vai ser, gradual e parcialmente, substituído por um conjunto de “técnicas de adestramento” daqueles que resistem à correção. O “enclausuramento” e todas as suas formas que conhecemos atualmente (presídios, hospitais psiquiátricos, reformatórios, internatos, etc) exclui o sujeito de fato, mas tem como justificativa a necessidade de corrigir, melhorar o desempenho, reabilitar, tornar “bom” e “saudável”... A partir desta articulação confusa, mas decisiva, determinou-se o surgimento das instituições e técnicas de “correção e adestramento”. Foucault diz que o “monstro humano”, o anormal do século XIX, foi um dos descendentes do “incorrigível” que surgiu como aquele que ficou à margem das técnicas de adestramento. (Foucault, 1997).

Vemos que esse formato de sujeito incorrigível é o mais recorrente nos programas, talvez, este atributo esteja colocado em todos os criminosos do programa, sem exceção. Este qualificativo de “incorrigível”, daquele que vive à margem das regras sociais, que

necessita ser enclausurado para reabilitar-se, encontramos várias vezes em sutis articulações entre a imagem dos criminosos.

A terceira e última categoria de “anormal” descrita por Foucault surgiu na figura do “onanista” no século XVIII. Essa forma de anormalidade relacionada à sexualidade, à sensualidade do próprio corpo, aos prazeres individuais, surge na nova disposição de família, criança, corpo, corpo sexual que se organizava na época. Foucault refere:

“Pode-se dizer, esquematicamente, que ao controle tradicional das relações interditas (adultérios, incestos, sodomia, bestialidade) veio se somar o controle da “carne” nos movimentos elementares da concupiscência. Mas, sobre esse fundo, a cruzada contra a masturbação constitui uma ruptura.” (Foucault, 1997. pg. 64).

A ruptura citada deve-se à força de tal controle, sendo que, a sua razão de ser foi em parte enigmática, mas deixou efeitos profundos na questão normalidade-sexualidade. A partir disto, a sexualidade, o corpo sexual, ou o uso sexual do corpo situou a origem de uma série de perturbações psíquicas. Observamos nos dias de hoje, os “efeitos etiológicos” ilimitados que são atribuídos à sexualidade, tanto no que se refere às doenças do corpo, como às doenças psíquicas. Segundo Foucault, a masturbação foi o fator que marcou definitivamente a sexualidade como fonte, origem, fator de adoecimento psíquico. Note-se que não é a sexualidade regrada, relacionada à procriação que desequilibra mentalmente o sujeito, e sim, aquela que se refere apenas ao prazer do próprio corpo.

Novamente, as relações desta categoria com os casos de crime do programa são bastantes claras, pois vários são os casos de crime que estão relacionados com questões sexuais onde o prazer do corpo era prioritário: amores proibidos, relações sexuais

desregradas, “incestos morais” (casos onde as diferenças de idade são apontadas como patológicas), incestos entre parentes secundários, paixões sem medida, inúmeros casos de adultérios, etc. Todos esses incidentes sexuais são articulados, detalhadamente, ao crime geralmente passional, onde se leva a crer que tal crime decorreu deste “excesso de sexualidade”.

Portanto, observamos que as antigas categorias de loucura, construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX, surgem numa nova articulação, e não menos confusa que a anterior. Desta vez, as categorias de loucura estão associadas ao crime e de forma bastante explícita, quase direta. Na verdade foi esta forma quase óbvia de articulação entre crime e loucura que nos causou surpresa, bastava observar com atenção os casos descritos no programa para encontrar esta articulação.

Agora, vamos então, passar a análise do programa de TV “Linha Direta” e para tanto vamos iniciar descrevendo o padrão geral deste programa.

Este programa é produzido pela emissora TV Globo e, segundo as informações veiculadas ao público por esta emissora, o mesmo está inserido no núcleo jornalístico. Ou seja, o programa é apresentado pela emissora como um produto de cunho jornalístico e que, portanto, pretende retratar a realidade de casos verídicos. Entretanto, quando contatamos a emissora, com o objetivo de conseguir as fitas com os programas do “Linha Direta”, obtivemos outra informação. A emissora informou que fornecia fitas gravadas apenas de sua programação jornalística e que o referido programa fazia parte do núcleo de teledramaturgia. Casualmente, obtivemos uma informação importante para a discussão sobre este programa. A emissora o apresenta para o público como um tipo de programação, mas o concebe internamente como outro. Isto nos revela que há uma clareza por parte da

emissora que o programa “Linha Direta” não é uma representação da realidade através de um relato jornalístico, e sim, uma construção imaginária, uma peça de dramaturgia.

Seguindo, com a descrição do programa, ele é semanal e exibido todas as quintas-feiras, por volta das 22:00 horas. O tema geral do programa é a violência nas suas várias formas de manifestação.

Nos programas são apresentadas duas histórias a cada semana e estas são apontadas como reconstituição da realidade. Na grande maioria dos casos apresentados no programa o desfecho culmina num homicídio, raramente este evento não está presente, e nestes casos ocorre algum outro tipo de violência (estupro, seqüestro, agressão física, etc).

As histórias são reconstituídas através de: cenas interpretadas por atores que se propõem a reproduzir a cena real; relato de testemunhas ligadas ao evento de violência (parentes, vizinhos, advogados, promotores, o acusado do crime, autoridades do poder público; policiais, etc); a voz de um narrador que relata a seqüência dos acontecimentos; imagens em vídeo e fotos da vida real das pessoas envolvidas no evento; imagens em vídeo de reportagens jornalísticas sobre o evento; fotos dos procurados pelo crime e um apresentador que articula todos estes elementos citados. A estrutura básica de todos os programas é sempre a mesma e podem estar presentes todos ou alguns destes elementos. Vamos nos deter um pouco em cada uma destas unidades estruturais.

Os atores que interpretam os personagens da trama de violência são desconhecidos do público, ou seja, não são profissionais da emissora e parecem ser atores amadores. O fato dos atores não serem profissionais, e portanto desconhecidos do público, atribui um tom maior de veracidade às cenas de simulação. Pois, se as cenas de simulação fossem interpretadas por atores e atrizes profissionais seriam mais facilmente associadas com fatos imaginários.

As gravações destas cenas são bastante elaboradas e possuem cenas externas, cenas de estúdio, efeitos de edição, figurino escolhido, detalhes de movimentos e posturas, etc. Conforme veremos na análise das histórias há pequenos detalhes de vestimenta, de movimentação do corpo, de postura, etc, que passam despercebidos quando o programa é assistido uma única vez. Muitas vezes, estes detalhes somente são percebidos quando assistimos ao vídeo em movimento lento, ou “quadro a quadro”. Geralmente, estes detalhes são indícios que na nossa cultura são imediatamente associados a determinados signos.

Outro recurso importante que aparece na edição das cenas de simulação é a fusão de imagens. Algumas vezes são fundidas cenas em vídeo ou fotos da vida real das pessoas envolvidas com cenas e fotos dos personagens da simulação. Esta técnica é bastante significativa no produto final da história, pois com este recurso é possível mesclar realidade e simulação. Observamos que, novamente, estes efeitos são perceptíveis somente quando assistimos ao vídeo “quadro a quadro”.

O apresentador sempre é um homem, jornalista da emissora, conhecido do público e permanece na apresentação do programa por longos períodos (vários anos). O figurino deste apresentador é sempre muito tradicional, formal e clássico, ou seja, ele está vestido com calça social, terno, gravata e tudo em cores sóbrias. Sua postura física é de movimentos lentos, pausados, gestos contidos, discrição, mãos postas e expressões faciais que variam conforme o discurso. Ele se apresenta sempre com muita seriedade e é ele quem faz a articulação de todas as unidades estruturais do programa.

Com todas estas características o apresentador transmite uma mensagem de credibilidade, pois a ele estão associados vários signos de respeitabilidade e confiança da nossa cultura. Observamos que ele é o grande articulador da história, ou seja, a ele cabe o papel de tornar aquela história convincente e real. Ele ocupa o lugar de “voz da verdade”.

Entretanto, o apresentador não é uma figura neutra ao relatar a estória e durante sua atuação ele faz entonações específicas com a voz, movimentos de mãos, expressões faciais variadas, que estão articuladas ao conteúdo que ele apresenta.

Este apresentador aparece sempre no mesmo cenário, que mudou muito pouco durante os vários anos em que o programa é exibido. Aqui, vamos descrever os principais elementos deste cenário do programa, referente ao período que analisamos o vídeo para este trabalho. O cenário onde o apresentador se coloca durante sua exposição é composto por duas bancadas em semicírculo e atrás destas duas bancadas há um telão onde são projetadas as imagens das pessoas reais envolvidas no evento de violência. O apresentador está sempre à frente ou ao lado destas bancadas e nunca se coloca atrás delas.

Estas bancadas são similares àquelas usadas nos tribunais de justiça, onde numa delas o réu ou acusado é colocado, e na outra se coloca a testemunha. Como as telas estão colocadas atrás destas bancadas, vemos com facilidade que as imagens projetadas nestas remetem as figuras ali projetadas à posição de réu e testemunha. Um dado, muito interessante, é que as imagens projetadas na tela do réu não são sempre a da mesma pessoa. Ou seja, a imagem do suposto réu (culpado) muda gradativamente enquanto a estória é relatada.

Nestas imagens projetadas em vídeo nas telas não há presença de voz das testemunhas ou do réu, e os comentários sobre as imagens são feitos pelo apresentador. Como dissemos, o apresentador nunca se coloca atrás das bancadas, ele caminha lentamente na frente ou ao lado destas, e aponta para as imagens na tela enquanto as comenta. Ele argumenta, defende pontos de vista, faz acusações, sugere articulações na estória, mostra incoerências, etc. Enfim, sua postura assume classicamente o lugar do promotor.

Então, temos no programa um tribunal de justiça simulado e devemos nos perguntar onde estão o advogado de defesa e o juiz. O advogado de defesa não existe.

Às vezes, a posição do apresentador-promotor é aparentemente dúbia, e esta figura pode ser confundida com a figura do advogado de defesa. Mas, de fato, o apresentador nunca ocupa o lugar da defesa. Esta dubiedade de papéis ocorre pelo seguinte: nem sempre a pessoa procurada pela justiça como culpado é o acusado neste júri simulado. Assim sendo, algumas vezes, o apresentador-promotor parece estar defendendo o acusado da Justiça Oficial.

E, por fim, o papel de juiz cabe ao telespectador. Este avalia o caso apresentado e dá seu veredicto no final do programa. Isto ocorre quando o telespectador é incitado a telefonar para a emissora para dar informações sobre o criminoso. O telespectador é colocado ativamente dentro da construção do programa, e ele referencia o juízo construído pelo apresentador-promotor.

Outro elemento da estrutura do programa é o relato das testemunhas, estas são gravações em vídeo de opiniões das pessoas ligadas a vítima, ao criminoso, ou pessoas que souberam algo sobre o evento. Na maioria destes testemunhos há uma intensa carga dramática e emocional e abaixo da imagem da testemunha há uma legenda que a identifica quanto a sua relação com o caso. Estes relatos vêm dar veracidade ao caso e mostrar “de fato” o que aconteceu e, obviamente, estes testemunhos são escolhidos e editados. Mas, quanto a este elemento da estrutura, o ponto mais interessante é que alguns envolvidos na história não são chamados a dar seu testemunho. A eles não é dada nenhuma voz.

A voz do narrador tece a história. Esta sempre é uma voz masculina, sóbria, enfática e sua imagem nunca aparece. Ela é o fio condutor da sequência dos fatos e representa a

“neutralidade” dentro do programa. Entretanto, lembramos da impossibilidade de neutralidade pois é o programa quem decide a construção da estória.

O fato desta voz, tão importante na estrutura do programa, nunca mostrar seu rosto talvez esteja articulado à noção de que a realidade não é dita por ninguém. Ela simplesmente aparece.

Outras imagens da vida real são mescladas ao programa, geralmente, estas trazem fotos ou vídeos da vítima em sua convivência social, imagens de momentos especiais como festas, casamentos, aniversários, etc. Elas, também, dão veracidade e são escolhidas conforme a “linha” de raciocínio que o programa tece sobre a estória e seus personagens.

Outras imagens intercaladas são de reportagens jornalísticas sobre o evento de violência retratado, estas são reportagens da própria emissora que foram elaboradas e transmitidas na época do crime. Essas imagens, também, fazem parte do conjunto de imagens que atribuem veracidade ao caso, com a particularidade de serem imagens jornalísticas. Isto confere ao programa um aspecto reforçado de relato neutro e objetivo da “realidade”, enfim, de “verdade”.

E, finalmente, temos as imagens dos criminosos procurados pela polícia que são apresentadas no final do programa, junto com sua identificação e o telefone da emissora para denúncias. Conforme discutimos, estas fotos dos procurados são bastante significativas dentro do contexto em que analisamos a questão da violência. Elas surgem no final do programa depois de toda angústia que estas mortes violentas suscitam no telespectador. Estas fotos-imagens dos “criminosos” vêm aplacar esta angústia identificando onde está o “mal”, ou melhor, identificando aquilo que “causa” a morte violenta. A imagem do criminoso sacia o olho temeroso, e ávido, que foi colocado durante cerca de 60 minutos diante da morte.

No conteúdo manifesto do título podemos ver a intenção de transmitir ao telespectador a mensagem de que este possui uma linha direta de comunicação com a emissora, e que juntos eles fazem justiça. Ou seja, esta é a proposta central do programa e seu objetivo explícito é propiciar ao telespectador a oportunidade de fazer denúncias sobre os criminosos apontados no programa, e assim, ajudar a fazer justiça na sociedade. Esta questão é dita, explicitamente, em todos os finais de programa, quando as fotografias dos criminosos aparecem e, também, quando é dado um número de telefone da emissora para se fazer denúncias.

Inclusive, entre cada história, o apresentador mostra “os criminosos” capturados graças às denúncias dos telespectadores. Portanto, a linha direta anunciada é a linha telefônica entre o telespectador e a emissora. A mensagem explicitada é que esta linha entre os dois auxilia a capturar criminosos. Reforçando esta significação, do título do programa, temos na abertura um som de sirene (som associado a viaturas policiais) e a sensação de deslocamento sobre linhas longitudinais com uma música de ação. Estes dois elementos colocam o telespectador na posição-lugar de um suposto policial que se desloca pelas ruas procurando criminosos ao som de uma sirene.

O telespectador, imaginariamente, é o agente da lei percorrendo ruas numa viatura e capturando criminosos! Apesar, de toda ação propiciada ao telespectador, o agente superior que paira sobre a cena de ação da computação gráfica é o símbolo da emissora. Talvez, haja uma associação deste símbolo com a lei!

Entretanto, podemos perceber outras significações que não estão explícitas neste título e nesta abertura de programa. Depois, da análise das histórias de programa, observamos que há uma articulação do conteúdo da história que é construída dentro do programa. As várias unidades estruturais, que citamos anteriormente, poderiam ser

montadas de muitas formas diferentes. Algumas questões surgiram de imediato durante a análise do programa: Quem disse que foi assim que aconteceu? Quem contou o relato da estória? Este relato não é apenas uma das possíveis interpretações?

Observamos que a articulação entre as unidades somente pode ser dada pelo próprio programa, e assim, o telespectador acompanha esta linha direta tecida pela emissora. O título “Linha Direta” remete a uma “Linha de Associação” construída e que não permite outras significações da estória.

E, coadunando com esta interpretação, temos as linhas longitudinais da abertura por onde se desloca o telespectador. Estas são sempre retas, sem tortuosidades, sem desvios, diretas em direção ao desfecho articulado. Enfim, interpretamos esta “Linha Direta” como uma linha de pensamento, de associação entre os eventos, e que, não permite uma articulação própria do telespectador.

Há um outro elemento externo ao programa que gostaríamos de discutir devido à insistência de sua aparição e devido ser um símbolo que condensa uma série de significações. Conforme citamos, na abertura do programa e em todos os intervalos comerciais aparece o símbolo da emissora. Na abertura do programa ele está “voando” no alto das cenas de computação gráfica como uma flâmula. Neste caso ele está absolutamente integrado a proposta, pois toda a perseguição imaginária do policial-telespectador simulada pela computação gráfica está regida pela emissora com seu símbolo ao alto.

Mas, este símbolo da emissora aparece em todos os intervalos dos programas da emissora com uma elaboração especial. Como esta “chamada” nos pareceu muito sugestiva, e relacionada a questões pertinentes ao nosso trabalho, vamos discutir suas possíveis significações. Salientamos, que esta “chamada” apresenta variações ao longo do tempo, e

aqui vamos abordar aquela que foi apresentada no período em que analisamos o programa “Linha Direta”.

Este símbolo, emblemático da questão das imagens na mídia televisiva, que a emissora fez de si mesma no ano de 2002, foi introduzido dentro de sua programação a cada intervalo comercial. A “chamada” mostrava o símbolo visual da TV Globo após a propaganda de algo da sua programação e a voz do locutor dizia: “A gente se vê por aqui”. Num período anterior a chamada dizia: “A gente se vê por aí”.

Este anúncio de poucos segundos, aparentemente casual, parece revelar de forma sintética e condensada a essência da mídia na nossa cultura. A imagem mostra uma forma circular, opaca e azul que está dentro de uma outra forma geométrica ovóide; a primeira gira sobre si mesma e cai dentro da segunda, que a contém. Esse movimento é acompanhado de luz e brilho. Associa-se, quase que imediatamente, este símbolo com o olho humano, quando o observamos com atenção, e acrescido temos a locução, aparentemente, confusa: “A gente se vê por aqui”.

O que esta chamada está nos dizendo? Nós espectadores (a gente) vemos nossa imagem através da televisão (por aqui). Nós podemos nos ver, podemos saber o que somos pela imagem que este Outro nos fornece. A tela faz o papel de espelho (ou de vitrine como disse Baudrillard) que reflete o sujeito que a olha, e assim, o sujeito é a imagem mostrada pelo Outro. No processo de identificação descrito por J. Lacan no estágio do espelho, aprendemos como é o “olho do Outro” que nos dá forma e identidade, e como a imagem que obtemos através do reflexo que o Outro proporciona torna-se a armadura com a qual estamos vestidos por toda a vida. (Lacan, 1991)

A novidade das últimas décadas é o lugar deste Outro ser ocupado pela Mídia. Ao escutarmos a frase da locução, sob este ângulo, torna-se esclarecedor a sugestiva figura do olho-azul colocada na tela. A figura olho-azul é o olho, que nos olha, e nos reflete.

A locução anterior, que precedeu temporalmente esta: “A gente se vê por aí”, parecia algo mais plausível, que propunha que nós víamos nossa imagem por outra via, que não a televisão, por aí... Porém, esta frase que permaneceu pouco tempo em cena, e parece ter sido apenas um trampolim usado para lançar a frase definitiva.

Agora, quando associamos esta “chamada” com o programa podemos ter muitas questões de relevância. A “chamada” propõe aos telespectadores que “se vejam” pelo prisma da TV e de seus programas. Quando o programa “Linha Direta” está no lugar do espelho, no lugar do nosso processo identificatório, temos que nos identificar com questões da criminalidade, do delator, do acusado, do acusador, do réu, do juiz, do advogado, da vítima, do criminoso, etc. Assim, nesse jogo de espelhos temos um caleidoscópio de imagens que são oferecidas para nos projetarmos dentro de uma delas.

Visto estas questões preliminares vamos à análise das estórias do programa, e sugerimos ao leitor que acompanhe a leitura deste texto com os anexos II deste trabalho. Os programas gravados para análise foram exibidos no ano de 2002 e destacamos que as estórias apresentadas nesta análise fazem parte de um padrão do programa. Ou seja, as estórias apresentadas pelo programa sempre retratam mortes violentas que são decorrentes de estórias romanciadas, incomuns, às vezes, quase surreais! Assim, nunca vemos no programa estórias de violência relacionadas com os motivos usuais que encontramos na realidade: disputas de grupos do tráfico, violência policial, motins em instituições fechadas, vítimas atingidas por bala perdida, assaltos, etc.

PRIMEIRA ESTÓRIA

A primeira estória que analisamos foi apresentada pela voz do locutor como uma relação amorosa proibida, entre uma moça de classe-média, estudante de odontologia, filha de um pai fazendeiro e um moço pobre, onze anos mais velho e a sua família não foi citada na apresentação. Desde o início do programa o amor entre eles foi apontado como interdito e a razão disto era articulada com a diferença de idade, a diferença social e o tipo de filiação de cada um deles.

As cenas de sexualidade entre o casal foram freqüentes na exibição das simulações e foi enfatizado o tipo de amor-sexo sem limites do casal. Também, observamos que, no relato das testemunhas e do locutor, a moça é nomeada explicitamente de louca cinco vezes, além de outros adjetivos similares.

O fim trágico do romance foi anunciado desde o início: “Este amor vai acabar num assassinato”. Assim, vemos que, o sentido da estória está dado desde o início ao telespectador, compondo a seguinte estrutura: amor-sexo que envolve transgressão de leis termina em morte. Reiterando este desfecho trágico, previamente anunciado, temos a voz do locutor ressaltando a música preferida do casal, cujo refrão citamos:

“Eu sei que queria estar contigo...

Mas sei que isto não é permitido...

Se nós, tivéssemos fugido...

E ouvido a voz deste desconhecido.... O amor!”.

Assim, a música tema do casal transgressor se refere à proibição do amor e à possibilidade de fuga em direção a voz do desconhecido. Esta voz do desconhecido que pode ser ouvida (uma das vozes da consciência, ou do supereu) levará o casal a fatalidade. Assim, há uma indicação de que seguindo a voz do desconhecido (no caso o amor não convencional) o casal será levado a outro desconhecido, a morte.

Desde as primeiras cenas de simulação e relatos de testemunhas a moça foi colocada na posição ativa, ou seja, é ela quem busca o homem, quem o seduz, quem o leva a burlar as regras, e que por fim, o leva à morte por assassinato. Já, o moço está durante todo o enredo na posição passiva, pois sempre foi levado por ela ou pelas circunstâncias que não lhe deixavam outra alternativa, além do envolvimento no caso amoroso.

Outro ponto peculiar foi à apresentação de um histórico de vida, bastante longo, apenas do moço, já a história de vida dela nunca aparece. O histórico dele foi centrado nas questões amorosas e outras atividades como trabalho e lazer são secundárias. O programa refere que ele foi casado anteriormente com uma prima (que era dois anos mais nova que ele, sendo que o apresentador dá ênfase neste dado) e que esta o traia com seus amigos. Na sequência do programa, veremos que este dado não tinha nenhuma relação com a estória a ser contada e que sua função era marcar um tipo de relação dele com o feminino. Ao longo da estória veremos a relação dele com o feminino marcada pela ruína e destruição.

O papel dele nesta relação com a prima-esposa também era de extrema passividade, pois ele era enganado de forma aviltante e nada percebia. O terceiro personagem desta trama amorosa é o pai da moça. Ele foi apresentado como uma figura extremamente severa e que, desde o início, tenta impedir a relação do casal. Esta função do pai, ou seja, de interditar a relação transgressora, é evidente desde o início da estória. E, apesar da severidade e brutalidade que ele atua como lei, vemos que a sua função é legitimada na

estória. Ou, até mesmo, como veremos no final, a lei é defendida como tendo que ser necessariamente severa!

O pai apareceu nas cenas de simulação, no relato do apresentador, no relato das testemunhas e na voz do locutor como uma presença constante e vigilante à situação do caso amoroso. Entretanto, o pai, que também é homem, foi enganado e ludibriado pela filha. Tanto, o namorado como o pai, foram colocados como vítimas da falsidade do elemento feminino.

Há várias cenas de simulação onde o pai foi representado como um homem transtornado e irascível, mas a causa disto esteve sempre circunscrita às atitudes da filha. A filha descentra o pai, e portanto a lei, e o torna violento e descontrolado. Novamente, a figura do feminino surge com aquela que burla a lei e transgride as regras referentes ao amor e a sexualidade.

Outro ponto importante na estória é a gravidez da moça e o aborto subsequente. A ação deste fato foi colocada inteiramente na moça e ela, novamente, engana o pai escondendo a gravidez para ficar definitivamente com o moço. O pai enganado descobre a gravidez e ela faz o aborto. O moço que é o pai da criança que ela espera é novamente colocado como passivo no ato do aborto. A responsabilização recai sobre ela somente.

Segundo o programa, vemos que a função mais nobre socialmente atribuída ao feminino, a maternidade, é usada pela moça como forma de manipulação das relações com o objetivo de manter o amor e o sexo. Assim, a moça utiliza a função da maternidade para alcançar o sexo desregrado e o amor proibido. Isto é exatamente o contrário daquilo que regras sociais ditam: o sexo vem primeiro e é tolerado para se atingir a maternidade e a família. As mesmas regras sociais dizem que depois que a família é organizada o sexo deve cair para segundo plano e nunca ser priorizado em relação a família e aos filhos.

Seguindo, após o episódio da gravidez e do aborto, o moço desiste definitivamente de sua ex-namorada e tenta refazer sua vida depois da desilusão com a moça. Entretanto, ele a encontra em situações sociais e ela está com outro homem em situações de sedução. Nestas cenas de simulação a atriz que interpreta a moça está vestida com trajes extremamente sensuais, cabelos com penteados diferentes, e ela está abordando outros homens. Um detalhe importante é que ela se aproxima do ex-namorado e, sutilmente, passa a mão nas nádegas dele. Esta cena já havia ocorrido quando ela o conheceu numa festa. Observamos que, estas duas cenas da abordagem física, são possíveis de serem observadas apenas quando o vídeo está em movimento lento. O objetivo destas cenas fica claro quando articulamos com outras cenas da moça durante a estória simulada, que discutiremos a seguir.

Continuando, com a estória, depois que a moça encontra o ex-namorado nestas situações sociais, ela vai procura-lo e insiste no retorno do namoro. Apesar de toda a insistência dela, o moço se mostra resoluto e não cede as seduições dela. Neste episódio fica claro que o moço aceitou a interdição do pai da ex-namorada, principalmente, depois que ela fez o aborto do filho deles. Assim, nas cenas após o aborto (onde ele rasga as fotos dela) e nas cenas do assédio dela para com ele, o moço é inocentado de qualquer responsabilidade pelo caso.

Entretanto, o pai da moça fica furioso ao saber que sua filha voltou a procurar o moço e, neste momento, decide matá-lo. Estas colocações são explícitas apesar de contraditórias, pois se o moço desistiu da ex-namorada não haveria motivo para o crime. Esta contradição permanece em aberto no programa, porém, salientamos que estes detalhes de texto são perceptíveis somente quando assistimos ao vídeo várias vezes. Fato que o telespectador comum não tem acesso.

Na seqüência da estória se torna evidente que a responsável pelo ato do pai (o assassinato do moço) é sua filha. Ou seja, se ela não tivesse voltado a insistir na relação amorosa, o seu pai não teria matado o moço, pois o caso já estava encerrado.

Após, o anúncio de que o pai matou o ex-namorado da filha (até este momento isto não havia sido dito), aparece uma cena do promotor do caso dando seu testemunho. O promotor refere que o pai decide matar o moço, pois “ele não tinha outra saída...” Anteriormente, apareceram várias cenas onde o pai tentou várias medidas de interdição do caso amoroso: cortou a mesada da filha, não pagou a sua faculdade, discutiu com o moço violentamente, etc.

Surpreendentemente, temos o promotor do caso (aquele que deveria fazer a acusação) inocentando o criminoso quando refere que ele não tinha outra saída! O áudio do vídeo está mais baixo durante esta fala do promotor. Assim, o promotor apesar de reconhecer o pai como culpado pelo crime, referenda sua atitude como legítima, na medida que não havia outra possibilidade de atuação. Temos, pelas palavras do promotor, que a lei deve agir mesmo que de forma violenta. Aqui, a mensagem pode ser generalizada: “Toda lei deve agir mesmo que violenta!”

O promotor diz, também, que a atitude do pai ocorreu para “lavar a honra da filha”. Outro ponto bastante óbvio é que, se o pai devia lavar a honra da filha, esta honra estava suja. Antes de concluir o desfecho do caso vamos alinhar várias imagens e discursos sobre a moça que ocorreram durante a simulação da estória.

Logo no início na abertura do programa, ela aparece de camisola correndo pela rua à noite, em direção a casa do namorado (esta cena é repetida várias vezes durante o programa); nesta cena ela pula o muro, um claro sinal de transgressão (porque ela precisa pular o muro se bastaria abrir o portão); ela é nomeada como louca por várias testemunhas;

aparecem várias cenas de insinuação de sexo do casal num quarto, onde ela é o elemento ativo que busca a situação; uma cena mostra o pai preocupado, a poucos metros de onde ela se esconde com o namorado (esta cena mostra que ela engana o pai e perverte a lei); muitas cenas que mostra ela seduzindo o namorado ou outros homens; na cena de uma festa ela oferece bebida ao moço e ele recusa (a moça está associada ao desregramento e ele à postura de correção); ela o procura para dançar e ele timidamente a acompanha; e uma cena surpreendente, onde ela é colocada na parte de trás de uma caminhonete destinada a carga de animais ou objetos. Nesta cena o namorado a leva para a rodoviária às escondidas e a coloca na parte de carga do carro. Observamos, novamente, que somente percebemos este detalhe muito rápido depois de assistir ao vídeo várias vezes. Esta cena nos pareceu peculiarmente significativa, pois o associamos com a carroça utilizada para transportar criminosos e loucos no século XIX. Porque o namorado a colocou na da parte de trás da caminhonete? Se, o objetivo era esconder a moça, seria indiferente ela estar na frente ou atrás na caminhonete. Este pequeno detalhe sugere completar a composição criada para a moça.

Em todas as cenas de simulação a moça aparece articulada às imagens de sedução, promiscuidade, de loucura, de falta de regras, de abuso à lei, de inversão ou recusa do papel feminino, e principalmente, uma imagem de desarticuladora das regras sociais. Assim, reconhecemos três signos insistentemente associados a ela: a lascívia, a loucura e o crime. Acrescido a isto, temos uma observação fundamental: a moça envolvida na trama é a única que não aparece para dar seu testemunho, e nem se justifica esta ausência (o que ocorre sempre no programa quando alguém se recusa a dar o testemunho).

Ou seja, várias pessoas envolvidas no caso aparecem no programa como testemunha (o irmão e a irmã do moço, o pai da moça, o promotor, a mãe do moço, os amigos do moço, etc), mas a principal envolvida no caso não está presente.

Esta ausência significativa revela como é tratado o discurso “da mulher” no programa. À mulher não é dada uma voz!

No desfecho do caso o pai contratou pistoleiros para matar o ex-namorado da filha. Nestas cenas finais algumas questões se ressaltam. A primeira delas é que pouca ênfase é dada aos criminosos, ou seja, àqueles que mataram o rapaz. Eles aparecem secundariamente como os meios usados para o crime. Isto poderia ser natural, visto que existia um mandante do crime agindo por trás deles. Entretanto, conforme vimos anteriormente, o pai também não é ressaltado como criminoso no relato da estória. Este fato se torna evidente quando acompanhamos com atenção as projeções feitas na tela que está atrás do banco dos réus. Durante todo o programa, vários personagens da trama são projetados no lugar do réu, mas o pai surge apenas uma vez neste lugar e muito rapidamente. Assim, conforme citamos na análise da estrutura geral do programa “Linha Direta”, nem sempre a pessoa acusada do crime pela justiça é o acusado do tribunal simulado do programa. Óbvio, porém necessário dizer, que neste caso as imagens mais projetadas na tela que está atrás do banco dos réus foram: as imagens do casal e, posteriormente, apenas a imagem da moça.

Uma última questão das cenas finais do caso se refere à cena do assassinato do moço. Novamente, ele é retratado como um moço ingênuo que tenta reconstruir sua felicidade com um novo amor. Ele está com uma segunda namorada e esta novamente é a figura ativa da relação, pois é ela e sua amiga que o procuram e insistem no encontro do casal. Ele está dentro do carro com esta namorada quando os pistoleiros o encontram e o

matam com três tiros de revólver. O relato do narrador deixa claro, se ele não tivesse saído com esta segunda namorada, ele não teria sido morto.

A voz do narrador dá uma ênfase desmedida aos três tiros! Porque este detalhe é sublinhado? Qual seria a diferença para o relato da estória o moço morrer com um ou três tiros?

O sentido que encontramos para a ênfase dada aos três tiros é a sua correlação com as três mulheres. Quando retomamos a estória de vida deste moço relatada pelo programa observa-se com facilidade que esta é contada a partir da sua relação com as mulheres. Neste caso, a relação com o feminino é marcada pela traição, pela sedução sem limites, pela mentira, pela lascívia, e finalmente, pela morte.

Encontramos neste caso um discurso muito peculiar sobre as mortes violentas, apesar deste discurso ser uma constante nos casos relatados no programa “Linha Direta”. Com muita frequência os casos relatados no programa envolvem amores proibidos que culminam num assassinato, numa tragédia. Estas proibições se referem a relações homossexuais, relações incestuosas, relações com diferenças de idade, raça e posição social, e outras práticas não convencionais de relações amorosas.

Consideramos peculiar este discurso sobre as mortes violentas, pois ele está muito distante daquilo que vimos no nosso trabalho de campo. Neste encontramos os homicídios relacionados a grupos de extermínio, ao tráfico de drogas, a vinganças de grupos rivais e concorrentes do tráfico, à disputa de pontos pelo transporte clandestino, à atuação ilegal da polícia, etc. Entretanto, em nenhum momento nas situações do nosso trabalho de campo, houve uma relação entre homicídio e amores proibidos. Concluimos, que aqui nos deparamos, com um legítimo discurso que visa apelar, domesticar, a brutalidade das

mortes violentas. Nos parece que o programa “Linha Direta” apresenta as mortes violentas de forma romanciada, repleta de imaginário, e muito distante das histórias das mortes violentas da realidade.

Coincidência, ou não, este discurso inclui um dos tipos de “anormais” citados por Michel Foucault; ou seja, aqueles que possuem uma sexualidade desregrada, desmedida e que transgride as leis morais e sociais.

SEGUNDA ESTÓRIA.

No segundo caso que analisamos temos a estória do seqüestro de um moço de classe média alta, e filho de um comerciante próspero. Esta estória mostrada no programa é bastante longa, complexa, repleta de detalhes e com várias versões diferentes. O caso se mostra de difícil compreensão para quem assiste ao programa de forma contínua pois há muitas reviravoltas, contradições, desmentidos, muitos personagens, muitos testemunhos, assim sendo, o conteúdo do programa é bastante intrincado.

Esta estória é marcada pelo excesso de elementos estruturais e pela repetição. Estes dois pontos, o excesso e a repetição, levam a um “atordoamento” e a uma “confusão” do telespectador. Na nossa análise concluímos que esta característica de “atordoamento” é o eixo central desta estória. Observamos que o próprio apresentador refere que este é um caso misterioso. E o mistério tem como uma de suas características a dificuldade de ser

desvendado! Também observamos que este programa apresenta um caso cujo desvendamento é dificultado pela própria construção da estória.

Entretanto, apesar destes diversos pontos do programa ter o efeito de atordoar o telespectador, quando analisamos a estrutura do programa o caso se torna bastante simples. Na análise deste caso usamos uma técnica relativamente simples para proceder à compreensão do mesmo. Observamos a organização interna do caso naquilo que ela tinha de recorrente, ou seja, suas estruturas de repetição. E, deixamos em segundo plano o conteúdo repetitivo que preenche estas estruturas. Tal conteúdo a que nos referimos é a estória contada e recontada sob diversos ângulos e que produz o efeito de “atordoar” aquele que acompanha a seqüência das cenas.

O primeiro ponto que destacamos é que o moço seqüestrado é apresentado sempre como filho no contexto da estória. As citações sobre esta filiação são várias, e gradativamente, elas caracterizam esta relação pai e filho.

Eles aparecem juntos desde a primeira cena e as várias testemunhas ao longo da estória relatam que o filho estava se preparando para substituir o pai nos negócios. Dentro da estória este fato é qualificado como positivo, pois o filho queria dar oportunidade ao pai de descansar do trabalho. Também, é dito pelas testemunhas que o filho estava aprimorando e renovando os negócios do pai. Observamos que, ao longo da estória, estas afirmações sobre o filho serão os motivos explícitos do seqüestro pelos concorrentes do pai. Entretanto, na nossa análise, vemos que estes eram os primeiros indícios de uma rivalidade entre pai e filho colocada na construção da estória.

Na cena de simulação do seqüestro o pai e o filho estão juntos, pois eles haviam saído juntos de casa para atender a um suposto chamado da polícia sobre um roubo no armazém da família. Eles chegam ao local combinado e o pai se afasta para “atender a um

longo telefonema”, conforme relata o narrador. Quando ele volta ao local o filho foi levado pelo suposto contato policial, que era um dos seqüestradores. O narrador dá ênfase na longa duração deste telefonema. E a simulação da cena mostra o quanto é estranho uma pessoa ser seqüestrada enquanto a outra se afasta alguns metros para atender ao celular.

Esta simulação do seqüestro é tão dúbia que o telespectador pode ficar confuso sobre as conclusões desta cena. Quando assistimos pela primeira vez nos pareceu que o pai seria acusado de envolvimento no seqüestro, pois no mínimo a cena do seqüestro na presença do pai é insólita. Entretanto ressaltamos que, para o telespectador que assiste a estória de forma contínua e sem interrupções, a “sensação” de que o pai está envolvido no seqüestro é apenas uma impressão confusa, fugidia e inicial. Tal insinuação, de responsabilidade do pai no seqüestro, não se confirma de forma explícita na estória.

A estória continua com a descrição dos fatos subseqüentes ao seqüestro. Aqui, não vamos nos deter na descrição do conteúdo do caso (para tal descrição remetemos aos anexos), pois, conforme dissemos anteriormente, este conteúdo apenas confunde a análise do mesmo.

Entretanto, vamos ressaltar os vários pontos que remetem novamente a questão do pai e como sua imagem é colocada de forma dúbia ao telespectador. Estes pontos que situamos de forma conjunta estão esparsos ao longo do programa.

Numa das cenas de simulação é mostrado que, enquanto toda a família reza pelo filho seqüestrado no cativeiro, o pai negocia o resgate. Esta frase é dita explicitamente pelo narrador. Claramente, o pai é colocado na posição de quem troca o filho por um valor financeiro e faz negócios com a vida dele.

Em outra cena é mostrado que os seqüestradores estavam discutindo com o pai o local de entrega do filho e do resgate e o narrador afirma: “Naquela noite o pai ainda iria

pagar o resgate!” Observamos, que tanto a construção da frase, como a entonação de voz dada pelo narrador , revelam a suposta ambivalência do pai para resolver a situação. O narrador utiliza a palavra “ainda” e isto aponta a demora e a hesitação do pai em pagar pelo resgate do filho.

Nas cenas de simulação em que o filho aparece no cativeiro sendo maltratado e humilhado, ele escreve bilhetes para a família. Nestes bilhetes o filho seqüestrado se mostra confiante, e o narrador refere que ele crê na família e em Deus-Pai! Vemos aqui, uma clara referência à confiança do filho em seu pai, na medida que Deus é metaforicamente a figura paterna. Enquanto esta cena mostra a confiança do filho depositada no pai, em contraste outras cenas mostram que o pai exige bilhetes dos seqüestradores como prova de que o filho está vivo. Embora esta seja uma prática comum nos seqüestros, nesta estória este detalhe é descrito pelo narrador dando ênfase a preocupação do pai em concluir adequadamente um negócio.

Quanto ao contexto de imagens da estória temos um dado bastante significativo que reforça esta linha de articulação. Durante a construção da seqüência dos fatos do seqüestro a imagem do pai aparece projetada na tela que está atrás da bancada dos réus. Assim, vemos claramente que o programa coloca o pai como acusado no banco dos réus. Ou seja, o programa sutilmente atribui ao pai o ato de negociar com a vida do filho, e portanto, o torna responsável pelas conseqüências advindas do seqüestro.

Agora, podemos compreender melhor a cena de simulação inicial do momento do seqüestro, que nos pareceu confusa e ambígua. O pai não será acusado de participar do seqüestro, como poderia se deduzir pela cena inicial; mas ele é marcado com uma imagem paterna ambígua e que não salvou o filho da morte.

Ou seja, na construção da estória vemos que o pai vacila na sua função de protetor. Pois é o seu afastamento para atender ao celular que permite o seqüestro, e no final, novamente, é a sua ambivalência em pagar o resgate que leva o filho à morte.

Como em todas as estórias do programa “Linha Direta”, esta também tem a sua moral anunciada desde o início: o filho que está próximo a ocupar o lugar do pai será punido com a morte por isto! E, o próprio pai é responsabilizado por esta punição mortal. Evidentemente, estas questões não são colocadas de forma linear e muitos incidentes são intercalados no contexto. Assim, a culpabilidade pela morte do filho não é explicitamente atribuída ao pai, e sim, aos comerciantes rivais. Porém, se o filho não ocupasse o lugar de sucessor do pai e este não tivesse cometido “erros” na negociação do resgate, o filho não seria assassinado. Difícil, para nós, não lembrar da tragédia de Édipo e suas rivalidades veladas entre pai e filho.

Porém, como dissemos, esta estória não é linear e há muitas reviravoltas nela. No final, após esta tortuosa linha de raciocínio, o pai é inocentado! Pois, é dito, pelo narrador e pelo testemunho do próprio pai, que os seqüestradores já haviam matado o filho quando o pai negociava o local da “entrega” do mesmo. Assim, se conclui que não foi o processo de negociação do resgate e do local de entrega que levou à morte o filho.

Na seqüência começa uma longa articulação a respeito dos mandantes do seqüestro, que vamos resumir nos pontos essenciais para nossa análise. Segundo, o relato do narrador e as pontuações do apresentador, os mandantes do seqüestro foram dois irmãos que eram comerciantes concorrentes do pai do moço seqüestrado. Esta afirmação é orquestrada com inúmeros depoimentos de promotores, delegados, familiares da vítima, do pai, reportagens jornalísticas, depoimento dos seqüestradores contratados, etc. Esta parte da estória é muito longa e sinuosa e ao telespectador não é dada esta conclusão de imediato. A conclusão

sobre os verdadeiros culpados vai sendo tecida sob muitos argumentos durante o programa. Observamos que as provas de culpabilidade, dos comerciantes pelo crime, nos pareceram muito frágil, pois várias outras interpretações poderiam ser dadas aos fatos relatados.

Novamente nos questionamos sobre as articulações dada as histórias do programa. Ou seja, a questão que o programa “Linha Direta” sempre desperta é: quem disse que foi isso que aconteceu ? Quem contou esta história ? Os fatos afirmados, como verdade jornalística, pelo programa poderiam ser articulados de diversas formas diferentes, os fatos poderiam ser interpretados de outra forma, e portanto, com conclusões diversas. Mas, retomemos nossa história.

Nesta nova etapa do caso, a culpa pelo seqüestro e morte do filho passa do pai para os comerciantes concorrentes. O dado mais significativo neste novo viés do caso é que os comerciantes são vizinhos da família da vítima do seqüestro. Uma cena da vida real testemunha esta proximidade no programa, a cena mostra os armazéns de negócios das duas famílias lado a lado na mesma rua. Os comerciantes acusados quando dão seus testemunhos de defesa referem que eram vizinhos e amigos da família da vítima.

Outro ponto similar ao tema da proximidade do perigo ocorreu com a ênfase dada ao fato do cativeiro estar situado há apenas 20 KM do local do seqüestro, e não em outro estado como afirmavam os seqüestradores. E, também, um dos seqüestradores era o caseiro do sítio usado como cativeiro. Encontramos nestes dados sobre a proximidade, aparentemente sem importância, uma insistência e uma repetição que alertou nossa atenção.

Ao afirmar esta proximidade física com os supostos criminosos, sejam os mandantes, os contratados, ou o cativeiro, a tendência do programa é marcar que o

criminoso pode estar ao nosso lado. Ou seja, aquele que conhecemos e menos desconfiamos pode ser um inimigo.

Esta posição defendida no programa marca que devemos desconfiar do outro, pois o perigo pode estar ao nosso lado e não ser reconhecido! O outro é um desconhecido e, portanto, uma ameaça. A outra lição de moral desta sequência é que aquilo que se refere ao outro, ao estranho, ao “não-eu” pode ser um inimigo ameaçador.

Notamos semelhança entre esta linha de pensamento articulada no programa e a vertente que traz as fotografias dos criminosos exibidas no final de todos os programas. O mesmo pressuposto está dado nas duas situações, ou seja, o outro (o desconhecido) é um inimigo e um perigo em potencial. E, se vemos este outro (nas fotografias), se o identificamos, podemos reconhecer o mal e aplacar o nosso medo e angústia. O “outro desconhecido” ou o “estranho” se torna algo visível e identificável. Ainda, relacionado a esta questão do olhar e das imagens dos criminosos, observamos nesta estória várias cenas de simulação que encenavam um “jogo de olhares” entre a vítima e seus seqüestradores. Estas cenas focavam a imagem dos olhos dos personagens, e depois estas imagens de olhos eram rapidamente mudadas dos olhos de um para os olhos dos outros. A cena transmite uma sensação de enfrentamento de olhares entre os personagens. Este tipo de cena se repetiu algumas vezes durante a exibição desta estória. Podemos atribuir um efeito visual às cenas dos olhos que remete ao poder do olhar! Os seqüestradores e a vítima se enfrentam pelo olhar, isto é, eles medem sua força através do olhar.

Em geral, no programa “Linha Direta”, vemos a questão do olhar surgir repetidamente e de várias formas. Obviamente, o programa não poderia desprezar o recurso que é um de seus pilares: a imagem e o olhar.

Outro ponto desta estória, e que se repete na maioria dos casos do programa “Linha Direta”, é a imagem dos “bandidos”. Estes são retratados como pessoas monstruosas, deformadas física e psicologicamente, moralmente prejudicadas e próximas da animalidade. Nesta estória verificamos os seguintes elementos referentes a esta retratação dos “bandidos”: imagens deformando a aparência física deles, o som do áudio distorcendo a voz deles, as imagens escolhidas na edição são as mais alteradas, a imagem do criminoso é “congelada” numa expressão horrenda, e várias citações atribuem aos criminosos adjetivos como fera, animal, louco, etc. Os recursos utilizados na edição do programa que produzem estes efeitos de deformar os “bandidos” são explícitos, basta observar com atenção.

Este ponto nos remete a categoria descrita por Foucault, o “Monstro Humano” que citamos anteriormente. (Foucault, 1997). Novamente as antigas categorias, descritas para os loucos e criminosos, voltam a se encaixar nos casos mostrados no programa.

E como último ponto de análise tomamos a retratação que se faz da lei e seus representantes. A lei é desmerecida de forma explícita durante toda a simulação do caso.

Os sinais de desqualificação da lei são vários: o seqüestrado pede num bilhete que a polícia não seja envolvida, a polícia civil e federal é acusada de envolvimento com os seqüestradores, os criminosos fogem da cadeia várias vezes, a polícia demora dias para auxiliar a família, o representante de segurança do estado aparece gaguejando, etc.

Observamos, que independente da veracidade destes fatos (que o telespectador não tem como conferir), a retratação da lei é articulada de forma jocosa por depoimentos editados, entonações de voz do apresentador, insinuações feitas por frases incompletas, etc.

E, paralelamente a esta desqualificação da lei formal, o programa é colocado como uma instância de justiça, como aquele que ajuda a desvendar o que a polícia e o judiciário

não conseguiram resolver. O programa “Linha Direta” ocupa o lugar da Lei! Observamos que os programas especiais de comemoração se intitulam “Linha Direta Justiça”.

Vemos que há uma proposta clara e explícita de outra forma de lei e, também, um convite ao telespectador que participe deste outro tipo de justiça. Uma forma de Justiça Paralela está articulada no programa “Linha Direta”.

X) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho viemos tecendo considerações sobre as questões relacionadas à violência que encontramos durante a elaboração do mesmo. Assim, consideramos que as articulações e conclusões sobre este tema estão colocadas no corpo deste trabalho. Nestas considerações finais pretendemos apenas situar os tópicos principais que surgiram com preponderância durante a elaboração desta tese.

Iniciamos este trabalho com a hipótese de que as mortes violentas, ou mortes por causas externas, levam consigo um aspecto de desorganização psíquico-cultural. Esta desordem psíquica e cultural causada pelas mortes violentas atrai inúmeros recursos que visam minimizar este efeito. Entre estes recursos que aplacam os efeitos desorganizadores das mortes violentas estão os discursos. Aqui, compreendemos o discurso conforme conceituação da psicanálise.

No nosso trabalho escolhemos os homicídios, entre os tipos de mortes violentas, para estudar e aprofundar esta hipótese. Na nossa análise dos discursos que permeiam as mortes violentas, ou no caso os homicídios, pudemos comprovar claramente como a angústia sempre suscitada por este tipo de morte descortina inúmeros discursos apaziguadores.

Quando analisamos o programa “Linha Direta” encontramos um poderoso discurso imaginário que engloba recursos verbais e visuais; e também observamos como este discurso pode ser classificado como uma grande construção de sentido.

A mídia ocupa na atualidade uma centralidade que aglutina, condensa, transforma, permuta e irradia os sentidos produzidos no mundo. Esta construção de sentido influencia nosso imaginário cultural e predomina como “verdade” para a maioria dos sujeitos. Muito interessante foi encontrar nestes discursos produzidos pela mídia fórmulas clássicas de solução de conflitos humanos. Ou seja, pudemos reconhecer na análise dos discursos dos casos do programa “Linha Direta” as questões que repetidamente incomodam a humanidade. Assim, encontramos variações de discursos sobre o incesto, o discurso da mulher, o discurso do outro, a clássica oposição do Bem e o Mal, o discurso do estrangeiro, o discurso da rivalidade, etc. Nestes discursos encontramos estruturas recorrentes que vamos sintetizar em algumas referências principais, mesmo que estas não esgotem as estruturas de repetição do programa analisado.

Uma das estruturas de repetição que observamos é sobre a figura feminina e sua representação neste imaginário midiático. A mulher e os elementos do feminino são caracterizados como algo transgressor à priori. No programa analisado observamos que a mulher é representada como um fator que, inevitavelmente, traz conflito e subverte o “bem-estar” e a harmonia estabelecida pela ordem masculina. Ou seja, o feminino aparece descentrando a lei, e nesta representação as características “naturais” da mulher leva a desordem, a destruição e a morte. Vários dos programas assistidos, além de um dos analisados, apresentavam um caso no qual a presença do feminino era o fato gerador dos conflitos que culminavam em um homicídio. Nestas representações as mortes por homicídios eram sempre masculinas, mas desencadeadas pela presença de uma mulher transgressora.

Observando a realidade dos homicídios, seja na Vila Albertina ou na epidemiologia do município de São Paulo, encontramos uma situação completamente diferente desta

descrita pelo programa “Linha Direta”. Os homicídios estão situados num universo absolutamente masculino.

Conforme dados colhidos por M. H. Jorge, as mortes por homicídio em São Paulo, ou qualquer localidade do país, têm um padrão de distribuição predominantemente masculino. (Jorge, 1991). Esta mesma constatação se encontra nos trabalhos sobre sexo e vulnerabilidade social de R. C. F. Adorno que estuda os riscos da violência para jovens em cinco capitais metropolitanas brasileiras. (Adorno, 2001).

Quanto as nossas observações, no trabalho de campo na Vila Albertina, constatamos também que os homicídios circulam apenas no território masculino. As sete mortes por homicídio na área do campo foram todas entre o sexo masculino, bem como todos os casos de óbito por homicídio do distrito do Tremembé. E, também nas situações de entrevista, as mulheres raramente foram citadas ou estiveram presentes nas histórias dos homicídios.

Curiosamente, no nosso trabalho de campo, a mulher esteve presente apenas como aquela que conta uma história. Observamos que todas as entrevistas do campo são relatos femininos. Assim, nos parece que o homicídio é da ordem do masculino e à mulher cabe o lugar de produzir discursos sobre os homens e a violência.

Estes dados que encontramos na realidade cotidiana da violência nos parecem exatamente o oposto da retratação da violência do programa analisado.

Outra estrutura recorrente que encontramos na análise do programa “Linha Direta” se refere ao que denominamos de “relações amorosas interditas”, que sempre apresentavam no seu desfecho um homicídio. Estas relações proibidas representadas no programa envolviam pares em relações amorosas que explicitamente eram recriminados pelo discurso do programa. Muitas vezes era o narrador que condenava a ligação do casal, outras vezes as testemunhas do caso, em outras era o próprio apresentador do programa, e também, a

própria seqüência das cenas e imagens apresentadas levava à condenação do casal. Nos programas os motivos para a interdição da relação amorosa eram sempre referentes a diferenças de classe social, de raça, e idade; e também as formas diferentes de relação amorosa eram tratadas com recriminação e desconfiança.

Geralmente, a classe social e a raça de uma pessoa são alvos de discriminação e preconceito na sociedade atual, porém neste programa estas categorias não aparecem explicitamente como motivação para os crimes. Ou seja, nenhum crime ou homicídio no programa é relacionado à raça ou à posição social dos envolvidos no episódio retratado. Entretanto, esta forma de discriminação aparece sutilmente quando os casais com diferenças sócio-econômicas ou raciais são retratados como causas de conflito e perturbação social, sendo estes fatores geradores de homicídios no contexto do programa. Notamos um detalhe interessante nos programas que relatamos aqui, nunca os atores das cenas de simulação da realidade eram negros ou de outra minoria racial, mesmo quando os personagens da vida real eram destas raças. Assim, nos parece que o programa evita retratar os personagens com signos que possam ser associados a posturas racistas ou classistas. Mas, o discurso do programa coloca sutilmente este mesmo signo de raça e classe social dentro das histórias de “amores interditos”.

Ainda quanto às “relações amorosas interditas” temos as diferenças de idade e de padrão de relação amorosa. O programa sutilmente atribuía um sentido de incesto para os casais com diferença de idade (mesmo que fosse uma diferença de poucos anos) e no final toda tragédia do casal era depositada nesta diferença. Os termos usados para caracterizar o par supostamente incestuoso claramente remetiam a relação entre progenitores e filhos e reportavam à filiação, e também, o tipo de relação entre o casal apontava neste sentido.

Outro ponto importante, e que se coaduna com a questão do incesto, se refere aos casais com comportamentos desmedidos de sexo e paixão. Nestes casos mostrava-se que o excesso de paixão e sexo leva a consequências desastrosas. Os casais que colocavam o sexo como um valor fundamental, e prioritário em relação ao casamento e a maternidade-paternidade, eram apresentados com um final trágico devido a estes comportamentos.

Nestes discursos temos que na relação amorosa que não se respeita os limites tradicionais e na qual há sexualidade em excesso, a morte está presente.

No desfecho destes casos sempre havia um homicídio, e desta forma os relacionamentos amorosos entre idades diferentes, as relações desmedidas, as relações entre pessoas de raças diferentes, as relações marcadas pelo prazer sexual foram associadas à tragédia e à morte.

Vemos, então, um percurso num programa de mídia contemporâneo que leva a questões similares das tragédias gregas: a sexualidade desmedida ou proibida leva à morte. Aqui, podemos reconhecer o eterno conflito humano para lidar com o desregramento natural da sexualidade.

Outra questão recorrente nos casos apresentados no programa se refere à dicotomia entre o “Bem” e o “Mal” associado à categoria do “Estranho”. Os criminosos invariavelmente eram tratados como uma forma de encarnação visceral do “mal” e contrastavam com as vítimas que sempre eram pessoas perfeitas e que encarnavam o “bem”. Além disto, a este criminoso sempre era atribuída uma origem desconhecida ou “de fora” do lugar, ele era sempre o estrangeiro! Este detalhe tão significativo é repetido muitas vezes nos diversos casos do programa. Outras vezes, a caracterização de “estranho” era dada no programa através da crença e dos hábitos dos envolvidos no crime. Assim, tudo aquilo que é considerado “estranho”, ou vindo “de fora”, se associa ao crime e ao

homicídio. Quando reportamos esta categoria de “estranho” à grande população de migrantes da cidade, inevitavelmente, vemos que esta se associa a eles.

Ainda, referente a esta questão do retrato do criminoso traçado no programa, encontramos a noção de que o inimigo pode estar ao nosso lado, ser alguém muito próximo e que nos traiçoa. Muitas vezes, o programa retratava que os crimes são cometidos por pessoas que estão ao lado da vítima, como amigos, vizinhos, conhecidos, empregados, etc.

Assim nesta categoria temos retratado o seguinte perfil de criminoso: um estranho que encarna o mal e que está furtivamente ao nosso lado sem ser reconhecido. Neste discurso o mal está sempre no outro, aquele que deve ser temido, afastado e expurgado de nós.

Os exemplos destes discursos são infinitos, assim como, a repetição que encontramos neles. Aliás, observamos que este é o principal eixo destes discursos imaginários que cerceiam as mortes violentas, a repetição.

A repetição desmedida de alguns tipos de discursos, nos casos assistidos ao longo de dois anos, trazia sempre as mesmas questões. Assim, encontramos uma estrutura que se repetia infinitamente... E, com isto pudemos valorizar um dos conceitos centrais da psicanálise, a repetição, que faz parte do psiquismo humano na solução de seus conflitos.

Este excesso (de palavras, idéias, imagens, suposições, teorias) encontrado na mídia sobre a violência se contrapõe com o vazio absoluto encontrado nos sujeitos que convivem com a violência. Durante o trabalho de campo na Vila Albertina nós tivemos contato direto com os lugares da violência e suas mortes e observamos na população local uma ausência quase total de discursos verbais ou visuais sobre a mesma.

As principais revelações do trabalho de campo da Vila, sejam dos moradores da Vila ou de outros participantes da vida social desta, estão condensadas na seqüência. Uma

das surpresas deste campo foi que a população muito próxima à violência não produz discursos sobre esta mesma violência. Ela relata informações, oferece depoimentos, conta estórias, mas as interpretações ou as opiniões raramente são verbalizadas. Todas as entrevistas que conseguimos pareciam relatos de fatos concretos da Vila e de episódios que envolviam a criminalidade local. Quando estes episódios eram descritos os criminosos eram muitas vezes tratados como pessoas comuns, os policiais que executavam pessoas na Vila eram vistos com naturalidade, o número de mortos por homicídio não causava espanto ou indignação. Tudo isto eram apenas fatos rotineiros e cotidianos abordados sem muita afetividade. Obtivemos informações pelas quais não perguntamos e os discursos da população local sobre a sua violência cotidiana não se mostrou.

Poderia se questionar se, estes relatos aparentemente colados à realidade, não eram versões ou discursos. Entretanto, eles não tinham características de “imaginarização” e sempre eram fragmentos de realidade descritos sem muita articulação. Assim, o excesso de discursos da mídia contrastou com a ausência destes na Vila.

Outro ponto destacado neste período do campo foi que o único discurso sobre violência encontrado entre os moradores da Vila é o próprio discurso da mídia. Embora saibamos do poder de construção de sentido da mídia na sociedade contemporânea algumas constatações foram surpreendentes. Em várias situações do campo os moradores da Vila se recusavam de forma radical a olhar para perto e falar sobre a violência local. O olhar deles só era possível para longe e para fora daquela área. Eles discursavam sobre a violência genérica que é veiculada pela mídia televisiva e negavam a violência local.

Nestes discursos da mídia repetidos pelos moradores da Vila encontramos as mesmas categorias citadas anteriormente. Ou seja, o criminoso é o outro, o estrangeiro, o de “fora”, aquele que não tem caráter (caracterizando a violência como algo intrínseco) e está

sempre apartado deles. Uma questão comum em quase todas as entrevistas era que a violência era colocada sempre fora do território do entrevistado, ou seja, a violência estava no outro lado do bairro, na outra rua, na outra calçada, em outro lugar!

Observamos nesta população o contraste entre as informações sobre a violência local e a produção de discursos sobre a violência distante deles. A contradição era explícita no campo, pois os moradores ora informavam objetivamente sobre a criminalidade e os homicídios da Vila sem muita afetividade, ora repetiam os discursos apaixonados da mídia sobre a violência genérica e impessoal como se estivesse ao lado deles. Mas, sabemos que a contradição é inerente ao psiquismo humano em conflito.

Nos discursos locais encontramos formas desesperadas de negação e projeção da violência de uma população que protege o mínimo espaço restante, o espaço psíquico.

A Vila Albertina ressaltou o silêncio, a imagem velada, o vazio e a angústia. A falta de imagens para nossa análise foi um dado inesperado e desconcertante, mas acabou revelando algo crucial. A proximidade com as mortes violentas não permitem discursos para aplacá-las, pois estes recursos de apaziguamento operam apenas à distância.

Na Vila Albertina, e nos casos onde a morte violenta está próxima, a angústia suscitada permanece descoberta e atuando seus efeitos no cotidiano.

Ao contrário, quando estamos razoavelmente distantes da violência, esta pode se tornar um objeto de desejo e prazer para nossos olhos. Nos tornamos voyeur da violência.

Caso, não fosse assim, seria difícil explicar a popularidade e a vulgarização das mortes violentas na mídia. As intrincadas relações entre o olhar e a violência que tentamos abordar neste trabalho estão longe de ser esgotadas, mas observamos neste trabalho que há uma atração inevitável entre estes dois elementos. Se, pudéssemos condensar o percurso

deste trabalho em duas imagens, elas seriam: a foto velada obtida na Vila Albertina e a foto do rosto dos criminosos estampada com triunfo pelo programa “Linha Direta”.

Ao final deste percurso entre mortes, crimes, toque de recolher, angústia, violência, discursos midiáticos excessivos, criminosos, policiais, unidades de saúde, ausência de discursos, Ongs, fotos veladas, imagens de locais inesperados, carros fantasma, criminoso-chefe sem imagem, medo, etc, voltamos à saúde pública.

A primeira conclusão evidente é que as instituições de saúde expurgam os homicídios ou a violência de suas áreas de responsabilidade. Os incidentes ocorridos no campo com a enfermeira, com os representantes municipais da saúde, ou a discussão sobre usar ou não jaleco branco, apenas ilustram uma questão bastante comum. A violência não é reconhecida como problema de saúde.

Entretanto, constatamos algo de inusitado para o olhar da maioria da população que está submetida à influência da mídia. Ao analisar a distribuição de óbitos por homicídios, no município de São Paulo e na região estudada, observamos claramente que apenas a população de algumas regiões específicas está exposta ao risco de morte por homicídio. Tal fato também está plenamente demonstrado nos estudos epidemiológicos de M. H. Jorge. (Jorge, 1991).

Na grande maioria das regiões do município de São Paulo encontramos poucos, ou nenhum, óbito por homicídio. A maioria dos casos de homicídio ocorre apenas em determinados distritos administrativos do município, e mais exatamente, ocorre somente em áreas circunscritas de tais distritos. Áreas que estão articuladas a situações de extrema miséria e criminalidade.

Assim, para se morrer de óbito por homicídio em São Paulo é preciso morar, circular ou conviver em áreas muito específicas da cidade. E, também, é necessário estabelecer relações específicas com a população desta área.

Quadro muito diferente daquele apontado pela mídia em geral. Pois neste retrato da criminalidade tecido pela mídia temos a impressão de que toda a população está submetida aos riscos de óbito por homicídio. A situação retratada é que todos os moradores do município estão submetidos a uma mesma situação de violência que predomina em todo lugar.

Observamos com reserva o fato da mídia nunca divulgar pelos seus meios de comunicação o quadro de distribuição das principais causas de morte por distritos administrativos do município de São Paulo produzido periodicamente há mais de dez anos pelo Programa de Aprimoramento e Informação sobre Mortalidade no Município. (CEINFO, 2002).

Neste quadro de distribuição podemos constatar, por exemplo, que há muitos anos não ocorre um óbito por homicídio nos distritos de Vila Mariana, Lapa, Santana, Pinheiros, Mooca, Tucuruvi, Aricanduva, Casa Verde, Jardins, e outros. Também, nele podemos observar a distribuição dos casos de homicídio dentro dos distritos mais periféricos e constatamos que apenas em micro-áreas destes distritos ocorrem homicídios. Ou seja, o morador do distrito de Tremembé, Jaçanã, Santo Amaro, Vila Maria, etc, está submetido a diferentes riscos conforme a região do bairro que ocupa. Como vimos, no caso estudado do Tremembé, não há nenhum óbito por homicídio no distrito, exceto na área da Vila Albertina e do Jd. Fontales.

Observamos que nos trabalhos de pesquisa de M. Drumond, o autor aborda detalhadamente a epidemiologia do homicídio e as desigualdades sociais e comprova esta mesma linha de raciocínio. (Drumond, 1999).

Vemos, na mídia e na população em geral, o freqüente argumento que os membros da criminalidade destas micro-áreas específicas do município saem delas e cometem homicídios em outros bairros. Entretanto, este argumento se desfaz facilmente, na medida que todo óbito é registrado no endereço de residência do falecido. Então, os supostos assassinatos de pessoas de classe média e alta deveriam aparecer nos seus respectivos bairros. Assim, temos duas conclusões surpreendentes se comparadas ao discurso alarmista da mídia. A inexistência de homicídios na maioria das regiões da cidade, e que o risco de óbito por homicídio é praticamente nulo para a maioria da população.

Assim, acreditamos que um dos principais problemas de saúde pública desta época é o poder alucinatório do discurso da mídia. Este discurso nos faz acreditar que todos estamos todos sob o risco da violência e que podemos ser assassinados a qualquer dia ou momento, e assim, toda cidade vive num estado de pânico. E, também, este mesmo discurso atribui as causas da violência, justamente, ao único grupo social que vive as conseqüências mais radicais desta, os homicídios. Lembramos, novamente, do poder de “Gorgó” e suspeitamos que, de fato, a mídia é a Medusa de nossa época...

XI) ANEXOS.

DESCRIÇÃO DOS CASOS ANALISADOS DO PROGRAMA “LINHA DIRETA”.

Colocamos neste tópico a descrição literal das histórias analisadas do programa “Linha Direta”, nosso objetivo é mostrar ao leitor aquilo que vimos e ouvimos ao assistir os programas gravados em vídeo. Observamos que, quando falamos em “descrição literal”, estamos partindo do princípio que toda tentativa de descrição envolve subjetividades e, portanto, nesta descrição do programa foi diferente. Assim sendo, esta descrição do que “vimos e ouvimos” no programa serve como um guia para acompanhar nossa análise das histórias. Nosso intuito com este relato é a articulação para o leitor entre as cenas e discursos que assistimos no vídeo com o que concluímos nas análises das histórias. Vamos a descrição.

PRIMEIRA ESTÓRIA

CENAS

1) Simulação de cenas sensuais de uma moça. Ela está seminua, usando camisola transparente e aberta na frente, e correndo pelas ruas à noite. A música de fundo fala de um amor proibido. Antes a moça pulou o portão da casa para sair na rua, ao invés, de abri-lo normalmente.

2) O narrador comenta as loucuras que os personagens desta estória fazem por uma paixão. Há a primeira intersecção no programa entre sexo e loucura.

3) Cenas de simulação da intimidade e sensualidade de um casal namorando num quarto, são as preliminares de uma relação sexual. Anuncia-se na voz do narrador o final trágico: “Esse amor vai acabar num assassinato”. O sentido da estória é dado desde o início de forma explícita, ou seja, sexo que envolve transgressão culmina em morte.

4) Na seqüência aparece a primeira testemunha (irmã do moço). Ela cita que há loucura no relacionamento do casal, e também, refere que a moça parecia apaixonada pelo seu irmão e que ele com certeza era apaixonado pela moça.

5) Somente agora aparece a abertura do programa “Linha Direta” com a computação gráfica que nos dá a sensação de percorrer ruas numa viatura com som de sirene, conforme descrevemos anteriormente.

6) Na próxima cena aparece o apresentador e ele caracteriza os personagens desta trama. Ele apresenta a moça como a primeira personagem e mostra sua foto na tela. Ela é descrita como filha de uma família abastada e estudante universitária. O seu namorado aparece depois com uma foto na tela e é descrito como trabalhador de uma mecânica de motos e sem menção a sua família. A diferença de idade do casal é citada. O terceiro personagem é apresentado: o pai da moça que proíbe este relacionamento.

7) O apresentador tece um histórico do moço (que será a vítima do assassinato) e relata como era sua vida antes de conhecer a namorada (a moça descrita na apresentação). Desde já, ele é tratado pelo discurso do programa como vítima. Ele é caracterizado como alguém sem sorte no amor, passivo, enganado, submetido ao destino e traído pela ex-mulher (sua prima alguns anos mais nova).

8) O narrador entra em cena com sua voz, ele descreve as imagens que aparecem da ex-mulher traindo o moço desta estória com seus amigos enquanto ele faz trilhas de moto e se diverte de forma saudável.

9) A cena seguinte exhibe uma simulação do moço se divertindo com seus amigos nos passeios de moto e depois todos são fotografados juntos. Na seqüência aparece no vídeo a fotografia dele com os amigos; entretanto, a foto exibida é uma foto da vida real. Assim, observamos que há uma superposição entre as cenas simuladas e uma cena da vida real. Ou seja, esta diferença de registro entre realidade e simulação não é apresentada explicitamente no vídeo. As duas imagens são quase idênticas, sendo necessário assistir ao

vídeo várias vezes para perceber a fusão. O detalhe na foto apresentada é que os amigos fazem chifres na cabeça do moço, uma referência a sua condição de traído pela esposa.

10) Nesta cena é apresentada a segunda testemunha, o irmão do moço. Ele aparece dando seu testemunho de que o irmão ficou louco quando descobriu as traições da primeira mulher.

11) O apresentador surge e fala sobre a separação do moço de sua primeira mulher. E depois ele refere que o moço conheceu a nova namorada, a moça desta trama. Novamente, o apresentador assinala a diferença de classe social e a diferença de idade do novo casal (ela tem onze anos a menos que o moço).

12) A próxima cena de simulação é de uma festa onde o casal se conheceu. A moça é retratada como a parte ativa do casal, ou seja, ela se insinua para ele. E numa cena muito rápida ela passa a mão nas nádegas dele na festa. Este detalhe só é perceptível quando assistimos ao vídeo em câmera lenta.

13) Outra festa é retratada na simulação. Esta acontece na casa da moça e seu papel ativo é explicitado novamente. Ela convida o moço, ela oferece bebida, ela o convida para dançar, etc. Por sua vez, ele é mostrado como tímido, recatado e passivo. A diferença de classe social é marcada novamente. O pai dela já aparece no fundo da cena olhando o casal com aspecto contrariado. Mas, o narrador afirma que os irmãos dela aprovam o namoro do casal que se inicia na festa (inclusive, é dito que os irmãos são amigos de trilha

do moço). Observamos, que estes personagens (os irmãos) vão desaparecer da estória. Eles surgiram apenas nesta cena.

14) A primeira testemunha (irmã do moço) retorna dando seu testemunho que a intenção do irmão dela era namorar a moça em casa, e que seu irmão foi procurar o pai dela para conversar sobre o namoro. Mas, segundo a irmã o pai da moça já estava alterado e nervoso quando recebeu o moço e o expulsou.

15) Nova cena de simulação do pai nervoso na sua casa e gritando com a filha e o namorado. Ele vai ao quarto e pega uma arma para ameaçar o moço. Esta cena mostra que há uma intervenção violenta do pai para separa-los. A moça nesta cena aparece recatada (óculos e cabelos presos), muito diferente de suas outras aparições anteriores. Observamos que, em todas as cenas seguintes, quando ela está diante do pai aparece sempre desta forma.

16) A terceira testemunha , um amigo da vítima, aparece referindo sobre o namoro proibido.

17) Cena de testemunho do pai da moça. Ele aparece referindo que proibiu o namoro da filha com o moço porque ele ainda era casado legalmente.

18) Cena com o testemunho da mãe da vítima, do moço, dizendo que o pai da moça o ameaçou.

19) O apresentador surge e mostra fotos na tela dos envolvidos nesta estória e diz que o pai fez várias tentativas de impedir o namoro. Ele refere que o pai cortou a mesada da filha, ameaçou tirá-la da faculdade, etc. Observamos que, até esta cena, as fotografias que apareceram projetadas na tela do banco dos réus foram fotos da vítima e do pai.

20) A irmã do moço aparece novamente como testemunha confirmando os dados relatados anteriormente. Uma repetição.

21) O apresentador descreve o local do romance do casal, isto é, o quarto do moço no fundo da casa de sua mãe. Novamente, ele é desqualificado como sem moradia, pobre e dependente.

22) O narrador entra com sua voz descrevendo os atos do casal para se encontrar escondido de todos. Aqui, se repete a cena da abertura do programa, assim, aparece a moça seminua correndo pelas ruas...Mais uma repetição.

23) O amigo do moço aparece novamente como testemunha e reafirma que era a moça que procurava o amigo de forma insistente e sem limites. Repetição.

24) Cena erótica do casal mostrada na abertura se repete. Voz do narrador relata a cena.

25) A irmã do moço aparece novamente como testemunha e repete todo seu depoimento anterior. Repetição.

26) Nesta cena aparece o narrador comentando o caso e apontando as fotos nas telas. Aqui, pela primeira vez a fotografia da moça é projetada na tela atrás do banco dos réus e o apresentador comenta as mentiras que ela contava para o pai com o objetivo de encontrar o namorado. Anteriormente, a fotografia dela só apareceu na tela do banco das testemunhas.

27) A irmã do moço aparece como testemunha e refere exatamente o que o apresentador falou na cena anterior. Repetição.

28) O apresentador surge com novas fotografias nas telas. Agora, a foto do casal está na tela dos réus. Enquanto aparecem estas fotos, o apresentador fala da insistência do casal em continuar o namoro, das mentiras, dos finais de semana de sexo do casal, etc.

29) Nesta cena o casal está escondido no quarto do moço em situação de namoro, romance e sexo. A voz do narrador repete a fala anterior do apresentador.

30) A irmã do moço aparece novamente como testemunha e diz que o casal se encontrava escondido do pai da moça. Repetição.

31) Cena do casal saindo às escondidas do quarto onde se davam os encontros amorosos. Nesta cena o moço coloca a namorada na parte de trás de um carro de carga e a tranca.

32) O apresentador aparece e mostra a fotografia da moça sozinha na tela do banco dos réus. Ele refere que ela engravidou do moço e todos só descobriram quatro meses depois. O pai foi enganado novamente. Subseqüentemente, aparecem as fotos do namorado e do pai na tela do banco dos réus.

33) A irmã do moço surge novamente como testemunha e fala sobre a contrariedade do pai da moça ao saber da gravidez da filha. A testemunha repete o que o apresentador falou anteriormente.

34) Cena do pai e da filha discutindo sobre a gravidez. A cena aparece com o som reduzido ou quase nulo e o narrador fala por eles. O narrador descreve a fúria do pai ao saber da gravidez e que este a obriga a abortar. Observamos, que o personagem do pai não verbaliza sobre o aborto.

35) Aparece uma cena do moço desesperado tentando impedir o aborto, mas a sua família o desencoraja. Novamente, é a voz do narrador que relata o episódio mudo. Observamos, que o moço aparece como passivo diante da sua família, porém contra o aborto. Segundo o relato, ele não teve condições de impedir tal ato.

36) O irmão do moço aparece como testemunha e repete, exatamente, o que foi relatado na cena anterior.

37) O pai aparece como testemunha e refere que não sabia da gravidez da filha. Também, refere que foi depois de uma queda, um acidente, que descobriram a gravidez da filha e disto decorreu o aborto.

38) O narrador relata que o moço após a separação da namorada ficou recluso por três meses, devido à decepção que sofreu com o episódio do aborto, e quando resolve sair de casa para retomar a vida encontrou a ex-namorada com outro homem... Nesta cena a moça aparece com trajes muito decotados, olhar de malícia, com homens ao seu redor, quando chega o ex-namorado. Neste momento, ela se dirige a ele (que está constrangido) e passa a mão nas suas nádegas. Este detalhe só é possível observar em câmera lenta.

39) A irmã do moço aparece novamente como testemunha e confirma a decepção do irmão. Repetição.

40) A voz do narrador entra em cena e refere que o pai da moça acreditou no rompimento definitivo do casal. Ao mesmo tempo aparece uma cena da moça procurando o ex-namorado, mas este se recusa a retomar a relação com ela. Ela vai embora contrariada. O narrador refere que o pai se irrita com esta tentativa de reaproximação. Observamos, que o narrador não explica como o pai soube deste procura da filha pelo moço. E, também, não há explicação para a irritação do pai com o moço, pois este recusou a aproximação com a moça.

41) O promotor do caso aparece como testemunha e diz que o pai tomou conhecimento desta atitude da filha e refere: “Ele não tinha outro caminho para eliminar o problema...” Surpreendentemente, o promotor de acusação anuncia o crime que será revelado no programa e admitindo que o pai matou o moço, justifica seu ato!

42) O apresentador aparece e mostra na tela do banco dos réus um vereador que é conhecido na região onde crime foi cometido como o “chefe da pistolagem”. O narrador refere que começava a “trama do crime”. Agora, o pai da moça aparece na tela das testemunhas. Ou seja, ele saiu da tela dos réus, onde apareceu anteriormente, e se tornou mais uma testemunha.

43) Na próxima cena há uma fusão visual e auditiva de cenas da vida real (fotos) e cenas dos personagens. Primeiro aparece uma cena de simulação dos pistoleiros tramando o crime de homicídio, com a voz do narrador relatando a mesma. Depois, se sobrepõem as cenas dos pistoleiros às fotografias dos pistoleiros reais, e sutilmente, a voz do narrador muda para a voz do apresentador. As fotos dos pistoleiros aparecem na tela dos réus. Há uma passagem, ou superposição, da vida simulada para a suposta realidade. São as imagens dos criminosos que aparecem com destaque.

44) O apresentador refere que, enquanto a morte do moço era tramada, ele procurava ser feliz no amor. O moço conheceu uma nova namorada. Novamente, ele é retratado como passivo e inocente nesta relação. Aparecem fotos na tela que o apresentador comenta.

45) A nova namorada aparece como testemunha e relata como eles se conheceram.

46) O apresentador relata que o moço não queria ir ao segundo encontro com a nova namorada. Mas, ela insiste e ele vai ao encontro dela. Novamente, ele é passivo e conduzido pela mulher.

47) A voz do narrador entra em cena e anuncia o crime, ele refere que o moço saiu para encontrar a namorada e os pistoleiros o espreitavam para matá-lo.

48) A nova namorada aparece como testemunha e referenda aquilo que o narrador descreveu antes. Repetição.

49) O narrador descreve a cena de simulação que transcorre no programa: o moço feliz tentando refazer a vida após as decepções amorosas é atacado pelos pistoleiros.

50) A nova namorada aparece novamente como testemunha e reafirma o que o narrador acabou de relatar antes. Repetição.

51) Agora, aparece a cena final. A cena mostra morte do moço pelos tiros de revólver dos pistoleiros e o narrador a descreve. Observamos, a ênfase que o narrador dá ao fato de três tiros terem matado a vítima.

52) A irmã do moço aparece novamente como testemunha relatando o desfecho do crime, já descrito pelo narrador. Repetição.

53) A nova namorada aparece como testemunha e relata o mesmo fato, o desfecho do crime. Repetição.

54) O apresentador aparece para falar dos acusados do crime. O pai da moça não está na tela dos réus, e sim, na tela do banco das testemunhas. Os pistoleiros já saíram da tela dos réus, desapareceram. Na tela maior dedicada aos réus aparece o logotipo do programa “Linha Direta” e o narrador fala da prisão de alguns dos pistoleiros.

55) O promotor volta a cena como testemunha e ele refere que o crime foi encomendado pelo pai da moça.

56) O apresentador relata que o pai da moça se entregou a polícia quando soube da reportagem do programa Linha Direta. Aqui a voz do apresentador aparece sobre a cena real. Em seguida, o pai se declara inocente pelo crime.

57) O promotor aparece como testemunha e diz que alguns dos pistoleiros fugiram da cadeia e que eles são perigosos.

58) O apresentador aparece e mostra os pistoleiros na tela do banco dos réus e o pai na tela do banco das testemunhas. Ele refere que os pistoleiros admitiram o crime

encomendado pelo pai para “lavar a honra” da filha. Observamos, que quando ele fala sobre a honra da filha, ele o faz com voz pausada e cerimonial.

59) Aparecem no vídeo cenias da vida real da vítima assassinada. Nestas cenas o moço aparece feliz, brincando com amigos, em vida familiar, em situações de esporte e lazer.

60) O irmão aparece como testemunha para dizer como a vítima era uma boa pessoa e cheia de paz. Repetição.

61) Novamente cenas da vida real da vítima. Repetição.

62) A mãe retorna como testemunha. Ela se lamenta e pede justiça!

63) O apresentador aparece mostrando as fotos dos pistoleiros procurados pela justiça e que estão foragidos. Ele solicita ao telespectador que faça denúncias para ajudar a captura dos mesmos. Também ressalta que a participação do telespectador é fundamental e mostra o número de telefone da emissora.

64) Na cena final entra a vinheta do programa, descrita anteriormente.

SEGUNDA ESTÓRIA

CENAS

1) Este bloco se inicia com uma cena de simulação onde dois homens mal vestidos, com barba por fazer e armados telefonam de um celular. Na sequência pai e filho, que serão apresentados adiante, saem às pressas de casa em dois carros. O narrador relata que supostos policiais avisaram a eles que houve um roubo no armazém de negócios da família. Na cena simulada há vários signos de dinheiro e posição social da família: carros, casa de luxo, amplos jardins, etc.

2) Pai e filho saem em carros separados em direção ao local marcado pelos supostos policiais, depois o vídeo mostra uma sequência de *flash* da tragédia que vai ocorrer com esta família. Nesta cena aparecem armas apontadas, o cativado de seqüestro, a família apreensiva, etc; todas estas imagens são apresentadas rapidamente no vídeo e de forma fragmentada. O desfecho de tragédia do caso é anunciado nestas primeiras cenas.

3) A mãe da vítima deste caso (o moço que saiu apressado com o pai) aparece como testemunha e confirma que o filho telefonou para ela. Ela refere que ele disse que estava indo ver o suposto roubo de mercadorias no depósito. Repetição daquilo que foi anunciado no início do programa.

4) Simulação da cena de encontro entre pai, filho e os supostos policiais que avisaram do roubo. O encontro ocorre na frente de uma concessionária de carros na saída da cidade de Imperatriz, na rodovia Belém-Brasília. A voz do narrador relata os acontecimentos. O filho chega antes do pai e conversa com um moço que é o suposto contato com os policiais. O pai chega depois e caminha em direção ao grupo formado. Neste momento a cena mostra os dois homens mal vestidos e com barba, que apareceram no início do programa, espiando o encontro de dentro de um carro estacionado um pouco mais longe. O vídeo apresenta uma cena curiosa: jogo de olhares entre os personagens envolvidos. A câmera focaliza nos olhos de todos os participantes e muda rapidamente de um olhar para outro. Ao fundo temos uma sonorização enfática. Observamos que até este momento pai e filho não sabiam que o rapaz, que encontraram em frente a concessionária, não era um contato com os policiais.

5) O pai aparece como testemunha e relata o que mostrou a cena anterior. Inclusive, ele faz seu depoimento na frente da concessionária. Repetição daquilo que a cena mostrou.

6) Nova cena de simulação continua mostrando a seqüência dos acontecimentos e a voz do narrador acompanha estas cenas. Agora, pai e filho estão conversando com o rapaz e na seqüência o pai se afasta para atender um telefonema no celular. O narrador reforça que o pai se afastou para atender a um longo telefonema. Quando o pai retorna ao local, ou seja, quando ele se volta para onde estava o filho, não há mais ninguém no local.

7) Na mesma cena o pai recebe outro telefonema. Este telefonema é de seu filho pedindo para que ele se dirija até um posto de gasolina perto do local da concessionária. A voz do narrador acompanha a cena. Observamos que desaparece a voz do narrador na descrição da cena e entra a voz do pai real, fato inédito na estrutura do programa.

8) Na cena de simulação no posto de gasolina aparece o filho, o rapaz do encontro o acompanha, e agora surgem os dois homens mal vestidos na cena. Novamente, há uma cena de jogo de olhares que se enfrentam, conforme descrita anteriormente. O filho olha nos olhos dos três rapazes (que serão os seqüestradores) e vice-versa. Então, aparece a arma na mão de um deles. O filho que será a vítima do seqüestro é levado por eles e na mesma cena o pai chega ao posto de gasolina e não encontra mais ninguém. O pai procura o frentista do posto, e este relata que o grupo de rapazes e seu filho saíram juntos. O narrador afirma que o pai pressentiu o pior.

9) Na próxima cena aparece a mãe da vítima como testemunha e repete que o marido ficou desconfiado que estava acontecendo algo errado. Repetição.

10) A irmã da vítima aparece como testemunha e faz um relato dramático e emocionado. Ela refere que atendeu um telefonema na sua casa e os seqüestradores revelaram que estavam com seu irmão. Durante o testemunho ela chora, suspira e não consegue falar fluentemente.

11) Neste momento aparece uma fotografia do moço seqüestrado sem legenda e um áudio com música enfática.

12) O pai aparece como testemunha referindo que recebeu um telefonema avisando do seqüestro. E os seqüestradores falaram que seu filho havia sido levado para um cativeiro no estado de Tocantins.

13) Agora aparece um mapa do Brasil mostrando a distância entre Imperatriz (local do seqüestro) e Tocantins (suposto local do cativeiro do seqüestro). E, também, outro mapa mostra a distância do posto de gasolina e o local onde estava o verdadeiro cativeiro do filho seqüestrado. Este segundo mapa mostra que o moço estava no cativeiro há apenas 20 Km do posto de gasolina. A voz do narrador dá ênfase a proximidade do cativeiro e o local do encontro.

14) O apresentador aparece em frente à tela do banco dos réus e na tela está projetado o emblema do programa “Linha Direta”. Ele refere que começava o calvário da família e o sofrimento do filho seqüestrado. A referência religiosa é enfatizada pelo apresentador.

15) A irmã do moço seqüestrado aparece novamente como testemunha. Ela chora e fala do cativeiro onde seu irmão foi colocado. Ela não descreve o local, mas diz que era muito triste e horrível. A irmã diz, também, que queria ocupar o lugar do cativeiro pelo irmão e morrer por ele. A referência ao sacrifício se repete.

16) Na simulação aparece uma cena do rapaz que fez o primeiro contato com o seqüestrado levando-o até os seqüestradores. A vítima é empurrada, cai no chão, enfim, é maltratada. É dito que este seqüestrador era caseiro do sítio onde o moço seqüestrado foi levado. Novamente, a voz do narrador dá ênfase à proximidade entre criminosos e a vida cotidiana.

17) A voz do apresentador surge e descreve a imagem encenada do filho seqüestrado sendo levado até os seqüestradores. Normalmente no programa esta descrição verbal é feita com a voz do narrador.

18) Nova cena de simulação revela o local do cativo anunciado pela irmã. A voz do narrador acompanha verbalmente a cena. O local do cativo é um buraco cavado no chão, atrás de um chiqueiro, localizado num sítio. A cena de simulação mostra a vítima sendo empurrada e com uma arma apontada para ele. Outra vez, surge o jogo de olhares entre a vítima e os seqüestradores.

19) A voz do apresentador surge para apresentar a fotografia de um dos seqüestradores.

20) Outra cena de simulação da vítima no local do cativo. Ele é acorrentado, amarrado, e seu celular destruído pelos seqüestradores. Estes apresentam na simulação uma expressão facial de raiva, ódio e seus gestos são repletos de agressividade. A voz do narrador descreve a cena.

21) A voz do apresentador surge e apresenta a fotografia de outro integrante da quadrilha de seqüestradores, sendo que, este seqüestrador da foto foi aquele que assumiu a negociação do resgate com a família. Ele é apresentado como o líder do grupo.

22) Cenas de simulação mostram agora a vítima sendo colocada no buraco do cativeiro, de quatro metros quadrados, segundo o narrador. A voz do narrador descreve a cena e diz que a vítima rezou muito porque era religioso. Também, a voz afirma que faltam quatro dias para a vítima comemorar o terceiro ano do seu casamento. Observamos, novamente, a referência à religião e ao casamento.

23) O apresentador anuncia os acontecimentos do próximo bloco. E a voz do narrador antecipa que a angústia da família vai se transformar em dor. Novamente, o programa antecipa o desfecho trágico.

24) O apresentador coloca que o filho estava pronto para assumir os negócios do pai quando caiu na armadilha.

25) Aparece uma fotografia da vítima com sua esposa e filhos. A voz do apresentador descreve a fotografia.

26) A esposa aparece como testemunha e diz que o marido seqüestrado ia assumir os negócios do pai. Repetição.

27) O pai aparece como testemunha e relata as mudanças positivas que seu filho estava fazendo na empresa da família. Repetição.

28) O apresentador relata o casamento da vítima enquanto aparece um vídeo da cerimônia de casamento deles. Ele diz que a vítima era um marido exemplar e um pai amoroso.

29) A esposa aparece outra vez como testemunha dando exemplos das atitudes positivas do seu marido e pai de seus filhos. Repetição. Aparece vídeo dele na vida real cuidando dos filhos

30) Cena de simulação inicia com dois porcos comendo no chão e depois dois dos seqüestradores obrigam a vítima no cativeiro a escrever bilhetes para a família. A vítima está dentro do buraco atrás do chiqueiro. A voz do narrador descreve a cena.

31) Agora aparece o apresentador. Na tela atrás do banco das testemunhas está projetado o emblema do programa e na tela atrás do banco dos réus está projetada a imagem do pai. O apresentador refere dias de tensão e angústia enquanto a família rezava, e diz que parecia que tudo ia terminar bem. Enquanto isso, o pai negociava o valor do resgate (4 dias depois do seqüestro, no dia 17-01), e ele pede uma última prova de que o filho está vivo. E o apresentador conclui: “Chegava a hora de pagar o resgate!” Observamos, que o apresentador dá muita ênfase no fato do pai negociar a vida do filho e faz expressões faciais dúbias.

32) A voz do narrador acompanha cenas de simulação do filho escrevendo bilhetes para a família no cativeiro. O primeiro bilhete é para sua esposa onde ele escreve que sente saudades e lembra que naquela data fazem 3 anos de casado. O outro bilhete é para a família.

33) Os bilhetes aparecem no programa na função de testemunhas. Neles estão escritos salmos, mensagens de fé, etc. A voz do apresentador relata.

34) A mãe da vítima aparece como testemunha e diz que no bilhete do filho para a família (mãe, pai e irmã) ele refere que “Deus é forte e deve-se confiar nele”.

35) O apresentador aparece e diz que em 17-01 (dia da negociação) o clima era de otimismo na família. Ele diz que a família havia preparado uma festa para a chegada da vítima. E o apresentador conclui de forma incisiva: “O pagamento estava marcado para aquela noite.” Observamos uma insistência e uma repetição do apresentador sobre o pagamento e sua negociação.

36) O pai aparece novamente como testemunha e se justifica sobre o acerto do resgate: “Eu só estava discutindo o local da entrega...” O pai refere que nesta última ligação telefônica o seqüestrador desligou o telefone, e depois, não ligou novamente.

37) Uma cena de simulação da agonia da família esperando novo telefonema dos seqüestradores é mostrada no vídeo. A voz do narrador diz que neste período não houve

nenhum sinal dos seqüestradores, e que a polícia não descobriu nenhuma pista dos seqüestradores.

38) A mãe aparece como testemunha e repete sobre a espera da família.
Repetição.

39) Outra cena de simulação com a família recebendo um telefonema. A voz do narrador diz que a família foi avisada pela polícia sobre o aparecimento de um corpo carbonizado e que poderia ser o corpo da vítima.

40) O apresentador aparece na frente dos bancos de testemunha e do réu. Na tela atrás do banco das testemunhas está o emblema do programa e no banco dos réus está projetada a imagem de um dos seqüestradores. Somente nesta cena um dos seqüestradores apareceu no banco dos réus, anteriormente, o pai apareceu neste lugar. (Observamos, que neste bloco a imagem do apresentador apareceu muito pouco. E, portanto, poucas vezes apareceu o seu cenário onde se projetam as imagens dos acusados e testemunhas. Por outro lado, a voz do apresentador apareceu sozinha, sem sua a imagem, em outras situações). O apresentador diz que a polícia encontrou um corpo carbonizado e que tinha um suspeito. O suspeito era um homem contratado, há pouco tempo, por um comerciante local concorrente da família da vítima.

41) A próxima cena mostrada é de um local real. A cena de vídeo é de dois armazéns numa rua de Imperatriz; os armazéns vizinhos são da família da vítima e o outro do seu concorrente.

42) O dono do armazém concorrente aparece dando seu testemunho e refere que vivia com o concorrente vizinho como amigo e colega de trabalho.

43) O apresentador aparece no seu cenário. No bancada dos réus está a imagem do concorrente e o apresentador fala: “apesar da alegada amizade, ele é o principal suspeito de ser o mandante do seqüestro”. O concorrente tem um irmão que trabalha com ele no armazém e a sua imagem também está projetada no banco do réu. Ele diz que a contratação do seqüestrador foi um fato embaraçoso.

44) Este irmão do concorrente aparece como testemunha e diz que a contratação do funcionário, que era um dos seqüestradores, foi uma coincidência muito grande. Mas, refere que esta não é a única coincidência que acontece no mundo.

45) A voz do narrador apresenta uma cena da simulação onde o corpo carbonizado está sendo reconhecido. A voz relata que os irmãos concorrentes foram chamados para o reconhecimento do corpo, ao invés, da família da vítima.

46) O promotor aparece como testemunha e refere que os comerciantes concorrentes reconheceram um corpo totalmente carbonizado. O promotor referenda a cena anterior. Repetição.

47) O comerciante concorrente nega que tenha reconhecido o corpo carbonizado.

48) O apresentador aparece novamente e desta vez uma foto da vítima está projetada no banco dos réus. O apresentador refere que o corpo da vítima foi encontrado alguns dias depois e que começava a luta da família por justiça. Ele diz ainda que a família acusava a polícia de tumultuar as investigações sobre o crime.

49) O pai aparece como testemunha e diz que a Polícia Civil e a Polícia Federal impediram as investigações da Polícia Militar. Observamos, que o programa assume uma linha explícita de criticar a atuação das polícias envolvidas, mas defende a PM.

50) O Gerente de Segurança Pública do Maranhão aparece para dar seu testemunho. O som apresentado na cena deste gerente está muito alterado. Não é possível ouvir com nitidez o que ele fala para se defender da acusação. Este gerente parece gaguejar no início, mas depois a fita é inaudível e entrecortada. Observamos, que estes testemunhos são agendados e gravados pelo programa, e assim, poderiam ser re-gravados quando necessário.

51) O apresentador mostra os dois outros homens envolvidos no seqüestro na tela atrás do banco dos réus e relata que reviravoltas no caso começaram a desvendar o crime quando prenderam o segundo seqüestrador.

52) Aparece um dos seqüestradores dando seu testemunho e afirmando que matou a vítima do seqüestro por enforcamento. Refere que outro seqüestrador ajudou no crime de assassinato.

53) O apresentador entra em cena e mostra na tela atrás do banco dos réus a foto deste seqüestrador que deu o testemunho. O apresentador solicita que o telespectador preste atenção no que o seqüestrador vai revelar a seguir. E diz: o motivo para ele matar um pai de dois filhos!

54) Aparece como testemunha o mesmo seqüestrador e responde ao repórter que o motivo para matar a vítima foi “sem-vergonhice”. Observamos que durante o relato da estória é dito que os seqüestradores foram orientados pelo mandante a matar a vítima.

55) O apresentador aparece e mostra a fotografia de um dos seqüestradores na tela do banco dos réus e diz que através da confissão dele souberam como foram os últimos minutos de vida da vítima. O tom do apresentador é de dramaticidade e ele repete que a morte da vítima foi no dia de aniversário do seu casamento.

56) Nova cena de simulação do cativeiro do seqüestro, observa-se na cena dois dos seqüestradores apreensivos e esperando ordens no local. Eles aparecem fumando e bebendo. A voz do narrador refere que eles estão tensos porque a notícia do seqüestro se espalhou pela cidade. Seguindo, eles recebem um telefonema com a ordem de execução da vítima.

57) O pai aparece como testemunha. Ele relata que quando estava acertando o local da entrega do valor do resgate, o filho já estava morto. Aqui observamos que a linha de construção do programa absolve o pai de sua suposta culpabilidade colocada

anteriormente. Pois se deduz que não foi a negociação do resgate que o pai fazia com os seqüestradores que levou a morte do filho.

58) O apresentador aparece e diz que no bloco seguinte veremos a “verdade” sobre os últimos momentos da vítima. Aparecem cenas de simulação destes momentos finais da vítima. Nesta cena o apresentador, que é o representante do programa Linha Direta, afirma literalmente que este programa retrata a verdade.

59) Nova cena de simulação mostra os dois seqüestradores que estão no cativeiro. Eles retiram a vítima do buraco onde estava confinado e o enforcam. A vítima é enforcada com uma corda que os seqüestradores puxam um de cada lado. A voz do narrador afirma: “Naquela noite o pai ainda iria pagar o resgate”. Novamente, a questão do pagamento do resgate é associada à morte da vítima. Observamos, que o narrador usa a palavra “ainda” denotando a demora deste pagamento.

60) A apresentador aparece mostrando a foto de um dos seqüestradores, que matou a vítima, na tela do banco dos réus e afirma que ele foi preso. Também, o apresentador revela que o seqüestrador contratado pelos comerciantes concorrentes da vítima e que havia sido dado como morto (o corpo carbonizado) é encontrado e preso. Ele confessa a mesma estória que o outro seqüestrador preso, mas não acusa ninguém de ser o mandante. Depois, ele foge da cadeia.

61) Aparece uma reportagem jornalística como testemunha. Nela aparecem cenas da cadeia local de onde fugiu o seqüestrador e relatos de como ocorreu a fuga.

62) Aparece o apresentador referindo que o seqüestrador que fugiu da cadeia desapareceu sem pistas. E depois, o outro seqüestrador que havia sido preso, também, fugiu da cadeia. Refere, também, que o terceiro seqüestrador nunca foi preso. As fotografias dos seqüestradores vão aparecendo em seqüência na tela do banco dos réus. Nesta parte do programa há uma clara alusão a incompetência da justiça. O apresentador diz que o caso foi esquecido e depois de quatro anos foi reaberto pelo Ministério Público devido irregularidades.

63) O promotor aparece para dar seu testemunho e refere que o empresário concorrente da vítima aparecia nos momentos mais cruciais da investigação. Há novamente uma insinuação do envolvimento deste comerciante no crime.

64) Outro promotor aparece com testemunha. Ele fala que as investigações mostraram que os empresários eram suspeitos como mandantes do seqüestro.

65) Cena de simulação com a voz do narrador. O seqüestrador que havia fugido (aquele que era funcionário dos comerciantes concorrentes) é preso novamente e faz outra confissão.

66) O delegado aparece como testemunha. Ele refere que o seqüestrador preso confessou que foi contratado para fazer o seqüestro pelos comerciantes concorrentes da vítima.

67) O seqüestrador citado aparece como testemunha e relata que recebia as ordens do seqüestro de um dos irmãos comerciantes.

68) O comerciante citado pelo seqüestrador aparece para dar seu testemunho no programa. Ele diz que o seqüestrador o acusou, mas que depois retirou a acusação na frente do juiz. Refere, também, que não sabe “o que passa pela mente de um criminoso”. No testemunho o comerciante aparece vacilando ao relatar estes fatos.

69) O seqüestrador aparece como testemunha novamente. Repete que foi contratado pelo comerciante e refere o motivo para o seqüestro: desestabilizar a família da vítima no comércio local.

70) O irmão do comerciante suspeito de envolvimento no seqüestro aparece como testemunha. Ele diz: “se fosse para desestabilizar o negócio da família, eu mandava matar o pai ou o tio da vítima. Pois, eram eles que iam à frente dos negócios”.

71) O apresentador aparece e anuncia o próximo bloco do programa com o testemunho do seqüestrador. Na tela do banco dos réus está o seqüestrador citado.

72) O seqüestrador aparece novamente como testemunha. Ele refere a repórter que tem medo de ser morto, e depois repete, que tem certeza que vai morrer.

73) O apresentador aparece e relata que num terceiro testemunho à justiça o mesmo seqüestrador negou os testemunhos dados. Depois ele fugiu novamente da cadeia e

foi morto. O apresentador não explica como foi a morte do sequestrador. O apresentador também refere que os comerciantes acusados pelo envolvimento com o seqüestro se consideram vítimas de perseguição política. Pois, eles dizem que os promotores que os acusam são de partidos políticos adversários.

74) O comerciante acusado aparece como testemunha e diz que se sente perseguido politicamente.

75) O promotor aparece para dar seu testemunho e refere que nenhum promotor tem filiação partidária.

76) O apresentador aparece e na tela está projetado o emblema do programa. Ele refere: “os comerciantes tiveram a prisão preventiva decretada, mas recorreram e respondem em liberdade...Para a família restou o sofrimento!” O apresentador faz uma clara menção de descontentamento com a decisão da justiça. Assim, ele questiona a Lei!

77) A mãe da vítima aparece como testemunha e mostra o sofrimento. Ela está na frente da lápide do túmulo do filho. Ela acaricia a lápide e no fundo da cena aparece o cemitério. Ela fala das qualidades do filho.

78) A irmã aparece como testemunha: repete as qualidades do irmão, o sofrimento da família e que ela queria estar no lugar do irmão.

79) O apresentador na cena final do programa mostra as fotos dos seqüestradores foragidos na tela do banco dos réus. Ele convoca aos telespectadores a fazer denúncias, e diz que só a prisão deles poderá esclarecer este misterioso crime. Ressalta que a participação do telespectador é importante e mostra o número de telefone da emissora para as denúncias.

80) Cena onde aparecem as fotografias dos seqüestradores procurados, estas fotos não estão mais na tela do banco dos réus, e sim, em projeções isoladas sem nenhum cenário ao seu redor. As fotografias dos criminosos procurados permanecem por alguns segundos estampadas em toda a tela da TV.

81) Na cena final entra a vinheta do programa descrita anteriormente.

XII) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ADORNO, R. C. F. Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo, AAPCS, 2001.

ÁRIES, P. História da morte no ocidente. 2ª. ed. Lisboa, Editora Teorema, 1989.

BARTHES, R. A mensagem fotográfica. In: Lima, L. C., R. et al. Teoria da Cultura de Massa. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

_____ A Câmara clara. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. In: Lima, C. L. Teoria da cultura de massa. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002.

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, EDUSP – Editora 34, 2000.

CEINFO – SMS, Boletim da Coordenação de Epidemiologia e Informação da Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo, São Paulo, 2002.

CHEVALIER, J. e GHEERBRANT, A. Dicionário de símbolos. Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1989.

DADOUN, R. A violência, ensaio acerca do “homo violens”. Rio de Janeiro, Editora Difel, 1998.

DELUMEAU, J. História do medo no ocidente. São Paulo, Editora Schwarcz, 1989.

DRUMOND, M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. In: Drumond M. et al. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, Ed. Faculdade de Saúde Pública, 1999.

FOUCAULT, M. Resumo dos cursos do Collège de France. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1997.

_____. Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.

_____. A História da Loucura. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: Strachey, Obras completas. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974. Volume IV.

_____. Reflexões para um tempo de guerra. In: Strachey, Obras completas. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974. Volume XIV.

_____ Além do princípio do prazer. In: Strachey, Obras completas. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974. Volume XVIII.

_____ O futuro de uma ilusão. In: Strachey, Obras completas. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974. Volume XXI.

_____ A pulsão e suas vicissitudes. In: Strachey, Obras completas. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974. Volume XIV.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989).

GUIMARÃES, R. Dicionário da mitologia grega. São Paulo, Editora Cultrix, 1995.

JORGE, M. H. P. M. Mortalidades por causas violentas no município de São Paulo. In: Jorge, M.H.P.M. et al. Revista de Saúde Pública. São Paulo, Ed. Faculdade Saúde Pública, 1991.

LACAN, J. Os quatros conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1998.

_____ Escritos. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1998.

LAPLANCHE, J. Vocabulário de psicanálise. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1991.

MAGNANI, J. G. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na cidade. In: Magnani, J.G. do et al. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo, EDUSP, 1996.

MARQUETTI, F. O suicídio como espetáculo na metrópole de São Paulo: cenas, cenários e espectadores. São Paulo, 1997. (Dissertação apresentada para arguição de defesa de mestrado na Faculdade de Saúde Pública da USP).

MAUSS, M. Antropologia e sociologia. São Paulo, EDUSP, 1974. Volume I

PEREIRA, C. A M. et al, Linguagens da violência. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 2000.

VALLEJO, A. Lacan: operadores da leitura. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

VERNANT, J.P. A morte nos olhos. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1988.

XIII) BIBLIOGRAFIA.

ADORNO, R. C. F. Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo, AAPCS, 2001.

ARIÈS, P. História da morte no ocidente. 2^a. ed. Lisboa, Editora Teorema, 1989.

BARTHES, R. A mensagem fotográfica. In: Lima L. C. et al. Teoria da Cultura de Massa. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

_____ A Câmara clara. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984.

_____ O óbvio e o obtuso. Lisboa, Edições 70, 1982.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. In: Lima, C. L. Teoria da cultura de massa. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002.

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, EDUSP – Editora 34, 2000.

CEINFO – SMS, Boletim da Coordenação de Epidemiologia e Informação da Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo. São Paulo, 2002.

CHEVALIER, J. e GHEERBRANT, A Dicionário de símbolos. Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1989.

CLARK, T. R. Símbolos e Mitos do antigo Egito. São Paulo, Hemus Editora, 2001.

COSTA, F. M. (org.) Os cem melhores contos de crime e mistério da literatura universal. Rio de Janeiro, Editora Ediouro, 2002.

COSTA, J. F. Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1984.

DADOUN, R. A violência, ensaio acerca do “homo violens”. Rio de Janeiro, Editora Difel, 1998.

DELUMEAU, J. História do medo no ocidente. São Paulo, Editora Schwarcz, 1989.

FOUCAULT, M. Resumo dos cursos do Collège de France. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1997.

----- Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1977.

FREITAS, J. M.M. Bemaldivida. São Paulo, EDUSP, 1992.

FREUD, S. In: Strachey, Obras completas. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974.
Volume IV.

GUIMARÃES, R. Dicionário da mitologia grega. São Paulo, Editora Cultrix, 1995.

HARARI, R. Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan.
Campinas, Editora Papirus, 1990.

LACAN, J. Os quatros conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro,
Editora Zahar, 1998.

_____ Escritos. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1998.

_____ O seminário, a ética da psicanálise. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1991.

LAPLANCHE, J. Vocabulário de psicanálise. São Paulo, Editora Martins Fontes,
1991.

MAGNANI, J. G. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na cidade. In:
Magnani, J.G. do et al. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo, EDUSP,
1996.

MARQUETTI, F. O suicídio como espetáculo na metrópole de São Paulo: cenas, cenários e espectadores. São Paulo, 1997. (Dissertação apresentada para arguição de defesa de mestrado na Faculdade de Saúde Pública da USP),

MASOTTA, O Dualidade Psíquica, o modelo pulsional. Campinas, Editora Papyrus, 1986.

MAUSS, M. Antropologia e sociologia. São Paulo, EDUSP, 1974. Volume I.

MEZAN, R. A Medusa e o telescópio ou Vergasse 19. In: Novaes, A . O Olhar. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

PEREIRA, C. A M. et al, Linguagens da violência. Rio de janeiro. Editora Rocco, 2000.

VALLEJO, A. Lacan: operadores da leitura. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

VERNANT, J.P. A morte nos olhos. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1988.